

**ECC**

Estudos de  
Comunicação  
e Cultura

Culture,  
Translation  
and Cognition

# Misérias e Esplendores da Tradução no Portugal do Estado Novo

Teresa Seruya



# **Misérias e Esplendores da Tradução no Portugal do Estado Novo**

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais da  
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito  
do projeto UID/ELT/00126/2013.

**Título** Misérias e Esplendores da Tradução no Portugal do Estado Novo  
**Autora** Teresa Seruya  
**Coleção** ECC – Estudos de Comunicação e Cultura  
Culture, Translation and Cognition  
© Universidade Católica Editora  
© Teresa Seruya

**Revisão editorial** Ana Cunha

**Capa** Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS

**Paginação** acentográfico

**Impressão e acabamento** Europress – Indústria Gráfica

**Depósito legal** 0

**Tiragem** 200 exemplares

**Data** outubro 2018

**ISBN** 9789725406236

**ISBN e-Book** 9789725406243

Universidade Católica Editora  
Palma de Cima 1649-023 Lisboa  
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029  
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

Licença: este trabalho encontra-se publicado com a  
Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0



SERUYA, Teresa  
Misérias e Esplendores da Tradução no Portugal do Estado Novo / Teresa  
Seruya. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2018. – 352 p. ; 23 cm . –  
(Estudos de comunicação e cultura. Culture, translation and cognition). –  
I – Tít. II – Col.  
CDU 81'25(469)"19"  
821.134.3(091)

# **Misérias e Esplendores da Tradução no Portugal do Estado Novo**

Teresa Seruya

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA  
Lisboa, 2018



# Índice

<b>Apresentação</b>	7
PARTE I	
<b>Para uma história da tradução em Portugal</b>	13
Capítulo 1	
<b>Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução: as questões principais e alguns exemplos do caso português</b>	16
Capítulo 2	
<b>História literária e traduções no Estado Novo. Uma introdução possível (com Maria Lin Moniz)</b>	38
Capítulo 3	
<b>Ideias dominantes sobre tradução em Portugal</b>	50
Capítulo 4	
<b>Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo</b>	65
Capítulo 5	
<b>A tradução em Portugal durante o Estado Novo</b>	81
Capítulo 6	
<b>Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo (1933-1950)</b>	114
Capítulo 7	
<b>Apontamentos para a história das relações editoriais entre Portugal e o Brasil nos anos 40 e 50 do século xx</b>	134
Capítulo 8	
<b>Coleções e bibliotecas entre os anos 40 e os anos70 (do século xx): contributo para uma história da coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo</b>	144
Capítulo 9	
<b>Literaturas extraeuropeias em antologia durante o Estado Novo (1933-1974)</b>	158

Capítulo 10	
<b>Tradução e revolução: encontros e desencontros. O caso das coleções de literatura (1974-1980)</b>	176
<b>Anexo 1. Novas coleções e categoria</b>	197
<b>Anexo 2. Coleções da Ed. Portugália</b>	202
PARTE II	
<b>Tradução e Censura. Apresentação</b>	205
Capítulo 1	
<b>Sobre a coexistência entre cultura nacional e literatura internacional durante o Estado Novo de Salazar</b>	207
Capítulo 2	
<b>Livros estrangeiros em Portugal e o discurso da Censura nos anos 50 (com Maria Lin Moniz)</b>	220
Capítulo 3	
<b>A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura (1934-1940)</b>	236
Capítulo 4	
<b>As mulheres e a Guerra Civil de Espanha na Censura (1936-1939)</b>	256
Capítulo 5	
<b>Bertolt Brecht e a Censura do Estado Novo</b>	269
Capítulo 6	
<b>O poder dissolvente da tradução: Simone de Beauvoir na Censura portuguesa</b>	280
Capítulo 7	
<b>Sobre a eficácia da Censura ao livro estrangeiro no estado Novo (com Maria Lin Moniz)</b>	306
<b>Bibliografia citada</b>	328
<b>Outros estudos da autora sobre tradução</b>	349

## Apresentação

Este livro reúne os estudos principais que fui fazendo ao longo dos últimos 20 anos sobre história da tradução, nomeadamente em Portugal, e sobre tradução e Censura (durante o Estado Novo). Cada uma destas duas partes é precedida de uma breve apresentação. O alinhamento dos textos não segue um critério cronológico quanto à respetiva data de publicação. É uma opção discutível, já que o nível de conhecimentos tende a aumentar com o passar do tempo, aconselhando, portanto, a que se mostre o “progresso” da investigação. Porém, a lógica que vai do mais geral para o particular, independentemente da génese temporal de cada contributo é que me parece conferir sentido e coesão ao livro.

Os restantes tópicos a que me tenho também dedicado (reflexão sobre a própria tradução, tradução e migração, tradução cultural e estudos de caso sobre autores e textos muito traduzidos no nosso país como Stefan Zweig e Thomas Mann, e o romance epistolar *Werther*, de Goethe) constituirão posteriormente um segundo volume. Falo, em geral, de tradução literária, ou melhor, de tradução de literatura, não excluindo, porém, outros tipos de tradução, quando se revela pertinente. Aliás, quando um dia se escrever uma história da tradução em Portugal – um *desideratum* antigo, cuja não concretização nos afasta de muitas outras culturas europeias – não poderemos ignorar áreas das ciências sociais e humanas em cuja implantação e evolução a tradução terá tido o seu papel, como se mostra nalguns estudos deste livro.

Logo nos primeiros tempos do desenvolvimento dos Estudos de Tradução como área autónoma de investigação, se bem que claramente interdisciplinar, vários autores analisaram o fluxo de traduções entre culturas e línguas, que o mesmo é dizer a estrutura do “campo literário mundial” (Casanova 2002)<sup>1</sup>. Na

---

<sup>1</sup> Toda a bibliografia citada vem identificada por inteiro no final do livro.

verdade, os intercâmbios literários internacionais, longe de se processarem num eixo horizontal, em que os universos linguísticos se justapõem em autossuficiência, obedecem a uma clara hierarquia dominada pelas línguas e culturas mais poderosas. As trocas literárias, expressas em traduções, dependem do (desigual) capital literário e cultural das línguas em jogo, da consequente hierarquia que inevitavelmente está presente na tradução, na mente do tradutor. Neste processo, observam-se consensualmente algumas regularidades, como: traduz-se muito mais *do* inglês do que *para* inglês (v. dados muito reveladores sobre a baixíssima percentagem – 2% – de traduções para inglês em Venuti 2008: 11; v. também Venuti 2013, cap. 9); as culturas/línguas periféricas (ou dominadas, segundo alguma terminologia) traduzem muito mais do que as centrais/dominantes; a estrutura e mesmo o léxico duma língua central tendem a ficar mais visíveis numa tradução para uma língua periférica do que o contrário, não se permitindo o/a tradutor/a, neste caso, fugir ou perverter de alguma maneira as normas da língua dominante.

Sendo incontestável que o inglês, o francês e o espanhol, por esta ordem, são as três línguas com mais elevado capital linguístico-literário, não deixa de ser estranho admitir que o português seja uma língua periférica, se pensarmos que está em posição cimeira quanto ao número de falantes, se recordarmos a nossa tradicional abertura ao mundo. Porém, o valor de uma língua, medido pela sua antiguidade, pelo prestígio da sua poesia, a sofisticação das formas literárias elaboradas nesta língua, as suas tradições, aos seus efeitos literários (Casanova 2002 ainda) não tem a ver com o número de falantes. Por isso se fala, a nível mundial, da língua de Shakespeare, de Racine ou de Cervantes, e muito menos da de Camões.

Contudo, a regra de que as línguas não dominantes traduzem muito mais, longe de nos parecer um sinal indiciador da sua posição marginal nas trocas literárias internacionais, pode ser vista como um sinal da sua posição hospitaleira (recordo Paul Ricoeur com esta expressão), aberta ao Outro, ao diferente, ao que vem de fora, ao invés do carácter etnocêntrico, autossuficiente, das culturas que pouco traduzem. De facto, sempre se traduziu em grande quantidade em Portugal, sobretudo a partir do século XIX, como simples contagens da bibliografia de Gonçalves Rodrigues *A Tradução em Portugal* (cinco volumes, de 1495 a 1930) facilmente revelam. Apesar disso, só nas últimas duas décadas (1998-2018) se começou a dar importância à tradução na cultura portuguesa, estudando o seu papel na constituição, inovação e evolução do

tecido literário (importação de novos géneros, novas correntes literárias, outros estilos) e na oferta de leitura (autores, temas e géneros também), enriquecendo o mercado e aumentando e diversificando a literacia.

Pretendo, com este livro, dar a conhecer a um público mais alargado, e bem assim submeter à sua crítica, um conjunto de investigações e reflexões numa área (Estudos de Tradução) ainda bem jovem na nossa Academia, à qual urge dar maior visibilidade pública, assim contribuindo para reforçar a sua credibilidade junto das instituições, nomeadamente as de ensino e as que apoiam a investigação científica no nosso país. O meu objetivo último, que levará ainda algum tempo a ser cumprido, é escrever (em equipa) uma história da tradução em Portugal. Muitos estudos preliminares são necessários para o conhecimento de um campo tão vasto, em espaço temporal e quantidade, e também em qualidade: na verdade, estes estudos requerem o contributo de várias disciplinas como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, entre outras. Quanto ao escopo temporal, o que agora se publica em livro temático diz respeito ao século xx, sobre o qual, somando aos meus os contributos de muitos outros investigadores de todas as Universidades portuguesas, muito terreno já foi desbravado.

Dos textos selecionados, alguns foram apresentados e publicados originalmente em alemão e inglês, mas surgem aqui em versão portuguesa, pois é ao público de língua portuguesa que se dirigem. Mas há outra razão que motivou esta opção: embora o inglês seja, sem dúvida, o meio de comunicação privilegiado da ciência internacional e, além disso, muito particularmente da área dos Estudos de Tradução, é desejável que os investigadores portugueses sejam proativos na causa de fazer da sua língua nativa também uma língua da ciência. O assunto é polémico, há bons argumentos a favor dos dois lados, porém, definido o destinatário, impunha-se a opção tomada.

Tratando-se de uma recolha de textos que tiveram uma primeira vida noutros contextos (alguns internacionais), informa-se o leitor da sua publicação original em nota de rodapé a cada título. Neste novo contexto editorial, para além da tradução, foram feitas pequenas alterações às primeiras versões. Eliminou-se o que pudesse estar muito desatualizado ou demasiado dependente das circunstâncias da génese de cada estudo, mas não as marcas dos meus próprios conhecimentos, por exemplo bibliográficos, em cada momento. Pretende-se, afinal, dar testemunho de uma produção que tem um tempo histórico, sem deixar de constituir um contributo válido para a investigação e

a reflexão sobre os assuntos em causa. O tempo histórico de cada contributo relaciona-se, por outro lado, com o espaço, ou seja, a circunstância material da sua apresentação em eventos científicos, nacionais e internacionais, com temas próprios e públicos diferentes. Assim, quando se tratava de contextualizar o tópico escolhido, recorreu-se várias vezes a conhecimentos adquiridos, o que se reflete, para o leitor deste livro, em certas repetições. Por exemplo, quando se investiga a censura ao livro estrangeiro, tem de se explicar minimamente o funcionamento da Censura no Estado Novo, de se descrever as fontes da recolha de informação sobre o trabalho dos censores, de citar Salazar sobre a sua ideologia, etc. Não se pode prescindir deste contexto cada vez que nos dirigimos a um público diferente. A decisão de não eliminar repetições deste género justifica-se, porque um livro como este não é para ser lido em sequência, do princípio ao fim, mas de modo seletivo, conforme os interesses do leitor – que certamente estranharia a ausência de certa informação quando lesse um determinado estudo do qual ela fora retirada.

A bibliografia utilizada em cada contributo foi integrada na bibliografia final comum, não tanto por questões de espaço, mas sobretudo porque pretendo mostrar o conjunto de livros que tem acompanhado e apoiado o meu trabalho sobre as várias facetas da tradução (em Portugal).

Este livro surge graças a muitos apoios e amizades. Começando pelas instituições, agradeço ao CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa, na pessoa do seu atual Diretor, Prof. Doutor Peter Hanenberg, o bom acolhimento que sempre deu aos projetos relacionados com a tradução em Portugal, o incentivo a que estes prosseguissem e se expandissem, e a ajuda material à organização de eventos científicos, nacionais e internacionais – refiro-me aos 11 colóquios sobre “Estudos de Tradução em Portugal”, entre 2000 e 2017. Não em último lugar fico grata ao CECC pelo apoio financeiro ao livro, gesto que me permito interpretar como sinal de confiança no meu trabalho.

As instituições vivem de quem nelas se empenha. Os Centros de investigação, das equipas que neles trabalham. O estudo sobre a vida da tradução na cultura portuguesa só pôde iniciar-se e desenvolver-se com a persistência, o esforço e a amizade cúmplice que, desde a década de 90 do século passado, cimentaram o grupo de investigadora(s) que embarcaram neste projeto de dar visibilidade à presença da tradução. Refiro apenas as principais responsáveis Maria Lin Moniz (CECC), Alexandra Ambrósio Lopes (CECC e

Universidade Católica Portuguesa), Alexandra Assis Rosa (CEAUL e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), às quais se juntam muitos outros docentes e investigadores de *todas* as Universidades portuguesas (basta consultar os volumes publicados, resultantes dos Colóquios acima referidos), bem como antigos estudantes que continuaram interessados na causa da tradução em Portugal. Colaboraram na tradução de alguns dos textos deste volume duas antigas alunas, Jacinta Magalhães e Antonieta Mendonça, bem como a minha amiga e imprescindível colaboradora Maria Lin Moniz (coautora de três dos textos que se seguem). Dos textos que integram a I Parte do livro pode retirar-se informação sobre a génese e evolução dos Estudos de Tradução na Universidade portuguesa.

Oxalá o presente livro possa incentivar o interesse pela tradução em Portugal, bem como o empenho em investigá-la em maior amplitude e sistematicidade. A juventude dos Estudos de Tradução entre nós é um sinal de como o campo a descobrir e trabalhar é imenso, da tradução de literatura ao áudio-visual, da tradução técnica à filosófica, da científica à poética, da tradução para o palco à banda desenhada, da legendagem à dobragem. Há trabalho para muitos, de várias áreas das ciências humanas e sociais, e para muitos anos.

Teresa Seruya  
Lisboa, em junho de 2018



## PARTE I

### Para uma história da tradução em Portugal

Portugal está completamente ausente das obras de referência internacionais dedicadas à história da tradução. Refiro-me às duas edições da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (Baker 2001; Baker e Saldanha 2009), à obra *Translators through History* (Delisle/ Woodsworth 1995 e 2012), à *Histoire de la traduction en Occident* (van Hoof 1991) e à *Histoire de la traduction. Repères historiques et culturelles*, de Michel Ballard (2013). É pertinente referir ainda uma obra seminal para o início dos Estudos de Tradução em Portugal, sem dúvida de carácter histórico, pois mostra o papel impulsionador da tradução na evolução/inovação de certos períodos das literaturas nacionais: *La traduction dans le développement des littératures / Translation in the Development of Literatures* (Lambert/Lefevere 1993). Também aqui não encontramos nenhuma participação portuguesa.

Os contributos mais relevantes para uma história da tradução em Portugal são de ordem bibliográfica, ou de grande âmbito – *A Tradução em Portugal*, cinco volumes (Rodrigues 1992-1999), ou sobre autores específicos: *Charles Dickens em Portugal* (2012) é apenas um exemplo entre vários deste género – e antológica: a *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa* (Pais 1997) e *O Discurso sobre a Tradução em Portugal*, da autoria dos espanhóis Sabio Pinilla e Fernández Sánchez (1998). Sabio Pinilla publicou ainda um estudo sobre a tradução em Portugal no século XVIII (Sabio Pinilla 2009). Saúdam-se estes contributos que vão impulsionando a futura escrita de uma história da tradução em Portugal que exige não só o conhecimento do campo como o dos vários agentes implicados; editoras, tradutores, leitores, com as respetivas histórias (Pinho 2006 e 2014), além, evidentemente, da construção dos contextos adequados a cada momento.

Entretanto, o projeto de investigação *História Literária e Traduções. Representações do Outro na Cultura Portuguesa*, que funcionou entre 1998 e 2005 no âmbito do CLCPB – Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira (Universidade Católica Portuguesa) propôs-se avançar no estudo da presença da tradução na cultura portuguesa, pesquisando menções em histórias da literatura portuguesa. A expectativa baseava-se em estudos similares realizados em histórias literárias estrangeiras, tendo-se, no entanto, saldado por um reconhecimento muito reduzido do papel das traduções na historiografia literária portuguesa. A fase seguinte deste projeto foi dedicada a estudos de caso, como forma privilegiada de acesso concreto ao campo, isto é, às traduções realmente existentes e seus variados contextos.

Num novo enquadramento institucional, o CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, a funcionar também na Universidade Católica Portuguesa, está a ser dada continuidade à bibliografia de Gonçalves Rodrigues acima referida, embora em moldes completamente diferentes. O novo projeto intitula-se *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography*, e resulta de uma parceria entre o CECC e o CEAUL – Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa. Trata-se de uma base de dados em linha sobre traduções de literatura publicadas em livro em Portugal entre 1930 (data em que termina a última recolha de Gonçalves Rodrigues) e 2000. No momento em que escrevo estão em linha já os anos 1930-1980 ([www.translatedliteratureportugal.org](http://www.translatedliteratureportugal.org)).

Os estudos reunidos nesta parte nasceram nos contextos gerados por estes dois projetos. Por uma questão de proximidade temporal, de acessibilidade das fontes e de um forte interesse pessoal, o Estado Novo foi o período histórico preferencial para iniciar a história da tradução em Portugal.

Uma fase inicial do primeiro projeto fica documentada em **História literária e traduções no Estado Novo: uma introdução possível**, estudo feito em colaboração com Maria Lin Moniz (Capítulo 2.). Outro contributo mais geral tem como objetivo problematizar as grandes questões que se põem à historiografia da tradução, ilustrando-as depois com o caso português: **Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução: as questões principais e alguns exemplos do caso português** (Capítulo 1.). Entretanto tinha-se imposto uma primeira reflexão sobre a ideia de tradução corrente na cultura portuguesa (**Ideias dominantes sobre tradução em Portugal**, Capítulo 3.).

Um instrumento indispensável ao estudo sistemático das traduções são as fontes bibliográficas. Alguns passos dados para a criação de uma bibliografia (em linha) estão refletidos em **Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo** (Capítulo 4.). Um primeiro ensaio do que poderá vir a ser um dos capítulos da referida história da tradução em Portugal é o estudo **A tradução em Portugal durante o Estado Novo** (Capítulo 5.), que pôs Portugal no mapa da investigação sobre tradução nos regimes fascistas. Um aspeto particularmente interessante e praticamente desconhecido foi a tradução encomendada e feita a partir do interior do regime, com vista à sua divulgação no estrangeiro. Veja-se, então, **Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo** (Capítulo 6.). Entretanto, o conhecimento crescente do campo foi detetando alguns fenómenos característicos do mercado das traduções, como sejam a circulação destas entre Portugal e o Brasil (**Apontamentos para a história das relações editoriais entre Portugal e o Brasil**, Capítulo 7.) e a preferência das editoras por organizarem a oferta em antologias e coleções (**Coleções e bibliotecas entre os anos 40 e os anos 70. Contributo para uma história da coleção Livros RTP – Verbo**, Capítulo 8.). Na continuação do interesse por antologias tentou-se averiguar o interesse das editoras por literaturas de fora da Europa (**Literaturas extraeuropeias em antologia durante o Estado Novo**, Capítulo 9.).

O texto que encerra esta primeira secção foi pensado para um Colóquio “Tradução e Revolução”, que teve lugar em 2015 na Universidade Católica Portuguesa. Foi uma oportunidade para começar a responder à pergunta sobre mudanças e continuidades que a Revolução dos Cravos operou no panorama da tradução de literatura: **Tradução e revolução: encontros e desencontros. O caso das coleções de literatura (1974-1980)** (Capítulo 10).

## Capítulo 1

# Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução: as questões principais e alguns exemplos do caso português<sup>1</sup>

## 1. Introdução

A história da tradução, tal como a história do automóvel, da medicina ou da pintura, é algo que existe independentemente da vontade humana de escrever. Ou seja, o objeto está à espera de ser capturado pelo espírito narrativo, uma rede que lhe imprime forma: identificação, seleção, ordenação, percurso, sentido são os passos da ação narrativa configurada na história desse objeto.

O lugar da história da tradução no mapa da disciplina de Estudos de Tradução está longe de ter a evidência de outros objetos de estudo, como a teoria da tradução, os estudos descritivos de tradução ou a formação de tradutores, entre outros. E, no entanto, uma grande parte da investigação nesta área disciplinar é feita “sob o ponto de vista específico [a história] que se aplica à diversidade de objetos materiais que partilham o rótulo ‘tradução’” (D’huilst 2010). Na verdade, o ponto de vista histórico corresponde até às expectativas

---

<sup>1</sup> Este título tem origem na distinção que a língua inglesa permite entre “translation history”, uma área de especialização aplicável a muitos objetos do campo da tradução (análoga, por exemplo, à história da ciência) e “history of translation”, que se refere à historiografia da tradução num tempo e espaço determinados, por exemplo, história da tradução para a língua inglesa, caso da conhecida obra de Lawrence Venuti *The Translator’s Invisibility. A History of Translation*.

O presente texto é uma versão portuguesa do meu estudo “Doing translation history and writing a history of translation: the main issues and some examples concerning Portuguese culture”, in *Journal of World Languages*, 3:1 (East and West Encounters: Translation Across Time, ed. Alexandra Assis Rosa and Huang Guowen), 2016, 5-21.

dos leitores: quer seja num estudo de caso quer seja num problema teórico, não pode faltar um contexto histórico como parte da sempre necessária contextualização do objeto de estudo. Outra coisa é, porém, a secundarização da história da tradução como campo autónomo de investigação nos mapas que têm sido propostos para a disciplina, seja o inicial de James Holmes (1972), seja a alternativa tipológica de Sonia Vandepitte (2008).

A questão é, porém, muito diferente, quando se trata de um projeto de uma história da tradução num determinado país / língua / cultura. Como é sabido, muitas disciplinas académicas nas Humanidades tiveram a fortuna de serem canonizadas pela respetiva história, o que desde logo se verifica no caso das línguas e literaturas nacionais. O caso português, neste aspeto, dá que pensar, pois que há apenas uma *História da Literatura Portuguesa*, de A. J. Saraiva e Ó. Lopes, a canónica, publicada pela primeira vez em 1954, com sucessivas reedições (corrigidas e atualizadas) até hoje, sem que qualquer rival tivesse ousado outra proposta. Já a tradução em Portugal, enquanto atividade e objeto de estudo e investigação (exatamente como a literatura, aliás), não mereceu ainda a sua história, embora se registem, de há uns anos a esta parte, vários contributos que têm vindo a permitir um conhecimento (lento e disperso) do campo. Esta lacuna conduziu (inevitavelmente?) à ausência e silenciamento de Portugal das histórias da tradução e obras de referência sobre tradução que os interessados têm à disposição (o melhor exemplo é Baker 1998 e Baker/Saldanha 2009).

Na verdade, existem várias e diversificadas histórias da tradução que se torna imperioso referir. Começemos por histórias da tradução **parciais**, seja pelo âmbito geográfico, ou **geográfico-cultural** (a *Histoire de la traduction en Occident*, de van Hoof (1991); **nacional** (*História de la traducción en España*, org. por Francisco Lafarga e Luis Pegenaute (2004); **linguístico** (*Histoire des traductions en langue française*, sob a direção de Yves Chevrel *et al.*, projeto para quatro volumes nas edições Verdier, cujo primeiro volume, dedicado ao século XIX, foi publicado em outubro de 2012, um segundo volume, abrangendo os séculos XVII e XVIII, 1610-1815, em 2015; a outra obra que cabe neste critério, e tem sido muito influente até aos dias de hoje é da autoria de Lawrence Venuti, *The Translator's Invisibility* (2.<sup>a</sup> ed. 2008) que, não obstante ter como subtítulo “a history of translation”, na verdade é uma história da tradução em língua inglesa; ou **tipológico** (centrado num só tipo de texto), como a obra em cinco volumes *Oxford History of Literary Translation in English* (2005-2008).

Mas o empreendimento porventura mais relevante pela sua abrangência e aproximação à universalidade (apesar do seu enfoque na agência dos tradutores) é da autoria de Delisle e Woodsworth, a sua *Translators through History* (2.<sup>a</sup> ed. 2012), ao qual poderíamos acrescentar a segunda parte (“History and Traditions”) da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* organizada por Mona Baker (2.<sup>a</sup> ed. 2009) por ter a pretensão de incluir todas as culturas (exceto a portuguesa...). Muito recentemente (2013) Michel Ballard publicou uma impressionante *Histoire de la traduction* (Bruxelles, de boeck), cujo título é já indicativo da abrangência da obra: da Antiguidade ao presente, seguindo a periodização tradicional (Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Idade Clássica até às Luzes, das Luzes aos começos do século xx). Cada um dos cinco capítulos alberga micro-histórias da tradução nos principais países europeus (Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Itália), alargando, por vezes, o enfoque para o Médio e Extremo-Oriente, e destacando textos ou tradutores que se notabilizaram. Quanto a metodologia em história da tradução, a obra de Anthony Pym *Method in Translation History* (1998) é uma referência dificilmente substituível, a que recorreremos mais adiante.

Concluimos, portanto, que não faltam nem modelos para a história da tradução, nem reflexão metodológica sobre os passos a seguir. Porém, nem os referidos modelos esgotam as possíveis configurações de uma história da tradução, nem são aplicáveis, sem mais, a todas as culturas. Ora, retomando o que se dizia atrás, Portugal não tem ainda a sua história da tradução e urge colocá-lo no mapa dos cruzamentos e intercâmbios que constituem o húmus das culturas do Ocidente (para referir apenas estas, neste contexto). Estamos, assim, perante um problema: como começar a escrever a história da tradução em Portugal? O facto de o ponto de partida não ser uma tábula rasa (porque há estudos parciais, há modelos estrangeiros e há métodos) revela-se um grande desafio, mas igualmente um estímulo.

Neste breve estudo pretendemos:

- recordar as principais questões que se levantam a um projeto historiográfico voltado para a tradução;
- refletir criticamente sobre algumas das tarefas (definir e seleccionar o objeto) e alguns dos conceitos básicos (mudança, progresso, causa, período) que sustentam o discurso historiográfico, discutindo a sua aplicabilidade ao projeto em causa;

## Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução

- ilustrar as diferentes questões levantadas tanto com resultados como com problemas surgidos no âmbito dos Estudos de Tradução em Portugal;
- concluir com alguns propósitos de investigação e realização do projeto em causa.

## 2. Problemas gerais de uma história da tradução

Considerando que a atividade de traduzir e o seu resultado, a tradução, apresentam uma enorme diversidade – texto escrito, oral, audiovisual, cada uma com numerosas ramificações, a definição do objeto afigura-se como o primeiro problema a resolver. As muitas tipologias de texto que têm sido propostas (e.g. Nord 2005; Chestermann and Wagner 2002) dão uma imagem certa da complexidade do problema. Se se optasse pela mais simplificada: tradução técnica/não técnica, mesmo assim teríamos a esclarecer o conceito/adjetivo técnico e a dicotomia a usar, teríamos de distinguir o técnico do científico, este do filosófico, etc. Acresce a grande variabilidade histórica no entendimento do que é tradução. Basta pensarmos nos dois extremos que são a Idade Média, com uma grande fluidez de fronteiras entre diversos tipos de texto (cf. Bernardo 2001/2: 21), até à definição, em absoluto pragmática, proposta por Toury (“assumed translations” 1995, 31-32). Como resultado de uma atividade, a tradução congrega um conjunto heterogéneo de instituições e agentes, começando pelo tradutor e acabando no leitor/consumidor/cliente, com editoras e outros meios de comunicação pelo meio (Milton and Bandia 2009). O tradutor, além de ter a sua circunstância pessoal e profissional, toma as suas decisões, segue os seus métodos, não sendo nem umas nem outros apenas idiossincráticos, isto é, integram-se em regularidades dos vários sistemas a que pertencem. Logo, agentes, *media*, métodos fazem parte do conceito. A montante de todo o processo, teríamos de considerar a formação de tradutores, o seu papel na qualidade e na imagem social da tradução. A jusante, deparamo-nos com todo o processo da receção das traduções, bem como da sua efetiva função na cultura de acolhimento. Acresce que, em tempos mais recentes, houve quem alertasse para o fenómeno da não-tradução, para a necessidade de distinguir entre tradução e não-tradução e, bem assim, de considerar casos de fronteira (Pym 1998: 57; Duarte 2000), algo que

certamente dependerá de especificidades culturais.<sup>2</sup> Em suma, quando falamos em “tradução” referimo-nos, na verdade, a um polissistema da tradução.

A teoria da tradução, muitas vezes confundida com a discussão dos métodos de tradução, algo que temos desde Cícero, não pode ficar de fora de uma história da tradução, embora esteja por provar que ela se repercute de alguma maneira na sua prática. Mas há, sem dúvida alguma, uma história das teorias da tradução, mormente contemporâneas (Gentzler 2001 e Pym 2010). A tradução tem, na verdade, suscitado o interesse de muitos tradutores, pensadores, filósofos e integra, por regra, os curricula universitários da formação de tradutores, seja a nível de licenciatura, seja de pós-graduação. E mesmo quando não há espaço, nos seis semestres duma licenciatura pós-Bolonha, para uma disciplina de Teoria e outra de História da Tradução, a decisão vai sempre para a maior relevância da teoria na formação do futuro tradutor. Para o historiador da tradução, o problema reside na diferenciação entre teoria e metodologia. Friedrich Schleiermacher, tendo escrito sobre “os diferentes métodos de traduzir”, não terá elaborado, também, uma teoria da tradução?

Referimos, em último lugar, outra questão também do nível “meta”. A historiografia comum é narrativa, funcionando com os pressupostos que lhe são inerentes; factos, sujeitos das ações, seu encadeamento, explicações e causalidades, evolução, mudança ou progresso. Faz ainda parte das expectativas de um leitor de uma história de ... encontrar capítulos respeitantes a períodos temporais, muitas vezes decalcados da periodização tradicional. O que se verifica nas histórias da tradução existentes é a tendência para pedir emprestada a periodização comum na história geral ou na história de arte (Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Época Clássica, Século das Luzes, Romantismo, embora a partir daqui haja uma maior diversidade de propostas). São essencialmente estas questões de natureza meta-históricas que nos propomos discutir para o nosso projeto de uma história da tradução em Portugal.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A não-tradução tanto pode ser entendida como Pym (1998: 57ss.), ou seja, tudo o que não é traduzido numa cultura, como no sentido que lhe dá Duarte (2000), ou seja, textos estrangeiros que não foram traduzidos pelas mais diversas razões: razões de proximidade linguística, embargo ideológico, censura, etc. O que ressalta da não-tradução no sentido de Duarte é paradoxal: uma história da não-tradução pode revelar-se tão interessante como uma história da tradução.

<sup>3</sup> Não discutimos aqui a (im)possibilidade de uma história da tradução em língua portuguesa.

### 3. Definir e selecionar

Sendo o projeto de uma história da tradução em Portugal dificilmente exequível, porque incomensurável – pelas razões acima aduzidas – trata-se, no entanto, de discutir as condições da sua exequibilidade em tempo razoável. A primeira tem a ver com a delimitação do objeto, a qual, por sua vez, não pode obedecer a critérios exclusivamente científicos, mas tem de atender também à ordem prática das coisas, como seja o aproveitamento do trabalho já realizado e as possibilidades reais, em termos humanos, da sua continuação. Assim, e sobretudo a partir do século XVIII, é a tradução de literatura que tem estado no centro dos interesses dos investigadores portugueses (e alguns estrangeiros), pelo que se afigura sensato centrarmo-nos neste tipo de texto. Note-se, porém, que é imperioso funcionar com um entendimento não-canónico do conceito “literatura”, para fazer jus à leitura, ao universo dos leitores e ao universo editorial, recorrendo, portanto, a um conceito funcional de literatura – tudo aquilo que os leitores consideram como tal.<sup>4</sup> Interessantemente, este entendimento é, em tudo, idêntico ao de Toury para “tradução”, como referido acima: tudo o que a cultura de acolhimento consome como tal, salvaguardando diversas modalidades como “adaptação” e “versão”, e incluindo as pseudotraduções, muito abundantes entre as décadas de 40 e 70 do século XX português.<sup>5</sup> Na identificação objetiva do que é literatura há que recorrer, por ordem cronológica da consulta das fontes, à seminal bibliografia de Gonçalves Rodrigues *A Tradução em Portugal*, em cinco volumes (1992-1999), abrangendo os anos 1495 a 1930, com a sua organização *sui generis*: alinhamento ano após ano, dentro de cada ano seis grandes categorias, correspondendo a literatura à letra A (1992: 35). Já o *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, publicado pela primeira vez em 1937, mas respeitante ao ano de 1935, recorre à Classificação Decimal Universal, pertencendo a Literatura à classe 8. O projeto bibliográfico em curso *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical*

---

<sup>4</sup> Cf. “A piece of writing is ‘literature’ not because it possesses certain characteristics that other pieces lack, but because its readers regard it – for a variety of reasons – as literature” (Patterson, 1995: 256).

<sup>5</sup> Toury rejeita definições apriorísticas de tradução, pois esta caracteriza-se “by its very variability: difference across cultures, variation within a culture and change over time”. Propõe, assim, o conceito de “assumed translation” [traduções presumidas]: “all utterances which are presented or regarded as such within the target culture, on no matter what grounds” (Toury 1995: 31s.).

*Bibliography* é já uma fonte especializada para a história da tradução de literatura no século xx (Seruya 2015; Rosa 2012; Seruya 2009a).

Mas repare-se que o próprio objeto primário “tradução de literatura” requer tanto uma seleção como uma sistematização. Começando por esta, e se considerarmos que a História é “sempre contemporânea”, no dizer de Benedetto Croce (*apud* Torgal 2015: 73), que visitamos sempre o passado com os olhos do presente (séculos xx e XXI), três categorias dominam o campo: a literatura considerada “canónica”, a literatura considerada de “entretenimento” (subdividida, pelo menos, em policial, sentimental, “western” e ficção científica) e a infantojuvenil. Temos bem consciência de quanto cada uma destas categorias é complexa e problemática, requerendo sempre clarificação conceptual prévia. Em seu favor pode, entre outros, aduzir-se que revela uma razoável constância a partir do século XVIII. Quanto à seleção, ela comportará sempre uma vertente subjetiva, embora acompanhada de padrões de avaliação objetivos, baseados em recolhas bibliográficas bastante exaustivas. Veja-se este exemplo: se olharmos para a literatura sentimental publicada em Portugal entre os anos 50 e os anos 70 do século xx, é patente que a maioria esmagadora dos textos de partida era proveniente de Espanha e publicada pela Agência Portuguesa de Revistas. Aliás, não só os textos eram importados, como os nomes das coleções portuguesas em que se inseriam são decalcados dos espanhóis. Algumas coleções têm mesmo os nomes (pseudónimos) dos autores espanhóis, como é o caso da “Carlos de Santander” (em 1979 já contava mais de 50 títulos) ou da “Sérgio Duval” que, em 1975, já contava para cima de 130 títulos.<sup>6</sup> Aliás, não é só o subgénero sentimental a registar a forte fonte espanhola, também as novelas do Oeste (o “western”) o faz. Não há dúvida, portanto, que as relações literárias entre os dois vizinhos ibéricos na categoria “entretenimento” merecem destaque.

Ainda quanto à seleção do objeto “tradução de literatura”, convém ter presente que ficam desde logo cosseleccionados os agentes e as instituições ou instâncias que a possibilitam e divulgam. Assim, o material básico para estudo aumenta consideravelmente, alargando o campo de observação. A investigação torna-se, sem dúvida, mais morosa, porém, só a partir da consciência do polissistema se pode partir para o enfoque no particular – o que fica para

---

<sup>6</sup> Estes dados são recolhidos do projeto em curso *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography*. Neste momento (março de 2018) estão online 50 anos: 1930-1980.

a história não são generalidades. O ato de seleção dirige-se também para os agentes, sobretudo tradutores e editores: por exemplo a editora portuguesa Portugália desempenhou um papel exemplar na divulgação e canonização de literatura estrangeira traduzida entre os anos 40 e os anos 70 do século xx.

A periodização levanta muitas interrogações. À partida, prende-se com a ponderação do período adequado à observação da mudança – que certamente não é repentina... Sendo certo que não há uma regra para um período de observação, e que isso depende muito do objeto, a *década* tem-se revelado um instrumento de análise bastante funcional em trabalhos já realizados para o século xx, e para épocas bem delimitadas historicamente pelas suas características político-culturais muito próprias, como é o caso das ditaduras, nomeadamente da portuguesa (*Estado Novo*, 19(26)33-1974, v. Seruya 2010); já para o Fascismo italiano ou para o Nacional-Socialismo alemão, de duração muito inferior, a observação anual surge mais adequada (Rundle and Sturge 2010, Sturge 2004; Rundle 2010).

Como referido acima, uma boa parte dos estudos já feitos segue a periodização histórica clássica, tanto para o geral da história da tradução (van Hoof 1991, Ballard 2013) como para culturas nacionais (Lafarga/Peguenante 2004). Para a concretização do nosso projeto está excluída a possibilidade de percorrer todos os períodos e bem assim de seguir sempre a sua denominação tradicional (Renascimento, Barroco, etc.). Em alternativa, adaptaremos esta às circunstâncias específicas do tempo português, recorrendo ao conhecimento já adquirido. Assim, por exemplo, a Época dos Descobrimentos, um momento em que Portugal teve um protagonismo nunca repetido na história universal, oferece um panorama rico e complexo sobre a tradução e a interpretação nos múltiplos contactos interculturais nos diversos continentes onde as caravelas portuguesas chegaram, de África ao Extremo Oriente (Mullender 2014; Barreto and Changsen 2013). A interpretação como instrumento fundamental da interculturalidade poderá, assim, elevar-se ao tópico central da história da tradução em Portugal no século xvi. Já o século xx português teve dois períodos marcantes que fundamentam solidamente a hipótese de uma mudança no panorama tradutório: as cerca de quatro décadas do Estado Novo e a transição para a democracia, ou seja, basicamente o período 1930-1980. Tanto as mudanças políticas como as sociais observadas nestes 50 anos influenciaram certamente os iniciadores dos processos de tradução. Põe-se, portanto, em relevo o que se passou com a tradução em épocas relevantes para a história

nacional, emergindo, assim, tópicos como a relação entre tradução e colonização, tradução e ditadura, ou tradução e democracia.

#### **4. A construção de um discurso historiográfico sobre a tradução ou: para uma teoria da história da tradução**

Embora tendo em conta a especificidade do seu objeto, o historiador da tradução, que vem depois do historiador *tout court*, está necessariamente familiarizado com os pressupostos do discurso historiográfico, a saber com os conceitos que lhe subjazem. Estes, por sua vez, prendem-se com as já referidas expectativas de um leitor de História(s), as quais giram à volta do progresso, da mudança (“les transitions de la réalité”, segundo Ballard (2013: 209), de causalidades e explicações. Destes conceitos básicos faria parte também aquilo a que o historiador Fernando Catroga chamou de “razão prognóstica” (2003: 139). Chamar-lhe-emos antes “perspetivas”, expressão mais modesta que traduz sobriamente o que pode vir a ser feito a seguir à etapa que conseguimos concretizar.

Em geral, as histórias da tradução não dão grande lugar a reflexões sobre o seu travejamento teórico, mostrando, no entanto, consciência da complexidade dos problemas em causa, dos quais resultam as opções tomadas. Vejamos brevemente três casos: van Hoof (1991) reconhece a vastidão do empreendimento e o seu paralelismo com a história universal e a história das civilizações, com a diferença que a história da tradução “n’a pas la continuité de l’Histoire et qu’elle presente, bien au contraire, de nombreuses lacunes et dans le temps et dans l’espace.” (7). Reconhece ainda que, a fazer-se uma história da tradução em geral, seria necessária uma “enciclopédia universal da tradução”, razão pela qual decidiu “não ultrapassar o horizonte do nosso mundo ocidental” (9). Uma opção completamente diferente foi tomada por Delisle/Woodsworth (2012) que, ao rejeitarem a opção historiográfica “great deeds of great men”, justificam a sua “history from below”, da qual resulta o enfoque nos agentes da tradução, mais do que no respetivo produto ou processo. Seguiu-se a identificação de temas e atividades, relatadas em forma de histórias:

We identified certain themes, or spheres of activity in which translators have played an important role, and in telling the selected stories, dealt to different

## Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução

degrees with the social, political, economic or religious context in which the particular translators worked. (Delisle/Woodsworth 2012: xv)

Já Michel Ballard dá como significativo subtítulo à sua história da tradução “Repères historiques et culturelles”, de que resultam “escolhas” e “limites” (7). Na esteira do seu antecessor de língua francesa van Hoof, Ballard admite também que o empreendimento de uma história da tradução tem um “carácter enciclopédico” (8).

A obra de Lawrence Venuti sobre história da tradução merece destaque neste contexto, pelo relevo que dá ao seu travejamento teórico e metodológico, bastante sofisticado, e pela consciência que revela de que está a fazer algo de novo (o que é verdade). Venuti (1995, 2008) afirma ter produzido efetivamente “a history of English-language translation from the seventeenth century to the present” (2008: viii). Oferece-nos, de facto, “narrativas históricas”, que estudam o passado para questionar “the marginal position of translation in contemporary Anglo-American culture” (viii), cujo sinal mais visível é justamente a constante invisibilidade do tradutor. Apesar da intencionalidade tradicional da historiografia (a história é útil porque permite que se tirem lições do passado) o estudo de Venuti não está organizado como uma obra de história tradicional, pelo contrário, Venuti afirma explicitamente que abandonou a teleologia e a objetividade, os dois princípios fundamentais da historiografia convencional (32). Vai seguir o método genealógico desenvolvido por Nietzsche e Foucault, que explica nos seguintes termos: “a form of historical representation that depicts, not a continuous progression from a unified origin [...] but a discontinuous succession of division and hierarchy, domination and exclusion, which destabilize the seeming unity of the present by constituting a past with plural, heterogeneous meanings.” (32). Cada capítulo dedica-se ao tema forte que define o papel central da tradução numa certa época, começando por definir os valores aí dominantes em termos de tradução, que são, em regra, a fluência e a transparência resultantes da domesticação do texto estrangeiro. Mostra depois, com análises textuais bastante profundas, quais as traduções e os tradutores que se desviaram das normas dominantes, produzindo traduções estranhantes, sempre em sentido diferente. Ou seja, na cultura anglo-saxónica, desde o século xvii que houve ideias e práticas dominantes sobre tradução e seu desvio, consistindo a história em, cronologicamente, se ir identificando a “norma” e revelando os processos muito variados da sua subversão, sempre

com atenção às polémicas suscitadas. Nas suas próprias palavras, Venuti admite um propósito político no seu estudo: “a cultural history with a professed political agenda” (39). Um estudo que se pretende exemplar e que funcione como modelo.

Este modelo é, sem dúvida, digno de nota e esta obra de Venuti uma das mais influentes em Estudos de Tradução. Porém, não é facilmente adaptável ao estado do conhecimento sobre a história da tradução em Portugal, ainda bastante incipiente. Até porque a tradução só raramente constituiu motivo de polémica pública na vida literária portuguesa. Um caso excepcional a requerer a atenção dos Estudos de Tradução foi a chamada *Questão do Fausto* que, no terceiro quartel do século XIX, envolveu praticamente todos os escritores portugueses de renome na discussão da tradução indireta (baseada em versões anteriores em língua portuguesa e na francesa de Gérard de Nerval) do *Faust*, de Johann Wolfgang von Goethe, por António Feliciano de Castilho (1872), que não sabia alemão. A grande curiosidade desta polémica (defensores e detratores de Castilho) é que, alguns anos antes (1867), Agostinho d’Ornellas tinha publicado a primeira tradução direta da obra magna de Goethe, tendo esta passado quase despercebida (v. Pais 2013). Um caso como este, em que a identificação de uma norma de tradução e a prática do seu contrário são patentes, poderia constituir um campo de experimentação interessante para a metodologia de Venuti.

Após este excursus gostaríamos de nos concentrar na análise de três conceitos expectáveis no discurso historiográfico: facto, progresso, mudança, causalidade(s).

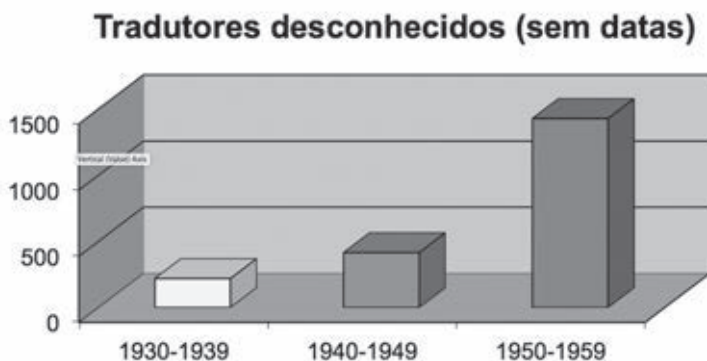
#### 4.1. Facto(s)

Começamos pelo **facto (histórico)**, matéria prima de qualquer obra historiográfica que se queira rigorosa. Em obras recentes de historiadores portugueses não é assunto que concite atenção geral. L. Reis Torgal (2015) prefere dizer que o conhecimento histórico tem por base os “documentos” e “se deve aproximar o mais possível do *objeto de análise*” (45, sublinhado meu). Claro que este objeto de análise tem de ser constituído na base por *res gestae*, “factos” ... documentáveis. Sempre tive a ideia, porém, de que um facto é uma construção, porque a sua constituição como tal deriva de um ato de

## Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução

linguagem. Basta ver a diferença, na língua portuguesa, entre “facto” e “ocorrência” – esta bem menos assertiva que aquele. Sérgio Campos Matos (2010), num estudo sobre o grande pensador da nação portuguesa António Sérgio (1883-1969), ressalta a modernidade da sua noção de facto, que considera ainda hoje válida: “[é uma] construção mental, uma estruturação do intelecto.” (224). Todos os “factos” resultam, assim, de operações mentais dinâmicas (*ibidem*).

Perfilhando embora esta visão para a História, pode ver-se a história da tradução como baseando-se em factos, à primeira vista, puramente objetivos: as traduções realmente existentes. Só que a tradução que se pretende historiar não é só constituída por traduções, como se expôs acima. Está, portanto, de regresso a pergunta: o que é um facto em história da tradução? A resposta é muito diversificada e depende do objeto de análise. Há “factos” documentáveis: textos, tradutores, editoras, clientes (iniciadores do processo). Contudo, sabe-se como o reduzido prestígio dos tradutores levou tantas vezes ao anonimato ou ao pseudónimo, nem sempre identificável. No Portugal do século xx, há dezenas de tradutores que não deixaram qualquer rasto, sobre quem não temos, nem é possível virmos a ter, nenhuma informação para além do nome. Veja-se um exemplo, do período 1930-1959. Este tipo de tradutor aumentou com o grande crescimento do número de traduções.<sup>7</sup>



<sup>7</sup> Pelo contrário, o número de tradutores invisíveis (sem nome) foi diminuindo no mesmo período: passou de 288 na década de 30 para 181 na década de 50. Uma possível explicação para esta saída parcial do anonimato poderá residir no maior rigor imposto à atividade editorial e na necessidade de captar mão-de-obra para um setor em enorme crescimento (literatura de entretenimento). Fonte destes dados: [www.translatedliteratureportugal.org](http://www.translatedliteratureportugal.org).

Em números concretos, passou-se de 220 na década de 30 para 1429 na década de 50. O mesmo se passa com várias editoras, desaparecidas e/ou sem arquivos para consulta. Ou seja, tiveram uma existência real, mas quase inacessível ao conhecimento.

O conceito que estamos a analisar vai-nos permitir ir mais longe na questão da objetividade dos factos, ligando-a à da História como ciência ou como arte.<sup>8</sup> Para Torgal a História é uma ciência objetiva, mas logo lhe contrapõe o conceito de José Mattoso de que ela é “uma representação de representações”, pois que o conhecimento histórico tem por base *documentos* que constituem, por sua vez, representações (2015: 44, 45), o que o teria levado, a ele, Mattoso, a oscilar entre considerar a História como ciência ou como arte.<sup>9</sup> Ora, o certo é que, por muito que se considere o traduzir como um ato criativo, este tem a especificidade de reescrever algo que lhe é anterior. Como reescrita, a tradução é também uma re-(a)presentação, aliás a duplo título: do original e, como ato criativo noutra língua, do novo texto da autoria do tradutor. Gideon Toury não hesitou em chamar às traduções “factos”, e da cultura de chegada (1995: 26-29), desvalorizando, por um lado, a sua natureza de representação, mas, por outro, fundamentando, convincentemente, a “objetividade” dos Estudos Descritivos de Tradução que ele inscreveu, desenvolvendo o “mapa” dos Estudos de Tradução de James Holmes, no domínio da ciência empírica, na linha de Carl Hempel (1995: 9).

Os Estudos de Tradução em Portugal, no que têm contribuído para a história da tradução, partem de *estudos descritivos* orientados pela obra de Toury. Podem, portanto, reclamar-se da objetividade própria da ciência. Sendo duas áreas diferentes, são interdependentes: a história precisa dos estudos descritivos (que, entre outros, fornecem os “factos”), os estudos descritivos não só não se podem fazer sem história (necessitam, por exemplo, de um contexto), como ficariam incompletos sem uma narração e uma interpretação, próprias do narrador historiográfico.

---

<sup>8</sup> Escrevemos História para nos referirmos à historiografia.

<sup>9</sup> Torgal, quanto a esta hesitação de Mattoso, cita depois outro passo da mesma obra sua, *A Escrita da História. Teoria e Métodos* (1988), em que o reputado historiador admite que a História é uma ciência (2015: 46).

## 4.2. Progresso, evolução, mudança

Uma outra expectativa de um leitor de História é ver narrada a evolução de um determinado objeto desde as suas origens até um estágio superior. Seria o caso dos meios de transporte ou de comunicação; seria sem dúvida também o caso da medicina. Não hesitaríamos, nos dois casos, em falar de **progresso** (científico), mesmo sabendo que pode não ter acontecido linearmente. Ocorre, portanto, perguntar o que será o progresso em história da tradução. É certo que os trabalhos conhecidos, e já citados, não funcionam com esta categoria. “Progresso” é tópico que não consta, por exemplo, da obra metodológica de Pym (1998). A interrogação, no entanto, continua pertinente para o ponto de vista do historiador.

A ideia de progresso, decorrente do postulado iluminista (otimista) da perfeitibilidade humana, parece de difícil aplicação à tradução. Como justificar que um tradutor do século XVIII traduz “melhor” do que o medieval um texto da Antiguidade, por exemplo? O que é “traduzir melhor”? O que significa aperfeiçoar-se no traduzir? A tradução da Bíblia de Lutero é melhor do que a de S. Jerônimo? Comparar revela-se um absurdo, pois cada tradução é devedora do estado da língua e do conhecimento filológico do seu presente. Esta marca da historicidade das traduções causa o seu envelhecimento e confere-lhes vida efêmera: suportamos mal, hoje, traduções do século XIX da *Odisseia*. Além dos clássicos sempre retraduzidos, temos as traduções dos contemporâneos, das novas publicações. Mas enquanto qualquer tradução é uma novidade na cultura de acolhimento, já considerar que o novo é um progresso é algo bem mais controverso.

Os métodos de investigação na arte, nas ciências, nas humanidades sem dúvida que têm também progredido, isto é, têm-se aperfeiçoado e sofisticado, contribuindo para aumentar e melhorar o conhecimento e dar-lhe credibilidade. Em relação ao traduzir perguntar-se-ia, então, que evolução se poderia detetar quanto aos métodos de traduzir. É importante, neste ponto, distinguir entre a atividade de traduzir e o seu produto, as traduções, por um lado, e a investigação sobre as traduções feitas, o ramo “puro” dos Estudos de Tradução, por outro, segundo o tradicional mapa da disciplina originalmente proposto por James Holmes. Andrew Chestermann tentou responder à questão do progresso nos Estudos de Tradução (2000), fazendo-a depender da visão que se tenha da disciplina como ciência aplicada, ou como disciplina hermenêutica ou

ciência humana empírica. A cada visão corresponderiam diferentes noções de progresso, que Chestermann equaciona com a resolução de problemas, em termos de explicação causa/efeito. A sua conclusão é a de que um “progresso real” em Estudos de Tradução seria chegar a uma teoria da tradução muito abrangente: “to build a general empirical theory of translation that is both rich and robust [...]” (2000: 16p.).<sup>10</sup>

Não falando na disciplina, mas no traduzir, voltamos à reflexão sobre os métodos. É pertinente falar aqui em progresso? Não nos parece. De Cícero ao presente, o que se verifica é uma constância, quiçá surpreendente, em relação às duas opções: à letra ou pelo sentido. Claro que os estudiosos da tradução recorrem a um vocabulário mais sofisticado e, reconheça-se, com diferenças em relação à dicotomia tradicional: a receção produtiva da seminal conferência de Friedrich Schleiermacher *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir* (1813) da parte de Lawrence Venuti (2008) popularizou a terminologia tradução “domesticante” vs “estranhante” (que Schleiermacher teorizou, mas nunca usou). Apesar da consciência revolucionária de Schleiermacher, demarcando-se explicitamente da tradição (2003: 66-67), os “novos” métodos mantêm uma relação com a alternativa à letra vs pelo sentido, cuja análise não cabe neste contexto (v. Kitzbichler 2016). Afinal, a posição de G. Steiner de que todas as teorias da tradução são variantes da pergunta sobre qual será a correlação optimal entre um texto A na língua de partida e o texto B na língua de chegada, parece não andar muito longe da verdade:

The issue has been debated for over two thousand years. But is there anything of substance to add to Saint Jerome's statement of the alternatives: *verbum e verbo*, word by word in the case of mysteries, but meaning by meaning, *sed sensum exprimere de sensu*, everywhere else? (1992: 275)

Não sendo, portanto, pertinente falar de progresso quanto a métodos de traduzir, há progresso, sim, em tudo o que facilita o trabalho do tradutor e o rentabiliza, e que vai dos dicionários e do estudo científico das línguas, às tecnologias. Assim, continua a falar-se do “sonho da tradução perfeita” (Azevedo,

---

<sup>10</sup> As páginas desta versão em linha não estão numeradas, embora a fonte (v. Chestermann 1998) indique que o estudo ocupa as páginas 33-49. A nossa citação figura na última linha do texto.

2015: 35) através da melhoria constante dos sistemas de tradução automática que, segundo a investigação em curso, por exemplo na Unbabel<sup>11</sup>, pode permitir que se traduzam 40 mil palavras por hora, quando um tradutor humano, sem a ajuda da tecnologia, apenas consegue entre 300 e 400 palavras por hora (Ramos 2015: 18). Claro que, neste caso, falamos apenas da tradução não-literária. Aliás, noutro sentido haveria progresso na tradução técnica: se se conseguisse pôr fim, ou, pelo menos, reduzir o anonimato dos seus coautores.<sup>12</sup> Como é por demais visível, as traduções técnicas não são assinadas. Sem autores, a tradução técnica não parece passível de historiar.<sup>13</sup>

A ponderação do valor de uma tradução indireta em face duma direta é outro aspeto digno de reflexão dentro do presente tópico. A tradução indireta tem sido alvo de interesse e estudo recente, também pela sua forte presença em culturas ditas periféricas ou semiperiféricas, como a portuguesa (v. Rosa/Pięta/Maia 2017, Pięta 2013; Spirk 2014). O recurso à tradução indireta prende-se com o grau de conhecimento de línguas estrangeiras da parte das elites (onde estamos a incluir os tradutores) por um lado, por outro, quanto à fonte da importação, com a cultura dominante no país. Falando de Portugal e do caso da literatura russa, podemos observar o seguinte: até aos anos 80 do século xx, os clássicos russos (Dostoievsky, Tolstoi, Tchekov, Gogol, etc.) eram traduzidos do francês, porque não tínhamos em Portugal falantes de russo nem ensino da língua (por várias razões). Por outro lado, a França era, sem dúvida, a cultura de maior influência nas elites sociais e culturais portuguesas (que não nas camadas mais populares que consumiam outro tipo de literatura) até à Revolução de Abril (1974). No presente já temos vários tradutores diretos do russo, pelo que já chegámos à situação de novas traduções dos clássicos e, nalguns casos, até temos traduções em competição (caso de *Ana Karenina*). A tradução direta será um progresso em relação à indireta? Sim, se puder ser explicada com a maior difusão de línguas e culturas estrangeiras num país (cf. Rosa/Pięta/Maia 2017).

---

<sup>11</sup> A Unbabel é uma startup que junta a tecnologia a uma comunidade de tradutores (Jornal Expresso, 22 de agosto de 2015).

<sup>12</sup> Falamos em coautores porque a tradução técnica automática precisará sempre de revisão humana.

<sup>13</sup> Embora nem sempre se faça, é preciso distinguir a tradução técnica da científica, pois esta, recorrendo, por exemplo, a estratégias de argumentação, tem uma forte componente autoral.

Sendo a prática da tradução organizada e regulada por forças sociais, os **tradutores** formam um grupo social, com os seus próprios interesses e aspirações, constrangimentos e acesso a recursos, constituindo, portanto, um importante objeto de estudo (Sela-Sheffy 2005: 2). Pym vai ao ponto de considerar que o objeto central do conhecimento histórico sobre tradução não é o texto, nem o contexto, nem as características linguísticas, mas sim o “tradutor humano”: “since only humans have the kind of responsibility appropriate to social causation” (1998: ix). Acrescenta ainda: “Only through translators and their social entourage (clients, patrons, readers) can we try to understand why translations were produced in a particular historical time and place.” (ix) Ora, apesar desta relevância que os investigadores lhes reconhecem, em muitas sociedades, como a portuguesa, sobretudo num passado não muito longínquo, os tradutores (com algumas exceções) não têm visibilidade nem reconhecimento sociais. Recorde-se como L. Venuti (1995, 2008) identificou a invisibilidade do tradutor como caracterizadora da história da tradução que propõe. Se postularmos que esse reconhecimento é desejável, para se elevar ao nível da presença e do papel da tradução na cultura (portuguesa), e olharmos para paragens em que a situação é bem mais favorável (a Alemanha, por exemplo), admitiremos como progresso quaisquer passos que sejam dados para melhorar, incentivar, reconhecer o trabalho do tradutor, por exemplo com a instituição de prémios, remunerações adequadas, associativismo profissional com influência, aplicação da Norma Europeia de Tradução, formação universitária de tradutores, ensino e investigação universitários da tradução, entre outros. Aos editores cabe aqui uma responsabilidade grande, ao fornecerem um mínimo de informação sobre os tradutores nas fichas técnicas das obras (datas de nascimento e morte, se for o caso). Bastava esta informação para, no caso dos anos do Estado Novo em Portugal, dezenas de tradutores terem saído do quase anonimato (v. acima).

Terminamos estas reflexões sobre a noção de progresso em história da tradução lançando um olhar para uma outra história, a da filosofia. Em 2012, dois filósofos portugueses publicaram uma “breve história da filosofia” que intitularam *As Questões que se Repetem* (Tunhas e Abranches 2012). Segundo os autores, esta história foi escrita sem nenhuma tese em mente. Quando muito é proposta uma tese “de teor negativo”, segundo a qual “contrariamente aquilo que se passa nas ciências, não há progresso [...] em filosofia.” (2012: 9), o que é exemplificado, entre outros, com Kant, que “não transforma Descartes

numa velharia poeirenta”. Em recensão a esta obra, Diogo Pires Aurélio, também filósofo, sublinha que se trata antes de uma história das formulações de um certo número de questões, às quais a filosofia torna sempre, segundo a diferença dos tempos (Aurélio 2012: 38). Atrevemo-nos a sugerir que também em história da tradução não se pode em boa verdade funcionar com a ideia de progresso, pois que as perguntas principais do seu historiador – quem traduziu o quê, como, onde, por iniciativa de quem, porquê, para quê, com que efeito – serão sempre estas. Os tempos é que mudarão as respostas.

Outros conceitos menos “ideológicos” causarão menos problemas a uma história da tradução, integrando mais ou menos pacificamente o discurso historiográfico: a evolução e a mudança. Para ilustrar o que seria uma **evolução** a registar, atente-se neste exemplo: uma análise quantitativa do fluxo de traduções numa cultura permite assinalar uma evolução no peso relativo que o fenómeno tradutório ali tem. Assim, a bibliografia da tradução em Portugal, de Gonçalves Rodrigues, acima referida (1992-1999), inclui no seu primeiro volume, referente ao período 1495-1834, 359 páginas de bibliografia, 153 das quais dedicadas ao período 1800-1834; o segundo volume abrange apenas 15 anos (1835-1850) e apresenta 175 páginas com títulos, o que indicia o século XIX como o momento que começa a registar um incremento considerável da tradução na vida literária portuguesa. Claro que uma evolução pode também traduzir-se num recuo, por exemplo, de títulos traduzidos, de títulos traduzidos de uma certa língua, da tradução de literatura ou da tradução técnica, etc.

Porém, a História escreve-se para registar fenómenos de **mudança**, próprios da passagem do tempo. Um exemplo é dado por Pym: se, na cultura europeia, se contar o número de traduções em verso livre no século XIX tardio, verificar-se-á a tendência para a prosificação do verso, uma mudança da qual os leitores de poesia estavam conscientes (1998: 110). Este seria um caso de mudança na história interna da tradução. Na história externa a mudança pode ser mais óbvia: uma análise quantitativa dos países dos textos de partida na tradução de literatura pode assinalar mudanças na cultura dominante ao longo de um período.

### 4.3. Mudança e causalidade

A mudança pode atingir várias componentes do polissistema da tradução. O interesse por certos autores e textos de partida pode aumentar, diminuir ou desaparecer, novos tradutores podem entrar em cena e outros desaparecer, a sua formação e competências variar; o mesmo se pode dizer das editoras que publicam traduções, coleções e antologias: podem surgir, continuar ou desaparecer, etc. O problema reside então nos ritmos da mudança em cada componente do polissistema, ritmos estes que serão provavelmente descontínuos, com consequências para as hipóteses de periodização.

Pym (1998) explica com clareza que a explicação (“Explanation”) é a terceira fase da construção de uma história da tradução (sendo as outras duas a “arqueologia da tradução” e a “crítica histórica”) (5-6). E logo estabelece uma ligação intrínseca entre explicação e mudança, entre causalidade e mudança:

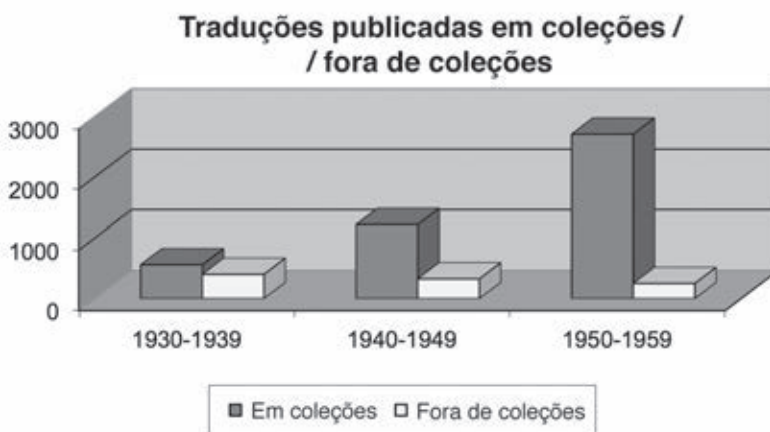
*Explanation is the part of translation history that tries to say why archaeological artefacts occurred and where they did, and how they were related to change [...]*  
*Explanation must be concerned with the causation of [...] data [...]* (6)

A explicação traduz-se em narrativas, como aliás já foi referido, e Pym salienta como contribuem para a qualidade do projeto historiográfico, ao fazer a exigência de que têm de ser “close to good storytelling” (7). Ao assunto Pym vai dedicar um capítulo inteiro, começando com exemplos de histórias da tradução que considera parcialmente falhadas por não terem encontrado explicações para tendências marcantes (por exemplo, porque é que houve cerca de 50 traduções de Byron para alemão entre 1900 e 1905) (144). É claro que está consciente da dificuldade em procurar e encontrar explicações para os fenómenos tradutórios, por um lado, por outro mostra que a causalidade é, em muitos casos, múltipla e, além disso, pode apresentar uma estrutura hierarquizada. Estabelecer esta hierarquia, dizemos nós, é tarefa da própria explicação/ interpretação, mas exige racionalidade, um elo lógico entre causa e efeito.

Não sendo possível comentar em detalhe todo este capítulo, incluindo as críticas não pertinentes que Pym faz ao que julga ser o tratamento da causalidade em Toury (152-154), alguns aspetos da argumentação de Pym não dispensam um comentário. Ao referir-se às teorias funcionalistas da tradução (*Handlungstheorie* e *Skopostheorie*) identifica bem que, à luz do funcionalismo,

## Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução

o propósito [purpose] duma tradução é o fator dominante no processo. Porém, não vemos como é que o propósito de uma tradução se relaciona com a causalidade no discurso historiográfico. Propósito de uma única tradução específica e sua explicação pode dar no mesmo, no âmbito de um estudo de caso com um *corpus* homogêneo e reduzido, e num espaço de tempo muito delimitado. Não se nega, em teoria, que se possa fazer história da tradução nesta base, mas seria uma exceção; querendo escrever uma história da tradução teremos de funcionar com *corpora* de âmbito mais vasto e ao longo de um espaço de tempo relativamente vasto, para uma descrição mais sólida do objeto e observação (eventual) da mudança. É possível falar de “purpose” para um *corpus* ou só para uma tradução individual? Atente-se neste exemplo: na nossa investigação sobre a tradução no Estado Novo detetámos, na política das editoras que publicavam traduções de literatura, uma preferência esmagadora pela sua inclusão e organização em antologias e, sobretudo, em coleções (Seruya *et al.* 2013; Seruya *et al.* 2013a; Seruya 2005a). O gráfico seguinte dá uma ideia concreta do fenómeno para o período 1930-1959:



Fonte: [www.translatedliteratureportugal.org](http://www.translatedliteratureportugal.org)

Tanto as antologias como as coleções são *corpora* representativos. Mas pode falar-se de “purpose” em relação a um conjunto?

Voltamos então à causalidade ou explicação, com o caso das coleções que acabámos de referir. Há que reiterar que aquelas têm de ser múltiplas e interdisciplinares e poderiam formular-se assim: as coleções são um caso de planificação da cultura (Toury 1999), são planos/propostas de formação

literária, científica e técnica num país com elevada taxa de analfabetismo<sup>14</sup>, respondem ao aumento e diversificação do público leitor, nomeadamente urbano, perante a escassez e qualidade insatisfatória da produção nacional<sup>15</sup>, são projetos de educação do gosto, um contributo para a constituição de um cânone, criam uma imagem de cosmopolitismo num clima de nacionalismo exacerbado da parte do poder, numa sociedade fechada, sem liberdade, com Censura. Podíamos ainda falar de razões psicológicas: gosto dos portugueses pelo colecionismo? E porquê? Emulação das editoras umas em relação às outras, num espírito de concorrência liberal, aliás não particularmente grato ao Corporativismo do Estado Novo? Como vemos, as “causas” enumeradas, entre certamente outras, pertencem a várias áreas de saber, que teriam de ser convocadas para construir esta causalidade múltipla.

## 5. A concluir

Para começar a escrever uma história da tradução em Portugal em tempo útil, há que recorrer ao conhecimento já existente. É um conhecimento muito disperso e fragmentado, mais sólido nos séculos XIX e XX, muito delimitado no século XVI, escasso para o tempo anterior, apenas incipiente nos séculos XVII e XVIII. Assim, o que se afigura exequível a curto prazo é observar os séculos XIX e XX, onde tem incidido a atenção dos investigadores portugueses, pelo maior número e a maior acessibilidade das fontes. Não dispensando a arqueologia (facilitada pelas bibliografias), terá de haver um enfoque bastante

---

<sup>14</sup> Entre 1930 e 1970 a taxa de alfabetização (determinada a partir da taxa de analfabetismo) passou de quase 39% para cerca de 76%; em 1991 essa taxa era de 89,5% (Melo 2004: 68s.); em 1940, mais de metade dos alfabetizados não tinham nem frequentavam qualquer grau de ensino (c. de 1,5 milhões de portugueses), em 1960 o seu número absoluto quase atingia 1,9 milhões de pessoas. Após a revolução de 1974, a taxa de alfabetização apenas cresceu 12% entre 1970 e 1991.

<sup>15</sup> Na fotobiografia de Agostinho Fernandes, proprietário da Portugália Editora (fundada em 1942), é relatado o seguinte: “De 1943 conhece-se o programa inicial traçado por João Gaspar Simões, que era director literário da Portugália Editora. [...] é notória a omissão de autores portugueses: já em finais de 30, João Gaspar Simões dirigira nas ‘Ed. Europa’ [...] a Colecção de Autores Portugueses Modernos (com Almada, Madeira, Branquinho, Aleixo, entre eles), colecção que se revelara um perfeito falhanço editorial, porque os modernos, incluindo presencistas, não chegavam ao grande público. João Gaspar Simões, no auge duma celebridade implacável, centrou a sua acção nas traduções e nas antologias, [...]” (*Agostinho Fernandes... 2000: 213s.*)

## **Fazer história da tradução e escrever uma história da tradução**

seletivo ou em tradutores, ou em géneros, ou em *corpora* textuais, em editoras, ou ideias dominantes sobre tradução; claro que a combinação de mais do que um constituinte do processo de tradução também acontecerá certamente. Ou seja, far-se-á a história do que propomos que seja destacado em cada momento, por variadas razões. Está, assim, posta de lado uma história da tradução panorâmica. Será, pelo contrário, exemplar no tratamento de fenómenos, textuais e humanos, que “vão ficar para a história” pela sua intervenção em processos de mudança cultural.

## Capítulo 2

# História literária e traduções no Estado Novo. Uma introdução possível

(com Maria Lin Moniz)<sup>1</sup>

É consensual que, na segunda metade do século xx, a *História da Literatura Portuguesa* de António José Saraiva e Óscar Lopes funcionou como a obra canónica do género, a ponto de, para muitos, canónica e única se terem confundido, pelo menos até tentativas recentes de Carlos Reis na Editorial Verbo e de Isabel Allegro de Magalhães por via da Fundação Gulbenkian as quais, porém, segundo o respetivo autoentendimento, não pretendem certamente concorrer com aquela. A avaliar pelo elevado número de edições da obra de Saraiva/Lopes, pode dizer-se que o processo da sua institucionalização ou canonização foi célere e está de pedra e cal. Tal aconteceu em pleno Estado Novo, para além das represálias políticas de que os seus autores foram vítimas, como é sabido. Pelo aludido valor de posição da obra, pode arriscar-se dizer que ela representará uma cesura no percurso da historiografia literária portuguesa, tal como hoje, por exemplo, muitos afirmam em relação a Teófilo Braga. Não é este, porém, o objeto que agora nos ocupará, mas antes os antecedentes que decidimos atribuir-lhe, até para um dia poder situar com rigor o empreendimento dos dois ilustres professores e amigos.

Não é ainda possível observar, sequer parcialmente, o panorama das traduções publicadas durante o Estado Novo (1926/1933-1974). Na verdade, o último volume da monumental obra de A. A. Gonçalves Rodrigues *A Tradução em Portugal* (1992-1999), o quinto, abarca apenas as três primeiras décadas do século xx (1901-1930), prevendo-se que o sexto, com que a obra

---

<sup>1</sup> Primeira publicação: Seruya, Teresa / Moniz, Maria Lin (2001), "História Literária e Traduções no Estado Novo. Uma Introdução Possível", in *Atas do Congresso da APLC*, Évora, 9-12 maio de 2001, vol. II "Tradução, Tradições e Cânones", [www.eventos.uevora.pt/comparada](http://www.eventos.uevora.pt/comparada).

terminará, se estenda até 1950, faltando assim bibliografar cerca de um quarto de século.<sup>2</sup> Alguma coisa, porém, poderemos tentar iluminar da relação do Estado Novo com a historiografia literária portuguesa, especificamente no que o respetivo discurso revela do entendimento das traduções realmente existentes e/ou do entrelaçamento da nossa literatura com as estrangeiras. É certo que, à partida, está bem ativo o pré-juízo de que um Estado arraigadamente nacionalista e autarcista não estará disponível para aceitar, mesmo na interpretação do passado, a convivência, a paridade com, para já não referir a hegemonia, de presenças estranhas ao tecido autóctone. Assim, há uma forte expectativa de menosprezo destas que tornaria desinteressante o estudo em questão. A verdade, porém, é que o *corpus* que se nos depara é numeroso e diversificado. Por razões que ficarão claras, a nossa atenção centrar-se-á no período relativamente curto que vai de 1936 a 1947, datas que propomos sejam consideradas relevantes tanto para a historiografia literária como para a história do ensino/educação, sendo estes afinal, pelo menos no nosso país, os principais destinatários das histórias da literatura portuguesa.

Na periodização a que António Nóvoa procede da ação do Estado Novo no campo educativo, é apontada, após um período turbulento de desmantelamento da escola republicana (1930-1936), em que a substituição de legitimidades se revelou árdua, uma fase de viragem que abrange precisamente os anos de 1936 a 1947. Assiste-se, então, à edificação da escola nacionalista, num clima de “corte com os movimentos educativos além-fronteiras”, de “exclusão de redes internacionais de circulação de ideias e de produção de práticas” (Nóvoa 1990: 460). No ano de 1936 foram tomadas algumas medidas às quais a imagem educativa do Estado Novo ficou associada, como o batismo do Ministério da Instrução em Ministério da Educação Nacional, a instituição do livro único, a instituição da Mocidade Portuguesa e a da Obra das Mães para a Educação Nacional. Mas o que mais especificamente nos interessa é a publicação dos Decretos-Lei 27084 e 27085, de 14 de outubro de 1936, promulgando aquele a reforma do ensino liceal, este aprovando os programas das respetivas disciplinas. Na sequência desta legislação, e remetendo expressamente para ela no que ao Português concerne, são dadas à estampa uma *História da Literatura Portuguesa*, de Augusto Dias (Porto,

---

<sup>2</sup> No momento em que preparamos este livro (2018) já é mais do que certo que tal volume nunca verá a luz do dia.

Editora Educação Nacional, 1939) e *A Língua e a Literatura Portuguesa (de harmonia com os programas oficiais)*, do Pe. Arlindo Ribeiro da Cunha (Braga, Livraria Cruz, 1941). Assumindo-se igualmente como apoio aos programas em vigor, temos ainda o “manual escolar” de Agostinho José Fortes, *História da Literatura Portuguesa* (Lisboa, Livraria Popular, 1936) e a *História da Literatura Portuguesa* de Joaquim Ferreira (Porto, Domingos Barreira, 1939). Mas enquanto “o modelo de escola e de educação do Estado Novo não tem memória na instrução pública portuguesa” (Nóvoa 1990: 509), as histórias da literatura portuguesa referidas têm de ser relacionadas com propostas anteriores, das quais selecionamos, sem obviamente as poder analisar agora, as de Barbosa de Bettencourt (*História Comparativa da Literatura Portuguesa*, Paris-Lisboa, 1923), José Agostinho (*História da Literatura Portuguesa*, Porto, 1927) e Aubrey Bell (*A Literatura Portuguesa. História e Crítica*, Coimbra, 1931, original inglês 1922). Posteriormente ao núcleo relacionado com a legislação, destacamos duas obras de Fidelino de Figueiredo (*Literatura Portuguesa. Desenvolvimento Histórico das Origens à Actualidade*, Rio de Janeiro, 1941, e *História Literária de Portugal*, Coimbra, 1944), a *Breve História da Literatura Portuguesa*, de Óscar Lopes e Júlio Martins (Lisboa, 1945) e, concluindo o percurso que nos propomos traçar, a *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*, de João de Castro Osório (Lisboa, 1947). Só nesta última nos deteremos.

Começamos por um breve comentário à legislação de 1936 acima citada, que não deixa dúvidas sobre uma visão do ensino como “sistema de inculcação ideológica” (Nóvoa 1990: 461),<sup>3</sup> pelo qual foi responsável o ministro Carneiro Pacheco (de 1936 a 1940), anteriormente professor da Faculdade de Direito de Lisboa. À aula de Português é conferido um papel especial por ser um dos lugares em que melhor se pode “desenvolver o sentimento nacional e a formação moral do aluno” (1245),<sup>4</sup> embora só o 2.º ciclo obrigue a leituras

---

<sup>3</sup> Cf. comentário de Rómulo de Carvalho sobre este momento em que, a nível europeu, a ditadura portuguesa se fazia acompanhar da italiana e da alemã, tendo o bolchevismo sido eleito como alvo privilegiado de combate, nomeadamente, para Portugal, devido aos acontecimentos na vizinha Espanha: “Tudo se congregou, portanto, para que a mão forte de Salazar se fechasse sobre a Nação. Governar não seria apenas pôr em ordem a vida económica e financeira do país mas também e com prioridade, defendê-lo do tráfego e da circulação de ideias [...] Mais do que nunca seria necessário olhar para a Escola [...]” (Carvalho 1996: 753).

<sup>4</sup> Decretos-Lei n.º 27084 e 27085, de 14 de outubro de 1936, in *Diário do Governo*, I série, n.º 241, pp. 1235-1283, de ora em diante identificado apenas pela página.

literárias.<sup>5</sup> Da secção dos livros, porém, está expressamente excluída uma história da literatura, e os “cortes” nos textos são aconselhados porque o “intuito moral” não pode perder-se de vista e há o perigo de desenvolver nos alunos “tendências prejudiciais”. É só no 3.º ciclo que se preconiza o “estudo convenientemente graduado da literatura portuguesa” (1274), com as quatro secções que as obras referidas em geral seguirão: origem da língua portuguesa, época medieval (séculos XII a XV), época clássica, com três períodos, e época romântica (que alguns autores terminarão com o Realismo, outros nos princípios do século XX). Além do “castelhanismo” a propósito do Cancioneiro Geral, da influência italiana no Renascimento, e dos “aspectos gerais das sociedades europeias no século XVII” (1274) (porquê só neste?) não há referências a contactos internacionais. A história literária serve à “educação cívica dos alunos” e pretende oferecer uma “síntese da vida mental da Nação” (1275). Tendendo o ensino liceal à “formação da mentalidade corporativa” (Art.º 1, Cap. I), pode considerar-se a história literária um útil instrumento desta formação.

Passaremos a referir-nos brevemente ao núcleo das obras mais relacionadas com a legislação. Augusto Dias<sup>6</sup> dedica a sua obra ao bispo de Lamego de então. O seu discurso é essencialmente adjetivante, com pouca informação factual, sem rigor a nenhum nível. Os títulos das obras estrangeiras surgem em português, e o “sincronismo literário” que antecede cada época e cada período dentro dela é constituído apenas por nomes, datas e juízos sobre os autores. A periodização da “Época clássica” é designada pela respetiva cultura estrangeira dominante, um procedimento comum a muitas obras. A ideologia é manifesta, embora inconsistente, por exemplo na avaliação ambígua da influência castelhana e dos Jesuítas. Já a Revolução Francesa (expressão que nunca aparece) é objeto de hostilidade: os enciclopedistas “embrenharam-se em considerações filosóficas perigosas, origem funesta de convulsões sociais” (Dias 1939: 181s.). Mas onde a crítica preconceituosa e moralizante é mais explícita, iniciando uma tradição que se prolongou por décadas, é nos juízos sobre a sanidade mental de autores como Eça, Ramalho Ortigão, Júlio Dinis e Camilo. Também o realismo é condenado como “advento da República” (289).

---

<sup>5</sup> Para o 4.º ano: Camilo, Júlio Dinis, Garrett; 5.º ano: Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda e Camões; 6.º ano: Fernão Lopes, João de Barros, *Os Lusíadas*, Pe. António Vieira, D. Francisco Manuel de Melo.

<sup>6</sup> Apesar das muitas fontes consultadas, não consegui ainda identificar este autor, de seu nome completo Luís Augusto Pereira Dias.

As referências à tradução são insignificantes. Para além dos lugares comuns do Filinto tradutor pela incapacidade de ser original e da “linguagem perfeitíssima” das traduções de Castilho, admite mesmo assim que a tradução é veículo de inovação ao considerar que as traduções dos grandes autores alemães levaram “a toda a parte o gosto das novas doutrinas literárias” (183).

Muito mais completa, fundamentada e detalhada, a obra do Padre Arlindo Ribeiro da Cunha, professor do ensino secundário, foi escrita no rescaldo das comemorações do duplo centenário da nacionalidade em 1940, justificando-se assim uma história da literatura como monumento a um povo de descobridores e civilizadores (Cunha 1941: V). Tal como em Augusto Dias, aparece-nos um “sincronismo literário” por cada período dentro das principais épocas, dividido pelas principais culturas europeias de então (por esta ordem: Espanha, França, Itália, Inglaterra, Alemanha), notando-se aqui algum desvio em relação à legislação: a 3.<sup>a</sup> época é chamada de “Moderna” e subdivide-se em Romantismo, Realismo e Nacionalismo, e o horizonte internacional é alargado, por um lado, às introduções aos capítulos de cada período, por outro, a referências a culturas não centrais como a escandinava e a russa, admitindo-se, no caso desta, não só fenómenos de europeização do país como de atração e receção dos autores russos no Ocidente. Arlindo Cunha admite a importação de géneros literários, como os “romances populares e as *canções de gesta*” (115, *it. sic*) de origem castelhana, ou a “novela pastoril” (298) com o seu berço em Itália. A obra termina com uma extensa bibliografia, o que nem sempre acontece.

Em relação ao papel da tradução, pode falar-se em alguma atenção ao assunto, como é o caso de D. Dinis e da sua política de encomenda de traduções que, segundo o autor, mostra o empenho do rei em enriquecer a língua portuguesa para a tornar independente da espanhola. É justamente este papel de evolução e enriquecimento da língua portuguesa perante a hegemonia do castelhano na Península do século xv, que é atribuído à intensa atividade de tradução dos Príncipes de Avis e dos Cronistas, que assim “procuraram tornar a prosa portuguesa mais perfeita e adequada à expressão das ideias filosóficas, científicas e morais” (157s.). Admite-se a tradução, portanto, como relevante instrumento político de autonomização de uma cultura. Dignas de registo são ainda algumas referências à adulteração na receção de culturas estrangeiras por via das traduções intermédias francesas (438, 521), no caso dos modelos clássicos (Arcadismo) e da influência anglo-germânica na segunda metade do século xix.

Da obra de Joaquim Ferreira temos conhecimento de pelo menos duas edições, sendo a primeira de 1939 e a segunda de 1949.<sup>7</sup> São desconcertantes as diferenças entre as duas: a referência à concepção de ensino “sintético e afirmativo”, que não deve suscitar nos alunos enigmas, desaparece da 2.<sup>a</sup> edição; a 1.<sup>a</sup> contém uma bibliografia final extensa, internacional, atualizada, que abrange histórias literárias de outros países, mas nada diz na “Advertência” introdutória sobre a componente internacional da literatura nacional. Já a “Advertência” da 2.<sup>a</sup> edição, além de defender a inclusão de textos e autores não-canônicos, propõe-se “avivar aspetos da civilização europeia relacionados com a atividade mental do nosso país” e indagar do lugar das letras portuguesas na “evolução cíclica da cultura universal”. É notória ainda a despreensão com que Ferreira assume que, considerando ele a história literária uma arte, o processo de seleção decorre do gosto e do temperamento. Quanto à periodização, segue de perto a proposta na legislação: basta consultar o índice para verificar que os pontos a tratar em cada capítulo são copiados do texto da lei. Por amostragem, servimo-nos do segundo período da “Época clássica” (século xvii), onde encontramos formulações como “o absolutismo e a moda do estilo afetado”, “o misticismo sebastianista” ou “decadência dos géneros poéticos”. Contudo, há significativas incursões autorais, de carácter ideológico: ao desenvolver o ponto sobre “as sociedades europeias no século xvii”, se é verdade que fala, em registo neutro, dos enciclopedistas em França, já é com inequívoco repúdio que verbera os crimes da Inquisição, tanto em Espanha como em Portugal, considerando “irrecusável” a “deletéria ação” desta nas letras (Ferreira 1939: 507ss.). Dedicar até uma secção à instituição da censura pelo Santo Ofício, afirmando que “a censura prévia foi um dos óbices ao progresso das ideias neste século” e que “a supressão impiedosa da liberdade nas ideias acarretou insanáveis estragos na cultura” (511). A conclusão sobre o nosso século xvii é de isolamento em relação à Europa culta (512), pelos três fatores que desenvolveu: “decadência política, o terror da Santa Inquisição e

---

<sup>7</sup> Formado em Direito pela Universidade de Lisboa, J. F. (n.1899) foi advogado e ensaísta, tendo também publicado poesia. No primeiro campo, foi autor de *História das Instituições do Direito Romano* (1920), *Organização Política e Administrativa da Nação* (1936), *Apologia do Sindicato* (1938). Como ensaísta em temas de história da literatura portuguesa, tem numerosos estudos a acompanhar edições de Fernão Lopes, João de Barros, D. Francisco Manuel de Melo, Camões, Diogo Bernardes e Filinto Elísio, que não são referidos por A. J. Saraiva e Ó. Lopes. É ainda autor de uma *História de Portugal* (1953), e de uma *Sinopse da Literatura Portuguesa* (3.<sup>a</sup> ed. 1956).

os sequestros da censura” (512).<sup>8</sup> Ao leitor de hoje salta ainda à vista a crítica ao absolutismo, “o maior réu deste aviltamento na literatura do século xvii” (515). Mas o mais surpreendente é porventura a avaliação muito negativa do rei D. Sebastião, cujos “delírios de cavaleiro andante atiraram o reino ao fundo do abismo – a entrega ao estrangeiro” (516), e até dos Descobrimentos, “empresa marítima excessiva para tão pequenino país” (516). Quando olhamos para as recomendações sobre a disciplina de Português logo no 1.º ciclo: “Far-se-á compreender ao aluno que o sentimento nacional da grandeza da Pátria está íntima e indissociavelmente ligado à nossa tradição colonial. É indispensável atrair a sua atenção para as condições de vida e progresso do Império Colonial Português [...]” (1244<sup>9</sup>), confirmamos, apesar de tudo, a existência de algum espaço para a diferença no Estado Novo.

Merece destaque o caso do republicano socialista Agostinho José Fortes (1869-1940),<sup>10</sup> professor universitário, escritor, jornalista, tradutor, autarca e deputado republicano. A preocupação com o rigor científico ressalta logo da sua visão da história da literatura como “ciência positiva” que, como tal, se deve “ensinar e aprender” (Fortes 1936: 5). Para o assunto que aqui nos traz, saliente-se a insistência do autor na internacionalidade natural do estudo das literaturas nacionais, posição em que não podemos deixar de ler (estamos em 1936!) alusões críticas veladas à situação portuguesa: “[...] um povo, por mais isolado que pareça viver, e um escritor, por mais pessoal que se nos afigure, estão sempre em contacto com outros povos, com a elaboração literária de outros escritores, quer passados, quer coevos, atuando-se reciprocamente as atividades literárias coletivas. Daqui resulta a necessidade do

---

<sup>8</sup> A Inquisição consta do programa de História de Portugal do 2.º ciclo (no 1.º não havia História), mas no contexto positivo da expulsão dos judeus como fator da “unidade religiosa” e da “aversão do povo a judeus e cristãos-novos”; logo de seguida surge “o estabelecimento da Inquisição e seu significado político e social” (1266).

<sup>9</sup> V. atrás nota 4.

<sup>10</sup> Formou-se em Lisboa no Curso Superior de Letras, onde ingressou como professor em 1904, tendo depois passado para a Faculdade de Letras após a extinção daquele. Também lecionou no Ensino Particular. Foi vereador da primeira vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa, ainda durante a Monarquia, e organizou o primeiro congresso municipalista português. Após a implantação da República, foi presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa e, a partir de 1915, eleito senador por Aveiro em algumas legislaturas. Fundou a coleção “Biblioteca da Educação Nacional”. Colaborou na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, de A. Forjaz Sampaio e na *História do Regime Republicano*, de Luís de Montalvor. (Fonte: *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. III, 1994.)

estudo comparativo das diferentes literaturas dos povos modernos [...]” (11s.). O objeto da história da literatura é, assim, o “estudo sistemático da literatura dum povo, procurando determinar-lhe a evolução, as características e as relações com as doutros povos [...]” (11s.). Em consonância com esta abertura, e para além do alargamento que propõe do objeto da história da literatura, por exemplo, a textos científicos (não surpreendente, dada a sua filiação filosófica) regista-se o seguinte: grande elogio da Marquesa de Alorna; regozijo pelo fim do divórcio intelectual de Portugal com a Europa mediante a boa receção dos enciclopedistas no tempo de Pombal; reconhecimento da cultura francesa como cultura intermediária no contacto com culturas periféricas como a russa e a escandinava (17); reconhecimento do papel fundamental da tradução no preenchimento de lacunas e na renovação/inação do repertório teatral (caso de Nicolau Luiz, 327), e perante a decadência do teatro português (321s.), particularmente ilustrada com o século XVII e o nosso “enfeudamento literário” à Espanha (213); avaliação positiva de estrangeirismos também por necessidade de preencher lacunas lexicais do português (574); reconhecimento em como géneros literários se podem desenvolver por influência estrangeira, como é o caso do romance social (385). Não espanta, portanto, que à atividade da tradução seja dedicada considerável atenção, sendo muitas as menções. Saliente-se, por exemplo, a aceitação como prosa portuguesa das traduções de Cícero por Vasco Fernandes Lucena, a colocação de traduções lado a lado com originais no comentário à obra de Manuel de Figueiredo, elogio da tradução pelo bom domínio da língua de chegada (caso de Francisco José Freire, 376), as traduções de alguns árcades como tendo aberto caminho para o Romantismo,<sup>11</sup> longa referência a Castilho tradutor, sugerindo para as suas obras o termo mais exato de “adaptações à língua portuguesa”, porém não entronizando os originais, antes sugerindo que aquelas, por vezes, excedem os originais em “graça e elegância de estilo” (404s.). A finalizar, registre-se esta afirmação inequívoca sobre a ocupação quase total de um género/atividade por traduções: “Nos últimos decénios do século transato e nos que

---

<sup>11</sup> Cf. o estudo de caso de Fernanda Gil Costa a propósito das traduções de Salomon Gessner (Costa 1995), do qual se conclui uma leitura contrária: “[...] a sua difusão esteve entre nós sempre ligada a forças conservadoras, interessadas na reprodução do mesmo e hostis à renovação. [...] Em Portugal, ao contrário do que aconteceu em França, o culto de Gessner não pode ser equacionado, sem ambiguidades, com a difusão do fenómeno de gosto e sensibilidade que a História Literária tem designado como pré-romântico” (Costa 1995: 195-196).

vão decorrendo no nosso, o teatro em Portugal tem vivido mais de traduções e adaptações do que propriamente de originais.” (490). Eis uma indicação bem clara para os historiadores do drama e do teatro.

Como é sabido, a história literária tradicional está voltada para o modo de funcionamento e transmissão do cânone clássico das literaturas nacionais. Pelo que já foi dito sobre a política educativa no Estado Novo, não surpreende que também ele se tenha ocupado do assunto, e a alto nível, a saber o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro de 1933 a 1949. Na verdade, a *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa* foi escrita por João de Castro Osório (1899-1970) “Para o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo” (SNI)<sup>12</sup>, conforme consta da página de rosto, no ano de 1947, tratando-se portanto certamente de uma obra de encomenda. O percurso do autor justifica a confiança oficial para elaboração de tão importantes alicerces duma futura história da literatura portuguesa ao gosto do regime.<sup>13</sup> Além das suas publicações doutrinárias nacionalistas, Castro Osório tinha dado à estampa em 1945 uma *Introdução à História da Literatura Portuguesa*, onde criticava tanto Teófilo como Fidelino, insistia nos Descobrimentos como fator distintivo da identidade nacional, se manifestava contra o estudo de “influências” e, ao referir os fatores “de origem estranha” que se conjugam com o “génio criador individual”, esclarecia que “há um constante movimento de nacionalização das importações do estrangeiro, mesmo as mais recentes”, mas que podem “persistir na tradição elementos estranhos, imperfeitamente nacionalizados ou mesmo insusceptíveis de o serem” (Osório 1945: 63).

---

<sup>12</sup> Assim designado a partir de 1944. V. adiante nota 16.

<sup>13</sup> J. de Castro Osório (1899-1970), filho de Ana de Castro Osório e de Paulino de Oliveira, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Posteriormente diplomado pela Escola Superior Colonial, participou em atividades ligadas à expansão colonial. Dirigiu a revista de cultura *Descobrimento* em 1931 e 1932, e colaborou, entre outros, em *Colóquio e Diário de Lisboa*. Editou a *Clepsidra*, de Pessanha. Desde o *Manifesto Nacionalista* de 1919 que revelou as suas ideias de regresso ao passado glorioso de Portugal; *A Revolução Nacionalista* é publicada em 1922, vindo depois também a prefaciar uma compilação dos discursos de Sidónio Pais. A partir de 1946 passa a dedicar-se exclusivamente à Literatura, não sem antes ter dado à estampa dramas e poesia. *Florilégio das Poesias Portuguesas Escritas em Castelhana e Restituídas à Língua Portuguesa* (1942), *Íncrita Geração (D. Duarte e D. Pedro)* (1945), *A Revolução da Experiência (Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro)* (1947), e um *Cancioneiro de Lisboa* (3 volumes, 1956-58) são algumas das suas obras. (Fontes: *Dicionário de Literatura Portuguesa*, org. A. M. Machado e *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. III.)

Referir-nos-emos de seguida à *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*. Do “Quadro Cronológico da Evolução Histórica da Literatura Portuguesa”, que a inicia, ressalta desde logo o subsumir do literário ao político, particularmente evidente no “período do Renascimento Português”, cujas subdivisões se intitulam “Época dos Descobrimentos” e “Época do Império Marítimo”. Na introdução a este período é afirmado que a literatura portuguesa vai surgir “em íntimo acordo com uma acção histórica, nova no Mundo, inteiramente nacional, própria do carácter de um povo de formação milenar e da Terra Atlântica” (Osório, 1947: 18). A interdependência entre vida histórica e literatura torna-se, assim, postulado. Como era de esperar, um outro caso exemplar da preeminência do político-doutrinário acontece com a periodização do século xx, integrado num “Período de Apogeu”, iniciado com o Romantismo, ao qual se segue, desde 1920, a “Época do Humanismo Português”.

Ao tratar o período galaico-português, Castro Osório fornece-nos abundante material para o nosso tema. A diferença entre **originais** na “língua nacional” (colocados no topo da hierarquia), obras já **recuperadas** para a literatura nacional pela tradução (como o *De Anima* de Pedro Hispano, o *Horto do Esopo* e *A Demanda do Santo Graal*), obras que aguardam **restituição** à literatura portuguesa e as que permanecerão sempre **estranhas**, é marcada com grande ênfase. Sendo, tanto neste período de formação da literatura portuguesa como mais tarde no Renascimento, abundante o número de obras sobretudo em latim e castelhano (também em francês), o autor considera tarefa urgente da “cultura lusíada” no seu tempo reunir “um verdadeiro colégio de investigadores e de tradutores” (7) que as “recuperem” para as “restituir” à literatura portuguesa, trabalho este que recebe o nome de **nacionalização**. Note-se que, do ponto de vista da história do traduzir em Portugal, nos limitamos a verificar aqui, em grande parte, a forte persistência de uma tradição de assimilação do outro ao próprio, agora sobejamente legitimada pela ideologia dominante.<sup>14</sup> Das conotações muito positivas que Castro Osório confere à tradução nacionalizante faz parte a avaliação do trabalho tradutório como recriador. Um exemplo eloquente de exaltação deste é a edição do *Livro de Esopo* por Leite de Vasconcelos que Osório considera mostrar a grande influência da “Civilização Românica”: “mais do que simples obra nacionalizada é já uma recriação original” (11, sublinhado nosso).

---

<sup>14</sup> Um exemplo elucidativo é-nos fornecido no estudo de F. Gil Costa referido na nota 11. Também a chamada *Questão do Fausto* é matéria do maior relevo para o estudo do assunto.

Para concluir da “essencialidade de obras e autores pertencentes à literatura portuguesa”, a obediência do autor em termos de critério vai preferencialmente para o “reconhecimento de um carácter nacional”, assumido como transparente e indiscutível, mas que pode existir separado da língua: obras escritas em latim podem já revelar o carácter nacional do seu autor, enquanto algumas há que “nem escritas em português seriam nossas” (8). Justamente a tradução ajudaria àquela revelação, para que finalmente pensamento e expressão linguística entrassem em concordância.

Castro Osório dá, portanto, o maior relevo à tradução para a história da literatura portuguesa, pelo menos até ao Renascimento, mas não no sentido de admitir um convívio plural de tradições e línguas, antes com o objetivo de assimilar o outro – leia-se indiferenciar do próprio. Além de uma função meramente instrumental, a tradução fica deste modo despida de qualquer autoria, como que para anular a pertença anterior (recordem-se os termos-chave **recuperação** e **restituição**).

A mesma atitude se prolonga pelo Renascimento, período em que o autor se propõe incluir obras que “com explicável mas errada atitude e facilidade para os autores, e seu prejuízo, foram escritas noutras línguas literárias, e, no entanto, por seu valor e significado, não podem separar-se da evolução da Literatura Portuguesa” (19). Esta proposta é autointerpretada como “emenda” do “erro indesculpável” de ainda não terem sido restituídas à língua nacional. Da *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*, para o Renascimento, farão portanto parte não só textos em línguas estrangeiras, como expressamente traduções. Quais? As que, por sua “beleza” e “significado” se devam considerar “recriações literárias”.<sup>15</sup>

A partir do Romantismo (datado entre 1820 e 1920) Castro Osório cessa todas as referências, quer a influências estrangeiras quer a traduções. Para ter uma ideia de tudo o que ficaria por estudar, recorde-se que, dos cinco volumes da bibliografia sobre a tradução em Portugal, de Gonçalves Rodrigues, só o século XIX ocupa três volumes e meio.

Por enquanto apenas podemos especular sobre a ausência de uma História da Literatura Portuguesa baseada na *Ordenação Crítica dos Autores e*

---

<sup>15</sup> Dará mais tarde os exemplos da *Eneida*, de João Franco Barreto e *Godofredo, ou Jerusalém Libertada*, na tradução de André Rodrigues de Matos (70s.). Já em relação às *Cartas de Amor* de Soror Mariana Alcoforado, “hesita” em inclui-las na “complexa e funda humanidade” da literatura do “Seiscentismo” (71).

*Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*, encomendada a João de Castro Osório pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Pode evocar-se, neste contexto, o projeto fracassado do Secretariado de Propaganda Nacional,<sup>16</sup> promovido por António Ferro, de instituição de prémios a “artistas de talentos vários”, de modo a assegurar-lhes a fama, mas numa estratégia de influência dos diversos ramos de expressão cultural. O historiador Jorge Ramos do Ó, ao fazer a análise dos quadros respeitantes aos prémios do SPN/SNI, conclui pela evidência de que “só numa conjuntura assaz tardia, e nela ainda com muita lentidão, o regime nos apresentará obra feita de autores que trabalhavam exclusivamente às suas ordens” e refere a incapacidade do Estado Novo “de formar um conjunto de intelectuais capazes de verter em livro os enunciados do poder” (Ó 1999: 128). O próprio Ferro admitirá mais tarde que muitos escritores contemporâneos se impuseram sem recorrer aos prémios, e basta consultar obras de referência como a *História da Literatura Portuguesa*, de A. J. Saraiva e Ó. Lopes ou o *Dicionário de Literatura*, de Prado Coelho, para verificar que os distinguidos pelo SPN/SNI não passaram à história. Em suma, foi difícil ao regime fidelizar os escritores e fundar um novo cânone, tal como não teve continuidade a tentativa de Castro Osório no domínio da história literária.<sup>17</sup> Por outro lado, António Ferro sairá do SNI em 1949. Entretanto, António José Saraiva e Óscar Lopes publicam a sua *História da Literatura Portuguesa* (1.ª ed. 1953).

Podemos, assim, concluir que o caso apresentado é mais um exemplo eloquente da realidade da existência de duas culturas durante o Estado Novo, a oficial e a oposicionista, certamente com cruzamentos e sobreposições, mas sendo a clivagem iniludível. A oposição conduziu assim, com sucesso, a hegemonação do campo cultural. Mas está ainda por concretizar aquela História da Literatura Portuguesa que um dia concederá a cidadania ao imenso património de traduções realmente existente na cultura portuguesa.

---

<sup>16</sup> O Secretariado da Propaganda Nacional foi criado junto da Presidência do Conselho em 1933, em Dec.-Lei oriundo deste mesmo organismo. Em 1944, a Presidência do Conselho concentrará no Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular o SPN, os serviços de turismo, imprensa, censura, exposições nacionais ou internacionais e a radiodifusão (Ó 1999: 257).

<sup>17</sup> Já no domínio da educação, os sucessos são mais evidentes e, assim, na primeira metade dos anos 50, o salazarismo conseguiu organizar uma biblioteca de títulos originais (111) a integrar o Plano de Educação Popular (v. quadro em Ó 1999, 149).

## Capítulo 3

# Ideias dominantes sobre tradução em Portugal<sup>1</sup>

### 1. Introdução

Em 1994, num significativo contributo sobre tradução no Congresso Internacional sobre o Português – “Da tradução literária à literatura traduzida” – João de Almeida Flor deu um impulso fundamental para os Estudos de Tradução em Portugal ao propor um objetivo claro para uma área disciplinar então ainda a viver consideravelmente à sombra da Literatura Comparada: produzir “uma História da Literatura Traduzida em Portugal” (Flor 1996: 411). Nos anos que se seguiram alguns passos foram dados para autonomizar os Estudos de Tradução e começar a concretizar este *desideratum* da investigação, num país do qual bem se pode afirmar ter uma cultura traduzida, tão elevada tem sido nas últimas décadas a percentagem de traduções existentes nos mais diversos domínios (por vezes acima dos 40% dos livros publicados). Além de múltiplos estudos de caso que têm proporcionado um conhecimento do campo, está neste momento em curso a primeira fase da bibliografia crítica de literatura traduzida em livro no período 1930-1974, projeto a decorrer numa parceria entre o Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa (CEAUL), e o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), da Universidade Católica Portuguesa, firmada no tempo em que João Flor era o Diretor do CEAUL (cf. sobre este projeto Seruya 2009a).

A complexidade da elaboração de uma história da literatura traduzida em Portugal (que seria, note-se, apenas uma parte da história da tradução no

---

<sup>1</sup> Originalmente publicado em: *A Scholar for all Seasons. Homenagem a João de Almeida Flor*. Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, Departamento de Estudos Anglisticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012, 959-969. A versão aqui inserida apresenta ligeiras alterações estilísticas.

nosso país) é iniludível. Mas vai-se fazendo de pequenos passos que ilustram os muitos capítulos de que ela teria de ser feita. Um deles seria certamente a indagação sobre a ideia/imagem da tradução na cultura portuguesa, que logo sublinharia a vertente sócio-institucional da tradução.

## 2. Agentes da tradução e imagem da tradução

Ver a tradução como instituição é hoje em dia amplamente consensual entre os seus estudiosos: “pode falar-se duma entidade social chamada ‘tradução’, e duma forma de comportamento chamada ‘traduzir’”, assim como “o significado do termo ‘tradução’ está codificado em dicionários, há atividades profissionais chamadas ‘tradução’, temos organizações representativas dos tradutores, escolas de formação de tradutores, etc.” A isto chamou Theo Hermans a “face pública” da tradução (Hermans 1997: 5). Dela faz parte o que nos propomos chamar as “ideias dominantes sobre tradução” que circulam numa determinada cultura. Os pilares dessas ideias são os agentes da tradução. Como bem comentaram Milton e Bandia, agentes da tradução são não só aquelas pessoas que estão “numa posição intermediária entre um tradutor e o utente final duma tradução”, mas também os próprios tradutores, e ainda jornais, revistas ou instituições que podem, todos eles, desempenhar os papéis mais diversos na disseminação do conhecimento de literaturas estrangeiras (Milton/Bandia 2009: 1). Podem ainda, no caso que nos interessa, contribuir para construir, consolidar, legitimar ou subverter a(s) ideia(s) de tradução que prevalece(m) numa cultura.

Portugal é, como todas as línguas/culturas periféricas, uma cultura traduzida, na qual a premente necessidade de recorrer a traduções para satisfazer muitos segmentos do mercado a partir dos anos 40 do século xx gerou um imenso desleixo em relação à qualidade daquelas (em favor da quantidade decorrente de lógicas empresariais, tais como a competição entre editoras). Tomando como objeto de observação o período do Estado Novo, são muitos os testemunhos queixosos em relação ao elevado número de traduções em circulação. Chega-se a falar de “epidemia de traduções” na primeira metade da década de 40. Assim se intitulava o artigo no mensário *Ocidente* de junho de 1943, a denunciar o “curioso fenómeno de imitação, preguiça mental ou ímpetos desnacionalizadores” que as muitas traduções representam, segundo

a revista *Livros de Portugal* (LP de ora em diante), órgão oficial do GNEL – Grémio Nacional de Editores e Livreiros (*Epidemia de traduções* 1943: 2<sup>2</sup>). A *contrecoeur* reconhece-se que é o público a exigir a novidade que a produção nacional não traz, mas ao mesmo tempo receia-se que insistir demasiado nas traduções possa afundar a cultura portuguesa:

Compreende-se que muitos leitores anseiem por percorrer outros *climas*, sentir outras emoções, conhecer novas almas, mas tudo tem a sua medida e mal vai para uma literatura quando, por imprudência dos seus propagandistas, que são os Editores, se canalizam para um só sector todas as atenções do público. Bem pode acontecer-lhe o que sucede à barca da passagem quando os passageiros correm todos a um dos bordos – o afundamento é inevitável. Acalmem essas fúrias estrangeiristas [sic] (*Ibidem*)

Refira-se de passagem que a situação caótica da tradução na época (várias traduções da mesma obra ao mesmo tempo) levou o GNEL a formular um *Estatuto de Traduções* que a *Livros de Portugal* publicaria em 1943 (n.º 17-18, p. 5). Em 1960 a situação não tinha mudado substancialmente. Neste ano deparamos com um eloquente depoimento dos representantes dos editores e livreiros:

[...] uma parte apreciável das versões portuguesas de obras estrangeiras apresenta divergências inacreditáveis relativamente aos respectivos textos originais. Algumas dessas divergências decorrem simplesmente do facto de o tradutor não dominar a língua [do original] [...] em traduções portuguesas, aparecem textos mutilados, ou então que ao texto se acrescentam palavras que o autor não escreveu. [...] raras são as traduções em que se nota a preocupação de conservar na versão portuguesa o valor estético da obra (LP 19/1960, p. 2)

As queixas prendiam-se também com a qualidade do texto de chegada. Na verdade, pode dizer-se que o português deficiente agredia os leitores mais exigentes, que eram ao mesmo tempo os mais visíveis e ativos no espaço público, muito tendo contribuído para a imagem negativa da tradução. Em privado quase se tornava desprestigiante ler traduções, esquecendo-se assim,

---

<sup>2</sup> *Livros de Portugal* começou a ser publicada em 1940.

facilmente, que pelo menos dois setores constituintes do capital cultural dos leitores mais cultos, as literaturas escandinava e russa, nunca eram lidas no original, mas por intermédio de traduções francesas. Nem o facto de praticamente todos os grandes escritores, cientistas, intelectuais portugueses do tempo, e aqueles que o viriam a ser, terem sido tradutores, conseguiu inflétr a imagem que perdura até aos nossos dias da tradução como algo a preterir sempre em relação com o original (cuja leitura era, obviamente, sinal de superioridade cultural...). E nem todos os atuais escritores que começaram como tradutores (caso, entre tantos outros, de José Saramago) se orgulham particularmente do seu passado tradutório.

### 3. Fazedores de opinião sobre tradução nas últimas décadas

Nas últimas duas décadas o panorama tem vindo a modificar-se, mercê essencialmente do aumento de tradutores profissionais, como Miguel Serras Pereira, mas também do prestígio de escritores/poetas-tradutores como João Barrento, José Bento, Pedro Tamen ou Vasco Graça Moura, que não traduzem para aumentar os seus rendimentos, mas como desafio e por gosto. Mercê ainda de académicos que, por exemplo traduzindo os Clássicos, aliam o saber filológico e a competência cultural especializada à consciência da necessidade de produzir traduções rigorosas e fidedignas – caso de Frederico Lourenço com as suas novas traduções das epopeias homéricas ou do grupo de Anglistas da Universidade do Porto que tem vindo a traduzir a obra dramática de Shakespeare. No campo da cultura de expressão alemã ressalta João Barrento com as *Obras Escolhidas* de Goethe, incluindo o *Fausto* e, agora, o empreendimento monumental das versões portuguesas de Robert Musil e Walter Benjamin, entre tantos outros exemplos. Mencionem-se também aqueles tradutores que, não tendo embora ainda atingido um estatuto de referência, granjearam visibilidade pela tradução de obras canónicas da literatura universal com grande sucesso mediático – foi o que sucedeu com a nova tradução portuguesa de *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, por Gilda Encarnação Lopes (2009).

É nossa convicção que as ideias dominantes sobre tradução (basicamente a literária e ensaística, já que a científica e técnica raramente são avaliadas no

espaço público) no nosso país se vão construindo, entre outros, a partir dos *opinion makers* do campo que são os tradutores de referência, aqueles justamente que são interrogados sobre o seu ofício nos *media*.<sup>3</sup> Referir-nos-emos de seguida a Pedro Tamen, João Barrento e Vasco Graça Moura como três exemplos de posições algo distintas sobre tradução (sem a preocupação de verificar em que medida as próprias traduções praticam as posições defendidas), e comentaremos ainda as de Gilda Lopes. Interessar-nos-á essencialmente o que dizem sobre a relação da tradução com o original e com a língua e cultura de chegada.

Pedro Tamen, com extensa obra como tradutor ainda não suficientemente reconhecida, viu-se confirmado nesta sua faceta com a tradução recente dos sete volumes de *À la recherche du temps perdu*, publicados entre 2003 e 2005, tendo depois continuado a traduzir outros clássicos franceses, como Flaubert e Stendhal. As suas ideias sobre tradução são estáveis. Assim, já em 2002 afirmava:

A tradução, para mim, corresponde a um mecanismo semelhante ao do leitor de livros policiais que tenta adivinhar quem é o criminoso. Eu tento procurar no português que escrevo, quando estou a traduzir, um equivalente, aquilo que o escritor poderia escrever se tivesse escrito em português [...] Nunca uma tradução deixa de ser, mais ou menos, uma traição. O que não tem que ver directamente com a qualidade. (Tamen 2002: 21)

Quando o seu Proust começou a sair não disse muito diferente: “Procuro o que Proust escreveria naquela época, se escrevesse em português”. Admitindo “traduzir um estilo para além de palavras”, a sua decisão vai para “aquilo

---

<sup>3</sup> Muitos outros dão também o seu contributo para uma determinada imagem negativa que a tradução, em geral, continua a ter em Portugal. José Pacheco Pereira, elogiando em 2009 a quantidade e qualidade de séries televisivas em DVD que se vendem na FNAC, escrevia: “Usei acima o adjectivo excepcional para os guiões, para os argumentos, porque em muitas séries a narrativa e o diálogo atingem muitas vezes uma qualidade estética pouco vulgar em produtos de consumo de massas. As traduções portuguesas, literalmente abaixo de cão de tão más que são, encarregam-se de estragar essa qualidade com muita diligência, mas quem acompanhar o inglês ganha imenso.” (*Público*, 7 de março de 2009, p. 39). Ainda mais demolidor é o juízo de Francisco Bêlard na sua crónica “Traduções” [*sic*]: “Quem ficar incomodado ou deprimido com a deficiente qualidade de muitas traduções (provavelmente quase todas) que encontramos em livros, filmes e noticiários pode buscar alívio nas traduções automáticas da Internet, que os motores de busca como o Google fornecem gratuita e imediatamente.” (*Expresso*, 24 de setembro de 2005, p. 60)

que penso que o autor escreveria, se escrevesse português”, embora, por outro lado, e com alguma contradição, pretenda não rasurar a existência de um original: “dar ao português o tom, o ritmo, o andamento, a musicalidade do texto francês. Isto, no entanto, sem deixar de acentuar ao leitor, no próprio acto de leitura, que está a ler uma tradução e não o texto original.” (Tamen 2003: 5). Em 2005 não tinha mudado de ideias. À pergunta sobre as principais dificuldades que encontrou em Proust, respondeu: “O pior mesmo foi eu ter feito ‘ponto de honra’ em escrever num português em que Proust teria escrito se o fizesse na nossa língua, nas primeiras décadas do século xx.” (Tamen 2005: 73). Em entrevista posterior, mantém inalteráveis as suas ideias sobre tradução:

Para mim, a regra fundamental da tradução [...] é tentar escrever na minha língua, com os meus conceitos culturais, dentro dos meus parâmetros, a obra que eu imagino que o autor teria escrito se tivesse a minha língua e os meus parâmetros culturais. (Tamen 2010: 26)<sup>4</sup>

Em suma, Tamen centra a sua atenção sobretudo na cultura de chegada, tendo, porém, sempre presente que a tradução como reescrita (“escrever o que Proust escreveria se...”) é devedora do texto anterior que a legitima.

Thomas Mann é outro clássico da literatura universal que, felizmente para a cultura portuguesa, está a ser objeto de novas traduções. Gilda Lopes Encarnação, germanista doutorada, abalançou-se a uma nova tradução portuguesa de *A Montanha Mágica*, tendo sido o difícil empreendimento assinalado com toda a justiça na imprensa portuguesa – momento, portanto, para a tradutora expor as suas concepções sobre tradução. À pergunta “O que é uma boa tradução?” responde exatamente nos termos de Pedro Tamen: “A que se lê sem se perceber que é uma tradução. Como se Thomas Mann, por exemplo, escrevesse em português, como costume dizer!” (Encarnação 2009: 50). Gilda Lopes integra-se, portanto, no grupo dos tradutores portugueses que, na sua concepção “domesticante” de tradução, consciente ou inconscientemente, acabam por contribuir para desfazer a imagem negativa que tradicionalmente

---

<sup>4</sup> Merecedora, sem dúvida, de discussão é a sua afirmação seguinte de que, na tradução que atualmente tem em mãos, a *Princesse de Clèves*, (século xvi), “estou a escrever como provavelmente a escreveria o D. Francisco Manuel de Melo”. Uma impossibilidade teórica, o ato da tradução está indissolúvelmente ligado ao estado da língua no presente do tradutor.

a tradução tem no nosso país e que se deve (devia?), em grande parte, à qualidade deficiente do português.<sup>5</sup>

Um escritor bilingue como Antonio Tabucchi, bem conhecido do público português, expressou-se em termos muito semelhantes sobre a tradução portuguesa da sua obra *Tristano Morre*, por Gaëtan Martins de Oliveira, trabalho este que Tabucchi acompanhou: “O Gaëtan teve a amabilidade de querer fazer comigo uma revisão. Não teria sido necessário. Parece escrito em português. O que para um livro é uma vantagem.” (Tabucchi 2006: 4)<sup>6</sup>

Voltando agora ao tradutor-devedor, a sua dívida para com o original é uma das ideias fortes do pensamento tradutório de João Barrento, o tradutor português que mais tem refletido sobre a tradução. Muitos dos seus textos foram reunidos no livro *O Poço de Babel. Para uma Poética da Tradução Literária* (Barrento 2002). A dívida, aliás, começa já com a escrita dita original. Num texto também seminal para os Estudos de Tradução em Portugal (a juntar ao de João Flor acima referido), inicialmente proferido num Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada (1995), a dívida do tradutor e do poeta relaciona-se com o problema da originalidade: “Não há originalidade literária. [...] todos vivemos de todos, da tradição própria e alheia [...] em permanentes actos de vampirismo intra- e intersistémico oculto, inconsciente ou deliberado” (Barrento 2002: 74). Aqui advoga uma nova história da literatura portuguesa que necessariamente resultaria da inclusão, no discurso historiográfico, das traduções de literatura, pois que “a tradução literária é uma prática textual que se integra no âmbito de um *uso literário da língua portuguesa*, e muitas vezes é assimilada à própria literatura portuguesa” (Barrento 2002: 76).

---

<sup>5</sup> Não é possível discutir, neste contexto, a pertinência das posições de Tamen, Gilda Encarnação ou Tabucchi, isto é, se se pode aceitar que é possível traduzir como o autor estrangeiro escreveria se escrevesse na língua da tradução. Veja-se a pertinente argumentação de Friedrich Schleiermacher contra o método “naturalizante” ou “domesticante” (Schleiermacher 2003: 105ss.). Schleiermacher baseia a sua discordância em relação a este método a partir da unidade entre língua e pensamento, isto é, se a língua determina o pensamento, escrever noutra língua nunca pode resultar num mesmo pensamento.

<sup>6</sup> Cf. ainda esta opinião de um leitor do *Público* (Nelson Bandeira, professor, 26 anos): “‘A Biblioteca da Piscina’ é um excelente romance, muito bem escrito por Alan Hollinghurst, muito bem traduzido por José Vieira de Lima (até parece que foi escrito em português. Em português de lei, diga-se). Pode ferir a sensibilidade de alguns (?) leitores. Passado no belo e perigoso ano de 1983, é duro, é como a vida. Mas também como a vida, como Will, como Phil e todas as outras conquistas e engates de Mr. Beckwith (segundo os gostos do narrador), é lindo de morrer.” (In: *Ípsilon/Público*, 22/01/2010)

Enquanto tradutor e responsável da primeira edição crítica de Walter Benjamin em português, retomaria, dez anos mais tarde e de forma inequívoca, a ideia do tradutor-devedor:

Que o poeta é um devedor é uma constatação, porque nenhum autor é uma unidade fechada [...] Toda a obra é uma reelaboração constante [...] Logo à partida há uma dívida e um contrato, como diz Derrida a propósito de Benjamin, que leva o tradutor a tomar como referência primeira e última o texto original [...] A ideia de dívida provém da consciência de que sem o original não há tradução. O outro lado da dívida do tradutor tem que ver com aquela ideia do fundo disponível da língua. Eu sou devedor de muitos autores portugueses que li e dos modos como a língua portuguesa me chegou (Barrento 2005: 7).

A conceção do tradutor como devedor tem como importante corolário a centralidade, para o tradutor, do texto de partida, que o mesmo é dizer a defesa do maior rigor possível perante o original. Já em 1992, e mesmo tratando da tradução de poesia, Barrento falava da “arte de rigor e de respeito pelo outro que é a tradução do poema.” (*in* “A chama e as cinzas”, Barrento 2002: 100).

A defesa do rigor, contudo, não rasura a consciência de como o texto traduzido, servidor afinal de dois amos, adquire um carácter híbrido, produzindo conseqüentemente algo de novo. Sendo a tradução, nas palavras de William Frawley (1984), uma “acomodação bilateral de um código-matriz e de um código-alvo”, resulta de um ato de recodificação que, por sua vez, dá origem a um “novo código” (Frawley 2000: 257, minha tradução). Esta visão da tradução (de poesia, que é, aliás, também o objeto de estudo de Frawley) como “um terceiro” é partilhada por Barrento. Ao interrogar-se sobre quem fala no texto traduzido, usa a expressão da “terceira voz”:

[...] a realidade do poema em tradução [...] não corresponde apenas, nem a um texto-outro tornado próprio, nem a um texto próprio inscrito sobre o outro, mas a uma terceira coisa: nessa nova realidade textual fala uma terceira voz [...]. Voz essa que, na situação esquizofrénica da tradução, se cruza sempre, necessariamente, com a voz do Outro [...] (Barrento 2002: 109).

Na mesma linha, Miguel Serras Pereira falou da língua da tradução como uma “terceira língua”:

A tarefa [o trabalho de tradução literária] implica, de facto, transpor da língua de origem, enquanto “espírito do mundo original”, a linguagem em estado nascente da obra a traduzir, fazendo-a reviver como momento que, na língua de receção, conserve a sua força inaugural, a par da singularidade irreductível da voz do poeta [...] E o tradutor vê-se [...] obrigado a medir-se não com duas línguas, mas pelo menos com três. Pois só graças a uma “terceira língua”, a uma “língua de ninguém”, entre as outras duas, poderá esperar levar a bom porto o seu navio. (Pereira 1997: 340)

Embora com pontos de contacto com as posições anteriores, Vasco Graça Moura é conhecido tanto pelas suas opções mais “domesticantes” em relação aos textos de partida como pela acentuação do direito à autoria do tradutor. Em 2002, a propósito da sua edição portuguesa completa dos sonetos de Shakespeare, escreve sobre fidelidade e autoria:

Assumo-me como autor de segundo grau das obras que traduzo [...] autor dos textos das traduções [...] Digamos que é a tradução-plágio-legitimado;<sup>7</sup> não há ilicitude porque não se esconde de quem é o original nem o que se está a fazer [...] E faço pequenos jogos [...] relacionados com preocupações minhas com a literatura portuguesa, introduzindo determinados registos que podem contribuir para solidificar a ligação do texto traduzido ao património de que passam a fazer parte. (Graça Moura 2002)

Irá depois explicitar os problemas técnicos da tradução do soneto, quando o continental (“de matriz dantesca e petrarquiiana [...] aproximável do silogismo”) é tão diferente do isabelino (“pode ser mais lírico e mais descritivo e o remate não é necessariamente uma conclusão quase silogística”) – o que significa que Graça Moura defende uma “naturalização” da forma poética (Graça Moura 2002).

---

<sup>7</sup> Graça Moura usou esta expressão pela primeira vez, segundo creio, no prefácio (“Traduzir Dante: uma aproximação”) à sua tradução de *A Divina Comédia*. Aqui se refere à “proposta tradutória como forma mais nobre e explícita de plágio legitimado” (Lisboa, Bertrand, 1995, p. 10).

Posteriormente, a propósito das suas traduções de Racine (*Berenice*, *Fedra* e *Andrómaco*), reconhece que um dos problemas colocados ao tradutor é “manter o texto de acordo com o original”. Contudo, a adaptação à língua portuguesa é fundamental: maior problema é, para ele, “fabricar um alexandrino – que não tinha tradição entre nós no século xvii – que corresponda, tanto quanto possível, à linguagem de Racine” (Graça Moura 2006: 32, sublinhado meu). E liga tradução e autoria, convocando um antepassado de prestígio: “O tradutor tem direito à dignidade do autor quando o seu método é deste tipo [um ato de recriação]. Jorge de Sena assinou todas as suas traduções assim, na capa, antes do autor.” (Graça Moura 2006: 33). Apesar desta reivindicação autoral é justo sublinhar que as traduções dos grandes clássicos (Dante, Shakespeare, Racine, etc.) por Graça Moura são edições bilingues que naturalmente expõem muito mais o tradutor e as suas opções, isto é, tornam-no mais vulnerável à crítica, sublinhando ainda mais a relatividade e a transitoriedade do labor tradutório.

Apesar de inegáveis diferenças, aliás sobretudo observáveis nas respetivas práticas tradutórias, pode dizer-se (com os riscos que toda a generalização comporta) que a “norma inicial” do comportamento tradutório em Portugal (quanto a tradução literária) é a da aceitabilidade (cf. Toury 1995: 56s.). Há, porém, outras opções que convém assinalar. Depois das traduções de *Os Sonetos a Orfeu*, de R. M. Rilke, por Paulo Quintela (1967) e Vasco Graça Moura (1994), José Justo propôs-nos uma leitura portuguesa muito diferente dos célebres sonetos. Comparem-se Graça Moura e Justo quanto ao soneto xix: dir-se-ia que aquele quase produziu uma canção popular portuguesa (embora mantendo fidelidades semânticas), enquanto a pura literalidade deste parece ofuscar a poeticidade do original (v. Anexo I). Justo, ciente de que a tradução vive das “potencialidades muito diversas de cada língua”, decidiu de modo a que o texto poético traduzido não se confundisse com um poema original português, antes mostrasse no seu próprio corpo o seu carácter de palimpsesto. O seu propósito foi

[...] dar ao leitor português na máxima literalidade que pareceu possível as unidades e as conexões do pensar poético de Rilke, sem qualquer intenção de “recriar” ou sequer de transportar para a tradução aquilo que não é transferível sem múltiplas e arbitrarias perdas no plano semântico. (Justo 2005: 198)<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ver aqui também o confronto que José Justo faz entre a sua proposta e as traduções de Paulo Quintela e Graça Moura.

#### 4. Conclusão: ideias dominantes sobre tradução e estatuto das línguas

Tentou-se acima uma interpretação sobre a aceitabilidade, no fundo a fluência, como norma inicial dominante da tradução em Portugal.<sup>9</sup> Pretende-se agora seguir outra pista fornecida por Michael Cronin, um estudioso das minorias culturais e linguísticas. Cronin fala da relação entre estratégias tradutórias (no sentido que acima se deu à “norma inicial” do comportamento tradutório) e o estatuto minoritário ou majoritário das línguas, isto é, há que reconhecer que as perspectivas sobre tradução, do ponto de vista das línguas minoritárias, nunca será a mesma das línguas majoritárias:

Advocacy of non-fluent, refractory, exoticizing strategies, for example, can be seen as a bold act of cultural revolt and epistemological generosity in a major language, but for a minority language, fluent strategies may represent the progressive key to their survival. (2010: 250)

É certo que a língua portuguesa não está em vias de desaparecimento, e quanto a ser língua minoritária, também é discutível, se pensarmos nos seus muitos falantes espalhados por vários continentes. Porém, e como já se disse, a abundância de traduções confirma o estatuto minoritário da língua portuguesa, facilmente visível quando se compara com o inglês: só cerca de 3% dos livros publicados em todo o mundo em língua inglesa são traduções (incluindo todos os géneros, da literatura aos manuais técnicos), segundo o PEN/Institute Ramon Llull Report on the International Situation of Literary Translation, de 2007 (cit. in Werner 2009: 4). Ora, e ainda segundo Cronin, “minority-language cultures are translation cultures *par excellence*” (2010: 250), o que se aplica tanto a Portugal como ao Brasil – pois o estatuto das línguas não tem a ver com o número de falantes.

Referindo-se embora ao mesmo assunto, Pascale Casanova opera com uma linguagem que revela com maior clareza o que está em jogo: as relações

---

<sup>9</sup> Esta exigência é feita também para a tradução não-literária. Veja-se o que Vasco Pulido Valente escreveu a propósito da biografia “Salazar”, de Filipe Ribeiro de Menezes: “O livro, originalmente escrito em inglês, foi traduzido com zelo mas sem fluência. Uma pessoa tropeça quase linha a linha na sintaxe inglesa, na pontuação inglesa, na linguagem convencional da academia inglesa. De qualquer maneira, vale a pena ler...” (*Público*, 5 de setembro de 2010)

de poder entre as línguas/culturas. Casanova vê a tradução como uma forma específica das relações de domínio que se exercem no campo literário internacional. Ora, estando cada língua ligada a um determinado capital linguístico-literário que lhe confere mais ou menos prestígio, resulta daqui uma desigualdade política e social entre as mesmas, o que, por sua vez, faz com que a tradução redunde numa troca/intercâmbio desigual (2002: 7-8). A observação desta desigualdade leva-a a propor a oposição dominante/dominado como critério para aferir do capital linguístico-literário duma cultura (2002: 8). Esse capital é elevado quando proferimos a expressão “a língua de Shakespeare” ou “a língua de Cervantes”. Embora também se fale de “a língua de Camões”, não restam dúvidas de que a nossa é uma língua “dominada”. Como tal, e retomando as palavras de Cronin já citadas, suporta melhor “estratégias fluentes” de tradução, ao invés de, e evocando a autoridade de Friedrich Schleiermacher dois séculos atrás (1813), ensaiar métodos “estranhantes” (Schleiermacher 2003).

O desafio que Cronin lança às línguas minoritárias (= dominadas) é todo um programa de investigação. Estas, sob a pressão das línguas poderosas/dominantes, podem sucumbir ao nível lexical e sintático, tornando-se a imagem espelhada da língua dominante. É tarefa dos estudiosos da tradução e dos tradutores avaliar criticamente o que é que uma língua absorve, o que é que lhe permite expandir-se e o que a faz definhar, perder a amplitude sincrónica e diacrónica dos seus recursos expressivos:

From the perspective of minority languages, we must distinguish therefore between *translation-as-assimilation* and *translation-as-diversification*. Language speakers can either be assimilated through self-translation to a dominant language or they can retain and develop their language through the good offices of translation and thus resist incorporation. (2010: 252)

Resta-nos desejar que as ideias dominantes sobre tradução em Portugal possam levar ao desenvolvimento da língua portuguesa porque, apesar da presença maciça do fenómeno, permitiram “resistir à incorporação”.

## Anexo I

### Soneto XIX de *Os Sonetos a Orfeu*, de R. M. Rilke

XIX

Wandelt sich rasch auch die Welt  
wie Wolkengestalten,  
alles Vollendete fällt  
heim zum Uralten.

Über dem Wandel und Gang,  
weiter und freier,  
währt noch dein Vor-Gesang,  
Gott mit der Leier.

Nicht sind die Leiden erkannt,  
nicht ist die Liebe gelernt,  
und was im Tod uns entfernt,

ist nicht entschleiert.  
Einzig das Lied überm Land  
heiligt und feiert.

(Rilke, 2005: 48)

XIX

Mude embora o mundo  
como as nuvens depressa,  
a perfeição regressa  
a um antes profundo.

Sobre ir e mudar,  
vasto e livre dura  
teu ante-cantar,  
deus da lira pura.

Ignoradas dores,  
amar sem saber quanto,  
distâncias maiores

que a morte não quebra.  
Sobre a terra o canto  
santifica e celebra.

(Rilke 2017: 121)<sup>10</sup>

Tradução de Vasco Graça Moura

---

<sup>10</sup> A Ed. Quetzal publicou uma primeira edição da tradução de *Os Sonetos a Orfeu* em 1994.

Ainda que se mude rápido o mundo  
como figuras de nuvens,  
todo o perfeito tomba  
de volta ao primordial.

Por sobre a mudança e a marcha,  
mais longe e mais livremente,  
dura ainda o teu pré-canto,  
deus com a lira.

Os sofrimentos não são reconhecidos,  
o amor não é aprendido,  
e o que na morte nos afasta

não é desvelado.  
Unicamente a canção por sobre o campo  
santifica e celebra.

(Rilke 2005: 49)

Tradução de José Justo

## Capítulo 4

# Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo<sup>1</sup>

### 1. Bibliografia e memória: justificação de um projeto

Vai para quase 40 anos, o reputado bibliotecário e publicista Jorge Peixoto (1920-1977) escrevia na revista lisboeta *Ocidente* que o trabalho bibliográfico em Portugal era “uma história de bradar no deserto”, pois que, sendo as bibliografias “fundamentais para qualquer investigação”, “ninguém nos escuta” e, pior: “ninguém nos acredita” (*apud* Rodrigues 1992: 10). Apesar de termos presente que ninguém é profeta na sua terra,<sup>2</sup> definimos como dever da investigação para os Estudos de Tradução em Portugal contribuir para preencher a lacuna de um instrumento de trabalho básico que, embora nunca definitivo, possa estimular estudos mais aprofundados e sistemáticos.<sup>3</sup> Ainda hoje é recordada a falta de apetência dos portugueses por obras de referência. Gonçalves Rodrigues fala de “um certo provincianismo burocrático” que tende a considerar “inferior” este tipo de investigação (Rodrigues 1992: 11). Como se sabe, ele próprio ignorou tal desdém, contribuindo com os seus cinco volumes (*A Tradução em Portugal*), porventura decisivamente, para impulsionar os Estudos de Tradução em Portugal. Nas últimas décadas, eminentes tradutores

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente com o mesmo título em: *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, org. Teresa Seruya, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2009, 69-86. Surge neste contexto com ligeiras alterações.

<sup>2</sup> A primeira pessoa do plural engloba o grupo de investigadores que tem trabalhado comigo desde 1998. O presente trabalho, porém, só a mim responsabiliza.

<sup>3</sup> José Adriano de Carvalho fala da “profunda ingratidão com que a bibliografia paga ao seu autor: trabalhos sempre em aberto... sempre intermináveis, portanto..., deixando sempre no ar essas marcas de ‘incompleto’ com que os seus críticos gostam de confirmar as suas suspeitas [...]” (Fernandes 1986: 6).

e estudiosos como João Barrento e João Almeida Flor envidaram esforços bibliográficos para registar o movimento de traduções respetivamente das línguas alemã e inglesa para português.

O projeto “História Literária e Traduções. Representações do Outro na Cultura Portuguesa” (1998-2005) que funcionou no então CLCPB (Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira, Universidade Católica Portuguesa) iniciou-se com um trabalho de inventariação das histórias da literatura portuguesa, tendo-se de seguida passado à fase dos estudos de caso (I e II Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal) como introdução ao conhecimento concreto do campo. No âmbito do estudo, por todos os membros do grupo, da coleção *Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo* (III e IV Colóquios) alguma inventariação se fez também de coleções editoriais nos anos 40 e 50 (Seruya 2005a, Seruya 2007). Entretanto tinha amadurecido um projeto de um *Dicionário de Tradutores* o qual, apesar da sua consistência e da credibilidade da equipa interinstitucional e interdisciplinar que o concretizaria, não colheu a simpatia da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), curiosamente em nome da obra de Gonçalves Rodrigues – pelos vistos “colada” a qualquer projeto que tenha a ver com Tradução, nem que se confunda bibliografia com dicionário...<sup>4</sup>

No âmbito da linha de investigação “Translating Europe across the Ages” do novo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, também da Universidade Católica Portuguesa, está a decorrer o novo projeto bibliográfico *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography*, com o qual nos propomos dar continuidade à obra de Gonçalves Rodrigues (cujo V volume termina em 1930), embora necessariamente em moldes muito diferentes. Parte deste novo projeto é dedicada ao Estado Novo (1930-1974). Este limite cronológico poderá vir a ser alargado até 1980, já que, metodologicamente, o critério da observação do período por décadas se tem revelado profícuo. Além disso, e pese embora o curto espaço de seis anos (1974-1980) poder-se-ia deste modo ter noção das mudanças que o 25 de Abril terá introduzido no panorama editorial/tradutório.<sup>5</sup> Alguns trabalhos parciais, como os de

---

<sup>4</sup> Tratava-se de um projeto conjunto do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (Universidade Católica Portuguesa), Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Universidade Nova de Lisboa. A equipa incluía especialistas das línguas e culturas alemã, espanhola, francesa, inglesa e italiana.

<sup>5</sup> A este propósito cf. adiante o texto “Tradução e revolução”, que trata justamente de mu-

Alexandra A. Rosa Q. Barros sobre traduções de Charles Dickens para português entre 1950 e 1999, deixam antever que o estudo dessas mudanças se poderá revelar frutífero (Barros 2003). A publicação do projeto bibliográfico está a ser feita em suporte eletrónico de consulta em linha.

Entendo esta bibliografia também como um pequeno contributo para um trabalho de memória sobre o Estado Novo, atualmente em curso com bastante insistência e visibilidade, nos mais variados registos e géneros (investigação historiográfica, edição de fontes, cinema, romance, para nomear apenas os mais divulgados). Irene Pimentel, no seu discurso de agradecimento pela atribuição do Prémio Pessoa 2007, interrogando-se sobre o motivo dessa atribuição a uma investigadora de história contemporânea, avança a hipótese de tal ter a ver com a “relação entre a História e a Memória de um passado traumático, marcado por uma longa ditadura”. Registe-se a interessante sistematização da memória do Estado Novo que a historiadora, com toda a autoridade que lhe assiste, propõe. Uma primeira fase foi caracterizada pelo “estilhaçar violento do espelho da ditadura”, com o fim de a “diabolizar” e “destruir os seus alicerces”. Pode delinear-se uma segunda fase com o fim da radicalização das mudanças revolucionárias (conhecida como PREC – Processo Revolucionário em Curso), em que se lutou contra a ditadura anterior mas também contra nova ameaça totalitária; foi um tempo marcado pelo “recalcamento e silêncio” em relação ao passado recente. Os recalcamientos foram sendo sucessivamente levantados, publicaram-se algumas memórias particulares e, sobretudo, abriram-se os arquivos de Salazar e da PIDE/ DGS – eis o que confere identidade a uma terceira fase, iniciada cerca de 1994, na qual se distinguiram primeiro historiadores que tinham vivido esse passado, mas aos quais as gerações mais novas se vieram juntar; na quarta fase da memória do Estado Novo que parece estar hoje a viver-se, assiste-se a uma “perspectivação e hierarquização da massa de informações lançadas à opinião pública”. Como historiadora, Pimentel sabe bem da dialética do lembrar/esquecer, integrante do trabalho de memória, mas não deixa de alertar, com toda a pertinência na atual conjuntura, para os perigos do esquecimento irreversível: falta de documentos históricos, ausência de locais de memória (Pimentel 2008).

Sendo impossível comparar a relevância que tem para a memória nacional, para já não falar em termos de ressonância pública, por exemplo a história da

---

danças no panorama tradutório no período de 1974 a 1980.

PIDE que Irene Pimentel deu a lume (Pimentel 2007), algo do que a historiadora diz dá ainda mais sentido ao projeto de que aqui estamos a falar, e que constitui um capítulo da história da cultura literária em Portugal, num período de particulares condicionamentos, tal como a Censura. A tradução sempre constituiu uma parte significativa dessa cultura literária, conquanto nem sempre reconhecida e interiorizada. Falta, porém, um “local de memória” que o registre de forma não casuística. É que os livros/traduições publicados provavelmente existem todos ainda, pelo que o seu esquecimento não é irreversível, mas trazê-los da dispersão completa para integrarem um todo, ainda que *in progress*, confere-lhes novo estatuto: por um lado, *documento* de uma determinada realidade – a da forte presença das culturas estrangeiras na textualidade nacional, por outro a sua constituição como *fonte* para um leque variado de pesquisas.

## 2. O *corpus* a bibliografar

Uma bibliografia é uma (re)construção de um conjunto previamente determinado (reunir o que foi publicado sobre determinado assunto). Ao contrário de uma obra historiográfica, muito seletiva e sempre narrativa e, portanto, com uma consciência visível (no texto) de valores e ideologias, uma bibliografia é uma edificação relativamente asséptica que tende a ser exaustiva (no desejo de quem a faz e na expectativa de quem a lê!), idealmente visa mesmo esgotar a informação existente.<sup>6</sup> Apesar da diferença de *medium* e da grandeza do universo envolvido, o que Luís de Pina disse em meados dos anos 80 a propósito da *Bibliografia Portuguesa de Cinema* de Jorge Pelayo, vale, como princípio, para o nosso projeto: “O critério seguido quanto à inclusão das obras foi aquele que nos tem norteado e que Henri Langlois sempre defendeu para as cinematecas: **tudo tem interesse.**” (Pelayo s.d.: 7).<sup>7</sup> É inevitável, contudo,

---

<sup>6</sup> Em regimes ditatoriais de partido único, em que a informação é fortemente controlada e não há liberdade de expressão e publicação, uma bibliografia tenderá a rasurar o que não se quer que a memória recorde.

<sup>7</sup> Em relação ao *desideratum* da exaustividade, o próprio *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, no seu primeiro número, publicado em 1937, mas respeitante ao ano de 1935, escreve na sua Advertência: “Deveria este volume registar toda a produção bibliáca dos prelos portugueses durante o ano de 1935. Não posso, porém, afirmar que assim suceda rigorosamente, pois suspeito de que, umas vezes por má compreensão das disposições que regulam o Serviço de Depósito Legal,

que o imperativo da exequibilidade em tempo útil se tenha de sobrepor ao sonho da completude. Neste sentido, expõem-se de seguida alguns princípios e critérios que definem o *corpus* a bibliografar.

Nem sempre o objeto a ser bibliografado é problemático, ou pelo menos nem sempre os autores das bibliografias revelam essa consciência. Assim, a *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, por Isaltina Martins (1986), não procede a nenhuma problematização do *corpus* a incluir. Do mesmo ano, a bibliografia de Correia Fernandes sobre a literatura portuguesa em Espanha entre 1890 e 1985 não parece ter um objeto problemático (Fernandes 1986).

Ora, a tradução é um objeto verdadeiramente problemático, que carece de definição consensual.<sup>8</sup> Mantendo-nos apenas no campo da tradução de literatura, verifica-se a existência, entre outros, de “versões”, “versões livres”, “adaptações”, a que devemos acrescentar a modalidade muito comum entre nós da tradução indireta e, sobretudo, da pseudotradução, ou seja, daqueles textos que são apresentados e consumidos como traduções sem o serem verdadeiramente. Este termo foi difundido a partir de Anton Popovič nos anos 70, que o entendeu como “tradução fictícia”. Susan Bassnett, mais recentemente, tentou uma tipificação para o subcampo abrangido pela pergunta “When is a translation not a translation?”. Bassnett apresenta, para a cultura inglesa, exemplos de pseudotraduções propriamente ditas, traduções fictícias (que distingue daquelas), autotraduções, traduções inventadas, o caso da literatura de viagens e outros. Ou seja, mostra como as culturas, por razões e mecanismos muito variados, leram como traduções textos (alguns muito influentes) que “tecnicamente” não o são (Bassnett 1998: 25-40). Mais uma vez, quanto a este ponto, julgamos que Gideon Toury propõe uma solução convincente, ao falar em “assumed translations”: “all utterances which are presented or regarded as such within the target culture, on no matter what grounds” (Toury 1995: 32). Ou seja, também nós consideraremos traduções de literatura aquelas

---

outras por desleixo, algumas oficinas, confiando nas dificuldades da fiscalização, deixaram de remeter certas obras. Mas, apesar da contrariedade indicada, figura no Boletim a quase totalidade das espécies impressas em 1935.” (o diretor do Depósito Legal, que assina esta advertência, é C. A. Galvão Simões.)

<sup>8</sup> Sobre a dificuldade em definir tradução, Toury lembra as dificuldades em “fixing once and for all the boundaries of an object which is characterized by its very variability: *difference* across cultures, *variation* within a culture and *change* over time” (Toury 1995: 31).

obras que foram postas no mercado como traduções (responsabilidade das editoras!) e como tal lidas pelos leitores. Dentro da orientação básica que Toury deu aos Estudos Descritivos de Tradução – a primazia concedida ao contexto da cultura de chegada para o estudo das traduções – é de sublinhar ainda a sua formulação expressa de que as traduções são “factos da cultura alvo” (Toury 1995: 23ss.). Adaptando a ideia à nossa bibliografia, consideraremos um livro um facto, ou seja, incluiremos apenas as traduções publicadas em livro (isto é, excluimos as surgidas em periódicos, ou textos para representações teatrais não publicados em livro).<sup>9</sup>

Um segundo patamar de seleção diz respeito ao conceito de literatura a considerar. Não cabendo aqui uma discussão aprofundada do assunto, optou-se por um conceito funcional, e não ontológico, de literatura, o que significa que a espécie de escrita que a literatura é não se distingue das outras por qualquer característica “essencial”, mas pela sua função cultural. Por outras palavras: “a piece of writing is ‘literature’ not because it possesses certain characteristics that other pieces lack, but because its readers regard it – for a variety of reasons – as literature.” (Patterson 1995: 256). Ou seja, há uma nítida convergência entre a proposta de Toury para a definição do objeto tradução e uma conceção funcional de literatura. Por que não falar em “assumed literature”? De facto, as convenções da língua portuguesa já preveem que se fale em “literatura policial” ou “literatura de ficção científica”, “romance de capa e espada”, “romance de aventuras”, “literatura de cordel”, etc., sinalizando o facto de que a substância do produto é a literatura – o que subsiste na designação genérica de “paraliteratura”. É certo que a delimitação do nosso objeto não fica com isto inteiramente resolvida, pois que há que ter em conta subgéneros de grande ambiguidade como as biografias, ainda por cima muito populares. Para excluir a biografia do nosso *corpus* recorremos em primeira mão à Classificação Universal Decimal, que diferencia numericamente a literatura e as biografias.

Com estes pressupostos foi já feita, no âmbito do referido projeto, uma primeira recolha de traduções de literatura entre 1935 e 1974, recorrendo às seguintes fontes principais: o *Boletim de Bibliografia Portuguesa* (cujo primeiro volume saiu em 1937, sobre o ano de 1935), o *Index Translationum* (da

---

<sup>9</sup> Sobre a problematização deste “facto” – um livro, uma tradução – ver *infra* sobre as contagens subjacentes a alguns resultados provisórios que apresento.

responsabilidade da UNESCO), alfarrabistas vários e algumas bibliotecas particulares. Foram reunidos perto de 16 700 títulos de cerca de 3 800 autores e respetivos tradutores, sempre que foi possível apurar este dado. Estes números incluem cerca de 1500 títulos, a que se fez corresponder uma entrada, editados em 80 antologias temáticas.<sup>10</sup>

Se recordarmos que o V volume da obra de Gonçalves Rodrigues termina em 1930, verifica-se que o período de 1930 a 1935 estava por tratar. É a esta tarefa que o grupo de investigadores no nosso projeto se tem vindo a dedicar desde 2007. Carecendo o trabalho de fontes organizadas, a recolha está a ser feita a partir de fontes primárias como a PORBASE e periódicos (jornais e revistas, selecionados segundo critérios de representatividade na vida política e literária portuguesa).

### **3. Identificação e composição de cada registo na bibliografia/base de dados bibliográfica**

Mesmo ponderando sempre um equilíbrio entre o desejável e o exequível, não é fácil decidir sobre as informações a fornecer em cada registo. A discussão sobre este assunto girou à volta dos possíveis/prováveis interesses do futuro “utente” da bibliografia/base de dados: o que desejará ele encontrar aqui, que combinações (tradutor/autor, título/ano, nacionalidade/década, etc., etc.) podem ser interessantes para estudos parciais, mas sistemáticos? Por outro lado, há os requisitos objetivos de uma “bibliografia seletiva”, ou seja, que apresenta “referências bibliográficas de documentos referentes a um assunto muito específico” (Faria/Gonçalves 1992: 8). Tratando-se de traduções, optou-se por uma divisão básica, ao longo de uma linha horizontal, entre informações sobre o texto de chegada (a tradução), a figurar, evidentemente, em primeiro lugar, e informações sobre o texto de partida. Os campos a considerar para o texto de chegada serão: ano de publicação, título da tradução, tradutor, local de publicação, editora, coleção, designação do texto, língua de mediação, modo literário; para o texto de partida serão: autor, título, ano e local de publicação, editora, país e língua. Um espaço para observações variadas completa a identificação básica de cada exemplar.

---

<sup>10</sup> Dados de 2008, ano da redação deste texto.

Caso se venha a publicar a bibliografia em papel, põe-se a questão da ordenação das entradas. As bibliografias em Portugal têm seguido diferentes critérios. O projeto não tomou ainda uma decisão sobre o assunto, dado que a recolha da informação não está completa. Alguns exemplos a considerar são tanto bibliografias propriamente ditas como catálogos de exposições. Assim, a já referida *Bibliografia Portuguesa de Cinema*, de Jorge Pelayo, tendo como subtítulo “Uma Visão Cronológica”, está organizada por anos (entre 1912 e 1984) (Pelayo s.d.). A *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, acima referida, começa com os estudos ordenados por capítulos temáticos, apresentando depois os autores por ordem alfabética, sem interrupção na numeração corrente (Martins 1986). Outro exemplo ainda é a obra de M. Correia Fernandes *Literatura Portuguesa em Espanha. Ensaio de uma Bibliografia (1890-1985)*, a que se aludiu acima (Fernandes 1986). Está dividida em quatro capítulos temáticos (“Traduções de Obras Literárias de Autores Portugueses”, “Estudos de carácter geral sobre Literatura Portuguesa, ou Comparada com a Espanhola”, “Estudos sobre Autores Portugueses” e “Estudos sobre Autores Espanhóis em relação com a Literatura Portuguesa”), sendo a ordem alfabética o critério escolhido para a listagem dos autores dentro de cada capítulo. Os estudos sobre autores portugueses seguem a ordem alfabética destes, certamente de acordo com os previsíveis interesses dos utilizadores da bibliografia. A. A. Gonçalves Rodrigues publicou em 1985 uma bibliografia sobre *Victor Hugo em Portugal*, na qual ensaiou o modo de apresentação da futura bibliografia da tradução em Portugal: segue o critério cronológico e, dentro de cada ano, a divisão em géneros (Rodrigues 1985).

Os catálogos de exposições, obedecendo embora a outras lógicas, não deixam de constituir também uma fonte de comparação. A exposição organizada pela Câmara Municipal de Lisboa sobre o texto policial português deu origem a um catálogo em que os autores se sucedem por ordem alfabética, com o nome mais conhecido à cabeça, seguido dos respetivos pseudónimos (que abundam neste género). É uma bibliografia sinalética, por vezes descritiva e que também informa sobre a localização de cada espécie (*Caso do Policial Português* 1998). A exposição sobre os 200 anos de romance de aventuras em Portugal, *Antes das Playstations*, começa com uma secção de estudos e o catálogo propriamente dito tem a forma de uma bibliografia tanto analítica como descritiva (com localização da espécie). Por exemplo, o capítulo dedicado a Alexandre Dumas segue a divisão entre “Bibliografia ativa” e “Bibliografia

passiva” e, dentro daquela, a divisão entre “Manuscritos” e “Impressos”. O critério dentro de cada secção dedicada às traduções do autor em língua portuguesa é o alfabético, não considerando os artigos (definidos e indefinidos) dos títulos. Cada referência é identificada por numeração corrida (*Antes das Playstations* 2003).

É de ponderar, finalmente, a inclusão de índices, prática comum nas obras que consultámos. A reflexão será conduzida também em função dos interesses, a definir como prováveis, dos utentes de uma bibliografia de traduções. A título comparativo saliente-se o procedimento da já citada bibliografia sobre a literatura portuguesa em Espanha: tem apenas um Índice temático do segundo capítulo, porque este é composto por “obras gerais” e “ordenado pelos autores dos artigos ou notas críticas”, sendo, portanto, recomendável “orientar” o leitor. A este Índice parcial segue-se um Índice Onomástico Geral.

### 4. Exemplificação de uma possível pesquisa

Nesta última secção pretende-se exemplificar, ainda que rudimentarmente, um tipo de pesquisa que a base de dados existente (traduções de literatura entre 1935 e 1974) possibilita. Trata-se de uma lista organizada por nome de autor, acrescentado de (p) quando se trata de pseudónimo, seguido da respectiva nacionalidade (do autor real, não do pseudónimo), título da obra, editora e coleção, quando exista, data de publicação e tradutor(a). Esta organização permite uma primeira resposta à interrogação sobre a cultura estrangeira dominante em termos de cultura-fonte para traduções. Torna-se interessante observar a evolução do comportamento das principais culturas estrangeiras, quantificando o número de autores de cada nacionalidade (apenas das mais representativas) e o número de títulos por cada autor. De modo a facilitar a percepção quantificada da relação entre as diversas culturas estrangeiras em presença, optou-se por elaborar quadros referentes apenas a três décadas centrais do Estado Novo (1940-1970).<sup>11</sup> O critério da década, como se referiu

---

<sup>11</sup> Estando os anos 1935-1940 já cobertos, a década de 30 não está completa (falta, como se disse acima, o período 1930-1935), pelo que não será considerada. O mesmo se aplica, embora ao invés, aos anos 70, “naturalmente” divididos pela Revolução de Abril de 1974. Será interessante observar a evolução da paisagem tradutória após o fim da ditadura, porém, por uma questão de coerência metodológica, manter-se-á no presente trabalho o critério da década.

acima, já se tem revelado um critério operacional. Foi o utilizado, por exemplo aquando da grande exposição da Fundação Calouste Gulbenkian *Os Anos 40 na Arte Portuguesa* (Lisboa, 1982) ou mesmo na historiografia do Estado Novo (Rosas 1994). Quanto aos países/culturas que figuram nos quadros, foram selecionados apenas o(a)s sete mais representativo(a)s. Esta correspondência de um país a uma cultura é, evidentemente, questionável, porém, considerando a tradicional perceção portuguesa de identificar uma influência estrangeira com um país, e não tanto com uma língua, o critério do país (e não o da língua) parece aceitável para dar conta da cultura dominante. A esta luz torna-se necessário, por outro lado, distinguir entre a Inglaterra (identificada como GBR) e os Estados Unidos da América (USA), em vez de considerar apenas uma cultura anglófona. Esta distinção, além disso, é exigida pela história do Estado Novo e a personalidade de Salazar, na sua relação completamente diferente com a velha aliada Inglaterra, sempre uma prioridade da nossa política externa, e a nova potência emergente no contexto da Segunda Guerra Mundial, à qual Portugal cedeu a base militar dos Açores em 1944. Até então, os Estados Unidos eram apenas “uma referência marginal e além-oceânica” (Antunes 1991: 22). Além disso, o próprio Salazar e alguma elite do regime alimentavam um forte preconceito antiamericano, ao qual se deve acrescentar uma grande ignorância sobre os Estados Unidos a nível da população, como atestam inclusive fontes americanas.<sup>12</sup> Não se pode, portanto, falar, nesta fase, de uma cultura anglófona como fonte de traduções.

As contagens em que os quadros seguintes se baseiam carecem de problematização, dado que este procedimento não é apenas quantitativo-objetivo. O critério que presidiu às contagens é, mais uma vez, inspirado em Toury. Trata-se da **mudança** introduzida por qualquer texto individual numa cultura (Toury 1995: 26s.).<sup>13</sup> Assim, sempre que ocorre uma alteração no contexto

---

<sup>12</sup> José Freire Antunes cita um “Office of Strategic Services Report 1942”, dos Arquivos Nacionais Secretos sediados em Washington D.C., onde se pode ler: “Em Portugal há uma ignorância quase completa sobre a América e os americanos. A maioria das pessoas só conhece os americanos por aquilo que vê nos filmes e pelas notícias sensacionalistas dos jornais sobre milionários, *gangsters*, escândalos de estrelas de cinema, etc. Nem esses filmes, chocantes para a moral conservadora dos portugueses, nem o contacto com empresas americanas têm favorecido a imagem dos Estados Unidos em Portugal” (Antunes 1991: 22).

<sup>13</sup> “Being an instance of performance, every individual text is of course unique; it may be more or less in tune with prevailing models but in itself it is a novelty. As such, its introduction into a target culture always entails some change, however slight, of the latter. To be sure, the novelty claim still

## Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura

do mesmo texto/livro, é uma individualidade que emerge, pelo que é contada como algo de novo. Em resultado desta opção foi a seguinte a lista de critérios adotada para as contagens:

- a) Obras que surgem no mesmo ano, na mesma editora, mesma coleção, com o mesmo tradutor, só contam uma vez;
- b) Obras que surgem no mesmo ano e com o mesmo tradutor, mas em editora diferente (nem que se perceba que é uma editora muito próxima) contam duas vezes (são como que duas edições diferentes);
- c) Obras que surgem no mesmo ano, mas com editora e tradutor diferente, contam duas vezes;
- d) Mesmo quando apenas o ano é diferente, conta duas vezes;
- e) Obras da mesma editora, mas em coleções diferentes, contam tantas vezes quantas as coleções;
- f) As Obras Completas, numa mesma editora, e mesma coleção, mas em que cada volume é um número próprio da coleção, nem que apareçam dois volumes no mesmo ano, contam cada volume por si (ex.: “Obras Completas de Dostoiévski”, na Arcádia, “Clássicos Universais”, são 11 volumes, correspondendo a 11 números da coleção);
- g) Obras em dois ou mais volumes contam só uma vez, se publicadas ao mesmo tempo; se um volume é publicado num ano e o segundo daí a uns anos, tem de contar duas vezes (ex.: *Os Vivos e os Mortos*, de Konstantin Simonov, teve o 1.º volume publicado em 1963 e o 2.º em 1965, com tradutores diferentes, na Arcádia, coleção “Encontro Especial”);
- h) Mesmo autor, mesma obra (sem indicação de 1.º ou 2.º volume), mesma editora, mesmo ano, coleção diferente, tradutor diferente, conta duas vezes (Ex.: Sholokov, *O Dom Tranquilo*, Livros do Brasil, Livros do Brasil/“Dois Mundos”, ambos 1969, dois tradutores diferentes);
- i) Mesmo autor, mesma obra, mesmo ano, mesma editora, coleção diferente, mesmo tradutor, conta duas vezes (ex.: Buzatti, *Um Amor*, 1967, em duas coleções da Ulisseia);
- j) Mesmo autor, mesmo título, mesmo ano, mesma coleção, mas dois números diferentes da coleção, sem indicação de que seja uma obra em dois volumes, conta só uma vez (ex.: Alexandre Dumas (pai), *O Cavaleiro*

---

holds for the nth translation of a text into a language: it is the *resulting* entity [...] which is decisive here; and this entity will always have never existed before [...]

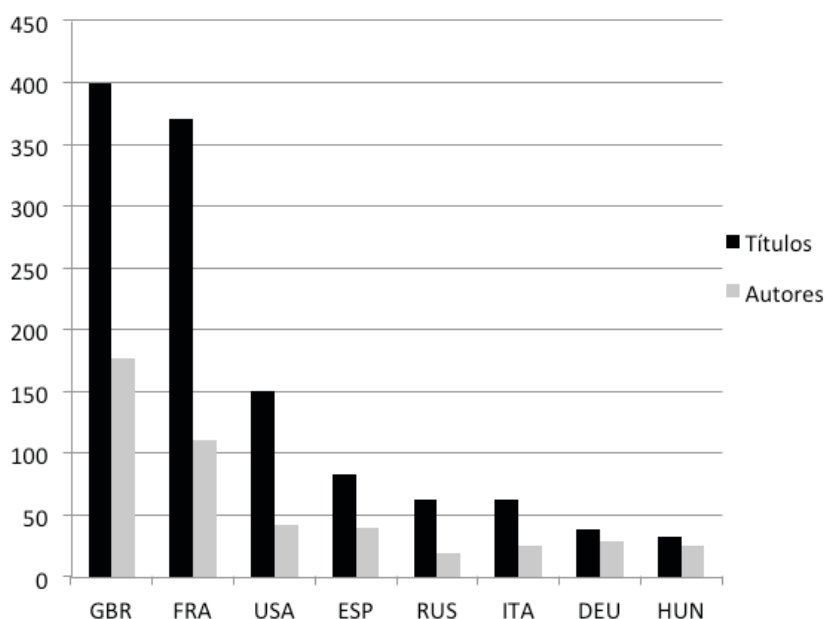
*da Casa Encarnada*, da Romano Torres/“Capa e Espada”, ambos 1962, um é o 41, outro o 42);

k) As pseudotraduções portuguesas também contam (pois foi como traduções que foram lidas na cultura de chegada, cf. Toury 1995: 26);

l) Autores duplos (ex.: Irmãos Grimm) só são contados 1 vez; se um deles aparecer sozinho, conta por si; se o mesmo autor aparece em várias combinações, conta-se cada combinação por si.

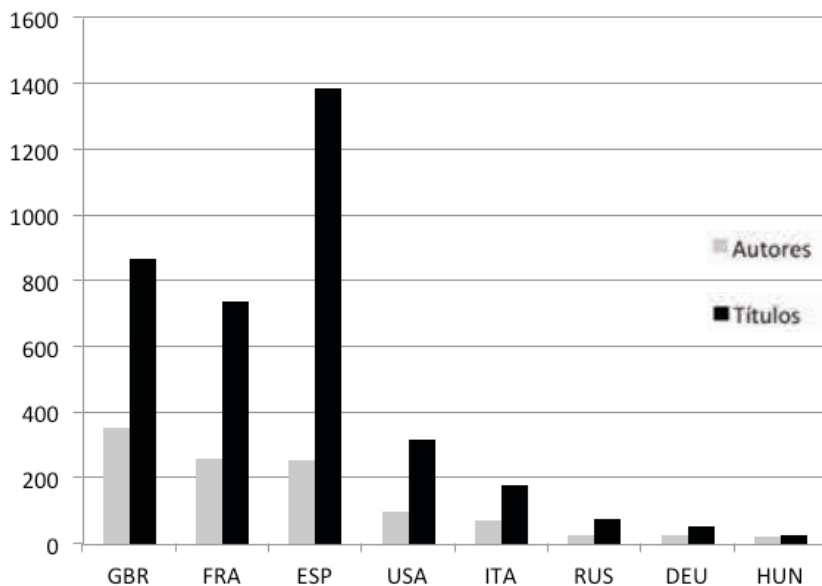
Eis, então, alguns resultados (provisórios) sobre os oito países mais influentes e respetivos números de títulos entre 1941 e 1970:<sup>14</sup>

Autores e títulos por país 1941-1950

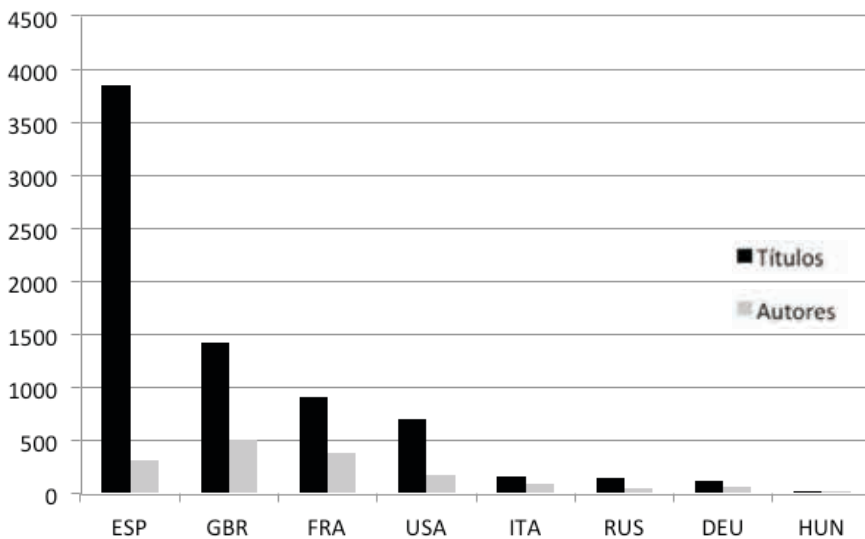


<sup>14</sup> As siglas que identificam os países são as que constam do Standard Code Internacional.

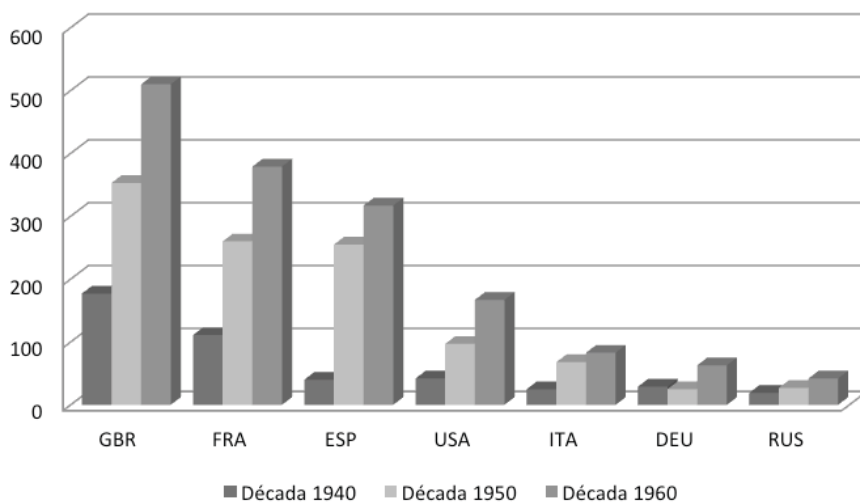
Autores e títulos por país 1951-1960



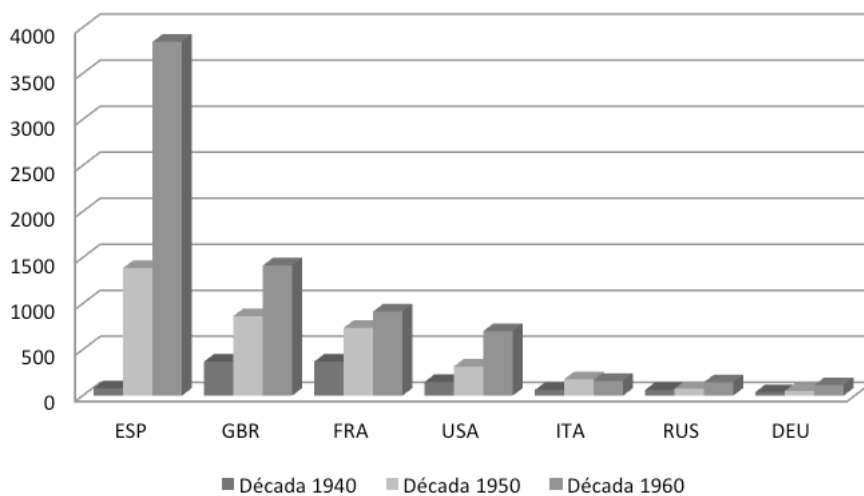
Autores e títulos por país 1961-1970



Autores por décadas



Títulos por décadas



## 5. Comentários finais

Na impossibilidade de comentar toda a informação contida nestes quadros, concentremo-nos nalguns traços mais salientes que contribuem para construir um panorama geral da presença da tradução de literatura nas décadas em apreço. A tendência óbvia é o aumento crescente tanto de autores como de títulos dos anos 40 em diante. A Grã-Bretanha liderou sempre no número de autores (176, 351, 507, respetivamente nas décadas de 40, 50 e 60), sempre a uma boa distância do segundo lugar, ocupado pela França. O terceiro lugar ocupado pela Espanha disputa à vontade a presença americana, porém, se quiséssemos falar em termos de autores/línguas, a hegemonia anglo-saxónica é uma evidência logo nos anos 40, acentuando-se claramente nos anos 60, com um total de 675 autores (507 GBR, 168 USA). Outras nacionalidades sofrem igualmente aumentos consideráveis entre os anos 40 e 60, casos da Itália, de 25 para 83, e da Alemanha, de 27 para 63. O único caso que destoa das subidas constantes, e merece um estudo próprio, é o dos autores húngaros, que passam de 25 nos anos 40 para apenas dois na década de 60, verificando-se igual descida no número de títulos publicados. Quanto aos títulos oriundos de cada país, o que claramente sobressai é a forte subida dos títulos espanhóis, sobretudo dos anos 50 para a década seguinte (1385 para 3844, mais do dobro). É certo que a tradução de literatura americana também mais do que duplicou nestas duas décadas – de 318 títulos para 740 –, mas a proporção no caso espanhol impressiona deveras.

Uma outra interrogação possível aos quadros diz respeito ao comportamento das traduções/títulos por país ao longo das três décadas. A evolução que se pode observar é a seguinte: a França e a Grã-Bretanha começaram na década de **40** com a taxa mais elevada (31%), seguindo-se a grande distância os Estados Unidos (13%) e a Espanha (7%), enquanto a Rússia e a Itália só atingem 5% e a Alemanha 3%. O traço mais saliente dos anos **50** é o grande aumento dos títulos espanhóis (para 38%), ultrapassando o total da Grã-Bretanha (24%) e dos Estados Unidos (9%), embora a Grã-Bretanha continue à frente no número de autores. A França decresce significativamente (para 21%), a Itália continua no mesmo patamar (5%), e a Rússia e a Alemanha chegam apenas aos 2%. Na década de **60** a Grã-Bretanha continua a liderar claramente no número de autores, conforme se observou, mas a relação dominante títulos/país cabe à Espanha (53%) e só em segundo lugar, e a grande distância,

à Grã-Bretanha (19%), depois à França (12%) e aos Estados Unidos (10%). As taxas mais baixas pertencem a Itália, Rússia e Alemanha, todos com 2%.

Querendo tirar alguma conclusão sobre a cultura dominante que serviu de fonte às traduções, é justo hesitar entre a anglo-saxónica e a espanhola, embora o número de títulos faça pender a balança claramente para o lado espanhol. Eis um resultado que relativiza a percepção comum de uma hegemonia francesa que, de resto, se verificava nos meios universitários, em concreto nas Humanidades, e nomeadamente no ensino da literatura, e entre as elites que pontificavam na cultura e nas artes. Para Salazar, aquela percepção era uma certeza. Numa entrevista que concedeu ao jornalista do *Le Figaro* Serge Groussard, em 1958, interrogado sobre se a cultura francesa mantinha a sua “tradicional influência em Portugal”, respondeu: “Certamente, não só porque a língua francesa é obrigatória no nosso ensino secundário, mas também porque ela é em geral o veículo das traduções das obras científicas e literárias publicadas noutras línguas. Eu próprio devo à cultura francesa uma grande parte da minha formação” (Salazar 1967: 42).

Acrescente-se, porém, que a predominância de Espanha no panorama editorial de traduções nada tem a ver com autores canónicos espanhóis. Estes, conforme a investigação conduzida por Dionisio Soler, só raramente foram traduzidos até aos anos 80 do século xx (Soler 1999). Se observarmos apenas a década de 60, a Espanha, como se disse acima, lidera a relação títulos/país, mas, em perto de 4000 títulos, encontramos tão somente cinco autores canónicos (Calderón de la Barca, Cervantes, C. José Cela, Felix Cucurull e Alfonso Sastre), num total de nove títulos. O resto estende-se pela *novela sentimental* (liderada por Corin Tellado com mais de 300 títulos), pelo *western* (subgénero em que a presença espanhola é surpreendente, tendo à frente M. A. Lafuente Estefania, com mais de 200 títulos) e pela *novela policial*, na qual vários autores têm dúzias de títulos traduzidos (Lou Carrigan, Mortimer Cody, Donald Curtis). A maioria dos autores espanhóis que contribuíram para o *western* e a *novela policial* usa pseudónimos ingleses, o que salienta com toda a nitidez o prestígio da cultura anglófona nestes setores. Abre-se, portanto, aqui um vasto e interessante campo de investigação sobre hábitos de leitura e gostos dos leitores portugueses por um lado, por outro fica patente a urgência do estudo das relações editoriais em contexto ibérico.

## Capítulo 5

# A Tradução em Portugal durante o Estado Novo<sup>1</sup>

### 1. Introdução: A invisibilidade de Portugal na história da tradução

Sem negar responsabilidades aos estudiosos portugueses, é um facto que a história da tradução em Portugal permanece inexistente para a maioria dos peritos em estudos de tradução. O exemplo mais flagrante está nas duas edições da *Encyclopedia of Translation Studies* (2001 e 2009) de Mona Baker: na segunda parte da obra, dedicada à “História e tradições”, a ausência de Portugal é uma realidade. O presente estudo, embora confinado a um período bem definido de quatro décadas, tem como objetivo ajudar a preencher essa lacuna no mapa mundial das relações entre culturas e tradições. A pesquisa sobre tradução e censura em sistemas fascistas teve início há vários anos sem a contribuição de Portugal, se bem que, neste momento, esteja a ser desenvolvido algum trabalho para recuperar dessa ausência notória.<sup>2</sup>

Dada a falta de estudos sobre a matéria, será delineada, em primeiro lugar, a moldura política e social do presente estudo, para então passar ao segundo ponto em que será feito o levantamento geral da tradução de literatura

---

<sup>1</sup> Versão portuguesa de “Translation in Portugal during the *Estado Novo* Regime”, in: *Translation Under Fascism*. Ed. Christopher Rundle and Kate Sturge, Palgrave, 2010: 117-144.

<sup>2</sup> A pesquisa mais sistematizada sobre estudos de tradução em Portugal teve início em 1998 com o projeto “História Literária e Traduções. Representações do Outro na Cultura Portuguesa”, que resultou em cinco livros (Seruya e Moniz (Org.) 2001; Seruya e Moniz 2001, Seruya 2001a; Lopes e Oliveira 2002; Seruya 2005, 2007a). Anteriormente, alguns professores e investigadores, entre os quais Almeida Flor, Ferreira Duarte e Fernanda Gil Costa, contribuíram, a título individual, com estudos de caso. No que se refere à censura e ao fascismo, refiro o Colóquio na Universidade de Bolonha (campus de Forlì) em abril de 2005, “Translation in Fascist Systems: Italy, Spain, Germany”.

publicada em Portugal sob a forma de livro, entre os anos de 1940 e 1970, incluindo o estatuto da tradução e dos tradutores no mesmo período. A terceira parte será dedicada ao sistema de Censura e ao seu impacto na tradução em geral, incluindo o enquadramento legal e o *modus faciendi* da Comissão de Censura. Será apresentado um panorama de livros proibidos para depois se passar aos critérios aplicados pelos censores, com base em conclusões de estudos anteriores (Seruya 2006 e Seruya/Moniz 2008b), e defender que estes correspondem ao retrato realista dos valores predominantes naquele período. O capítulo encerra com alguns comentários sobre a eficácia da Censura no Estado Novo.

## 2. O Estado Novo, 1933-1974

Em Portugal, os poucos anos de duração da primeira República (1910-26) foram muito instáveis a todos os níveis e terminaram com o golpe de estado que conduziu a uma ditadura militar nos sete anos seguintes (1926-1933). Em 1933, a aprovação da nova Constituição, base legal da mais longa ditadura na Europa Ocidental do século xx, representou o momento fundador do Estado Novo, como se autointitulava o regime. Foi o próprio Salazar quem governou como primeiro-ministro de 1932 a 1968, ano em que foi substituído por Marcelo Caetano, devido a problemas de saúde. Durante mais de uma década, o Estado Novo foi contemporâneo do Nacional-Socialismo alemão (que encontrou seguidores em Portugal entre alguns políticos e, particularmente, em organizações de juventude) e do Fascismo italiano. Quanto à situação em Espanha, o apoio oficial de Portugal foi acordado com Franco, durante e após a Guerra Civil (1936-1939), o que não surpreende, tendo em conta que o inimigo comum era o comunismo.

Durante muito tempo gerou polémica determinar se o Estado Novo deveria ser considerado ou não um regime fascista, assunto discutido principalmente à luz de posições políticas (depois de 1974, antigos opositores ao regime referem-se-lhe sempre como um período fascista). Presentemente, após prolongadas pesquisas de ordem histórica e sociológica, existe algum consenso em que o regime português era uma ditadura, mas que não condizia na íntegra com as características dos fascismos europeus (por exemplo, a União Nacional, partido único fundado em 1930, não era um partido fascista, além

de que não havia antissemitismo organizado e programático; v. Pinto 1992).<sup>3</sup> Logo em 1930, o próprio Salazar se referiu à Ditadura como “fenómeno da mesma ordem dos que, por esse mundo, nesta hora, com parlamentos ou sem eles, se observam, tentando colocar o Poder em situação de prestígio e de força contra as arremetidas da desordem, e em condições de trabalhar e de agir pela Nação [...]” (Salazar 1935: 73). Alguns anos mais tarde, em 1936, deixou muito claro o que pretendia serem as características do “Novo Estado Português”: “Somos antiparlamentaristas, antidemocratas, antiliberais e estamos determinados a instituir um Estado corporativo” (Salazar 1939: 29, minha tradução<sup>4</sup>). A polícia política, reprimindo desvios de ordem política, social e moral, a propaganda oficial, preocupada principalmente com uma identidade nacional e com a imagem do regime no estrangeiro, e ainda a censura institucionalizada eram os instrumentos cruciais na implementação das políticas do regime. Alguns historiadores mencionam também o “catolicismo social” como a base espiritual do pensamento e da atuação de Salazar.<sup>5</sup> A nação identifica-se como cristã e católica, o que ainda hoje é verdade: de acordo com um levantamento sobre a identidade nacional levada a efeito pelo Programa Internacional de Exame Social em 2008, 68,5% dos portugueses inquiridos disseram que ser português era ser católico.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Costa Pinto (entre outros) reserva a designação “Fascismo português” para o Movimento Sindicalista Nacional, com base no Integralismo Lusitano, movimento intelectual e político fundado em vésperas da I Grande Guerra, cuja “inspiração mais óbvia” era a Action Française de Charles Maurras (Pinto 1991: 238). Após algumas tentativas falhadas de um compromisso com Salazar, os “Camisas Azuis”, nome por que eram conhecidos os “integralistas”, foram proibidos em 1934, tornando-se parte da oposição ao regime (v. Pinto 1994: capítulo 5). Atualização em 2018: Irene Pimentel dedica algumas páginas do 1.º capítulo da sua obra *Inimigos de Salazar ao Integralismo Lusitano* (Pimentel 2018: 13-18).

<sup>4</sup> Texto introdutório de Salazar para a edição inglesa dos seus discursos, *Doctrine and Action* (1939: 9-49), assinado Oliveira Salazar, com a data 1936.

<sup>5</sup> De acordo com Jaime Nogueira Pinto, a primeira fonte de influência no pensamento de Salazar foi a “democracia orgânica” ou “democracia cristã”, visão do mundo a partir de uma posição religiosa e cujo *corpus* doutrinário era constituído pelas encíclicas papais da segunda metade do século XIX. Os seus inimigos eram o laicismo, a livre-maçonaria, o anticlericalismo, o internalismo, o comunismo, o governo democrático. Não podemos esquecer que Salazar tinha uma lembrança intensa do que fora a perseguição aos católicos e à Igreja católica durante a primeira República entre 1910 e 1926) (Nogueira Pinto 2007: IV-V).

<sup>6</sup> *Público*, 10 de junho de 2008: 6.

O pensamento de Salazar estava profundamente marcado pela devoção ao ideal da nação que reforçava toda a prática teórica e política da época e se expressava, em 1929, no célebre *slogan*: “Nada contra a Nação – tudo pela Nação” (Salazar 1935: 34).<sup>7</sup> Salazar justificava a grandeza da nação pelo facto histórico de ser o mais antigo estado da Europa. Numa entrevista ao jornal inglês *The Daily Telegraph*, em 1936 afirmou:

Portugal é o único estado da Europa com oito séculos de existência que se orgulha de ser ainda hoje como era no princípio; as fronteiras não mudaram desde que os primeiros reis as traçaram com a espada nos séculos XII e XIII na Península Ibérica: é como era. (*apud* Henriques/Mello 2007: 42)

Dar prioridade à nação significava rejeitar qualquer pluralismo político: “Quem se coloca no terreno nacional não tem partidos, nem grupos, nem escolas: aproveita materiais conforme a sua utilidade para reconstruir o país” (Salazar 1935: 263). Salazar governou sozinho a União Nacional, tal como governou sozinho o Estado. Os anos de Marcelo Caetano (1968-1974) não mudaram muito no seu todo. São hoje considerados como uma “transição falhada” (Rosas/Oliveira 2004).

Os territórios ultramarinos (ou *Ultramar*) eram considerados uma parte do todo nacional, a parte do Império português herdada da era dourada dos Descobrimentos. Até começar a guerra colonial em 1961, nunca a sua defesa militar fora posta em causa, nem ao nível governamental, nem após o fim da Segunda Guerra Mundial, nem em finais dos anos 50, quando emergiram os movimentos africanos de independência. Em 1974 a questão colonial chegara a um beco sem saída. O alcance do papel que esta desempenhou na identidade do regime fica patente no facto de o seu derrube ter sido causado pelo protesto organizado dos militares contra a guerra (designado como o Movimento dos Capitães, que conduziu ao golpe de estado do 25 de Abril de 1974, seguido da Revolução).

---

<sup>7</sup> Retirado de um discurso proferido por Salazar em 21 de outubro de 1929, intitulado “Política de verdade, política de sacrifício, política nacional” (Salazar 1935: 34).

### 3. Cultura e política no tempo de Salazar e Caetano

Na discussão do conceito de planificação da cultura, Gideon Toury não se refere aos casos de ditaduras, em que ocorrem, ao nível do estado, atos deliberados de “intervenção em assuntos correntes do Estado dentro de um grupo social.” (2003: 403). Por definição, o Estado Novo procurou criar uma nova ordem, tendo Salazar definido a situação com que se deparou como sendo de “desordem” em todos os domínios (Salazar 1935: 47).<sup>8</sup> Com a ajuda de legislação e a criação de várias instituições por um lado e, por outro, com o início da luta contra o analfabetismo, a nova ordem deveria estender-se aos domínios da educação e da cultura. Apesar disso, a breve trecho – já no início dos anos 40 – grupos da oposição resistiram a ser integrados na “intervenção” do regime, apresentando os seus próprios planos. Daí poder falar-se de uma dicotomia da “situação” contra a “oposição”, com as respetivas estratégias de planificação cultural. Aquilo a que a história da literatura chama em Portugal o neorrealismo (1943-53) – a “cultura hegemónica dos anos 40 em Portugal” (Lourengo 1994: 288), marcada ideologicamente pelo marxismo, não obstante um marxismo orientado de forma emocional (288s.) – constitui um caso interessante de uma anticultura coexistindo com a cultura oficial. A “sombra negra” de Salazar foi mantida sob vigilância, mas não considerada subversiva pelo ditador (290s.).

Tendo por base ideais nacionalistas, o regime ambicionava institucionalizar a sua portugalidade desde o início dos anos 30. O sucesso de um objetivo tão grandioso dependia da identificação dos governantes com o povo e de mútuo reconhecimento. Os governantes, começando logo por Salazar, propagavam essa identificação ao nível do discurso, usando a primeira pessoa do plural como forma de assinalar um ponto de vista comum, a ausência de conflito. Mas havia outros instrumentos mais concretos ao serviço da portugalidade. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN, mais tarde SNI)<sup>9</sup> tinha a “grande missão elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que é e

---

<sup>8</sup> “Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só – desordem – definia em todos os domínios a situação portuguesa” – retirado de um discurso de 28 de maio de 1930 comemorativo do quarto aniversário da Ditadura Nacional.

<sup>9</sup> Em 1944, o Secretariado de Propaganda SPN passou a chamar-se SNI – Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo e em 1968 passou a ser SEIT – Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

do que realmente vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente.” (*apud* Ó 1996: 894). Deveriam ser apresentados os “aspetos agradáveis” de um país rural, utilizando o que Salazar chamava de “o conforto das grandes certezas”, num discurso de 1936:

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História, não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever. (Salazar 1937: 130)<sup>10</sup>

Tanto a ênfase nos valores rurais como o conjunto de valores a serem seguidos a todos os níveis surgiam no conceito de “regionalismo”, a nova chave de orientação para a política cultural (Ó 1996: 895; v. também Ó 1999; Rosas 1994). Apontando para um “estilo português próprio” não se pretendia que este conceito se aplicasse apenas aos domínios do bailado, teatro e cinema, mas que fosse também divulgado em cartazes, acontecimentos públicos e até em montras de lojas (Ó 1996: 895). Não aparecem livros mencionados nos depoimentos políticos sobre regionalismo, provavelmente porque o regime tinha plena consciência da dificuldade em converter escritores e intelectuais à ideologia do Estado. Mesmo assim, tentava exercer alguma influência nas artes e na literatura, criando prémios em todos os géneros artísticos e literários. Os prémios SPN/SNI, atribuídos entre 1934 e 1936, inicialmente promovidos por António Ferro (1895-1956) como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional e no contexto da sua “Política do Espírito”, foram concebidos para lançar novos autores e torná-los conhecidos, mas foi o próprio Ferro a admitir mais tarde que muitos escritores contemporâneos tinham outros meios de atingir o sucesso sem precisarem de prémios oficiais. Ao analisar as listas dos Prémios SPN/SNI nos diferentes géneros, o historiador Ramos do Ó conclui que “só muito tarde e lentamente o regime conseguiu forma de alguns autores criarem obras exclusivamente ao seu serviço” (Ó 1999: 128).

---

<sup>10</sup> O discurso intitulado “As grandes certezas da Revolução Nacional” foi proferido em Braga para comemoração do décimo aniversário da Ditadura Nacional (1926-1936).

O analfabetismo, uma das principais razões para o atraso de Portugal, era um problema que envergonhava o regime. As políticas adotadas para o combater foram relativamente bem-sucedidas: entre 1930 e 1970 a taxa de literacia subiu de cerca de 39% até cerca de 76% (Melo 2004: 68). Nos anos 50, o Ministro da Educação Nacional começou a implementação do Plano de Educação Popular e, em 1957, a Fundação Calouste Gulbenkian iniciou o serviço de bibliotecas itinerantes. Os dois acontecimentos contribuíram para o aumento da leitura na década seguinte, embora no início dos anos 70 já se pudesse perceber algum declínio. A Fundação tentou transferir para o Estado as suas responsabilidades, naquilo que à leitura pública dizia respeito, quando as receitas do petróleo começaram a diminuir<sup>11</sup>; o êxito da coleção *Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo*, uma parceria da editora com a televisão estatal, pode ser explicado pelo vazio provocado pela quebra da influência da Gulbenkian (Faria/Campos 2007: 12; Seruya 2007).

## 4. Tradução e tradutores

### 4.1. Ideias sobre a tradução

O campo da tradução no Estado Novo compreende, além da literatura (em sentido lato), a tradução de temas das ciências sociais e humanas, a tradução em todos os campos das ciências naturais e da tecnologia, os filmes (a prática da legendagem, bem como os “cortes” impostos pela censura; v. António 1978/2001), os espetáculos de teatro (v. Santos 2004, por exemplo<sup>12</sup>), e as traduções publicadas em jornais e revistas e na rádio. Seria também interessante considerar o caso específico da tradução dos discursos de Salazar (v. por exemplo Salazar 1939) ou dos panfletos turísticos de português para

---

<sup>11</sup> Mesmo assim, o contributo da Fundação Calouste Gulbenkian foi notável, como escreve Melo: “O contributo da FCG é o principal responsável pela consolidação mais precoce e sustentada do movimento de leitura nas bibliotecas [nos anos 60]; sem as bibliotecas desta instituição, a oferta de leitura seria mais restrita e influenciaria significativamente no sentido negativo o movimento de leitura [...]” (2004: 77).

<sup>12</sup> Por uma questão de atualização bibliográfica ver também Cabrera 2013.

línguas europeias, o que conferia à tradução a qualidade de instrumento de propaganda vital para a imagem do regime no estrangeiro.<sup>13</sup>

O presente estudo dedicar-se-á apenas à literatura traduzida publicada em livro. A tradução será olhada como uma instituição. Embora na época não houvesse associações de tradutores nem instituições formadoras de tradutores, o que seria mais tarde fator de prestígio para a profissão, a “face pública” da tradução pode ser objeto de estudo: consideramos a tradução uma ação social ligada a uma forma de comportamento chamada “traduzir”, cujos agentes – os tradutores – “são decisores ativos dentro de estruturas complexas de poder” (Hermans 1997: 5-6). Proceder-se-á a uma abordagem historicista que tenta analisar “a forma como as traduções e as ideias sobre tradução se relacionam com o respetivo meio sócio-cultural” (6).

Não restam dúvidas de que editores e livreiros por um lado e, por outro, críticos e escritores na imprensa e em revistas de prestígio estavam conscientes da forte presença de traduções no mercado. As ideias sobre tradução que manifestavam, variavam conforme os seus interesses específicos. Os editores e livreiros queixavam-se da insuficiência e da baixa qualidade da produção interna (Seruya 2005a: 39), opinião partilhada, curiosamente, pelo próprio Salazar que lamentava a falta de talento artístico nacional:

Agrada-me tudo o que é belo e inteligente e lastimo que Portugal seja neste momento tão pobre no campo das artes. Sinto-me muito satisfeito com os progressos realizados pelos nossos escultores e decoradores mas, há que admiti-lo, não possuímos hoje grandes pintores nem architectos que tenham feito escola e tanto o teatro como a produção literária não conseguiram alargar os seus horizontes. (Salazar citado em Garnier 1952: 191)<sup>14</sup>

Em contrapartida, escritores e críticos olhavam muitas vezes a tradução como um meio de internacionalizar a vida literária e as preferências literárias em Portugal (por exemplo, Simões 1937).

Na primeira metade dos anos 40 a tradução era um facto visível, embora não fosse encarada por todos como uma benção – “Epidemia de Traduções”

---

<sup>13</sup> Abordo este tema mais tarde (v. capítulo 6).

<sup>14</sup> Christine Garnier era uma conhecida jornalista francesa que entrevistou Salazar por diversas vezes e com quem chegou a ter fortes laços de amizade. O livro *Férias com Salazar* foi publicado pela primeira vez em 1952 e foi objeto de várias reedições até ao presente.

é o título de um artigo publicado na revista mensal *Ocidente*, denunciando os “impulsos desnacionalizadores” e a “preguiça mental” que o aumento de traduções revelava.<sup>15</sup> E não só o número de traduções era notoriamente elevado, lamentava a *Ocidente*, como também nem sempre era muito recomendável o respetivo caminho para o mercado (“Epidemia de traduções” 1943: 2). Aquilo que era considerado concorrência desleal levou o Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL) a criar um “Estatuto de Traduções” (*Livros de Portugal*, doravante *LP*, 15-16/1943).<sup>16</sup> No preâmbulo estava descrito um dos aspetos problemáticos da situação com toda a clareza: “as traduções de uma mesma obra são publicadas, ao mesmo tempo, por diferentes editoras” (texto final do Estatuto in: *LP*, 17-18/1943: 5). No sentido de obviar a tal situação, o GNEL exigia dos editores a relação de livros do domínio público que quisessem publicar nos 12 meses seguintes (*Ibidem*: Artigo 1). A partir desta informação, o GNEL organizava um ficheiro com todos os pedidos e decidia de acordo com a ordem de apresentação (Artigo 3). Em caso de duplicação, os editores concorrentes tinham de decidir entre si qual deles iria publicar a tradução, e tudo “com o intuito de evitar concorrência comercial” (Artigo 4) – que era contrária à doutrina económica de um Estado corporativo. Um outro artigo dos estatutos deixa transparecer, de modo involuntário, qualquer coisa sobre o estado da arte na publicação de traduções: exige que os livros traduzidos incluam dados sobre o título original e, “na falta dele, o título da tradução francesa ou inglesa” (Artigo 11). Eis uma exigência que, pela negativa, revela o desrespeito pelas obras originais, confirmando, por outro lado, quais as línguas intermediárias do grande número de traduções indiretas presentes na cultura portuguesa. (v. também os dois gráficos *infra*)

Nos anos 60, a visão negativa da tradução não se alterara substancialmente. Um editorial da *Livros de Portugal*, de 1960, inclui um depoimento notável, da responsabilidade de dirigentes dos editores e livreiros, dando conta da opinião negativa sobre a tradução de literatura, considerada muitas vezes “incrivelmente” infiel ao original, e imputável à incompetência linguística dos tradutores. Por um lado, cortes, acrescentos, reinterpretações premeditadas e, por outro, o português incorreto e a falta de respeito pelo valor estético do

---

<sup>15</sup> A ideia de que a tradução exerce influência negativa em qualquer literatura nacional não é nem original nem específica de Portugal, como se pode ver, por exemplo, em Korpel 1993: 116-19.

<sup>16</sup> *Livros de Portugal* era a revista mensal do GNEL.

texto eram alguns aspetos da prática da tradução em vigor, que tinham de ser encarados pelas editoras como um problema. De igual modo, a imprensa regional registava e comentava o reduzido número de leitores – ou, pelo menos, de leitores que escolhessem “boa” literatura (já que outros géneros eram bem-sucedidos). Num artigo da imprensa regional reeditado na *Livros de Portugal*, reza assim o lamento: “A Península Ibérica está a tornar-se um paraíso para os comerciantes de má literatura”, nomeadamente de “coleções de livros pequenos e baratos ... tão mal escritos, com tanta falta de imaginação e de sensibilidade artística, que constituem um perigo permanente” (Silva 1967: 15). Silva referia-se provavelmente ao elevado número de livros do Oeste americano, policiais, romances e novelas sentimentais e de guerra, na sua maioria provenientes de Espanha e da Grã-Bretanha, que invadiam o mercado português desde os anos 40.<sup>17</sup> Havia ainda a preocupação de que cinema, futebol e televisão já fossem a forma preferida de passar os tempos livres: “O livro, esquecido, descansa a lombada nas estantes empoeiradas” (Silva 1967a: 17). Finalmente, o preço do livro era considerado demasiado elevado para muitos; os jornalistas da época depositavam grande esperança nas publicações em brochura (Pereira 1967: 13ss.).

Como se viu, a qualidade das traduções – que mostravam tendência para vender mais exemplares por título do que livros portugueses (v. *LP* 108/1967) – começava então a ser discutida com maior abertura. Segundo alguns, até já detinham a maior quota na produção livreira (Rosa 1968: 17). Em 1969, o vespertino diário *A Capital* publicava um estudo sobre editoras e tradutores “para clarificar este aspeto tão importante da vida cultural portuguesa”, nomeadamente, “o problema das traduções”. As respostas de editoras tão importantes como a Ulisseia, que publicou muitas traduções (incluindo obras para as elites intelectuais), demonstram a preocupação com a baixa qualidade das traduções, atribuindo-a a problemas de seleção de tradutores (*LP* 123/1969: 14-15). Este é um ponto significativo, na medida em que indicia uma maior consciência da necessidade de qualificação dos tradutores, em vez da prática corrente da seleção casuística ditada pela pressão comercial. Logo no início da década, os editores perceberam que traduzir não era uma

---

<sup>17</sup> Em 1968 este tipo de literatura era descrito n’*O Século*, um dos jornais diários oficiais, como sendo “literatura deformante e altamente perigosa” em especial porque se dirigia a crianças e jovens (*Livros de Portugal* 116/1968: 22-3).

profissão regulamentada, que não havia tradutores profissionais, e que traduzir, regra geral, não dependia de motivações culturais, era, sim, um meio extra de aumentar o rendimento de cada um (v. *LP* 19/1960: 2).<sup>18</sup> No final da década, ainda tentavam aumentar o prestígio da atividade e dos seus agentes. Só na segunda metade dos anos 60 começou a formação de tradutores ao nível universitário, pelo que talvez se possa vir a considerar os anos 60 como uma viragem na oferta de tradutores (profissionais) em Portugal.

Durante o período em análise no presente estudo, os tradutores de literatura são, para além de um grande número de pessoas anónimas (como é o caso de tradutores de livros espanhóis e ingleses no campo do romance de aventuras e da novela sentimental), escritores e personalidades de renome: Aquilino Ribeiro, José Saramago, Maria Lamas, Fernanda Botelho, Urbano Tavares Rodrigues, poetas como Vitorino Nemésio, Jorge de Sena, Alexandre O'Neill, Ruy Belo, Ramos Rosa; pintores como Lima de Freitas, entre muitos outros. Também se encontram tradutores vindos de outras áreas de atividade, por exemplo, o sociólogo Vasco Pulido Valente ou o filósofo Agostinho da Silva (v. Pinho 2006).

### 4.2. Tradução de literatura entre 1940 e 1970

No presente capítulo trataremos um *corpus* respeitante às três décadas principais do Estado Novo, 1940-70.<sup>19</sup> Serão consideradas traduções de literatura publicadas em livro (sem ter em conta se se trata de uma primeira edição ou de edição posterior), sem fazer distinções entre literatura “erudita” e “popular”. O presente conceito de literatura abrange romances policiais e

---

<sup>18</sup> Esta justificação para o recurso a traduções da parte de muitos não é novidade na história da tradução e é, decerto, uma das razões para a falta de prestígio muitas vezes ligada a esta atividade no nosso país.

<sup>19</sup> O último volume da bibliografia da tradução de Gonçalves Rodrigues *A Tradução em Portugal* (Rodrigues 1999) termina em 1930. Estão a ser agora [2008] objeto de recolha, no âmbito do projeto *Intercultural Literature in Portugal 1930-1974: A Critical Bibliography*, dados sobre traduções de literatura respeitantes aos anos de 1930-35. Já foram tratados os anos de 1935-40, mas como a década não se encontra completa, não serão considerados esses anos no presente ensaio. O mesmo se aplica à primeira metade da década de 70, “naturalmente” dividida pela Revolução de Abril de 1974. Seria interessante observar a evolução do panorama da tradução após a ditadura, mas, por razões de metodologia, será mantido o critério de década.

ficção científica, a par do romance de aventuras do Oeste americano e novelas sentimentais.

As questões seguintes têm por base dados recolhidos para o projeto *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography*, pesquisa bibliográfica em curso levada a cabo pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa, em colaboração com o Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa.<sup>20</sup> Em relação à informação disponível só pôde ser trabalhada [para este estudo, 2008] a questão da cultura estrangeira dominante: quais as principais culturas de partida da tradução (percetível através de autores e títulos)? Nessa recolha, os autores são identificados geograficamente pelo respetivo país de origem. A identificação implícita de uma cultura/língua com um país é questionável, mas, em Portugal, a perceção tradicional de influências estrangeiras como sendo provenientes de certos países permite aceitar o critério do país como meio de avaliar a cultura de partida “dominante”. Para tal, a posição-chave é o número de títulos por autor e por país.<sup>21</sup> Os gráficos “Autores por décadas” e “Títulos por décadas” mostram a evolução, entre 1940 e 1970, da principal cultura de partida em traduções, tendo em conta apenas os sete países/culturas mais influentes.<sup>22</sup>

---

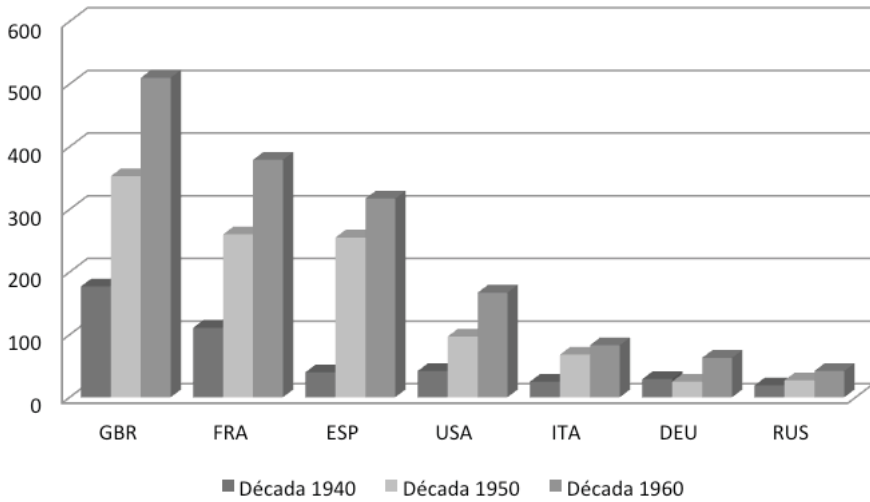
<sup>20</sup> Embora não haja uma recolha de dados exaustiva, aqueles que servem de base a estes comentários são, mesmo assim, considerados representativos. As fontes consultadas foram: o *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, o *Index Translationum*, os catálogos da Biblioteca Nacional, alfarrabistas e algumas bibliotecas particulares.

<sup>21</sup> No âmbito do projeto de pesquisa acima mencionado, definimos 12 critérios por cada título (v. Seruya 2009a: 79-80; v. atrás texto “Introdução a uma bibliografia crítica ...”). Baseiam-se na visão de Toury sobre a tradução, que provoca sempre mudança na cultura de chegada: “Being an instance of performance, every individual text is of course unique: it may be more or less in tune with prevailing models but in itself it is a novelty. As such, its introduction into a target culture always entails some change, however slight, of the latter” (Toury 1995: 26). Por exemplo, se um mesmo título é publicado duas vezes no mesmo ano, pelo mesmo tradutor, mas por diferentes editoras, considera-se duas vezes. A mais pequena diferença no contexto de um título é considerada uma mudança e, bem assim, uma “inovação”.

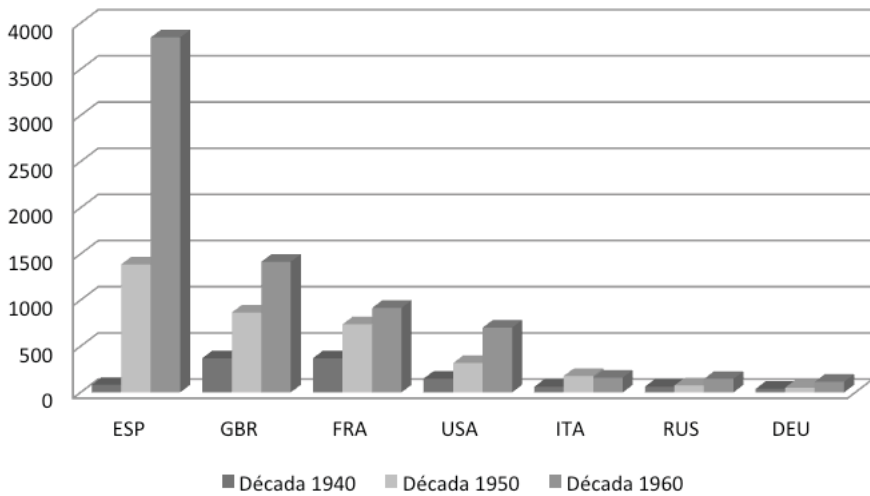
<sup>22</sup> A seleção inevitável a que tivemos de proceder esconde autores e países relevantes, como é o caso do austríaco Stefan Zweig, autor de enorme sucesso em Portugal desde os anos 30 e por mais cinco décadas; ou o caso de países identificados pela designação constante do Standard Code, o que levanta alguns problemas, por exemplo no que se refere à Alemanha (não distinguimos até agora a República Federal da Alemanha (RFA) da República Democrática da Alemanha, RDA); ou o nome “Rússia” que prevalece em relação a “URSS” devido à forte presença de autores russos clássicos.

## A Tradução em Portugal durante o Estado Novo

### Autores por décadas



### Títulos por décadas



A prática dos editores portugueses, a par da história política do Estado Novo, justifica a distinção aqui apresentada entre a Grã-Bretanha (assinalada nos gráficos como GBR) e os Estados Unidos da América (USA), em vez de se considerar uma única cultura anglófona. Enquanto a velha Aliança anglo-portuguesa (datada de 1373) sempre foi uma prioridade decisiva na política estrangeira em Portugal, os Estados Unidos foram, até à instauração da base militar americana nos Açores, um simples “ponto de referência estrangeiro e marginal” (Antunes 1991: 22). Além disso, o próprio Salazar e elementos da elite do regime nutriam um profundo preconceito contra os americanos, ao mesmo tempo que se verificava uma ignorância generalizada entre a população sobre os Estados Unidos, conforme atestam fontes oficiais americanas.<sup>23</sup> Assim, os dois países foram considerados separadamente (para mais pormenores sobre a metodologia, v. Seruya 2009a: 69-86).

Se compararmos agora os números de títulos por país traduzidos durante as três décadas, observa-se a seguinte evolução: a França e a Grã-Bretanha, em conjunto, começaram por apresentar a taxa mais elevada na década de 40, constituindo 31% dos títulos traduzidos, seguidas, a alguma distância, dos Estados Unidos (13%) e da Espanha (7%), enquanto a Rússia e a Itália só atingiam 5% e a Alemanha 3%. O aumento de títulos de origem espanhola (agora 38%) constitui a principal característica dos anos 50, com uma proporção mais elevada do que a Grã-Bretanha (24%) e os Estados Unidos (9%) (embora em termos de número de autores diferentes, a Grã-Bretanha ainda lidere). A França diminui significativamente, com 21% de títulos traduzidos; a Itália mantém-se estável com 5%; a Rússia e a Alemanha caem para 2% cada. Nos anos 60, a Grã-Bretanha continua a liderar no que se refere ao número de autores (507), seguida da França (378), da Espanha (317) e dos Estados Unidos (168), mas a proporção mais elevada de títulos traduzidos é dada pela Espanha (53%) e só muito atrás a Grã-Bretanha (19%), a França (12%) e os

---

<sup>23</sup> José Freire Antunes cita o seguinte texto do “Office of Strategic Services Report 1942”, a partir dos Arquivos Nacionais de Washington DC: “Em Portugal há uma ignorância quase completa sobre a América e os americanos. A maioria das pessoas só conhece os americanos por aquilo que vê nos filmes e pelas notícias sensacionalistas dos jornais sobre milionários, *gangsters*, escândalos das estrelas de cinema, etc. Nem esses filmes, chocantes para a moral conservadora dos portugueses, nem o contacto com empresas americanas têm favorecido a imagem dos Estados Unidos em Portugal” (Antunes 1991: 22).

Estados Unidos (10%). Os países em que se verificam as taxas mais baixas de entre os dez mais são a Itália, Rússia e Alemanha, com 2% cada.

Se olharmos para este período das três décadas como um todo, então a cultura de partida dominante na tradução em Portugal é a espanhola, pelo menos depois da década de 40, o que, de imediato, põe em causa a percepção habitual da hegemonia francesa, hegemonia que estava principalmente confinada a intelectuais, artistas e universidades. Note-se que a predominância da Espanha resultou de traduções de literatura popular (narrativa do Oeste americano, policial, novela sentimental) e não de autores canónicos, os quais, com exceção de Cervantes, raramente eram traduzidos até aos anos 80 (v. Soler 1999).

Que autores e que tipo de literatura se traduzia? Começando pelos anos 40, de entre os mais de 100 autores franceses traduzidos neste período, contam-se alguns canónicos tradicionais como Zola, Balzac, Maupassant, Hugo, Mérimée, Voltaire, Flaubert e, num só caso, Sartre.<sup>24</sup> Há outros géneros com representação mais significativa, sobretudo a novela sentimental (Delly, Magali, Albert Bonneau, Léo Dartey, Déo Duvic, Max du Veuzit), seguidos de literatura infantil e literatura juvenil (Comtesse de Ségur, Berthe Bernage) e de histórias de aventuras (Ponson du Terrail, Dumas pai e filho).

Enquanto o número de autores ingleses excede o número de autores franceses, o número de títulos ingleses é ligeiramente inferior. Entre os autores canónicos ingleses encontram-se Stevenson, Wilde, Dickens, Austen, Mansfield, Somerset Maugham, Shaw, as irmãs Brontë, Conrad, Jerome, etc. Os romances policiais ocupam um lugar de destaque nesta década. Não contam para as estatísticas as várias pseudotraduções (isto é, livros de autores portugueses que adotam pseudónimos em inglês, simulando implícita ou explicitamente tratar-se de traduções), embora se justifiquem pelo prestígio das culturas de partida no género (inglesa e americana); a “verdadeira” ficção policial traduzida inclui Agatha Christie, Arthur Conan Doyle, Richard A. Freeman, Dorothy Sayers, Edgar Wallace, etc. Os romances sentimentais em língua inglesa marcam presença por intermédio de Hall Cane e outros. Estão representados outros géneros mais difíceis de classificar, por exemplo, em autores como

---

<sup>24</sup> Os autores e os diferentes géneros são mencionados por ordem decrescente do número de títulos.

Charles Richter, H.S. Keeler e E. Philips Oppenheim, ou Freya Stark com as suas narrativas de viagens.

A maioria dos títulos americanos surge na segunda metade dos anos 40, evidenciando uma correspondência interessante com a mudança do papel desempenhado pelos Estados Unidos na política externa portuguesa. Os autores mais referidos são Jack London, William Saroyan, Pearl S. Buck e Erskine Caldwell, seguidos de Mark Twain, Vicky Baum (que escreve em inglês), Thomas Maine Reed, Poe, Hawthorne, James, etc. A ficção policial está representada por Ellery Queen, Erle Stanley Gardner e Carter Dickson.

Nos anos 40 os autores espanhóis contemporâneos não têm grande visibilidade, exceção feita a Pio Baroja e a Miguel Unamuno (m. 1936) – este tinha desenvolvido uma relação especial com Portugal e com a literatura portuguesa – e W. Fernández Flórez. Blasco Ibañez, autor do século XIX, é o mais referido, seguido de Concha Linares-Becerra (autora de romances de amor) e de Enrique Pérez-Esrich, outro conhecido escritor do século XIX.

No que diz respeito a autores alemães e considerando a simpatia de alguns setores do regime pela Alemanha nazi, é interessante verificar que, de entre os que estavam ligados à “Revolução Conservadora” e, mais tarde, ao Nacional-Socialismo, apenas Rudolf Binding foi traduzido nessa época. Além disso, foram ainda traduzidos autores canónicos pertencentes aos séculos XVIII e XIX (Raspe, Goethe, Grimm, Hölderlin, Hauptmann, Otto Ludwig, Storm), bem como ao século XX (Carossa, Fallada, Huch, Kellermann, Klabund, Thomas Mann, Remarque, Rilke, entre outros).

Na impossibilidade de tratar em pormenor todas as décadas, serão abordados, de forma breve, os anos 60, acompanhados de comentários seletivos sobre os anos 50 como pano de fundo. Nos anos 60 surgiram novos autores franceses – Henri Troyat, Proust, Sade, Beauvoir, Elsa Triolet, Boris Vian, Duras, Claude Simon; aumentou significativamente o número de títulos de Robbe-Grillet, Françoise Sagan, Sartre e Camus, em comparação com o baixo número verificado nos anos 50. Mantiveram-se estáveis clássicos como Voltaire, Hugo e Zola, embora os títulos de Balzac passassem de 9 para 20. A literatura infantil e juvenil incluía novos autores franceses como René Guillot, Jean Bruce, Georges Bayard e Henry Vernes. No campo da literatura policial, Simenon passou de 17 para 59 títulos e Maurice Leblanc de 2 para 12, ao passo que o romance de amor de origem francesa sofreu um declínio.

Surgem bem representados no *corpus* autores ingleses considerados canónicos, entre os quais Somerset Maugham, Graham Greene, Lawrence Durrell, H.G. Wells e Aldous Huxley; no entanto, são os romances policiais e de espionagem (em primeiro lugar John Le Carré, seguido de Agatha Christie, Carter Brown, John MacDonald, Leslie Chertis, para mencionar apenas os que apresentam 18 títulos ou mais), a literatura juvenil (liderada por Enid Blyton) e a ficção científica, os temas em que sobressai a origem inglesa.

A década de 60 deu a conhecer os escritores americanos considerados canónicos nos dias de hoje. Tendo em conta o número de títulos, a lista é encabeçada por Erskine Caldwell, logo seguido de Steinbeck, Pearl S. Buck, Faulkner, Arthur Miller, Poe, Hemingway e Dos Passos. Todavia, autores de *pulp fiction* também se fazem representar, sendo Frank Gruber o mais frequente. No que toca a livros de aventuras e do Oeste americano, Zane Grey preenche só por si uma série completa da popular editora AGP (Agência Portuguesa de Publicidade), enquanto Erle Stanley Gardner, Richard Deming, Mickey Spillane, Jack London e Ed Lacy são os autores de romances policiais mais traduzidos. A ficção científica americana contribui também para compensar a lacuna na produção portuguesa doméstica, com nomes como Clifford Simak, Paul Anderson, Isaac Asimov e Ray Bradbury.

Tal como já referido, a Espanha lidera em número de títulos, mas entre cerca de 4000 romances e novelas há apenas cinco autores canónicos: Calderón de la Barca, Cervantes, José Cela, Fèlix Cucurull e Alfonso Sastre partilham nove títulos no total. Os restantes dividem-se em três temas: o romance e a novela sentimental – fotonovelas – (Corin Tellado com 329 títulos, Sérgio Duval com 116, Trini de Figueiroa com 70, Maria Adela Durango com 51), as histórias do Oeste americano com uma presença surpreendente (por exemplo M. A. Lafuente Estefania com 231 títulos e Keith Luger com 109), e histórias policiais em que vários nomes apresentam dúzias de títulos traduzidos (Lou Carrigan, Mortimer Cosy, Donald Curtis). A maioria dos autores dos dois últimos géneros mencionados usaram pseudónimos ingleses, denunciando o prestígio da cultura anglófona neste domínio, e levantando, ao mesmo tempo, a interrogação sobre as circunstâncias em que os editores portugueses decidiram importá-los.

## 5. Tradução e Censura

### 5.1. A estrutura legal e institucional da Censura

No que diz respeito à estrutura legal e institucional da Censura, a legislação mais relevante foi criada nos anos 30 e 40 (v. Rodrigues 1980; Ó 1999). Embora a Constituição do Estado Novo promulgada a 11 de abril de 1933 garantisse “liberdade de expressão em quaisquer circunstâncias”, o Decreto-Lei n.º 22469, emitido no mesmo dia, defendia que a Censura tinha a função de “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social” e seria levada a cabo de maneira a anular “todos os fatores” suscetíveis de “desorientar” os portugueses “contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum” (*apud* Ó 1996a: 140). Numa palavra, destinava-se a impedir qualquer ataque aos princípios básicos da organização da sociedade, tal como o regime a pretendia.

Até 1933, a censura tinha sido aplicada a publicações periódicas, panfletos e cartazes desde que se relacionassem com questões de ordem política ou social, e a nova legislação (logo após o golpe de 28 de maio de 1926) estava, de início, direcionada contra a imprensa, mas logo em 1933 Salazar mostrou grande preocupação com os livros, tendo solicitado ao diretor dos Serviços de Censura, Major Álvaro Salvação Barreto (entre 1932 e 1944), que fizesse um relatório sobre o assunto. Esse documento, “Leituras Imorais – Propaganda Política e Social Contrária ao Estado Novo – sua Repressão”, tornar-se-ia a base dos procedimentos da Censura em relação a publicações não-periódicas.<sup>25</sup>

Relativamente aos livros (portugueses, estrangeiros e traduções) a Comissão de Censura iniciou o seu trabalho em 1934. Ao contrário da imprensa, os livros não estavam sujeitos à censura antes da sua publicação, pelo que chegavam à Comissão depois de publicados, por intermédio da colaboração ativa da polícia política PIDE/DGS (que “visitava” livrarias, por exemplo), das Estações de Correio (CTT), das alfândegas, e, esporadicamente, da Polícia (PSP). Por vezes, os editores e os próprios autores apresentavam, mais ou menos *de motu proprio*, os seus trabalhos à Comissão.

---

<sup>25</sup> Agradeço esta informação a Joaquim Cardoso Gomes.

No início de 1933, por altura da inauguração do Secretariado da Propaganda Nacional, Salazar clarificou o seu pensamento:

Os homens, os grupos, as classes veem, observam as coisas, estudam os acontecimentos à luz do seu interesse. Só uma entidade, por dever e posição, tudo tem de ver à luz do interesse de todos. (Salazar 1935: 260)

Houve, de facto, muitos censores que se habituaram a usar a primeira pessoa do plural nos seus veredictos, procurando dar a impressão de um pensamento nacional unificado, representativo do “interesse de todos”. O Decreto de 1933 foi reforçado três anos mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 26589, publicado em conjunto com um *Regulamento dos Serviços de Censura*, oriundo da Presidência do Conselho, que proibia “a distribuição e venda em Portugal de jornais, revistas e outras publicações estrangeiras que tratassem assuntos cuja difusão não fosse permitida em publicações nacionais” (Rodrigues 1980: 71).

Os membros da Comissão de Censura eram, na sua maioria, oficiais do exército. Esta tarefa vinha sendo desempenhada pelos militares desde o golpe de estado de 1926.<sup>26</sup> Só muito depois da Segunda Guerra Mundial alguns civis integraram o grupo de censores (Gomes 2006: 12).

Em 1944, a Censura passou a ser um órgão oficial de formação e propaganda política pois ficou, a partir dessa data, subordinada ao rebatizado SPN, doravante SNI, que, por sua vez, reportava diretamente a Salazar (Decreto n.º 33545). A última alteração mais importante na legislação ocorreu depois da morte de Salazar em 1968, quando Marcelo Caetano foi nomeado seu sucessor. Apesar das esperanças depositadas na “Primavera Marcelista”, o Decreto n.º 150/72, de 5 de maio de 1968, embora tivesse abolido o principal órgão da Censura (Direção Geral dos Serviços de Censura), manteve a filosofia do papel social da censura – “a necessidade de defender os mais altos interesses da

---

<sup>26</sup> António Costa Pinto realçou a importância de uma componente militar na máquina da Censura durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, bem como noutras áreas da administração pública. No que diz respeito à censura, refere-se à manutenção de “um grupo muito forte de oficiais do exército”, que faz remontar às origens militares do Estado Novo e a uma desmilitarização muito baixa. Já em 1933 Salazar deixara clara a ideia de que “a origem militar da Ditadura Portuguesa há de dar sempre à nossa revolução uma característica especial”, afirmação que serve particularmente à censura portuguesa quando comparada com o fascismo italiano, o nacional-socialismo ou até com o franquismo. (*apud* Gomes 2006: 97)

nação” – como fora determinado em 1933 (Azevedo 1999: 463ss.). Todavia, nos anos 70, pode observar-se uma mudança real nas decisões dos censores relativamente a alguns autores e matérias – o marxismo, por exemplo.

## 5.2. A Censura e os livros estrangeiros em Portugal

A investigação sobre a censura durante o Estado Novo tem produzido algum trabalho mais ou menos sistemático sobre os livros portugueses (Azevedo 1997 e 1999; *Livros Proibidos no Regime Fascista*, 1981), a imprensa (Carvalho 1999; Franco 1993; Tengarrinha 2006), espetáculos de teatro (Santos 2004), a rádio (Ribeiro 2005) e os cortes nos filmes (António 2001; Cabrera 2013<sup>27</sup>). A censura a traduções em Portugal é uma área totalmente nova, mas que, mesmo assim, tem dado alguns frutos (Seruya e Moniz 2008b, em especial o primeiro capítulo; Seruya, Moniz e Rosa 2009). Todavia, esses frutos dizem respeito apenas à literatura; falta refletir sobre o facto de a percentagem de obras literárias entre os livros estrangeiros submetidos à Comissão de Censura ser realmente muito pequena. Por isso, é importante trazer à discussão todos os livros estrangeiros, quando se pretende avaliar a situação da censura a traduções durante o Estado Novo. Os relatórios da Comissão mostram que a decisão de aprovar ou proibir um livro estrangeiro significava decidir se ele podia circular no país e, daí, na maioria dos casos, se alguma vez viria a ser traduzido.

Se já muito se escreveu sobre a censura à literatura doméstica (por exemplo, Azevedo 1999), muito pouco se sabe ainda sobre as decisões de proibir ou aprovar livros estrangeiros, exceto através de algumas listas de livros proibidos (Azevedo 1999; *Livros Proibidos no Regime Fascista* 1981) e de um catálogo ilustrado de uma exposição (*Livros Proibidos no Estado Novo* 2005). Os livros estrangeiros submetidos à Comissão pertenciam a áreas tão importantes como política, ideologia, ciências sociais, religião e outras que não foram ainda abrangidas pelos estudos de tradução em Portugal. A falta de arquivos organizados e completos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo poderá ser uma das razões para a escassez de pesquisas. Levando em linha de conta

---

<sup>27</sup> Esta referência bibliográfica foi acrescentada no momento da compilação do livro, como já referido acima.

deficiências de documentação sobre o trabalho da Comissão de Censura, os resultados da presente pesquisa são apenas provisórios.<sup>28</sup> No entanto, pode considerar-se o *corpus* representativo: embora a percentagem de relatórios em falta seja elevada – 22,4% do total de 10 011 elaborados entre 1934 e abril de 1974 – a continuidade de procedimentos e critérios ao longo das quatro décadas indicia que o que está em falta não iria alterar, de modo significativo, as conclusões.

### 5.3. Os procedimentos da Comissão de Censura

A leitura dos relatórios da Comissão de Censura veio lançar alguma luz sobre as formas de atuação da PIDE, dos CTT (e dos serviços da Alfândega a partir de 1953) com vista à recolha de informações sobre os livros potencialmente perigosos. Parece que a polícia e a alfândega se fixavam nos livros divulgados por meio de anúncios ou expostos em livrarias (por exemplo, Sá da Costa e Bertrand em Lisboa), em que podiam ser decisivos o título, o tema e a capa. O papel dos Correios, levando livros à atenção dos censores, levou-nos a deduzir que a correspondência privada era violada com regularidade, alegando sinais “suspeitos”: ou o destinatário ou a proveniência do livro (editoras como as Éditions Sociales em França, ou países como os comunistas da Europa de Leste). Em alguns casos, são mencionados no relatório, de forma específica, o nome e o endereço do destinatário, muitas vezes nomes sem relevância pública. Acontecia também ser permitida a entrega de livros proibidos. Por vezes, livros escritos em português (de Portugal e do Brasil) tinham de ser “apresentados” à Censura, isto é, tanto os editores como os próprios autores submetiam os seus livros antes de serem publicados. Em alternativa, a Comissão podia “requerer” que os livros em português e as traduções para português fossem apresentados para apreciação.

---

<sup>28</sup> Os relatórios da Comissão de Censura relativos a livros portugueses e estrangeiros, examinados e selecionados por Maria Lin Moniz (a quem estou muito grata) e por mim própria, estão guardados em grandes caixas de cartão identificadas como “Caixas da Censura”. Os relatórios estão todos numerados e assinados por dois censores, pelo autor do relatório e pelo decisor e não se encontram ainda [2008] catalogados. Nota de 2018: os Relatórios da Censura foram digitalizados em 2011, fruto de um acordo entre os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e o CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, sediado na Universidade Católica Portuguesa.

É possível inferir os temas e os livros suscetíveis de censura, quer por cortes, quer por proibição total, através dos parâmetros de referência descritos em leis e decretos relacionados com a censura; ou ainda lendo as fontes ideológicas centrais da prática política do regime: os discursos de Salazar. Ao longo de décadas, as três áreas que mais atraíam a atenção dos censores – política/ideologia, moralidade/sexo e religião – nunca sofreram uma verdadeira mudança, excetuando alguns desvios na ênfase conforme o momento político (por exemplo, a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial, o começo da guerra colonial, a morte de Salazar e subseqüentes mudanças no poder). Consideradas as áreas mais temíveis e perigosas, desde que abordadas de pontos de vista que não servissem o regime, eram classificadas como temas que encorajavam a “dissolução social”.

#### **5.4. Critérios para proibir livros, segundo os relatórios dos censores**

Os censores elaboravam os seus relatórios com base em requisitos legais específicos<sup>29</sup>: a fundamentação dos veredictos destinava-se a revelar quais os conteúdos dos livros que se opunham aos valores do Estado Novo, abrangendo não só os que estavam prescritos na lei, como também os que eram conhecidos por serem a prática política habitual do regime. Não se pretendia que os censores, leitores fidedignos de livros “suspeitos”, fizessem juízos subjetivos ou aplicassem critérios pessoais. Como consequência, apesar de algumas diferenças estilísticas de menor importância, acabavam por adotar um discurso muito semelhante.

À partida, pode registar-se um dos critérios de avaliação da Comissão de Censura de carácter muito geral: nenhum autor nem nenhum tema seriam rejeitados categoricamente *a priori*, isto é, cada caso era um caso. Como exemplo, assinalam-se D. H. Lawrence, Jean-Paul Sartre e Bertolt Brecht, ou mesmo o mais “inofensivo” Paul de Kock, nos anos 30: estes eram proibidos ou aprovados de acordo com a obra em questão. Além do objetivo principal de

---

<sup>29</sup> Os relatórios dos censores serão de ora em diante identificados por R, seguido do respetivo número (da autoria dos censores) e do ano de emissão. No presente estudo, os títulos dos livros serão reproduzidos tal como surgem nos relatórios.

não fazer estremecer os alicerces do regime, eram tomados em conta vários fatores, nomeadamente, os danos que uma proibição pudesse causar à sua imagem exterior,<sup>30</sup> o facto de alguns temas serem já conhecidos através da imprensa, o facto de um filme baseado num livro já ter sido exibido em Portugal (v. R6942/61 sobre *Spartacus*, de Howard Fast ou R6991/62 sobre *A Ciociara*, de Alberto Moravia), o facto de o autor ser um escritor “clássico” de renome, como Hemingway ou Gorkí, ou uma individualidade famosa como Einstein. Nos anos 60, este último argumento também se aplicaria a autores como Camus, Bertrand Russell e G. B. Shaw.

Voltando mais especificamente à tradução, ela era considerada, sem sombra de dúvida, subversiva, dado que, ao contrário de obras em língua estrangeira, iria dar acesso a leituras perigosas “ao povo em geral”. Na realidade, a diferença cultural entre as “elites” ou “os eruditos” e “o povo” era conhecida e apoiada pelas autoridades que iriam permitir, por vezes contra vontade, a circulação de um livro estrangeiro pela simples razão de ele ter sido editado em língua estrangeira (só conhecida das elites!). Nestas circunstâncias estava a obra de Françoise Sagan, *Les merveilleux nuages*, que circulava em francês, mas cuja tradução estava expressamente proibida (R6944/61); *Chéri* de Colette, era “uma das obras mais indignas de publicidade. Mormente em tradução portuguesa, o que facilita a expansão e assimilação do mal intrínseco da obra” (R8567/69). Desde o início dos anos 60, o facto de se acreditar que as pessoas “formadas” não eram facilmente influenciadas permitiu que os censores tolerassem a posse de livros proibidos a alguns grupos profissionais: médicos,<sup>31</sup> juristas e pessoas com formação em geral, desde que não fossem “comunistas nem comunizantes”, (R6932/61, sobre *Le Congo, terre d’avenir, est-il menacé?*, de Patrice Lumumba).

---

<sup>30</sup> Por exemplo, *Chéri* de Colette (traduzido por José Saramago) foi proibido em 1950 porque continha “pornografia e ilustrações” (R4484/50), mas quando voltou a ser apresentado 15 anos depois (6/5/1965), a razão foi não só por a época ser mais “ousada no campo da imoralidade” mas também pelo facto de “a autora ser uma escritora muito conhecida, membro da Academia Goncourt e da Real Academia da Bélgica, a quem o Governo francês prestara homenagem com um funeral oficial”. Nada persuadiu o decisor de rescindir da proibição, mais tarde reforçada: reconhecido como obra-prima, o romance era, todavia, “uma obra-prima de imoralidade e de falta de decoro” (R8567/69).

<sup>31</sup> Na década de 60 foi permitida a circulação de um livro sobre a impotência masculina (*Impotência masculina* de Wilhelm Stekel, numa tradução brasileira), embora “somente destinado à classe médica” (R8595/69).

A fase inicial do trabalho dos censores (1934-40) revela desde logo os argumentos básicos para as decisões sobre a circulação de um livro. Em termos políticos, a República espanhola e a Guerra Civil de Espanha representavam o contexto mais relevante, logo seguidos do início da Segunda Grande Guerra. No período 1934-40, foram submetidos aos censores vários títulos oriundos de e sobre Espanha (representando 13,5% da totalidade dos títulos apresentados à Censura; 41% desta percentagem eram de carácter político), mas, com exceção de alguns “lapsos de atenção”, os censores sempre decidiram contra escritos republicanos que constituíam, sem surpresas, o grosso dos documentos submetidos à Comissão, dado que os textos de apoio a Franco não eram considerados suspeitos e podiam circular livremente (v. 2.3. neste livro).

Os livros sobre a teoria marxista (supostos veículos de difusão de “ideias avançadas”<sup>32</sup> e, por esse motivo, rotulados de “propaganda”) foram alvo de decisões multifacetadas. Por exemplo, foi aprovada uma obra de Lenine (*L’Impérialisme, stade suprême du capitalisme*, R207/36<sup>33</sup>), outra sobre ele (da autoria de J. A. Assendowski) foi aprovada com cortes (R281/36) e um terceiro (*Lénine et l’union de la jeunesse*) foi pura e simplesmente proibido (R346/36). Na área da sexualidade, os veredictos eram inflexíveis quando abordavam qualquer tema relacionado com defesa do aborto, controlo de natalidade, homossexualidade, doenças sexuais ou sadismo – embora em circunstâncias consideradas de carácter “científico” e, por conseguinte, “sérias”, obras com estas temáticas já tivessem autorização para circular.

No período de 1934-40, os autores de literatura mais proibidos foram Charles Royer e Pitigrilli. Vale a pena referir obras e autores canónicos atingidos pela interdição: *L’Espoir* de André Malreaux (R551/38), *O Anjo Azul* de Heinrich Mann (R585/38), *Les cimetières sous la lune* de Georges Bernanos (R638/38) e *L’amant de Lady Chatterly* de D. H. Lawrence (R940/39).<sup>34</sup> Este último foi

---

<sup>32</sup> Esta era a expressão corrente com que, no Estado Novo, se designava todo o pensamento crítico em relação ao regime.

<sup>33</sup> É um dos casos de violação de correspondência, pois que o próprio relatório indica que o livro foi enviado à censura pelos Correios e “vem endereçado à Casa Cunha da R. Ferreira Borges, 150-de Coimbra”.

<sup>34</sup> Apresentando-se os títulos tal como surgem nos relatórios, como já se disse, eles podem ter sido baseados nos textos de partida originais ou em traduções indiretas, como é o caso do romance de D. H. Lawrence referido.

avaliado como um “livro bastante pornográfico” contendo “descrições demasiado realistas de cenas amorosas” que não são “compensadas por uma moral sã a concluir”. Ao longo desta década, a principal língua de partida em livros proibidos é claramente o francês, embora haja também muitos títulos espanhóis sobre a sexualidade e o casamento a chegarem ao gabinete dos censores.

Os relatórios mais impressionantes da primeira metade dos anos 40 referem-se a artigos de propaganda provenientes da Alemanha e da Grã-Bretanha (raramente de França e ainda menos da Itália e do Japão).<sup>35</sup> Não podemos esquecer que Salazar definira uma política de “neutralidade geométrica” em relação aos países beligerantes<sup>36</sup> e que, naqueles anos, Lisboa fora um centro privilegiado para os serviços de espionagem de ambos os lados do conflito (Telo 1990). Se havia uma inegável corrente dentro do regime que simpatizava com o Nacional-Socialismo (as organizações de juventude como a Mocidade Portuguesa e de trabalhadores como a Fundação Nacional para Alegria no Trabalho, por exemplo, inspiravam-se abertamente nas congéneres nazis), os censores tentavam manter uma posição equidistante entre a Grã-Bretanha e a Alemanha: cada fação podia defender e elogiar as suas próprias políticas, mas nunca atacar ou difamar o inimigo (v. R1528/42). Hitler não podia ser ofendido (R1192/40), mas os alemães também não podiam ofender a Grã-Bretanha ou Churchill (R2324/43); (R2336/43). Em certas ocasiões, a Embaixada alemã opunha-se às decisões da Comissão, e a Comissão acatava um pedido da Embaixada (R1217/40; R2319/43). A verdade é que a Comissão não conseguia disfarçar nem a sua preferência pelo regime alemão (sem sequer permitir livros sobre a perseguição nazi aos católicos, v. R2417/43)<sup>37</sup> nem a sua desconfiança na democracia: o livro *La Nouvelle Sainte-Alliance*, de Emil Ludwig foi proibido por ser um “livro de ataque a todos os regimens [sic] de autoridade e de exaltação das democracias” (R771/39) – palavras como “antifascismo”

---

<sup>35</sup> Merece especial atenção o *corpus* integral dos textos de propaganda, não tanto pelo conteúdo, mas principalmente pelo facto de serem ou traduções feitas na Alemanha/Grã-Bretanha (ou já nas embaixadas em Lisboa), ou originalmente em português. Em qualquer dos casos, a questão da autoria é interessante.

<sup>36</sup> Mais tarde substituído pela “neutralidade cooperativa” favorável aos Aliados.

<sup>37</sup> Embora o antissemitismo não fizesse parte da ideologia do regime, é um assunto que vale a pena investigar no âmbito da Comissão de Censura. No entanto, não restam dúvidas de que foi proibida a informação sobre a perseguição aos judeus pelos nazis (por exemplo, *Let my People Go*, de Victor Gollancz, R2295/43).

ou “pacifismo” num livro, tinham um significado negativo, pois ambas eram consideradas “propaganda comunista”.

Por sua vez, a ficção representava uma percentagem bastante baixa na totalidade dos volumes apresentados à Comissão e incluía vários autores canónicos, como Dos Passos, Vittorini e Ehrenburg (v. Seruya 2006: 326).

Os anos 50 (abordados com mais pormenor em Seruya e Moniz 2008b) foram conhecidos como os “Anos de Chumbo”. A expressão deriva da aparente acalmia política a partir de 1949, quando o regime, após o resultado das eleições presidenciais desse ano, concretizou a implantação da “ordem nas ruas” e “paz nos espíritos” no seguimento de uma implacável ação policial (Rosas 1994: 408). Derrotada a oposição e restabelecida uma aparente unidade, e sob os efeitos da Guerra Fria, foi restaurada no País a “modorra cinzenta e, à superfície, quase despolitizada de uma vida sem surpresas” (*Ibidem*: 503). Por outro lado, Rosas mostra que, graças em parte ao apoio do Ocidente à política externa de Portugal e à própria ditadura, o regime de Salazar chegou a atingir uma certa arrogância ideológica e política, a par de um revivalismo no “discurso anticomunista, corporativista, católico, nacionalista, ultramontano” (*Ibidem*).

O clima ideológico dos “Anos de Chumbo” conduziu a uma certa redução na política e na ideologia enquanto temas sujeitos a Censura (agora 15%), com um aumento correspondente em obras literárias e culturais (agora 50%). Verifica-se uma diferença menor na variação das proibições (38% em obras de carácter político, 32% em obras literárias) (Seruya e Moniz 2008b: 9). Os livros sobre moral e sexo são apenas 3% dos livros submetidos, mas representam 18% dos títulos proibidos.

Os argumentos mais comuns a justificarem uma proibição derivavam de classificações oficiais já apresentadas atrás. A classificação de “propaganda” era atribuída a livros relacionados com o marxismo e a URSS, e a escritores de ficção como Paul Éluard (R5215/54) ou Pablo Neruda (R5273/55). Claro que a propaganda anticomunista era bem aceite, pelo que o livro *Ainsi fut assassiné Trotsky*, de S. Salazar e J. Gorkin, teve autorização para circular na versão francesa. No campo da política, deve sublinhar-se o desconforto dos censores perante temas relacionados com o Nacional-Socialismo, a democracia e a guerra, evidenciando continuidades com os anos 40 e indicando que a derrota do Nacional-Socialismo nunca foi verdadeiramente digerida pela maioria dos membros da Comissão de Censura. Assim, o romance *Kaputt*, de Curzio Malaparte, autor caracterizado como “antifascista ferrenho”, foi

considerado inadequado pelos censores porque não parecia “recomendável trazer outra vez à superfície factos que as atuais conveniências da política internacional aconselham a deixar esquecer” (R5481/55). Da mesma maneira, pacifismo e anticomunismo eram questões indesejadas: as primeiras páginas de *L'Enseigne de Gersaint*, de Louis Aragon, são consideradas “uma apologia do conceito de humanidade, antepondo-se, ou melhor: sobrepondo-se ao de Pátria e Nacionalidade”. Para os censores, o livro transmite ainda um “derrotismo mórbido e fartas ideias anti-militaristas e pacifistas de marca comunistoide [...]” (R5208/54).

À semelhança dos anos 40, também nos anos 50 continuou a proibição de literatura considerada pornográfica e, em geral, ofensiva à luz da moralidade cristã, alegando-se que constituía uma doutrina de “dissolução social”. Dois autores frequentemente proibidos foram Louis-Charles Royer e o italiano Pitigrilli, cuja obra *Caras Pintadas* incitou o censor a escrever: “está cheio de pensamentos e narrações inteiramente dissolventes, especialmente para a juventude.” (R4613/51). Um outro parecer estigmatizado e muitas vezes aplicado à literatura era o seu “realismo”. As obras de Niven Busch, D. H. Lawrence, Jean Genet e John dos Passos, entre outros autores, foram proibidas devido a descrições de como “as coisas são realmente”, no dizer dos censores. A associação de realismo com imoralidade demonstra a intenção dos censores de imporem uma imagem do mundo fantasiosa e alienada, o que sempre desempenha um papel importante nas agendas políticas das ditaduras. A manipulação das palavras “propaganda” e “realismo” é uma característica recorrente e marcante nos relatórios dos censores.

A década de 60 inaugura uma nova fase histórica, com o início da guerra colonial em Angola, em 1961. Na Comissão de Censura, o anticolonialismo emerge como uma nova questão. Na maioria dos casos<sup>38</sup> era considerado como propaganda comunista (respeitante a Cuba ou à Revolução da Argélia, por exemplo), a qual procurava difamar as colónias portuguesas. O rótulo “propaganda”, também aplicado a um vasto número de obras marxistas durante esta década, era sinónimo de proibição imediata do livro. “Propaganda” era considerado o contrário de “história”, da qual se esperava que registasse

---

<sup>38</sup> Claro que havia também líderes africanos respeitáveis, como Sékou Touré (R6473/59).

factos para lá da subjetividade e do preconceito (v., por exemplo, R7828/66 sobre Joel Carmichael). Como os censores não eram nada ingénuos – não podem ter ignorado o facto de eles próprios trabalharem num departamento de propaganda – a distinção feita entre propaganda e história deve ser entendida como uma afirmação do seu poder para determinar quais os pontos de vista “corretos” sobre os “factos”. Foi aprovado, para circulação em francês, o livro *Oeuvres*, de Antoine de Saint-Exupéry, editado em francês pelas Éditions du Progrès em Moscovo e entregue à Comissão de Censura pela PIDE (como seria de esperar, em virtude da proveniência geográfica da edição): “[...] na Rússia de hoje, as pessoas cultas reclamam leituras diferentes da propaganda comunista. Este livro é a prova, pois é de admitir que não se tenha querido facultar a sua leitura a toda a gente e por isso tenha sido feita uma edição em francês para um público muito restrito.” (R7855/66). Claramente, e como nos anos 50, havia também propaganda “boa”, isto é, a versão anticomunista. Nota-se uma ironia impressionante no argumento a favor da *Introduction à la philosophie de Kant*, de Lucien Goldmann: “O direito à cultura e ao pensamento justifica a livre circulação deste livro” (R8375/69).

Nos anos 60, o “realismo” continuava a ser um rótulo estigmatizante, ainda associado à imoralidade. Aplicava-se agora aos neorrealistas italianos. Os livros em causa estavam relacionados com a pobreza, eram de “índole anti-social” e revelavam “imoralidade” (cf. o R6621/60, a propósito de *Consideram-se mortos e morrem*, de Elio Vittorini, cuja tradução foi proibida). O mesmo se aplicava ao livro de memórias de Simone de Beauvoir *La force de l’âge*: “todo ele [o livro] é um espelho – um espelho da imoralidade e do ideário anti-social da Autora, que ela estadeia complacentemente” (R7066/62). As questões políticas nas obras neorrealistas são objeto da reprovação mais veemente dos censores. Os argumentos para a proibição da tradução de *Um herói do nosso tempo*, de Vasco Pratolini, constituem um exemplo paradigmático:

Este livro é um romance de análise crítica da vida do povo italiano no final da última guerra, o qual [...] sofrendo as consequências [...] da luta tremenda em guerrilhas [...], habitualmente entre comunistas e fascistas. [...] é feita especulação com as liberdades sexuais e por isso este romance resulta imoral, mas não é pornográfico [...] a parte fundamental da obra é de especulação política intensa, de exaltação dos elementos dos guerrilheiros comunistas, como sendo os melhores elementos sob o aspecto social, enquanto que os fascistas e a

juventude educada e trabalhada pelo Fascismo, são os piores elementos sob todos os aspetos [...] (R7806/66)

A citação anterior não só mostra o desconforto continuado em relação ao Fascismo italiano, ao Nacional-Socialismo e à II Guerra – mais de 20 anos depois de terminada – como também o uso continuado do rótulo negativo da “especulação” para as questões da sexualidade consideradas demasiado liberais ou para posições políticas simpatizantes do comunismo. Mas da linguagem dos censores faziam parte também subtilezas como a distinção entre *sexualidade* e *sexualismo*. Considera-se que os livros com o rótulo de sexualidade revelam abordagens científicas e sérias do problema e, como tal, não condenáveis: *La sexualité*, do Dr. Willy e C. Jamont, é descrito como “um exaustivo estudo sobre a sexualidade, concebido e realizado em moldes puramente científicos”, portanto onde “nada há de sexualismo” (R8349/69), ao passo que “sexualismo” tem uma conotação imoral ou mesmo pornográfica: *Nymphomania*, dos autores americanos Albert Ellie e Edward Sagarin, “trata de assuntos sexualistas” mas é aprovado porque, apresentado à Comissão de Censura na tradução alemã, isso “põe-no fora do alcance da maioria do público português” (R8368/69). Podemos, aliás, verificar uma certa liberalização da Censura neste domínio – como indicia, por exemplo, a aprovação de *La fonction de l’orgasme* (R8477/69), de Wilhelm Reich.

Foi avaliada muito pouca ficção na segunda metade dos anos 60, embora os casos mais marcantes sejam aqueles sobre os quais recaiu a suspeita de “sexualismo”, como aconteceu com Henry Miller, várias vezes apresentado à Censura e quase sempre proibido.<sup>39</sup> John Updike foi outro autor que não beneficiou da atmosfera mais liberal. Pelo contrário, Graham Greene (R8363/69) e Jorge Amado (R7882/66), pelo menos em relação a alguns casos e apesar do realismo e temas de ordem sexual, foram aprovados, aparentemente pela qualidade da sua escrita.

---

<sup>39</sup> A exceção é *The Air Conditioned Nightmare*. A tradução brasileira do romance, confiscada pela PIDE, foi autorizada a circular pelos censores (R8574/69).

## 5.5. Sobre a eficácia da Censura às traduções

Avaliar a eficácia da Censura aplicada às traduções vai exigir um estudo posterior e mais sistemático dos destinos de cada um dos livros proibidos, dada a diversidade das suas origens: ao ser apresentado um livro estrangeiro à Censura, em termos da sua circulação futura, fazia diferença saber se o livro tinha sido encomendado por um único leitor (que quisesse talvez lê-lo no original e não pretendesse traduzi-lo) ou por uma editora com a intenção de o traduzir. Se estivesse programada uma tradução, até que ponto um editor iria “respeitar” a decisão dos censores, quer se tratasse de cortes ou de proibição?

Na medida em que não se sabe ainda o paradeiro dos relatórios desaparecidos da Comissão de Censura, não se torna possível, por enquanto, fazer afirmações definitivas sobre o destino dos livros proibidos, mas há sinais indicadores dos limites da eficácia da Censura. Em primeiro lugar, confiscar um livro era um processo complexo, de tal modo que, alguns anos após a proibição de um determinado livro, a polícia procurava ainda exemplares nas livrarias. Além disso, os livreiros encontravam sempre maneira de esconder e guardar livros proibidos ou suspeitos para clientes especiais, dado que as respetivas bibliotecas particulares conseguiam, em boa medida, escapar à Censura.<sup>40</sup> Relativamente aos editores, a ausência de censura prévia à publicação dos livros significava que era um enorme risco encomendar traduções em certas áreas ou de certos autores. Todavia, as editoras corriam esse risco: afinal, a polícia não podia estar sempre em todo o lado. Quando foi proibida a circulação do romance de Françoise Sagan *Bonjour Tristesse* em 1954, “já muitos exemplares tinham sido vendidos” (Azevedo 1997:203). A série “Riffi”, histórias meio policiais meio eróticas de grande sucesso comercial, enfurecia os censores pelo seu “inacreditável desplante”. Não conseguiam “compreender como é possível que no nosso País sejam publicados *normalmente* livros desta natureza”. E continuam: “Se alguns, aliás poucos, livros desta colecção foram proibidos, fica-se a pensar como serão aqueles que não foram vistos.” (R7834/66). O romance *Gretta*, de Erskine Caldwell, foi consentido em português com o seguinte argumento: “A obra não é pornográfica, mas um tanto

---

<sup>40</sup> Na verdade, a fonte habitualmente mencionada nas folhas de rosto reproduzidas no catálogo *Livros Proibidos no Estado Novo* (2005) é “colecção particular”.

escabrosa. Acontece, porém, que a mesma já foi vertida para português e editada [...] sem ter levantado qualquer protesto” (R7847/66). A Comissão de Censura vai admitindo a sua própria incapacidade em controlar todo o mercado livreiro, e os censores tinham perfeita consciência dos vários subterfúgios usados para escapar aos seus pareceres, atribuindo-os por vezes às forças comunistas. Quando a obra *Vietnam, Segunda Resistência*, do jornalista australiano Wilfred G. Burchett, foi proibida em 1966, já ia na segunda edição, “e só há poucos dias apareceu à venda nas livrarias. Repetidas vezes procurei comprar o livro [...] mas sem resultado. Vim depois a saber que os livros editados pela Seara Nova são primeiro distribuídos pelos seus assinantes e simpatizantes a quem se enviam para futura cobrança sem curarem saber se são pagos ou não, pois a propaganda efectuada é compensada pelos fundos do Partido Comunista” (R7925/66).

Embora tenhamos acesso às listas de traduções e de livros proibidos, o verdadeiro impacto das decisões dos censores ainda está para ser cuidadosamente avaliado, título por título. Se, por exemplo, *Les grands cimetières sous la lune* de George Bernanos foi proibido no original (R638/38) e não foi traduzido até 1974, outros livros proibidos foram-no. Foi o caso do romance de Caryl Chessmann *Cellule 2455. Couloir de la mort*, traduzido em 1959 (2455 – *A Cella da Morte*) infringindo a proibição de 1956 (R5618/56) e gozando de sucesso duradouro tanto da parte dos leitores como da parte da imprensa.<sup>41</sup>

## 6. Conclusão

Para escrever a história da tradução em Portugal durante o regime do Estado Novo é necessário ter em mente que a tradução abrange domínios que vão além da literatura, domínios esses que desempenham um papel fundamental no que respeita a informar o público português, proporcionando-lhe conhecimento da produção científica a que não teriam acesso no seu país. A “BAB – Biblioteca Arcádia de Bolso” (1962-70), uma série em brochura publicada pela Arcádia, constitui um exemplo eloquente dessa situação, pois preenchia áreas

---

<sup>41</sup> O forte impacto do romance de Chessman levou a Associação Portuguesa de Escritores a escrever uma carta aberta ao embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, afirmando a oposição do país à pena de morte e solicitando às autoridades americanas o direito à vida para Chessmann (LP 12/1959).

científicas completas com traduções, desde a filosofia, a psicologia e outras ciências sociais, à ciência pura e aplicada (v. Seruya 2005a).<sup>42</sup> Na verdade, a percentagem de traduções nestes domínios era muito elevada durante o Estado Novo – talvez 50% ou mais, embora não haja estatísticas fidedignas facilmente disponíveis. No que diz respeito à literatura, o valor pode ter atingido os 40%. Para obter resultados mais sólidos, têm de ser levadas a cabo outras pesquisas. Não há dúvida, no entanto, de que géneros como as histórias policiais e de aventuras, a ficção científica e o romance de amor foram objeto de percentagens elevadas de traduções; durante um longo período, a ficção científica chegou a atingir 100% de obras traduzidas. Em termos quantitativos, era a Espanha a principal cultura de partida para traduções, seguida da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, facto de algum modo surpreendente, pois a ideia generalizada, mesmo ao mais alto nível político, indicava ser a França o modelo da cultura.<sup>43</sup>

Relativamente à Censura, e seguindo a informação oficial sobre livros proibidos, chegamos a cerca de 3550 títulos proibidos (*Livros Proibidos no Regime Fascista* 1981), num total de 10 011 relatórios emitidos pela Comissão de Censura. Tendo presente que a ficção não constituía a área principal dos trabalhos submetidos à Comissão, e que se publicava um elevado número de traduções de literatura, parece que, em termos quantitativos, a literatura não foi particularmente afetada. Os textos doutrinários ou ideológicos (especialmente os de carácter marxista) e, em segundo plano, temas sobre sexo, de pendor erótico ou pornográfico, eram o principal foco de reprovação dos censores. Está ainda por fazer uma avaliação cuidada no sentido de inferir se a proibição impediu os leitores portugueses de terem acesso a textos marxistas ou erótico-pornográficos – por exemplo, sabe-se que houve pelo menos sete traduções de obras de Estaline editadas em Portugal antes da Revolução de Abril de 1974.

---

<sup>42</sup> De entre as séries com reputação publicadas por editoras conhecidas conta-se a “Biblioteca Cosmos” (1941-8) em que, caso raro, as traduções eram a exceção.

<sup>43</sup> Ao ser questionado por Serge Groussard em 1958 sobre se “A cultura francesa mantém a sua tradicional influência em Portugal?”, Salazar respondeu: “Certamente, não só porque a língua francesa é obrigatória no nosso ensino secundário, mas também porque ela é em geral o veículo das traduções das obras científicas e literárias publicadas noutras línguas. Eu próprio devo à cultura francesa uma grande parte da minha formação.” (Salazar 1967: 42).

Comparando com a censura exercida sobre a imprensa e outros *media*, a censura a livros portugueses e estrangeiros (incluindo traduções) aparecia em escala muito inferior. Não é de estranhar tal situação, tendo em conta que os dois públicos leitores eram diferentes, não só em termos numéricos – como é óbvio, jornais, rádio e televisão tinham um impacto muito maior sobre a opinião pública, sendo essa uma das grandes preocupações de Salazar<sup>44</sup> –, mas também em função da elevada taxa de analfabetismo, desfavorável ao consumo do livro. O facto de não haver censura prévia à publicação de livros, como havia para os *media*, mostra bem a importância muito relativa que tinham para o poder político. No caso português, é significativa a forte presença de livros estrangeiros não traduzidos: acessíveis apenas a uma minoria, não eram, por isso, fonte de preocupação para as autoridades. A PIDE desempenhou um importante papel ao confiscar os livros e entregá-los à Comissão de Censura, todavia, na história da polícia política segundo Pimentel (2007) esta atividade não merece sequer um capítulo.

---

<sup>44</sup> A opinião pública serviu muitas vezes a Salazar como argumento de censura. A entrevista concedida a Serge Groussard em 2 e 3 de setembro de 1958 para o jornal francês *Le Figaro* é um exemplo bem expressivo. Questionado sobre o fim da censura, Salazar respondeu: “Quem, como nós, aceita constitucionalmente que a opinião pública é elemento fundamental da política e administração do país, não pode deixar de atribuir ao Estado a incumbência de defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade e a justiça. O grande problema está em saber qual a melhor defesa, dado que a Imprensa, principal meio, com a rádio e a televisão, de formação da opinião pública representa e funciona como empresa capitalista, em que os interesses privados podem ter primazia sobre o interesse público, sem que este disponha de tribuna própria onde possa ser defendido.” (Salazar 1967: 45).

## Capítulo 6

# Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo (1933-1950)<sup>1</sup>

### 1. Introdução. Da tradução como *soft power*

Os Estudos de Tradução em Portugal na época do Estado Novo (EN, 1933-1974) têm procurado desvendar os relacionamentos, os cruzamentos das literaturas estrangeiras com a literatura e a cultura portuguesas e, como em muitos casos, puseram estas em contacto não só com vários estratos do cânone literário do tempo como com os novos géneros que se iam consolidando no apreço de um público leitor em constante crescimento e diversificação. Observa-se, na verdade, toda uma dinâmica de satisfação do gosto por um lado, de necessidades culturais por outro, que nem os constrangimentos da ditadura lograram impedir. Sem dúvida que o aparelho repressivo do EN vigiou estes bens importados. A Censura ao livro traduzido/a traduzir foi, como já está dito e escrito, um dos capítulos indispensáveis da história da tradução nessas décadas (Seruya/Moniz 2008a, Seruya/Moniz 2008b, Seruya 2016).

Neste contributo, porém, o objeto que nos vai ocupar, sendo o mesmo, traduções no EN, difere substancialmente do que tem sido feito no âmbito do projeto *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography*, a funcionar no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), em parceria com o CEAUL – Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa. Se anteriormente nos debruçámos sobre a circulação de textos do

---

<sup>1</sup> Versão portuguesa de “Salazar translated: on translation and power under the Estado Novo (1933-1950)”, in: *The Age of Translation. Early 20th-century Concepts and Debates*, ed. Maria Lin Moniz/Alexandra Lopes, Frankfurt am Main *et al.*, Peter Lang, 89-109. Foram corrigidas, nesta versão, indicações sobre o paradeiro de algumas edições estrangeiras dos *Discursos* de Salazar (a húngara e a sul-americana), entretanto encontradas na Biblioteca Nacional.

exterior para o sistema literário português, a nossa (minha) atenção virou-se agora para a direção contrária, para a exportação, em tradução, de textos, discursos, legislação, panfletos, cartazes, etc. produzidos e depois mandados traduzir pelo Estado para as principais línguas europeias. Claro que a produção ideológica e as realizações do Estado Novo, que importava tornar conhecidas e amadas, tinham a assinatura de Oliveira Salazar, servido pela instituição particularmente vocacionada para a criação de uma imagem positiva da ditadura portuguesa no estrangeiro. Referimo-nos, é claro, ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), fundado em 1933 e dirigido por António Ferro até 1949. Em 1944, porém, a instituição mudara de nome para SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Em termos do objeto que nos interessa, a troca de “Propaganda” por “Informação” “teve subjacentes efectivas preocupações de aperfeiçoamento do aparelho” (Ó 1996: 895). Estas “preocupações”, centradas na relação do Governo com os órgãos de informação, traduziram-se nomeadamente na entrega ao SNI dos Serviços de Censura. Mas outro tipo de preocupações estiveram certamente presentes também: com a previsível derrota tanto do fascismo italiano (Mussolini começara a sair de cena em 1943) como do Nacional-Socialismo através da reviravolta na II Guerra Mundial em 1944, não era aconselhável o uso de uma palavra tão ligada aos dois regimes derrotados.

Num Colóquio Internacional realizado na Universidade do Minho em 2014, Michael Cronin interrogava-se sobre se a Era da Informação fundada por Claude Shannon/Warren Weaver estaria a ser substituída por uma Era da Tradução, pois que a garantia de proximidade a que nos habituámos no mundo de hoje só verdadeiramente acontece em caso de tradutibilidade, por exemplo através da localização.<sup>2</sup> Por outras palavras, as tecnologias de informação permitem aliar globalização e particularismo, a exemplo do LTI – Literature Translation Institute of Korea, fundado em 1996 por iniciativa governamental, com o objetivo de divulgar a literatura coreana. Neste contexto Cronin socorreu-se do conceito de *soft power* desenvolvido pelo professor de relações internacionais da Universidade de Harvard Joseph Nye (secretário-adjunto da Defesa na Administração Clinton), para se referir a um tipo de política externa,

---

<sup>2</sup> Cronin participou no 6.º Seminário HOT – Hands-on Translation com o tema: “A(g)entes e as tarefas da Tradução”, 19-20 de junho de 2014. A sua intervenção teve o título: “The Translation Age?”. Desconheço se foi publicada. Reproduzo das minhas notas.

necessário no mundo reordenado que se seguiu ao 11 de setembro, que não se baseia nem na aquisição territorial nem no poderio militar (*hard power*), mas basicamente na cultura, a exercer-se para fora de fronteiras (Nye 2004: x). Tratar-se-ia, sobretudo para pequenas nações que não podem ou não querem exercer *hard power*, de promover um *brand nationalism*: ligar um país a imagens positivas para promover investimentos e turismo. Uma concretização deste objetivo poderia ser a criação de institutos de tradução financiados pelo Estado, de vocação bi-direcional, mas comprometidos com o sublinhar da diferença de culturas.

Uma questão cuja pertinência julgamos de sublinhar é a associação que se poderá fazer entre *soft power* e propaganda. É assunto tão extenso e polémico que não poderá ser tratado em profundidade no presente contexto. Na atualidade, e no espaço público português, a palavra “propaganda” é usada pejorativamente como acusação aos adversários políticos (contrapondo-se a um discurso tido por objetivo, certo e autêntico) ou como componente necessária da ação política (dos partidos, nas campanhas eleitorais, etc.) e, neste caso, com um sentido relativamente neutro. Já do ponto de vista histórico a propaganda foi uma componente bem visível, institucional mesmo, da atuação de partidos e regimes de sinal contrário. Assistia-se, então, à caricata situação de que o que se considerava propaganda era proibido (“propaganda comunista”, “propaganda fascista”), enquanto a instância que enunciava/decretava a proibição rasurava o facto de ela própria estar inserida numa instituição estatal de propaganda. Recorde-se, por exemplo, a Comissão de Censura ao Livro no EN, que usava como um dos critérios de proibição de um livro tratar-se de “propaganda” (geralmente de ideias consideradas “subversivas”). O próprio Salazar, no discurso que pronunciou aquando da inauguração do SPN em 1933, estava claramente ciente das conotações da palavra naqueles tempos de fascismos e comunismos:

Vamos abstrair de serviços idênticos noutros países, dos exaltados nacionalismos que os dominam, dos teatrais efeitos a tirar no tablado internacional. Tratemos do nosso caso comezinho (Salazar 1935: 258s.).

Assim, esclareceu que dava à propaganda o sentido de combater a “ignorância” de jornalistas, escritores e políticos estrangeiros, “proveniente das más informações que aqui mesmo lhes dão” (*Ibidem*: 260), quando “muitos

dos que falam e escrevem sobre Portugal não visitaram nunca o País: deve haver ao dispor de uns e outros elementos bastantes para que inconscientemente não deturpem a verdade [...]” (261). Mas insistiu ainda na “verdade” e na “justiça” que deveriam pautar a atividade do SPN, pois “nem a Nação nem o Governo têm necessidade de que alguém minta a seu favor, nem pode o Secretariado ser injusto para ninguém.” (262) Este assenhorear-se da “verdade” e da “justiça” pelo regime ditatorial é, na verdade, representativo das conotações mais negativas da propaganda.

Explicado o entendimento teórico que Salazar tinha da propaganda, mas juntando-se-lhe tudo o que se sabe sobre a prática do SPN e de António Ferro com a sua “Política do Espírito” (Ó 1996 e 1999; Paulo 1994; Matos 2004; Acciaiuoli 2013),<sup>3</sup> impõe-se uma reflexão mais exigente sobre as diferenças entre propaganda e informação, propaganda e diplomacia<sup>4</sup>, propaganda e *soft power*, já que a proposta de Cronin, embora nada tendo a ver com propaganda no sentido dos regimes de partido único, também se não distingue dele de maneira radical. A definição generalista de propaganda que M. Sordi (citado por Busino) propõe, parece-nos muito aproveitável, adaptando-se bem à função da tradução no SPN:

[...] todo o gesto, acção, manifesto, *slogan*, discurso, obra escrita, imagem ou representação artística, destinada a exercer uma pressão psicológica sobre a opinião pública para acreditar ou desacreditar uma ideia, uma pessoa, um produto, uma linha política ou religiosa. (Busino 1998: 315)

Na verdade a tradução foi uma parte importante da estratégia de “não deturpar a verdade” sobre o regime português no estrangeiro, ou seja, foi, sem dúvida um instrumento precioso de propaganda, do exercício de um *soft power* a que o próprio Salazar sempre esteve atento, como se verá.

---

<sup>3</sup> “Política do Espírito” é a expressão-síntese dos fins do Secretariado de Propaganda Nacional.

<sup>4</sup> “Simple propaganda often lacks credibility and thus is counterproductive as public diplomacy” (Nye 2004: 107).

## 2. Sobre o estado da arte

O historiador João Medina tem, quanto ao nosso assunto, um papel pioneiro e relevante, com o seu livro *Salazar em França*, de 1977, onde identifica e informa sobre protagonistas e obras da “salazarofilia” (Medina 1977:12), mormente francesa. Medina tratou ainda a antologia alemã de discursos de Salazar entre 1928 e 1937 *Portugal: das Werden eines neuen Staates* (1938), num estudo publicado em 1998 pela revista *Análise Social*. Comenta argutamente a antologia quanto aos conteúdos, sem se referir diretamente ao processo de tradução, embora emita o interessante juízo de que se trata de “uma habilidosa germanização do pensamento de Salazar” (Medina 1998: 157). Também os vols. XII e XIII da *História de Portugal* por si dirigida contêm alguma informação dispersa (Medina 1995).

Mas é, sem dúvida, a dissertação de mestrado de João Pedro Cotrim sobre os tradutores do SPN/SNI, ao serviço da propaganda do Estado Novo (Cotrim 2010) que representa o contributo essencial para o nosso assunto. Infelizmente, a produção académica não circula no espaço público com a visibilidade que merece. Assim, só tive conhecimento desta (excelente) investigação depois de toda a pesquisa que realizei na Torre do Tombo em preparação da primeira versão do presente estudo, apresentada em julho de 2014 no Colóquio “50 years that changed the world. Translation in the first half of the 20th century” (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa). Muito trabalho de identificação de fontes teria sido poupado, permitindo outros aprofundamentos. Porém, as duas investigações em nada se sobrepõem, a não ser na linha geral da tradução como propaganda. Cotrim centra-se na identificação dos tradutores, o que faz com sistematizações e um rigor notáveis. No nosso caso, debruçamo-nos sobretudo sobre as traduções, tentando reconstruir a sua génese e disseminação. Posteriormente será desejável das traduções propriamente ditas, na certeza de que constituem fonte sólida de construção, no estrangeiro, da imagem do país e seu governante máximo.

## 3. Apresentação do *corpus* (relativo ao tema no seu todo)

O título do presente estudo é propositadamente ambíguo, pois que a expressão “Salazar traduzido” contém dois conceitos distintos de tradução, um

## Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo (1933-1950)

literal – textos do próprio traduzidos para línguas estrangeiras, e outro metafórico – textos em línguas estrangeiras sobre Salazar. A investigação ora iniciada deverá ocupar-se dos dois “ramos”, que deverão ser complementares do processo de construção de uma imagem do ditador português na cena internacional.

Entre 1934 – logo no ano a seguir à sua fundação – e 1967 o SPN/SNI publicou centenas de exemplares tanto de legislação do EN e documentos afins, como de textos de Salazar, em língua portuguesa, seguidos, no mesmo ano, das respetivas traduções em inglês, francês, espanhol, alemão e, muitas vezes, também italiano. O Secretariado tinha um numeroso grupo de tradutores (c. de 90) a trabalhar para si, muitos estrangeiros e alguns nativos, muito poucos como seus funcionários. A regularidade com que as traduções surgiram ao longo de mais de 20 anos não indicia um *outsourcing* amador, pelo contrário, como Cotrim bem descreve (Cotrim 2010: 20-54), houve grande cuidado e empenho na escolha dos tradutores, recorrendo-se a fontes tão relevantes como embaixadas em Portugal e no estrangeiro, institutos culturais, universidades, as Casas de Portugal, entre outros.

Começamos com algumas informações gerais sobre as traduções que nos ocupam<sup>5</sup>:

- a) A publicação de legislação portuguesa em línguas estrangeiras e de textos de Salazar explicando-a, é anterior à fundação do SPN, e foi publicada pela Imprensa Nacional entre 1928 e 1938, maioritariamente em francês, mas também alguma coisa em inglês. Vejam-se estes exemplos:
  - A. de Oliveira Salazar, *Exposé des motifs précédant de décret-loi qui a approuvé le budget pour l'année financière 1928-1929*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928;
  - A. de Oliveira Salazar, *Après deux ans de gestion financière*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930;
  - A. de Oliveira Salazar, *Portuguese monetary stabilization*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932.
- b) Entre 1934 e 1938, SPN e Imprensa Nacional publicam paralelamente, mas esta apenas as explicações sobre legislação e orçamentos.

---

<sup>5</sup> A pesquisa e recolha destas traduções foram feitas na Biblioteca Nacional, na Torre do Tombo e na Fundação António Quadros (Rio Maior).

- c) Entre 1934 e 1942, o SPN basicamente patrocina (encomenda, autoriza, paga, manda traduzir, manda imprimir, manda divulgar por personalidades dos países estrangeiros,<sup>6</sup> etc.) edições estrangeiras de entrevistas e discursos de Salazar (recorde-se que a primeira publicação portuguesa dos “Discursos” em livro data de 1935 e respeita ao período de 1928 a 1934). Em algumas línguas, como em francês, chegam a sair dois volumes. Mas também vai publicando panfletos como o *Decálogo do Estado Novo* (1934), em inglês (*The ten commandments of the Portuguese New State*) e francês (*Décatalogue de l'état nouveau portugais*) (s.d., mas provavelmente 1937). Cotrim atribui a provável autoria do original a António Ferro e filia este tipo de texto nos vários *Decaloghi* publicados pela Itália fascista a partir de 1926 (Cotrim 2010: 22).
- d) Ao mesmo tempo vão sendo publicadas obras **de** e **sobre** Salazar em línguas estrangeiras, como por exemplo:
- *Neues Portugal* / António de Oliveira Salazar, Coimbra, Coimbra Editora, 1935;
  - Maurice Lewandowski, *M. Oliveira Salazar: une expérience de redressement*, Lisbonne, Editions SPN, 1935, (Coleção “Le Portugal d’aujourd’hui”);
  - *Principes et institutions de l'état nouveau portugais*, Lisboa, SPN, 1935.
- e) Também há livros e artigos sobre Salazar, publicados no estrangeiro, mas em que o SPN/SNI colaborou, por exemplo com fornecimento de materiais e informações. São exemplo: o alemão Anton Mayer escreveu um livro intitulado *Portugal*, de que enviou dois exemplares para serem oferecidos a Salazar. Um é remetido a este, o outro, diz Silva Dias, chefe dos Serviços de Imprensa e Informação do SPN, ficou no Secretariado e “está a ser lido pelo tradutor alemão, a-fim-de [sic] lhe fazer a devida avaliação”. Mayer acrescenta na sua carta, escrita em alemão, mas traduzida logo para francês em tradução autenticada pelos próprios Serviços, que o Secretariado o “ajudou” durante o trabalho.<sup>7</sup> Também na mesma altura o conde Gonzague de Reynold publica na revista *Berliner*

---

<sup>6</sup> Na documentação que consultámos na Torre do Tombo existem listas de personalidades, fornecidas pelas Embaixadas no estrangeiro, a quem o SPN/SNI quer enviar as obras de Salazar.

<sup>7</sup> Carta do SPN ao Gabinete de Salazar, de 17 de março de 1939 (SGPCM-GPC/0189, Arquivo Nacional/Torre do Tombo, a partir de agora AN/TT).

## Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo (1933-1950)

*Monatshefte* o seu texto “Encontros com Salazar”, cuja tradução para português foi feita pelo SPN.<sup>8</sup>

f) A partir de 1942 (talvez não por acaso, foi quando acabaram as edições estrangeiras dos “Discursos”) fundam-se cinco coleções no SPN:

- “Salazar says...”;
- “La pensée de Salazar” (anteriormente: “Le Portugal d’aujourd’hui”);
- “Das Denken Salazars” (ou “Gedanken Salazars”);
- “El pensamiento de Salazar”;
- “Il pensiero di Salazar”<sup>9</sup>.

Tal como em todas as outras traduções do SPN/SNI, nenhuma destas publicações tem qualquer indicação sobre o/a tradutor/a. A total invisibilidade destes tradutores é confirmada por Cotrim em vários passos do seu trabalho. No caso da tradução para inglês, foram pelo menos dois: Aubrey Bell e Godfrey Mappin, este residente em Lisboa; no caso espanhol, um deles foi Adolfo Lizón, também residente em Lisboa. Acrescente-se que os textos para tradução eram escolhidos pelo SPN, mas estando a escolha sujeita ao acordo de Salazar. Isto é, se compararmos o que está traduzido nestas coleções com os volumes portugueses dos “Discursos”, que eram os originais daquelas traduções, não coincidem totalmente. Na impossibilidade, até à data, de reunir todas as traduções, não se pode afirmar se a decisão de tradução de um determinado texto se dirigia às línguas todas sempre. Na verdade, nem a Biblioteca Nacional (incluindo a preciosa coleção Brito Rato), nem a Fundação António Quadros, que pude consultar até à data (2016), possuem as coleções completas. Uma coisa é certa, porém: a edição inglesa da coleção (“Salazar says”), no seu texto introdutório, afirma reunir 200 citações de Salazar (p. 7), enquanto a francesa (*La pensée de Salazar*) escolhe 300 (p. 7). Mas não só na seleção as diferentes traduções se revelam diferentes, também os conteúdos dos textos introdutórios não coincidem, o que é mais um sinal revelador do cuidado posto nestas traduções, ou seja, da consciência da especificidade dos respetivos destinatários, que obrigam a diferentes estratégias. Abre-se aqui um vasto e interessante campo de estudo...

---

<sup>8</sup> Carta de 3 janeiro 1939, do SPN a Gabinete de Salazar (SGPCM-GPC/0189, AN/TT).

<sup>9</sup> A coleção italiana foi criada um pouco mais tarde e não era alimentada regularmente.

Cotrim cita o relatório “Elementos acerca da atividade desenvolvida pelo Secretariado [SPN/SNI] desde a sua criação 1933-1952”, em que nos são fornecidos números das publicações em línguas estrangeiras da responsabilidade do Secretariado entre 1934 e 1951, justamente o período abrangido pelo meu estudo. Assim, foram 380 as publicações em francês, 258 em inglês, 166 em espanhol, 56 em alemão e 15 em italiano. Já as tiragens põem o inglês à frente (2 816 850 exemplares), seguido do francês (2 816 475), do espanhol (707 150), do alemão (118 350), apresentando o italiano as tiragens mais baixas (99 500). O que oscila é o número de traduções para certas línguas conforme as circunstâncias políticas, o que é comprovado claramente pelo caso alemão: entre 1934 e 1952, à exceção do ano 1934 em que saem 6 000 exemplares da tradução alemã de *O Estado Novo e as suas realizações*, só se registam publicações em alemão nos seis anos da II Guerra Mundial. Ter-se-ia ainda de aguardar uma década (1955) até voltarem a aparecer traduções alemãs (Cotrim 2010: 18-20).

- g) Muito importante para a imagem do país no estrangeiro foram ainda as grandes Exposições de Paris (1937) e Nova Iorque (1939), e várias Feiras do Livro no estrangeiro também (Madrid em 1947, por exemplo), em que, como era de esperar, a figura de Salazar foi central. Os textos produzidos no âmbito destes eventos também poderão vir a integrar o *corpus* alargado do nosso tema. O mesmo se pode dizer da muita literatura produzida sobre vinhos, folclore, monumentos, turismo, etc., que seguia para as embaixadas no estrangeiro.

#### 4. Apresentação do *corpus* referente a este trabalho

No presente estudo apresentarei e comentarei apenas as traduções dos *Discursos e Notas Políticas* de Salazar na forma de antologia. A razão, para além da obediência à cronologia do tema do Colóquio onde apresentei uma primeira versão deste texto (primeira metade do século xx), é que, sobretudo para alguns casos, foi possível encontrar abundante documentação que permite reconstruir, com pormenor, semana a semana todo o processo de tradução: encomenda, escolha do tradutor, escolha dos textos e respetivas notas, da editora, do(s) prefaciador(es), etc. Tudo era dirigido e organizado

## Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo (1933-1950)

pelo SPN (às vezes com a intervenção de Ferro), com conhecimento do próprio Salazar, através do seu chefe de Gabinete, que comunicava com o SPN, transmitindo-lhe as respostas de Salazar (às vezes em citação) às perguntas que o Secretariado lhe fazia.

De lado ficam, por ora, as cinco traduções das entrevistas de António Ferro a Salazar:

- António Ferro, *Salazar: le Portugal et son chef*, trad. Fernanda de Castro, notas de Paul Valéry, Paris: Bernard Grasset, 1934;
- António Ferro, *Salazar. Portugal y su jefe. Precedida de una nota sobre la idea de Dictadura, por Paul Valéry de la Academia Francesa*. Pref. de Oliveira Salazar, traducción especial para La Editorial Ercilla por Luís Alberto Sanchez. Santiago de Chile: Biblioteca Ercilla, 1935;
- António Ferro, *Dyktator Wspolczesnej portugalskiej Salazar*. Przełożył z Portugalskiego i przypisami opatrzył Dr. Edward Boyé, Warszawa: Instytut Wydawniczy Biblioteka polska, 1936;
- António Ferro, *Salazar Munis Anim Tachó Vaur*, pref. Oliveira Salazar, trad. António Reveredo, Lisboa: [s.n.], 1938 ([s.l.]: – Of. Gráficas da Soc. Ed. ABC);
- António Ferro, *Salazar: Portugal and her Leader*, translated by H. de Barros Gomes and John Gibbons; with a preface by the late sir Austen Chamberlain and a foreword by Dr. Oliveira Salazar, London: Faber and Faber, 1939.

Voltando aos *Discursos*, são as seguintes as respetivas edições estrangeiras encontradas:

- Oliveira Salazar, *Une révolution dans la paix*, trad. Fernanda de Castro, introd. Maurice Maeterlinck, Paris, Ernest Flammarion, 1937 (vol. I);
- Oliveira Salazar, *Le Portugal et la crise européenne*, trad. Pierre Hourcade, Paris, Flammarion, 1940 (imp.)(vol. II);
- Oliveira Salazar, *Una revolucion pacífica*, [na folha de rosto por baixo do título: *Une revolution dans la paix*], introducción de Maurice Maeterlinck, traducción de Juan Cabrera P., Santiago de Chile: Ediciones Ercilla, 1938;
- Oliveira Salazar, *Portugal: das Werden eines neuen Staates: Reden und Dokumente*, mit einem Vorwort von G. Cordeiro Ramos, Geleitwort von Dr. Goebbels, S.L.: Essener Verlagsanstalt, 1938;

- Oliveira Salazar, *El pensamiento de la revolución nacional*, trad. e pról. José Maria Gil Robles, Buenos Aires: Poblet, 1938;<sup>10</sup>
- Dr. António de Oliveira Salazar, *Doctrine and action: internal and foreign policy of the new Portugal, 1928-1939*; translated by Robert Edgar Broughton, London: Faber and Faber, 1939;
- Oliveira Salazar, *Il Portogallo d'oggi*, pref. di Dino Alfieri; introd. di Bruno Biagi, Firenze: Felice Le Monnier, 1939;
- Oliveira Salazar, *Doctrina si organizarea revolutiei portugheze*, cu o prefată de Al. Gregorian, Bucuresti: Universul, 1939;
- Oliveira Salazar, *Rewolucja Pokojowa*, Warszawa: Wydawnictwo Verbum, 1939;<sup>11</sup>
- Oliveira Salazar, *Békés forradalom*, gróf Teleki Pál esloszavaval; Ottlik György tanulmányaval; [ford. Lovass Gyula], [Budapeste]: Athenaeum Kiadása, [1941].

## 5. Para uma história externa das traduções dos *Discursos...*<sup>12</sup>

A análise das Caixas do Fundo do SNI respeitantes ao nosso assunto que foi possível verificar por enquanto permitiu identificar os parâmetros que interessam à história externa de uma tradução, a saber: quem teve a iniciativa da tradução, contactos com as editoras, escolha do tradutor e seu pagamento, direitos de autor, mediações várias (de línguas, editoras e personalidades),

---

<sup>10</sup> Esta tradução existe em três exemplares na Biblioteca Nacional. Foi publicada primeiro em Espanha. Há notícia elucidativa a este respeito no *Diário de Notícias* de 10/3/1938, elogiando não só o prólogo, como a tradução do prólogo por D. José Maria Robles “pela pureza da língua em que transcreveu o verbo português.” A consciência do efeito multiplicador desta tradução está expressa na frase: “[À tradução do livro] [...] está reservado um êxito enorme nos países de fala espanhola” (FSNI, Cx 528).

Identificaremos as fontes dos processos das diferentes traduções apenas pela sigla FSNI (Fundo do Secretariado Nacional de Informação), seguido da respetiva Caixa (Cx) e seu número. Esta documentação encontra-se nos AN/TT.

<sup>11</sup> Referida, mas sem cota, nos catálogos da Biblioteca Nacional.

<sup>12</sup> A história externa da tradução é um conceito que remonta aos estudos do grupo de investigação da Universidade de Göttingen, na Alemanha (cf. Frank 1990). É uma história reconstruída a partir dos contextos, por contraste com a história interna da tradução, que analisa os textos traduzidos propriamente ditos.

responsabilidade da escolha dos textos a integrar em cada edição, conforme a língua, decisões sobre prefácios e notas explicativas, formas de publicitação após publicação, papel do SPN, do próprio Salazar e do seu Gabinete.<sup>13</sup>

Uma vez que as informações sobre cada edição são muito díspares, isto é, a tradução para algumas línguas está mais abundantemente documentada do que para outras, optámos por historiar quatro casos que considerámos de particular interesse: as traduções francesa, inglesa, alemã e checa.

### **5.1. A tradução francesa *Une révolution dans la paix* (1937) e *Le Portugal et la crise européenne* (1940)**

Não há prova documental, mas é provável que o intermediário desta tradução tivesse sido António Ferro, que já tinha livros publicados em França e muito bons contactos no país, além de ser um amigo da casa Flammarion e do seu diretor Max Fischer. Também a escolha da tradutora, Fernanda de Castro, mulher de Ferro e que já traduzira o livro do marido sobre Salazar (v. acima) aponta nesse sentido. No caso do segundo volume estava para ser ela também, mas passou a ser Pierre Hourcade, residente em Portugal, diretor do Instituto Francês, primeiro no Porto, depois em Lisboa. Foi sondado informalmente por Luís Forjaz Trigueiros, possivelmente por incumbência do SPN, conhecida que era a sua grande admiração por Salazar. O SPN pede o acordo de Ferro antes de se dirigir formalmente a Hourcade. O Instituto Francês teve ampla intervenção nesta tradução, e quando Hourcade foi mobilizado para a Guerra, foi substituído por Raymond Warnier, seu sucessor no cargo.<sup>14</sup>

A publicação de um segundo volume começara a ser preparada em agosto de 1938, quando Paulo Osório, diretor dos Serviços do *Diário de Notícias* em Paris, pede instruções ao SPN sobre os discursos a incluir no 2.º volume. Uma das listas que recebe tem os “Discursos que se julga conveniente fazerem parte do 2.º volume da tradução francesa” (carta de Silva Dias a Osório, de 10 de agosto de 1938). Porém, Pierre Hourcade só será contactado oficialmente em maio de 1939 e, ao aceitar, não esconde a sua admiração por Salazar, a ponto

---

<sup>13</sup> Nem todos estes parâmetros estão preenchidos para todas as edições estrangeiras.

<sup>14</sup> Os elementos referentes ao 1.º volume encontram-se na FSNI, Cx 4226, enquanto o *dossier* respeitante ao 2.º volume, muito detalhado, consta da Cx 4231.

de não querer que o seu nome figure na tradução ... Antes do final de junho as traduções ficam prontas. O Gabinete de Salazar é informado da conclusão do trabalho e chega a propor várias alterações, não só a títulos e subtítulos, e encarrega o SPN de fazer uma Nota Final. Da parte da Flammarion, Max Fischer congratula-se com a conclusão das traduções (7 de julho) e levanta algumas dúvidas. O lado português quer um prefácio escrito por personalidade francesa, mas a ideia não agrada a Fischer, que se justifica com a personalidade de Salazar, numa argumentação elucidativa:

Le Président Salazar est considéré, en France, comme une façon d'arbitre des partis portugais. Il me semble qu'il y a un grand intérêt à ne pas risquer de fausser, chez nous, la vision que se font les Français de l'homme d'État qui a su opérer, dans la paix et la concorde, de manière aussi parfaite, le redressement de son Pays. (carta de 7 de julho de 1939)

Alvitra, em alternativa, que se faça um “retrato” de Salazar por um escritor “sem opinião política” ... Em setembro, Fischer acusa a receção dos textos, fazendo, no entanto, alguns reparos à tradução, à mistura com elogios rasgados a Salazar (“la profondeur et la sureté des vues politiques, la sérénité du ton, la lucidité des aperçues généraux, la vigueur et le bonheur d'expression des formules d'ordre général, font de ce livre un ouvrage définitif.”, carta de 27 de setembro de 1939). É ainda Fischer que propõe o título do livro (*Le Portugal et la crise européenne*), aceite pelas instâncias portuguesas. Entretanto, porém, Hourcade fora mobilizado, como se disse, e cabe agora ao seu sucessor rever as traduções. Este é um dos raros contextos em que se “teoriza” algo sobre a tradução: Warnier propõe-se substituir a versão demasiado literal de Hourcade por uma tradução mais livre, e, portanto, “mais conforme ao espírito da nossa língua”, no que tem a concordância do SPN (Silva Dias): “Quando, sem prejuízo da exactidão, seja preferível, em benefício da forma, uma versão livre, deve ser adoptada.” (carta de 2 de novembro de 1939). Sem dúvida que o critério da qualidade da língua de chegada prevaleceu, o que está certamente relacionado com preocupações com a imagem de Salazar junto do público a que se dirige.

O Gabinete de Salazar é sempre respeitosamente informado da correspondência do SPN com a Flammarion, ficando claro que é ele, Salazar, quem tem a última palavra a dizer. E, de facto, são enviadas para a editora várias

## Salazar traduzido: sobre tradução e poder no Estado Novo (1933-1950)

alterações à tradução, que Silva Dias atribui a “Sua Excelência”, e que vão desde modificações de títulos a substituição de notas. Ainda em dezembro de 1939 são enviadas para Paris “nota autógrafa do Senhor Presidente do Conselho” com comentários às notas e denunciando emendas ainda não introduzidas no texto.

Em relação ao prefácio, assunto ainda pendente, Ferro e Fischer decidem encerrar o assunto, desistindo dele. Mas as palavras de Fischer a Silva Dias explicando a decisão com o argumento já conhecido da “apoliticidade” e “imparcialidade” de Salazar voltam a impressionar(-me) e não podem deixar de ser citadas:

Quel que soit le prefacier que nous choisirions, nous risquerions de diminuer ou l'importance de l'oeuvre, ou l'importance de l'auteur. Le Président Salazar est un homme politique tout à fait original et personnel, Il a ses methodes. De Paris, on n'a pas l'impression, en regardant Lisbonne, que le Président Salazar puisse être le Chef d'un parti politique situé soit à droite, soit au centre, soit ailleurs; mais on a l'impression très nette qu'il est le chef éclair et impartial du Gouvernement de son pays. Quelle que soit l'opinion politique du préfacier, une introduction risquerait de fausser le sens tout à fait general de l'oeuvre, en la teintant d'une couleur politique. (carta de 23/12/1939)

António Ferro representa Salazar na assinatura do contrato com a Flammarion, que ocorre em janeiro de 1940. Há ainda um passo que merece ser relatado e que sublinha o entrosamento desta edição com a situação política da altura. As notas finais para o livro (anónimas, mas certamente feitas pelo próprio Gabinete ou pelo SPN) são remetidas à Flammarion em fevereiro, mas Fischer vai sugerir a Ferro que sejam eliminadas, para lhes retirar o tom de propaganda (que o mesmo é reconhecê-lo!) e porque, no seu ataque às democracias, estão desajustadas da hora ...

[...] Le livre, tel qu'il se presente actuellement, garde son air important et necessaire d'ouvrage de politique générale, de politique européenne. Les notes en question – notes anonymes – lui donneraient un ton de propagande qui en atténuerait la portée, et en fausserait le sens. [...] Il existe, en effet, à l'heure actuelle, dans ces notes, un certain nombre de jugements sévères sur l'organization et le gouvernement des Démocraties. Or ces jugements sont anonymes. Une

Censure de guerre pourrait-elle envisager de viser ainsi ces affirmations sans visage et sans responsable.

O lado português concorda e a edição sai sem notas em maio de 1940, pouco antes da ocupação de Paris pelas tropas alemãs... A divulgação é cuidadosamente preparada, tanto entre personalidades como para jornais e revistas. Até este momento não há referências, do lado português, à situação política que se vivia. Mas o último conjunto de documentos analisados vai mudar este alheamento. Assim, Paulo Osório, agora Adido de Imprensa da Legação de Portugal na França ocupada<sup>15</sup>, pede instruções a Ferro sobre se deve fazer propaganda do segundo volume dos *Discursos* (30/8/1940). A resposta é curiosa: a propaganda “só seria útil na França não ocupada, onde estão a estudar-se as reformas políticas daquele país”. Todavia o SPN faz insistentes pedidos à Flammarion, que entretanto se mudara para Lyon, e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, no sentido de aquela enviar exemplares dos dois volumes para Lisboa, onde os livros estavam esgotados, mas agora se revelam necessários “para a ação deste Organismo e, especialmente, para serem fornecidos a individualidades estrangeiras que pretendem traduzi-los para línguas em que ainda o não estão” (carta de Silva Dias ao MNE, por ordem de Salazar, 3/1/1941). O MNE deveria ordenar que, ou na França livre ou na ocupada, se fizessem todos os esforços para mandar vir os exemplares para Portugal. O SPN não se coíbe sequer de, perante a editora francesa, lembrar os termos do contrato, como se a situação não fosse de exceção... As insistências prolongam-se pelo menos até maio de 1942, e o argumento (a pensar no interesse comercial) da passagem de muitos estrangeiros por Lisboa (na verdade refugiados, como se sabe) também é invocado. A editora francesa chega a equacionar fazer uma segunda edição das obras...

Os dois volumes da tradução francesa, mas sobretudo o primeiro volume, viria a revestir-se de grande significado, já que o próprio Salazar, embora preferisse sempre as traduções a partir do original (muitos testemunhos o provam), quando tal não era possível recomendava sempre a edição francesa por considerá-la a mais próxima do seu texto. Além disso, a escolha dos textos do primeiro volume seria retomada por outras edições que se serviram do francês como língua intermédia: as edições italiana, espanhola, grega, romena, sérvia

---

<sup>15</sup> Encontra-se em Vichy, no Hotel des Ambassadeurs.

e japonesa, e mesmo a inglesa. No entanto, o SPN, sempre em ligação com o gabinete de Salazar, insistia no acrescento de discursos mais recentes, próximos da data da edição em causa (como aconteceu com o segundo volume francês).

## **5.2. A tradução inglesa: *Doctrine and action* (1939)<sup>16</sup>**

Não há uma prova documental sobre o verdadeiro iniciador desta tradução, mas é certo que foi em 1937. Pode ter sido o embaixador Armino Monteiro, a Casa de Portugal em Londres, ou até o inglês residente em Portugal, Aubrey Bell, considerado um fiel amigo do país e que acabaria por traduzir um dos discursos e rever a tradução de outros. A escolha, em 1937, do tradutor, Robert Broughton, que trabalhava na BBC, fora precedida de um teste feito na Casa de Portugal em Londres, que deixou uma impressão muito favorável sobre a qualidade e a elegância do inglês. Confirmada a colaboração, Broughton pede que lhe sejam enviados tanto o texto português como o francês, e não pede mais de 80 libras pelo trabalho. Segundo carta da Casa de Portugal a Ferro, de 17 de setembro de 1937, Broughton sabia bem português. A tradução terá sido feita ao longo do ano de 1938, pois data do início de 1939 correspondência do SPN com Broughton sobre discursos tanto a incluir, como a eliminar (por exemplo “O exército e a revolução nacional”). O outro destinatário da correspondência do SPN e de Ferro com Inglaterra é T. S. Eliot, diretor, na altura, da Faber & Faber, a editora que publicaria a tradução. O próprio Ferro afirma em carta ter tratado com Eliot das condições para a publicação e o SPN acabaria por concordar, em fevereiro de 1939, que Eliot fizesse a revisão dos discursos. Previamente, porém, as traduções tinham sido revistas em Lisboa (carta de Silva Dias à Casa de Portugal, de 27 de agosto de 1938), o que parece indiciar a insatisfação da editora com o trabalho de Lisboa... O SPN, entretanto, mantém vigilância apertada sobre as traduções: existem várias cartas à editora inglesa com pedidos de correções. Também há correspondência de Silva Dias com a Casa de Portugal: ainda em 30 de setembro de 1939 Silva Dias envia-lhe lista com pedidos de correções que pretende que a Casa de

---

<sup>16</sup> O *dossier* sobre esta edição encontra-se no FSNI, Cx 4226, embora também haja documentação na Cx 528.

Portugal faça chegar à editora e ao tradutor. Vimos na documentação inclusive o índice analítico da obra, com correções.

O contrato entre Salazar e a editora foi assinado em maio de 1939 (existe cópia do contrato que, aliás, merece uma atenção mais detalhada). Está aqui dito expressamente que Salazar “fornecer aos editores, sem encargos, uma tradução inglesa da dita obra”, mas por outro lado recebeu direitos de autor. A divulgação da obra em Inglaterra ocorreu por recensões (por exemplo em *The Times*, 18/9/1939: “The Non-totalitarian Dictator. Principles of Portugal’s ruler”), e oferta a lista de personalidades elaborada pela Embaixada, contendo um total de 47 nomes, deputados, membros do Foreign Office, do Governo, e particulares.<sup>17</sup>

### 5.3. A tradução alemã:

#### ***Portugal: das Werden eines neuen Staates (1938)***<sup>18</sup>

A (atribulada) tradução alemã teve uma dupla origem. A primeira iniciativa coube a Friedrich Rudolf Knapic, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e também leitor de Alemão da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que escreve a Ferro propondo a tradução dos *Discursos* pelos seus dois discípulos, um português, Joaquim Baptista Sabino e Costa, finalista de Filologia Germânica na referida Faculdade, e um alemão, Horst Thimm, romanista e parente de Goebbels, bolseiro do Instituto para a Alta Cultura por troca com o DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Académico). Ambos vivem em Lisboa. Ferro concordou e prometeu aos dois o apoio do SPN. Mas o processo, mesmo estando a tradução quase concluída, levou grande reviravolta, alegadamente porque as negociações com a editora contactada (Essener Verlagsanstalt) se goraram. A verdade, porém, é que foi a Legação da Alemanha a interferir junto de Ferro, por desconfiança em relação a Knapic.<sup>19</sup> E ao mesmo tempo que estes contactos decorriam, o germanista

---

<sup>17</sup> Está em preparação [2018] uma tese de doutoramento em Estudos de Tradução sobre “A tradução dos *Discursos* de Salazar para língua inglesa. Um contributo para história da tradução durante o século xx e Portugal”, pela minha orientanda Isabel Augusta Chumbo (Instituto Politécnico de Bragança).

<sup>18</sup> A documentação sobre esta tradução está no FSNI, Cx 4226.

<sup>19</sup> Este primeiro episódio da tradução alemã não é referido em Medina, *Salazar na Alemanha*,

Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), figura grada do regime que publicara na *Europäische Revue*, da editora Essener Verlagsanstalt, um artigo sobre o Estado Novo, é contactado por esta editora para obter os direitos de tradução de *Une révolution dans la paix*. Salazar não aceita a tradução mediada pelo francês, quer que se traduza do original. Foi então que se iniciaram os contactos com dois alemães, o lusólogo Joseph Piel (1903-1992), na altura em Trier (carta de 16/9/1937), mas já a viver em Portugal, que passou a ser o intermediário e o tradutor da edição, juntamente com outro lusólogo, E. A. Beau (1907-1969) (em Portugal, Coimbra, desde 1930). Estas mudanças revelaram-se embaraçosas para o SPN e levantaram protestos dos tradutores preteridos.<sup>20</sup>

### 5.4. A tradução checa<sup>21</sup>

Na edição checa (profusamente documentada) a iniciativa partiu de quem viria a ser o tradutor, um padre católico (Vilém Opatrny) que fora convidado por um organismo católico de Praga a fazer um discurso na rádio, tendo escolhido como tema Portugal e a obra de Salazar. Nada tendo encontrado nas livrarias de Praga, pede que lhe seja enviado tudo o que haja sobre Portugal e Salazar, em francês, inglês ou alemão, pedido que é satisfeito pelo SPN. Leu os *Discursos* em alemão e quer traduzi-los. Já encontrou um editor checo “para a obra de Salazar”, que traduzirá a partir do alemão, auxiliando-se do francês e do inglês; o cônsul de Portugal Joaquim Rodrigues Dias Correia ofereceu-se para acompanhar a tradução e servirá de intermediário, nomeadamente dando informações ao SPN/SNI sobre o tradutor, a possível editora e as revistas para as quais Opatrny escrevia sobre Portugal. Opatrny, segundo carta do cônsul, é “Administrador do património do Convento Beneditino de Břevnov, Praga.” Redige e publica uma revista católica, *Archy*, traduz livros e folhetos do alemão

---

cujo estudo comenta a antologia já publicada, não se referindo à sua génese, pelo que não se socorreu do FSNI.

<sup>20</sup> Na altura da escrita deste texto, tinha em preparação um trabalho mais aprofundado sobre a edição alemã, pelo que nada mais avancei. Entretanto, a investigação foi concluída e o estudo será publicado ainda este ano [2018] pela revista americana *Santa Barbara Portuguese Studies*, num número especial dedicado à tradução, da responsabilidade dos Profs. Thomas Sträter (Univ. de Heidelberg) e Marcel Vejmelka (Univ. de Mainz). Por razões compreensíveis, não o podemos incluir neste livro.

<sup>21</sup> Os materiais sobre esta tradução também se encontram na Cx 4226.

e do inglês e vai escrever para a *Rozpravy*, “revista para o ressurgimento cristão” por ocasião do aniversário de Salazar, num número que lhe é totalmente dedicado. O que é necessário é procurar outra casa editora, porque a “Novina” “pertencia ao partido da União Nacional que, depois dos acontecimentos de Março, foi dissolvido”. Os acontecimentos referidos, como é sabido, passam-se em março de 1939, quando unidades militares alemãs cruzam a fronteira germano-checa, ocupando o país e estabelecendo o Protetorado da Boémia e da Morávia. Neste contexto, é o próprio chefe do Gabinete de Salazar que se dirige ao “Rev.º Guilherme Opatrny”, autorizando a sua tradução, ressalvando, porém, que “as circunstâncias mudaram de tal modo que é natural que não continue na intenção de traduzir para a língua checa o livro ‘Discursos’ de Sua Ex.ª”. A 19 de abril de 1939 Opatrny reitera a sua vontade de fazer publicar a tradução que, aliás, afirma ter já concluído e que será publicada na revista católica checa *Rozpravy*. Apesar de o Gabinete de Salazar, a 4/5/1939, conceder autorização para a tradução, não abre mão da vigilância sobre esta e cita ordens de Salazar no sentido duma “revisão, comparando a tradução com o original português, dada a índole do alemão muito diferente da nossa língua”. O cônsul em Praga, aliás, também ajudaria à revisão, a partir do texto português. Também para esta edição checa foi mandado um discurso recente de Salazar, para acrescentar.

Sabe-se ainda que a fase final da edição se revestiu de algum melindre, já que o tradutor, que tinha querido inicialmente incluir o prefácio da edição alemã, da autoria de Gustavo Cordeiro Ramos (que deu autorização para a tradução, assim como a sua editora alemã), se recusou a fazê-lo quando o leu, “dadas as mentiras históricas contidas no artigo em diversos passos” (carta de 5/7/1939).<sup>22</sup> A última carta incluída no processo é de 19 de outubro de 1939, mas não é conclusiva sobre a efetiva publicação da tradução. E, no entanto, Opatrny enviara para Portugal, antes desta data, vários exemplares de um número da revista *Rozpravy* dedicado a Portugal e à obra de Salazar, pelo que fica por investigar quais as razões pelas quais a tradução acabou por não sair.

A 9 de julho de 1940 o SPN faz o ponto da situação ao gabinete de Salazar, confirmando a publicação das edições francesa, inglesa, alemã, argentina, polaca, italiana e chilena. A Biblioteca Nacional possui um exemplar da edição romena, não referida nesta lista. Indica o SPN como não publicadas, mas

---

<sup>22</sup> Para uma análise detalhada deste prefácio de Cordeiro Ramos, ver Medina 1998.

autorizadas, as edições sérvia, checa, holandesa e grega. Sobre a polaca, a autorização para a tradução foi concedida ao Prof. Lutoslawski<sup>23</sup>, mas o SPN não tem qualquer notícia dela desde o início da Guerra, e o mesmo diz sobre a checa. A tradução húngara também está identificada e existe na Biblioteca Nacional, mas não consta da lista do SPN.

## **6. Considerações finais**

Estamos muito longe de ter esgotado tanto o nosso assunto, como a exploração do Fundo do SNI que se possa relacionar com ele. Para além de se poderem ainda historiar várias das edições dos *Discursos* que não pudemos descrever neste trabalho, o *corpus* “Salazar traduzido” é vastíssimo, como mostrámos acima. Mas o trabalho ainda mais interessante para os estudiosos da tradução está todo por fazer: olhar para as traduções nas diversas línguas, e identificar e interpretar as respetivas diferenças em relação aos originais de Salazar. No caso das antologias sobrepõe-se a esta tarefa o seu estudo como processo antológico, ou seja, a identificação e interpretação das inclusões e exclusões de textos, conforme as línguas e as circunstâncias políticas (cf. Seruya *et al.* 2013a e Seruya 2013c).

---

<sup>23</sup> Há extensa documentação sobre esta tradução na Cx 4231. O caso polaco merece ser esclarecido, já que, como se pode ver acima, existe uma tradução polaca registada na Biblioteca Nacional.

## Capítulo 7

# Apontamentos para a história das relações editoriais entre Portugal e o Brasil nos anos 40 e 50 do século xx<sup>1</sup>

### Nota prévia

A atenção a este tema nasce no âmbito do interesse pelos Estudos de Tradução (ET) em Portugal que levou, nomeadamente, à consulta sistemática de alguns anos da revista *Livros de Portugal (LP)*, órgão oficial do antigo Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL), com vista à investigação sobre a tradução de literatura no Estado Novo. A leitura desta riquíssima fonte de informação sobre o livro e sua circulação no Portugal de Salazar veio a detetar o filão que nos propusemos começar a explorar com esta intervenção (v. abaixo nota 1). Na área disciplinar dos ET, a questão da edição de traduções tem sido quase completamente negligenciada. Por outro lado, se há campo na cultura em que as relações com o Brasil merecem estudo, é sem dúvida o das traduções. Aliás, não é só do ponto de vista da história da tradução através da edição que o assunto interessa. A grande quantidade de traduções brasileiras que chegaram à Comissão de Censura ao livro e ali foram escrutinadas constituirá, sem dúvida, um capítulo relevante da censura ao livro estrangeiro no Estado Novo.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada no *workshop* “Luso-Brazilian Translation Links”, no âmbito do 4.º Congresso da Sociedade Europeia de Estudos de Tradução (*EST – European Society for Translation Studies*), realizado em Lisboa, na Faculdade de Letras, entre 26 e 29 de setembro de 2004. Publiquei depois nova versão do texto em *Estudos. Para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos*, Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas, 2007, 903-914.

## 1. O contexto que criámos

Ao falar sobre a difusão da literatura brasileira em Portugal, referindo-se ao trabalho pioneiro do brasilianista português José Osório de Castro Oliveira (1900-1964, v. Rocha 1998: 71), o distinto sucessor deste que é Fernando Cristóvão explicava pela “excessiva familiaridade entre portugueses e brasileiros” o “desleixo” que levava os dois povos a esquecerem “durante demasiado tempo a necessidade de intensificar e institucionalizar as relações culturais e literárias entre os dois países irmãos.” (Cristóvão 1983: 123). Antes da institucionalização, porém, há o conhecimento e relacionamento mútuos, os quais se podem esquematizar na seguinte construção narrativa (a partir das fontes que até agora pudemos consultar):

Na segunda metade do século XIX, há sinais de que Eça de Queiroz teve acesso às obras de Machado de Assis, mas, na viragem de século, “até os grandes autores brasileiros eram desconhecidos da maioria dos portugueses letrados” (Cristóvão 1983: 124). Valentim de Magalhães, autor de *A Literatura Brasileira*, publicada em 1896 por A. M. Pereira, escrevia mesmo que “o movimento literário transatlântico é completamente desconhecido cá” (*apud* Cristóvão 1983: 124). Pelo contrário, escreve o mesmo autor, no Brasil leem-se “as mais insignificantes obras portuguesas” e os nomes “de todos os escritores portugueses” são familiares ao público. As relações comerciais no domínio do livro, eram, portanto, muito desiguais. Heitor Antunes era, no fim da I Guerra Mundial, o livreiro que mantinha quase o exclusivo das exportações para o Brasil (*Livros de Portugal [LP]*, n.º 85/1954).<sup>2</sup> Por outro lado, os autores brasileiros serviam-se de editores portugueses: Coelho Netto, segundo Hallewell o primeiro escritor brasileiro a conseguir verdadeira popularidade em Portugal, começou a ser publicado no nosso país em 1903 (Hallewell 1985: 278). Depois dele, nenhum outro voltou a ter verdadeiro impacto até à década de 30 do mesmo século.

---

<sup>2</sup> Foi ele o fundador, em 1918, da firma Livraria Portugal (LP, n.º 85/1954). Sucedeu-lhe o irmão Joaquim Oliveira Antunes, proprietário da livraria H. Antunes, na rua de Buenos Aires, Rio de Janeiro que, segundo informa LP n.º 8/1941, expande com eficácia o livro português por todo o mercado brasileiro. Pela mesma altura constitui-se na mesma cidade a firma Livros de Portugal, Lda., agência de que fazem parte a Agência Editorial Brasileira, o editor português Américo Fraga Lames e a firma Casa do Livro, de Lisboa.

Proponho que se considere a década de 30 como uma viragem. Por um lado, começam a institucionalizar-se as relações culturais entre os dois países com a criação dos Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.<sup>3</sup> Em 1932, Octalles Marcondes Ferreira abre em Lisboa uma filial da Civilização Brasileira para vender os seus livros em Portugal. E, de facto, no princípio da década, Lisboa é inundada de edições brasileiras, com um pico em 1938. Foi enorme o sucesso, entre nós, do “romance de trinta, especialmente do nordestino” (Cristóvão 1983: 127), atingindo o auge na década de 40 e prolongando-se posteriormente. E a *Livros de Portugal* noticiam, em janeiro de 1941, a abertura, em Lisboa, na rua Ivens, da Agência Editorial Brasileira, distribuidora do livro brasileiro em Portugal, ilhas e colónias. Pode dizer-se, portanto, que os esforços anteriores do já referido divulgador da literatura brasileira em Portugal, José Osório de Oliveira, deram os seus frutos – apesar do seu artigo-carta “Adeus à Literatura Brasileira” (1940), no qual punha termo à sua atividade disseminadora, expressando desapontamento pela falta de apoio dos escritores do Brasil.

Aos estudiosos da Tradução, interessados na circulação da literatura por diversos tempos e fronteiras, importa atentar no modo como o sucesso referido foi interpretado por duas contemporaneidades, a de então e a nossa. Sabemos, é certo, que a literatura brasileira, para nós, não conta como tradução no sentido mais próprio. Para todos os efeitos, porém, ela era estrangeira, Outra, e veio ocupar um espaço no polissistema literário português. Se esse espaço é um vazio, uma lacuna, ou, como diz Theo Hermans, uma “disability” da cultura portuguesa, não é, neste contexto, primordial esclarecer (Hermans 1999: 109).<sup>4</sup> Impossíveis de ignorar são, todavia, os testemunhos a que queremos aludir, e que vêm de nomes tão autorizados como Carlos Queirós, João Gaspar Simões, Luís Forjaz Trigueiros e António Quadros: vão no sentido de considerar os escritores brasileiros modernos uma “escola” para os neorrealistas portugueses em ascensão, numa fase em que a “novelística portuguesa não se tinha afirmado ainda”, e a língua precisava de uma outra “alma” (*apud* Cristóvão 1983: 124, 127s.). A análise de Fernando Cristóvão, quatro décadas depois, tem substância em tudo idêntica:

---

<sup>3</sup> Na Universidade de Coimbra tal aconteceu em 1957, no Porto só em 1972.

<sup>4</sup> Há que esclarecer, porém, que Hermans se mostra muito cético em relação a admitir que haja culturas com “incapacidades”.

[...] a literatura portuguesa, tal como a brasileira, estava necessitada duma renovação, e não era suficiente o novo sangue presencista. Algo de mais autêntico se impunha, e esse impulso veio-lhe do romance nordestino pela via neo-realista que a partir da década de 40, abriu novos caminhos à ficção portuguesa. (Cristóvão 1983: 127).

Também Hallewell se refere a uma fase pouco fecunda na literatura portuguesa (Hallewell 1985: 279).

A estes testemunhos e à análise juntam-se eloquentes sintomas surgidos no panorama nacional, e dos quais vários órgãos de comunicação se fazem eco: os concursos, em 1941, “Procura-se um romancista”, a que se seguiria o “Procura-se um novelista”; o facto de o prémio literário Eça de Queiroz (bienal) não ter sido atribuído em dois concursos seguidos (1952, 1950, e já não o fora em 1942) (*LP*, n.º 76/1953).<sup>5</sup> E ainda as estatísticas oficiais: entre 1944 e 1951 o número de romances publicados desceu de 232 para 42, os contos de 116 para 64 (*LP*, n.º 69/1953).<sup>6</sup>

## 2. Originais e traduções, influências e concorrência

Se do lado de escritores e leitores o sucesso do livro brasileiro nos anos 30 e seguintes era evidente<sup>7</sup> (ainda nos anos 40 as listas bibliográficas mensais de *Livros de Portugal* exibem inúmeros títulos da Agência Editorial Brasileira), para os editores o panorama começou a alterar-se no princípio dos anos 40. O comércio deixou de ser tão favorável, segundo Hallewell porque o Portugal de Salazar não era grande consumidor de livros, e porque os editores portugueses começaram também a baixar os preços para responder à concorrência. Octalles vendeu então a sua filial ao respetivo gerente português que, por

---

<sup>5</sup> Tratando-se de um prémio do SNI, é possível que os melhores não tenham querido concorrer. O concurso de 1952 teve quatro candidaturas, rejeitadas por unanimidade. Na mesma altura, Agustina com *A Sibila* e David Mourão-Ferreira ganharam o prémio Delfim Guimarães (não era do SNI).

<sup>6</sup> A fonte destas estatísticas é o INE – Instituto Nacional de Estatística. Curiosamente, nesta mesma estatística, a poesia aumenta para o dobro.

<sup>7</sup> Hallewell defende que está aqui em causa menos uma questão de gosto do que cambial: com a queda do câmbio, o livro brasileiro passou a poder concorrer facilmente com o produto local (Hallewell 1985: 279).

sua vez, a revendeu em 1944 a António de Sousa Pinto. O novo proprietário trocou o nome Civilização Brasileira por Livros do Brasil (cf. Hallewell 1985: 280), firma “comercial-livreira” com sede na rua Vítor Cordon 29, que tinha o catálogo das novidades literárias publicadas no Brasil.<sup>8</sup>

Entretanto, também o livro português começava a ter problemas de circulação no Brasil, apesar da existência de distribuidoras locais.<sup>9</sup> A nível institucional há a registar, em 1941, o Acordo Cultural entre o Estado Novo de Getúlio Vargas e o Estado Novo de Salazar. Daí resultou tanto a criação da revista luso-brasileira *Atlântico*, de que foi secretário o já citado José Osório de Oliveira, como o prémio “Pero Vaz de Caminha”.<sup>10</sup> António Ferro foi ao Brasil neste ano, tendo-se comprometido perante o GNEL a tratar dos problemas do livro. Agora que estes se agravam – no plano comercial – começa a verificar-se, a nível do discurso sobre o relacionamento entre os dois países “irmãos”, a mistificação que ainda hoje ocorre do lado português: a ficção de que aquele relacionamento é da ordem do espiritual, pelo que questões materiais não devem prejudicá-lo. Outra das tristemente famosas mistificações é a da falta de reciprocidade, como se esta pudesse existir entre países de características tão diferentes, a começar pela que agora nos interessa: o mercado. Já no Suplemento ao relatório económico de 1941 do Adido Comercial da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, intitulado “O livro português no Brasil” (*LP*, n.º 11/1942), por entre grandes elogios à literatura portuguesa como “fonte educadora” da brasileira (palavras citadas no relatório, proferidas pelo intelectual brasileiro Augusto de Lima Júnior que, porém, dá aqui o verdadeiro grito do Ipiranga em relação à tutela cultural portuguesa), João d’Antas de Campos afirma timidamente que a dificuldade principal que se opõe à expansão do livro português no Brasil é a “exiguidade do mercado de livros de língua

---

<sup>8</sup> Outro distribuidor do livro brasileiro era a firma Editorial Organizações, com sede no Largo Trindade Coelho, em Lisboa.

<sup>9</sup> O n.º 7 de *LP*/1941 dá notícia da criação de uma empresa no Rio de Janeiro para a “distribuição e agência directa” da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. V. também *supra* nota 2. A Sociedade de Propaganda do Livro Português no Brasil é outra iniciativa de que *LP*, n.º 8/1941 dá conta.

<sup>10</sup> Um aspeto mais político do Acordo foi a criação da Secção Portuguesa no Departamento de Imprensa e Propaganda. Em entrevista que o seu diretor, Sousa Júnior, deu ao semanário lisboeta *Ação*, a 22 de agosto de 1942, fala-se em “escritor colaborador do Estado” (*LP*, n.º 12/1943, p. 5).

portuguesa”, que não consegue responder à concorrência norte-americana de produção de livros em língua portuguesa.<sup>11</sup>

Foi em dezembro de 1944 que o órgão oficial do GNEL começou a publicar notícias sobre a Pocket Books Inc. (*LP*, n.º 34/1944). A emergência dos livros de bolso alarmou não só portugueses – o Grémio fala em “grave atentado contra o livro português”, que começara com a introdução em Portugal, Colónias e Brasil do *Readers Digest*<sup>12</sup> – como brasileiros. São apontados aspetos tanto de carácter nacionalista (se os livros é que “fazem a cultura de um povo”, “não é admissível que estejam na mão de estrangeiros”), como comercial (por exemplo, o preço do papel é, em São Paulo, um terço mais caro do que nos Estados Unidos e as tiragens no Brasil não permitem preços baixos). O protesto do Grémio motivou mesmo uma resposta oficial da Embaixada americana em Lisboa.<sup>13</sup>

Por enquanto, não se fala ainda de traduções. Mas a polémica que em breve estalará, ilustra exemplarmente que não há irmandade que resista ao prejuízo (ou ao êxito!) comercial. Uma primeira notícia que encontrei surge em setembro de 1946, quando o editor brasileiro José Olímpio, regozijando-se embora com a entrada do livro estrangeiro no seu país por aumentar os níveis de leitura e tornar os leitores mais exigentes, logo opina que se deve pôr um travão na entrada das traduções feitas em Portugal, por fazerem concorrência a editores, tradutores e tipógrafos locais; aceita, contudo, que as traduções brasileiras percorram o caminho inverso... O comércio devia, portanto, ficar reservado às respetivas obras nacionais (nesta altura, conforme já se disse atrás,

---

<sup>11</sup> O outro obstáculo que o Adido refere é a “susceptibilidade” brasileira, a que hoje chamaríamos de sentimento anticolonial da parte de quem, já em 1941, afirmava orgulhosamente que o Brasil criara a sua própria literatura, não precisando mais dos livros dos portugueses, cujas produções agora “escapam ao nosso paladar de leitores” (artigo publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, a 12 de março de 1941, citado no relatório do diplomata português). É “natural”, portanto, que o Brasil tenha deixado de ser o grande mercado de livros para Portugal (*LP*, n.º 11/1942, p. 84).

<sup>12</sup> O problema das traduções é afluído nesta tomada de posição do GNEL: “[...] é a exploração dos *best-sellers* que se propõe a Pocket Book Inc. Isto representa, evidentemente, uma grave ameaça para a cultura portuguesa. Pondo em cheque as empresas gráficas nacionais, que se verão obrigadas a renunciar às grandes tiragens dos *best-sellers* estrangeiros, limitando aos livros nacionais, nem sempre compensadores, as suas edições [...]” (*LP*, n.º 34/1944, p. 4).

<sup>13</sup> *LP*, n.º 38/1945. Robert de Graff, presidente e fundador da Pocket Books Inc., acaba por confirmar aqui o seu vasto programa de traduções...

eram já muitas as traduções brasileiras presentes no mercado português).<sup>14</sup> É provável que tenha surgido forte pressão, pois que, em 1948, o governo brasileiro publica um decreto (n.º 25442, de 3 de setembro), alterado pela Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, impondo restrições à importação de traduções feitas em Portugal, que passam a carecer de licença prévia (*LP*, n.º 61/1952).<sup>15</sup> Pelo Grémio foi desenvolvida intensa atividade diplomática junto do Consulado Geral do Brasil. Chefiava-o então a escritora e diplomata Odette de Carvalho e Souza, que se desdobrou em contactos com entidades brasileiras, a julgar pela correspondência que *LP* transcreve (*LP*, n.º 61/1952). Não devem ter faltado vozes por cá a defender represálias. Quanto a isto o mensário, apoiante expresso do regime e do discurso oficial, cai na resposta que se esperava: “Entrar no caminho de represália com o Brasil, país irmão, seria desagradável; seria contribuir para materializar o que só deve merecer espiritualidade.” (*Ibidem*). No entanto, até 1956, ano em que, por fim, as traduções portuguesas puderam novamente entrar no Brasil, o órgão oficial dos editores e livreiros portugueses manteve o assunto bem vivo nas suas páginas:

– O senador Flávio Guimarães, apoiado pelo jurista Alexandre Marcondes Filho, que pouco antes se deslocara a Portugal para estudar o assunto, apresenta em 1952 no Senado Federal um projeto de lei liberalizador, que justifica com as “traduções perfeitas” em que Portugal sempre primou. Cita explicitamente *A 25.ª Hora*, em tradução de Vitorino Nemésio, com direitos para a língua portuguesa cedidos à Livraria Bertrand; até ao fim de 1952 a questão não avança. O próprio Nemésio publica no “Diário Popular” de 14 de janeiro de 1953 um artigo sobre as relações históricas e culturais entre os dois países, referindo-se às traduções portuguesas que pensa [erradamente] já estarem autorizadas a circular... (*LP*, n.º 68/1953);

---

<sup>14</sup> Um exemplo apenas: Neste mesmo ano de 1946 a Livros do Brasil publicitava assim as suas publicações, dirigindo-se aos livreiros portugueses: “No seu próprio interesse, Senhor Livreiro, tenha sempre um ‘stock’ de livros brasileiros no seu estabelecimento, porque: 1.º) – são os mais procurados porque focam as ansiedades desta época, sejam os de literatura que estudam os seus problemas pela pena dos mais ilustres escritores de todo o Mundo, quer os técnicos que já foram feitos à luz dos ensinamentos dos últimos tempos, 2.º) – dão uma boa margem de lucro” (*LP*, n.º 49/1946).

<sup>15</sup> Entre 1948 e 1952, a *Livros de Portugal* não se publicou, pelo que não tive ainda acesso a notícias desse período. O n.º 59 é ocupado com bibliografia de janeiro a dezembro de 1947, o n.º 60 é de maio de 1952.

## Apontamentos para a história das relações editoriais

- Quando o novo embaixador do Brasil, o poeta Olegário Mariano, entra em funções, deseja-se que seja o intérprete do “livre-cambismo para o Livro luso-brasileiro”; curiosamente a Livraria Portugália tinha no prelo um novo livro deste diplomata-poeta (*LP*, n.º 74/1953);
- O cônsul-adjunto do Brasil em Lisboa, Donatello Grieco, publica um artigo no *Diário de Lisboa* (20 de julho de 1953), de que era colaborador semanal, em louvor do já citado livreiro Joaquim Oliveira Antunes, importador de livros portugueses e seu principal distribuidor no Brasil; exalta o papel do livro como “maior agente da propaganda lusa no Brasil” (*LP*, n.º 74/1953);
- Em novembro e dezembro deste mesmo ano de 1953 é publicada uma cronologia/resumo do assunto: “Ainda e sempre a proibição de importação de traduções portuguesas” (n.º 76);
- O n.º 79 de 1954 publica um quadro sobre a importação de livros no Brasil em 1952 que mostra como, apesar de tudo, Portugal é, a seguir aos Estados Unidos, o segundo país estrangeiro que fornece o Brasil de livros (seguido, a considerável distância, da França e do Japão);
- Enio da Silveira, presidente do Sindicato das Empresas Editoras de Livros (Rio de Janeiro), escreve ao GNEL em janeiro de 1954, afirmando o seu empenho na revisão do regulamento sobre as traduções portuguesas; alguns meses mais tarde segue-se-lhe Abel Ferraz de Sousa, presidente da Câmara Brasileira do Livro, que fala da nação portuguesa como “célula-mater” da cultura brasileira e se propõe levar novamente o assunto ao próximo Congresso de Editores e Livreiros do Brasil; são dois importantes apoios que levam o Grémio à interrogação sobre a identidade da oposição “poderosa e clandestina” às traduções portuguesas; em junho de 1954 terá havido ou estaria na forja um memorial a Deputados e Senadores em defesa da lei vigente, o que motivou um abaixo-assinado de 17 livreiros de São Paulo à Câmara Brasileira do Livro, reiterando que a indústria gráfica portuguesa não é uma ameaça à brasileira e que as “traduções feitas em Portugal primam pela linguagem correta e escorreita, não podendo aparecer nelas modismos específicos, porque se trata de traduções”, sendo, portanto, necessário que a indústria do livro nacional aprimore as suas traduções e as ofereça ao público por preço acessível (*LP*, n.º 80/1954). Eis uma argumentação que, sendo fidedigna, contribui para um retrato do estado da tradução no Brasil nessa época;
- Contrariando vozes das chamadas correntes antiportuguesas no Brasil, vemos notícias de várias iniciativas a comprovar o interesse que o livro brasileiro

continua a despertar em Portugal; a Feira do Livro deste ano de 1954 foi dedicada ao Livro Luso-Brasileiro; autores portugueses escrevem sobre temas brasileiros (Vitorino Nemésio, *O Segredo de Ouro Preto*), a Livros do Brasil edita Gilberto Freyre. Não parece, portanto, haver fundamento para se falar de anti-brasileirismo em solo luso; em 1954, a Livros do Brasil já tinha na sua coleção “Livros do Brasil” 25 títulos publicados;

– O Prof. Silveira Bueno defende na *Folha da Manhã*, de São Paulo, que o adjetivo “português” apenso a traduções, se refere a traduções feitas em língua portuguesa, não feitas em Portugal. As providências de proibição tomadas visariam, portanto, a ameaça da Pocket Books de que poderia inundar o mercado brasileiro com traduções em língua portuguesa. Foi uma justificação que não convenceu o GNEL (*LP*, n.º 82/1954);

– O II Congresso dos Editores e Livreiros do Brasil, realizado a 18 de novembro de 1954, debateu quatro teses relacionadas com Portugal. Destas, três foram rejeitadas: a da liberalização da entrada de qualquer livro editado em Portugal, a da “rígida observação da lei” que só admite entrada de livros de autores portugueses, a da divisibilidade dos direitos de tradução para a língua portuguesa; foi obviamente aceite a recomendação de que todos os editores brasileiros apoiem sem reservas a Exposição do Livro Brasileiro a realizar em Lisboa em 1955...

– Em 1955 o Presidente do Brasil, Dr. Café Filho, visita Portugal e é recebido em apoteose. A capa do n.º 88 da *Livros de Portugal* é diferente do costume: é toda ocupada por uma fotografia do banho de multidão de que o Presidente foi alvo... Odette de Carvalho e Souza e Donatello Grieco são condecorados antes de abandonarem funções; já antes de partir do Brasil, Café Filho enviara uma mensagem ao Congresso Brasileiro, sugerindo o fim da “discriminação e injustiça” de que as obras impressas em Portugal são alvo para entrada no Brasil;

– A Câmara Brasileira do Livro, de São Paulo, divulga a sua posição a favor da manutenção de restrições, entre outros com os argumentos de que Portugal não compra livros ao Brasil, e de que o país já dispõe de parques gráficos suficientes que lhe permitem imprimir todas as traduções. A julgar pela reação de António Maria Pereira, é possível que aquela Câmara se tenha movido também por razões políticas: depois de evocar a falta de “reciprocidade cultural através de livros traduzidos”, o responsável pelo GNEL comenta: “O fanatismo da campanha brasileira tem chegado ao ponto de criticar desrespeitosamente o próprio Chefe de Estado, o que aflige quem, do civismo, mantenha íntegra noção!” (*LP*, n.º 92/1955);

## Apontamentos para a história das relações editoriais

- Nem todas as entidades brasileiras estavam de acordo com os argumentos da Câmara Brasileira do Livro;<sup>16</sup> assim, o presidente do Instituto Nacional do Livro, o escritor Adónis Filho, fala em entrevista à “Tribuna da Imprensa” de 21 de março de 1955 em insuficiência de parques gráficos no país. Estranhando tão grande diferença na avaliação da situação, a *Livros de Portugal* lança um dos mais tristemente famosos ideogramas da mente portuguesa, hoje ainda bem vivo, por exemplo, no futebol, o da vitória moral: “Moralmente a causa de Portugal triunfa honrosamente; defendem-na o mais alto magistrado do Brasil [...], os Senhores Presidentes do Sindicato Nacional das Empresas Editoras do Rio de Janeiro e da Câmara Brasileira do Livro, de São Paulo, [...] Sabemos agora que o próprio Presidente do Instituto do Livro, ao confessar a deficiência de oficinas, vem desmentir um argumento invocado pelos opositores.” (*LP*, n.º 92/1955);
- Em janeiro de 1956, o novo presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira visita Portugal e recebe um telegrama do GNEL que só ousa falar do problema das traduções em termos espirituais...: “saudações do Grémio [...] como afirmação de que o livro brasileiro e o livro português irmanados no idioma comum interpretam o sentimento unânime da unidade espiritual entre as duas nações irmãs.” (*LP*, n.º 95/1956).

Alguns meses mais tarde a proibição para as traduções portuguesas foi levantada, mas não tenho conhecimento de qualquer intervenção do Presidente Kubitschek que tenha resolvido o problema (tendo sido ele, porém, que, com a sua assinatura, sancionou a decisão do Parlamento). A Câmara dos Deputados do Parlamento Brasileiro aprovou a nova orientação por unanimidade, o Senado por uma maioria de 30 votos, contra 8. Mais uma vez juntaríamos interessantíssimo material para um trabalho sobre Tradução e Estudos Pós-coloniais, se tivéssemos agora tempo para analisar a oratória produzida pelos deputados brasileiros “portuguesistas” e a reação empolgada do diretor da *Livros de Portugal*: “A comoção que experimentamos ao ler estas palavras quasi nos faz bendizer da proibição imposta às traduções. É que não poderíamos ambicionar desfecho de tão bela e profunda vibração!” (*LP*, n.º 97/1956).

---

<sup>16</sup> O n.º 94 de 1955 inclui uma lista de jornais brasileiros que, no verão de 1955, publicaram artigos em defesa da causa portuguesa. O número seguinte do mensário transcreve outro artigo de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, que lamenta não se poder ler Goethe na tradução de Paulo Quintela, nem a Bíblia traduzida por “insignes mestres portugueses”.

## Capítulo 8

# **Coleções e bibliotecas entre os anos 40 e os anos 70 do século xx: contributo para uma história da coleção *Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo*<sup>1</sup>**

### **1. Coleções e planificação da cultura no Estado Novo**

Quando Gideon Toury se deslocou a Lisboa, em 1999, para participar no primeiro colóquio (“Histórias Literárias Comparadas”) do projeto “História literária e traduções. Representações do Outro na cultura portuguesa”, falou de um conceito sócio-cultural – a planificação da cultura – que, no contexto deste pequeno estudo, agora recuperamos como instrumento heurístico adequado à compreensão do fenómeno editorial das coleções e bibliotecas que abundaram na vida literária portuguesa sobretudo a partir dos anos 40 do século xx. Diga-se que a proposta de Toury continua por cumprir: em vão procuramos o conceito, por exemplo, em obras de referência recentes sobre Estudos de Tradução. Propomo-nos justamente, embora num estágio muito incipiente e com estatuto provisório, avaliar a sua eficácia, preparando caminho para uma “área de intersecção entre os interesses dos Estudos de Tradução e o tratamento académico da Planificação da Cultura.” (Toury 1999: 18). Na verdade, e desde logo, a afirmação de Toury de que “a tradução é tanto um meio de efectuar a planificação da cultura como um caso paradigmático desta” apresenta-se de uma evidência cristalina quando observamos o objeto de estudo em questão. As coleções e bibliotecas literário-culturais no período em análise surgem

---

<sup>1</sup> Publicado em: Seruya, Teresa (2005), “Coleções e bibliotecas entre os anos 40 e os anos 70: apontamentos para uma história da coleção *Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo*”, in: *Estudos de Tradução em Portugal. Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo – I*, org. Teresa Seruya, Lisboa: Universidade Católica Editora, 31-52.

como planos/propostas de formação literária, científica e técnica, cultura geral, educação do gosto, constituição de um cânone (de um género ou subgénero, de uma área científica, de literatura traduzida, etc.), entre outros.

Por outro lado, o próprio contexto histórico-político, o de uma ditadura com uma Censura institucionalizada, preenche as expectativas de uma cultura planificada. É certo que “cultura planificada” (expressão análoga à que bem conhecemos de “economia planificada”) não é o que resulta da planificação da cultura, e é assunto que Toury nunca refere nos seus trabalhos, talvez por ser demasiado visível. Porém, esta associação de ideias parece-nos legítima, quanto mais não seja por resultar da memória histórica de uma Europa dividida, embora, por outro lado, o estudo da planificação da cultura nos antigos estados socialistas possa não ser muito entusiasmante. Seja como for, a definição que Toury nos propõe permite uma funcionalização diversificada: “a planificação consistiria em qualquer acto (mais ou menos deliberado) de intervenção em determinado estado de coisas no seio de um grupo social, ou seja, [consistiria] em tomar decisões para que *outros* as sigam [...]” (Toury 1999: 19). Para o período que nos ocupa, o Estado Novo, propomos, em paralelo com a voz histórica e sociológica da investigação estabelecida, que se reconheça a coexistência (nem sempre pacífica, é certo) de duas planificações da cultura, a estatal e a editorial, atravessadas, contudo, por intencionalidades opostas e agendas concorrentes.

Olhemos, agora, um pouco mais de perto para as coleções como atos de intervenção na oferta cultural literária, com vista à mudança.<sup>2</sup> Logo nos seus títulos (“Clássicos...”, “Os melhores...”, “Autores de sempre...”, “Romances universais...”, “Obras escolhidas...”, etc.) fica patente a intencionalidade cano-nizante, e de facto reconhecemos aqui os três fatores de cuja ação articulada decorre a formação dum cânone: seletividade, continuidade e formatividade.<sup>3</sup> Podemos, portanto, entrever que as coleções nos conduzem à fixação de

---

<sup>2</sup> Abandono, para já, a distinção entre coleções e bibliotecas, por não me parecer justificada nem útil para o ponto a tratar. Mas é importante recordar como Toury define cultura: “um repertório estruturado de opções que organiza a interacção social e confere a cada passo o significado que tem no e para o grupo que mantém essa cultura” (Toury 1999: 19).

<sup>3</sup> No momento tanto da escrita como da publicação deste texto, não tínhamos ainda procedido a um estudo sistemático do fenómeno das coleções e antologias. Os dois Colóquios dedicados à coleção “Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo” serviram, afinal, de preparação da investigação futura (cf. texto seguinte neste volume, 1.9 e bibliografia aí referida), da qual resultou reflexão teórica sobre o assunto. Nota acrescentada em 2018.

cânones, nomeadamente de um cânone português da literatura traduzida durante o período em apreço. Cada coleção por si é como que um micro-cânone e bem assim um ato de planificação, consciente e deliberado, que teve em conta um determinado reportório (ou a falta dele) e resultou de escolhas da parte do editor (ou diretor da coleção). Bem se sabe que as opções nunca são totalmente livres, os constrangimentos podem ser de natureza muito diversa em cada caso, e de caso para caso. E se uma só tradução introduz mudança, como Toury nos ensina, mais razões temos para o afirmar de um conjunto organizado como é uma coleção, que pode tornar-se um sucesso ou um fracasso – num caso como noutro serve para medir o alcance da mudança, que aliás se pode espriar no tempo.<sup>4</sup> Com Toury, aceitar que a intervenção planificada gera mudança liga-se a uma sua posição controversa entre os especialistas de Estudos de Tradução: a de que as culturas recorrem a traduções para preencher lacunas (cf. Theo Hermans, que não aceita a ideia de culturas com vácuos ou “disabilities”, 1999: 109). Além de esta recusa não surgir suficientemente fundamentada, a realidade de que a chamada cultura geral, e ainda a literária e científica em Portugal tinham sérias lacunas parece-nos difícil de rebater. Nalguns testemunhos que temos (“Biblioteca Cosmos”, por ex.) o propósito de colmatar falhas é expresso (até porque este é previsivelmente um fator de sucesso de vendas!) e, em geral, podemos intuir que motiva também o próprio comprador/leitor de coleções. Em relação a determinados subgéneros (ficção científica, romance de aventuras, literatura infantil, género policial e o.) já está comprovado que se recorreu a traduções para a sua implementação.<sup>5</sup>

Por último refira-se a questão do poder. Toury recorda que a eficácia da mudança pressupõe uma base de poder, e que a própria planificação pode ter como objetivo atingir o poder (pode entender-se: um poder, qualquer que seja..., ou “poder” *tout court*) ou construir uma base de poder. Assim sendo, está intimamente ligada a lutas pelo domínio, ou para impedi-lo, ou restringi-lo,

---

<sup>4</sup> Um caso muito curioso de planeamento para garantir o sucesso é o da coleção “Escaravelho de Ouro” (Ulisseia). O seu responsável, Figueiredo de Magalhães, contou recentemente à revista *Ler* (n.º 44) que o plano de lançamento desta coleção policial culminava com a oferta de viagens aos locais que serviam de cenário à trama policial de cada história (p. 59).

<sup>5</sup> A “Escaravelho de Ouro”, acima referida, publicou pela primeira vez em Portugal os primeiros nomes da literatura policial como Chandler, Stanley Gardner, Dashiell Hammett, Agatha Christie (o seu primeiro número é de maio de 1950; a futuramente famosa coleção “Vampiro”, à data, era apenas editada no Brasil). Um eloquente sinal de que o género demorou tempo a implantar-se são os vários pseudónimos ingleses de autores portugueses.

ou mudar o seu rumo. As coleções do nosso estudo podem ser vistas como alicerces de poder dentro do mundo concorrencial da edição, nomeadamente pelo prestígio associado à divulgação de autores canónicos internacionais. Mas também se podem encarar como contrapoder, e não só como tentativa *bona fide* de provocar mudanças, se as encarmos como oferta cosmopolita de leitura, que é sempre conhecimento, alternativa ao cunho nacionalista da oferta estatal.

## 2. De como se tentou criar uma “cultura nacional”

“Nada contra a Nação, tudo pela Nação” – o conhecido *slogan* salazarista inspirava uma conceção de governo segundo a qual o monopólio da força se concentrava no poder executivo que, logo no tempo da Ditadura Militar, procedeu à estruturação institucional do campo cultural no sentido da criação duma “cultura nacional”. Assim viram a luz do dia, em 1932, a Academia Nacional das Belas-Artes e o Conselho Superior das Belas Artes; no ano seguinte nasceria o Secretariado de Propaganda Nacional, com a vocação de influenciar os vários espaços da produção cultural no sentido da “portugalidade” (funcionava junto da Presidência do Conselho; Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, SNI, a partir de 1944). Virada para o ensino nasce, em 1936, a Junta Nacional de Educação, de onde sairia o Instituto para a Alta Cultura e, depois, a Academia Portuguesa de História. Sendo o projeto doutrinador em causa sistemático, procurava apropriar-se também de espaços sociais: a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, de inspiração alemã, as Casas do Povo (1933) e as Casas dos Pescadores (1937), a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães para a Educação Nacional, entre outros, concretizam esse projeto, respetivamente junto dos trabalhadores e do povo mais humilde, da juventude e das mulheres. Um dos “aparelhos reprodutores da ideologia salazarista” (Torgal 1989: 171) que convém aqui evocar são as Bibliotecas das Casas do Povo, um dos pilares da “cultura popular” que o Estado salazarista quis lançar (Torgal 1989 e Melo 2001).<sup>6</sup> Quando se pensa em instrumentos/executores de planificação do Estado Novo, avulta a figura

---

<sup>6</sup> Em 2002, Melo foi Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho por este livro, cuja primeira versão foi em dissertação de Mestrado (1997).

de António Ferro e a sua “Política do Espírito”, da qual se salientam, a partir de 1934, os prémios a “artistas de talentos vários” como objetivação da “intenção de influenciar os diversos ramos da expressão cultural” (Ó 1992: 412).

Tudo indica, porém, que as tentativas de enquadramento do LIVRO falharam.<sup>7</sup> A respetiva produção sextuplicou em 30 anos (o número de entradas na Biblioteca Nacional ao abrigo do Depósito Legal, entre 1930 e 1960, passou de 1 000 para 6 500). Também o Grémio Nacional de Editores e Livreiros (criado em 1939), com o seu órgão *Livros de Portugal* (a partir de novembro de 1940), revela que o seu número de sócios passou de 164 em 1939 para 510 em 1960. Entre 1945 e 1949 as Bibliotecas Ambulantes do SNI tentaram responder ao propósito de integrar as camadas populares, fazendo circular a cultura escrita. Um caso particularmente elucidativo para o nosso assunto são as queixas, na primeira metade dos anos 50, de dirigentes das Bibliotecas das Casas do Povo, acima referidas, quanto à escassez de oferta de livros. No *Mensário das Casas do Povo* de dezembro de 1954, se por um lado depa-ramos com queixas em relação aos editores por nenhum se ter entretanto resolvido a “elaborar o plano de uma colecção de 100, 200 ou 300 volumes para as bibliotecas”, obras “de carácter tradicionalista e nacionalista”, por outro lemos recriminações contra “algumas empresas mais atrevidas” que viviam “de publicar colecções suspeitas de vulgarização doutrinária ou bibliotecas cosmopolitas” (*apud* Ó 1992: 418 e 420). Trata-se, muito provavelmente, daquelas colecções mistas e de literatura universal traduzida de que estamos a ocupar-nos, e que já então se salientavam no panorama editorial português, ao ponto de suscitarem um comentário destes, neste contexto. Eis, em pequena escala, um exemplo da concorrência de planificações a que acima nos referíamos. Acrescente-se ainda que, no âmbito da campanha nacional contra o analfabetismo, de 1952, o Estado conseguiu imprimir várias séries de títulos originais, que integrou no Plano de Educação Popular. Em 1970 este ainda estava a publicar títulos – veja-se, portanto, quantos anos foram precisos para

---

<sup>7</sup> Outro exemplo interessante de fuga à cultura normalizada vem do teatro: é o testemunho de um antigo ativista do Teatro Universitário, afeto à Mocidade Portuguesa (bem como à Rádio Universitária, onde se formou uma parte significativa do atual pessoal da Rádio portuguesa). Ali se representaram *As Mãos Sujas* de Sartre, *Os Justos* de Camus e *O Azul Existe* de Ary dos Santos. Ainda um caso significativo foi-nos revelado pelo Colóquio que se realizou em 21 e 22 de novembro de 2003, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sobre “Estaline em Portugal”: pelo menos sete obras de Estaline foram traduzidas e publicadas em Portugal antes de 1974.

reunir pouco mais de oito dezenas de colaboradores ocasionais e fazer sair um total de 111 obras. Por outro lado, o objetivo de cobrir todas as freguesias não foi atingido, embora o número de criação de bibliotecas (no sentido material) impressione: 350 em 1953, em 1957 já eram 1 181 (Ó 1992: 420s.).

Registe-se o comentário de Ramos do Ó sobre os resultados desta modalidade de doutrinação: “o regime, sempre afastado dos centros de produção literária e dos sujeitos que os comandavam [...] não conagraçou qualquer tipo de apoio expressivo, jamais encontrando uma equipa coesa de intelectuais capaz de organizar o *corpus* literário do nacionalismo.” (Ó 1992: 421). E recorde-se que houve tentativas: em 1938 saiu a primeira edição de *Como devo formar a minha biblioteca*, de Albino Forjaz Sampaio, sucessivamente reeditado;<sup>8</sup> da outra tentativa falámos em anterior trabalho, a *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*, empreendimento encomendado a João de Castro Osório pelo SNI em 1947 (Osório 1947 e 1945; cf. Seruya/Moniz 2001). Em face destas tentativas, pode ver-se a oferta planificada de literatura estrangeira, clássica e moderna (contemporânea até), como alternativa “cosmopolita” à planificação nacionalista.

### 3. Leitores e colecionadores

As coleções continuam a ser, nos nossos dias, um produto que se vende bem. Já não temos, é certo, a promoção de literatura sentimental (traduzida!) como brinde na compra de produtos de limpeza, como acontecia ainda no princípio dos anos 70 do século xx (caso do “Lavax”). Agora são jornais e revistas: *Público*, *Diário de Notícias*, *Visão* são apenas alguns dos órgãos de comunicação social escrita, comprados por milhares, que promoveram no último ano coleções literárias (decalcadas de modelos estrangeiros, diga-se), a completar periodicamente a preços módicos, e com encadernação atraente, do tipo que fica bem em qualquer estante, alimentando assim uma não negligenciável fonte de prestígio social (porque sinaliza interesses culturais...).

---

<sup>8</sup> O autor escreve no prefácio: “Não é um catálogo. É a indicação de um milhar de volumes [...] que é vergonha desconhecer, e sem o qual não se pode entender a gíria da cultura que escrevemos e falamos. Prestará serviços a quem começa a formar o seu espírito, porque é uma viagem pelo mundo do espírito português.” Nenhum autor estrangeiro é aconselhado, exceto nas listas bibliográficas. Também o século xx está praticamente ausente.

Basta pensar na diferença de efeito entre uma coluna de CD ou DVD e uma estante com belas lombadas...

Mas afinal o que é uma coleção, como compreendê-la do ponto de vista do seu comprador? Faça-se um breve exercício comparativo entre coleção e coleção, ou seja, entre uma “coleção particular” (seja do que for) e coleção de livros (livros que integram uma coleção editorial). O exercício levar-nos-á a concluir que o comprador/ leitor de uma coleção não é um colecionador, daqueles que Walter Benjamin tão carinhosa e algo narcisicamente retratou (Benjamin 1972: 388-396; v. também Molder 1984: 59-68), embora as duas situações, de leitor e colecionador, possam ter alguma afinidade. Assim, enquanto o colecionador vai construindo ele próprio a sua coleção, o leitor tem, neste aspeto, um papel passivo, pois que vai adquirindo o que já está planeado por outrem. Mas se o objeto da coleção se desfuncionaliza, passando a oferecer-se meramente ao olhar e adquirindo o estatuto de obra, eventualmente de obra de arte, o livro retém a sua função inicial, não alterando o seu estatuto pelo facto de integrar uma coleção.<sup>9</sup> Ao oferecer-se apenas ao olhar, a peça de coleção é mantida longe do visitante, fora do circuito das atividades económicas e sujeita a proteção especial; pelo contrário, o leitor pode manusear sem restrições o livro,<sup>10</sup> até porque, em geral, ele não se valoriza por pertencer a uma coleção. Já as peças de coleção contam com um mercado próprio, por vezes até clandestino, para especulação.

Como nasce o valor de troca dos objetos duma coleção (que perderam o valor de uso): eis uma indagação que propicia mais um confronto interessante. É da chamada “psicologia primária” do colecionador que podemos obter respostas: no instinto de propriedade, na propensão para acumular própria do homem civilizado, além de que a coleção é fonte de prazer estético, de aquisição de conhecimentos históricos ou científicos, e dá acesso ao prestígio, por ser testemunha de gosto, curiosidade intelectual, riqueza ou generosidade. De tudo isto resulta que há uma procura para apropriação dos objetos, ou pelo

---

<sup>9</sup> Walter Benjamin fala, para o colecionador, de uma “relação enigmática com a posse [...] uma relação com as coisas que não coloca em primeiro plano o seu valor funcional [...] mas as estuda e ama como palco, como teatro do seu próprio destino.” (Benjamin 1972: 389). Não será adequado falar, para o leitor, de relação enigmática com os livros, logo à partida porque ele sabe que partilha o mesmo livro com muitos outros milhares...

<sup>10</sup> Em todo este contexto não nos referimos, evidentemente, ao livro raro e precioso cobiçado pelos bibliófilos que, em muitos casos, serão certamente colecionadores.

direito a contemplá-los. Ora, o instinto de propriedade e a propensão para acumular também existem em relação aos livros, da parte do homem culto/curioso (de contrário, não existiria um mercado do livro, mas apenas bibliotecas). Para o consumidor de literatura pode falar-se em prazer estético, e claro que os livros, mormente numa coleção especializada, são fonte de conhecimento e de conquista de prestígio. Ou seja, os argumentos que fundam o valor de troca dos objetos numa coleção podem ser reclamados para quem compra e acumula livros, embora estes na verdade tenham apenas o valor de uso...

Finalmente, e a partir da humana propensão para acumular, descortinamos uma afinidade entre leitor e colecionador: é que, se o acaso nunca é princípio editorial de uma coleção de livros (basta ter presente que há um título para as coleções), também a acumulação de objetos a que o colecionador procede não é casual, embora, evidentemente, o encontro com a peça o possa ser. Assim como ao investigador compete caracterizar e estudar a coleção nas suas variadas vertentes, nomeadamente determinar-lhe princípios de coesão, o mesmo pode e tem sido feito (como se sabe) em relação a muitas coleções particulares (recorde-se apenas a da Gulbenkian ou a da Fundação Medeiros e Almeida).<sup>11</sup>

#### 4. Analisando as coleções

Como iniciativa de alcance popular – e, pode dizer-se, coroada de êxito – “Os Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo” (de ora em diante RTP-Verbo) não têm verdadeiramente precursores, dado que a intervenção da TV portuguesa ao nível da promoção foi uma novidade absoluta. Porém, como conjunto organizado de livros, autores e temas, a coleção insere-se, sem dúvida alguma, numa prática interventiva de planificação presente há várias décadas no tecido cultural português e que julgamos responsável, em grande medida, pela divulgação da literatura estrangeira no nosso país. A investigação agora [2003] iniciada será certamente morosa. É seu objetivo reunir as principais coleções e bibliotecas que se publicaram durante o Estado Novo, embora nos tenhamos,

---

<sup>11</sup> As considerações de que partimos para caracterizar o colecionador foram recolhidas em Pomian 1984.

para já, concentrado naquelas que apresentam afinidades com a RTP-Verbo:<sup>12</sup> a “Cosmos”, a “Inquérito”, a “Saber” e a “BAB – Biblioteca Arcádia de Bolso”.

Em jeito de excursão introdutório, uma vez que o assunto não integra as nossas preocupações de momento, há a salientar a existência de coleções inteiramente dedicadas ao reconhecimento e divulgação de autores e temas portugueses, também aqui com diversas orientações. Escolhemos nomear cinco: as “Ata Universitatis Conimbrigensis” (cujo 1.º volume sai em 1948), a “Clássicos Sá da Costa”, iniciada em 1937 com direção de Rodrigues Lapa, a “Pelo Império”, começada em 1935, a “Portugália”, lançada em 1962, e as “Publicações do Seminário de Cultura Portuguesa”, dirigidas por José Sebastião da Silva Dias, iniciadas em 1972.

Em 1941 Manuel Rodrigues de Oliveira, responsável pelas Edições Cosmos, e um grupo de amigos que se juntava no café do Chiado “A Brasileira”, lembraram-se de criar uma coleção de divulgação séria que contrariasse o clima opressivo que, também em matéria de cultura, se vivia em Portugal. O próprio, em depoimento prestado à *Seara Nova* em 1963, esclareceu: “A *Cosmos* nasceu devido à necessidade de expandir, em Portugal, uma cultura científica extensiva às mais largas camadas do povo português.” (*Seara Nova* 1415: 244-5, 251). A concretização do projeto viria a ser o lançamento da “Biblioteca Cosmos” (1941-1948), que reuniria obras de pequeno formato, abordando temáticas de interesse geral, e com preço acessível. Bento de Jesus Caraça (1901-1948) aceitou o convite para fazer o projeto da coleção, dirigi-la e selecionar os colaboradores.<sup>13</sup> Integravam a lista nomes tão prestigiados como Abel Salazar, A. Casais Monteiro, Agostinho da Silva, António Sérgio, Celestino

---

<sup>12</sup> São muitas as dificuldades na recolha de dados fiáveis sobre estas coleções, desde logo porque uma grande parte das obras não contém qualquer data. O que aqui apresentamos, resultado do que foi possível recolher para o III Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal (sobre “A Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo 1971-1972”, 18 e 19 de dezembro de 2003, v. Seruya 2005), tem um carácter provisório, servindo, no entanto, de indicador de tendências. Refira-se ainda que os critérios de seleção foram essencialmente dois: o da semelhança estrutural com a coleção em estudo e o da divulgação e impacto públicos, de acordo com testemunhos orais que reputamos de credíveis. Recorremos, também, à nossa própria memória.

<sup>13</sup> Para uma boa apresentação geral de B. J. Caraça ver a entrada respetiva do 1.º volume do *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito (1996). Por sua vez, os leitores interessados na “Biblioteca Cosmos” têm agora à disposição o volume editado pela Fundação Calouste Gulbenkian em novembro de 2001, com um estudo introdutório de J. Moreira Araújo, e que reproduz alguns dos primeiros títulos da coleção (*Biblioteca Cosmos* 2001). O estudo baseia-se em documentação guardada na Fundação Mário Soares.

da Costa, Henrique de Barros, Irene Lisboa, Luís Dias Amado, Luís de Freitas Branco, Manuel Alves Correia, P. Brito Aranha, Rodrigues Lapa, Rui Luís Gomes, Rómulo de Carvalho e tantos outros.

O n.º 1, saído em junho de 1941, pertencia à 6.ª Secção (“Epopéias Humanas”) e intitulava-se *O Homem e o Livro* (autor: M. Iline<sup>14</sup>). A coleção é aqui apresentada pelas palavras do seu responsável, no que se pode considerar um verdadeiro ato de *planificação cultural* numa perspetiva bem diferente das conceções do Estado Novo: a cultura, nomeadamente a “cultura geral” é considerada um bem para todos, metonimicamente expresso no novo herói que é o homem comum, e faz-se acompanhar, a nível material, da estratégia concreta do preço acessível, na vertente da forma e conteúdo, da exigência de síntese entre “simplicidade máxima na forma de exprimir, rigor máximo na forma de expor.”<sup>15</sup> Tratava-se, portanto, e afinal, de dar novo alento e dignificar a tarefa educativa da “vulgarização” do conhecimento, no que nele pertence ao domínio geral (por oposição ao domínio do especialista). Sublinhe-se ainda o otimismo subjacente: Bento Caraça fala da importância da igualdade de oportunidades quando postula que “nada há que não possa ser apreendido pelo comum dos homens”, por outro lado, e numa referência à Guerra, afirma a certeza de que ela passará, impondo-se então a “reconstrução da sociedade” – com um objetivo: o de impedir nova guerra. Encontramos todo um programa condensado na palavra de ordem de um “novo humanismo” na “Cidade Nova” (*Biblioteca Cosmos* 2001: “O Homem e o Livro”, 6 p. não numeradas).<sup>16</sup>

A coleção estava dividida em sete domínios genéricos do conhecimento humano (“Secções”), encabeçados pelas Ciências e Técnicas; cada secção subdividia-se em áreas especializadas. A identificação do campo do saber era feita por uma cor, tendo as capas monocromáticas sido concebidas por Carlos Botelho. Além daquela, integravam a coleção as secções Artes e Letras, Filosofia e Religiões, Povos e Civilizações, Biografias, Epopeias Humanas

---

<sup>14</sup> Pseudónimo de Il’ya Marshak (1895-1953), engenheiro pelo Instituto Tecnológico de S. Petersburgo, autor de literatura infantojuvenil e divulgador científico.

<sup>15</sup> O preço era de 2\$50 (brochado) e 3\$50 (cartonado), tendo subido em 1947 para, respetivamente, 7\$50 e 8\$50. J. Moreira Araújo fez as contas ao preço dos livros na moeda atual, concluindo que “os 2\$50 de 1941 equivalerão a pouco mais de 300\$00 actuais [cerca de 1.50€], e os 7\$50 de 47 a cerca de 500\$00” (Araújo 2001: 12).

<sup>16</sup> A antologia citada, dedicada à “Biblioteca Cosmos”, reproduz vários números fac-similados (7), mas a Introdução ao primeiro livro, assinada por Bento de Jesus Caraça, que citámos, não tem as páginas numeradas.

e Problemas do Nosso Tempo.<sup>17</sup> Nos sete anos que a coleção durou (1941-1948) saíram 145 números, num total de 114 volumes (31 números duplos) de 89 autores. Dos 106 títulos publicados, só 19 foram traduções (Araújo 2001: 14). Pedro Teixeira Mesquita salienta que o predomínio de autores portugueses – 67 contra 22 estrangeiros – era “raro” em “grandes projectos editoriais de divulgação”, já que a regra era recorrer à produção estrangeira para suprir a falta de especialistas nacionais (Mesquita 2002: 112). Na verdade, e comparando com projetos editoriais subsequentes – a coleção “Saber”, da Europa-América, começada no início dos anos 50, ou os “Cadernos Inquérito” (com nove secções, das quais a F, “Ciência” está toda preenchida por traduções), ou ainda os “Livros Unibolso”<sup>18</sup> ou a “BAB – Biblioteca Arcádia de Bolso” (esta com secções inteiras ocupadas com traduções: Filosofia, Psicologia, Ciências Puras e Aplicadas, Ciências Sociais) – a “Biblioteca Cosmos” conseguiu reunir um número invulgar de especialistas portugueses em diversas matérias: Matemática, Agricultura, Civilizações Remotas, Nutricionismo, Genética, Mineralogia, Biologia, Oceanografia, Sexologia e outros.<sup>19</sup>

Eis um fenómeno que a história da ciência em Portugal não poderá descuidar: se é certo que tudo aponta para que nessa história tenham lugar de relevo as traduções, por outro lado impõe-se-nos a interrogação por que não precisou ou não quis Caraça recorrer a traduções para divulgar a ciência em Portugal, e porque é que depois dele quase não encontramos nomes portugueses. A explicação mais imediata e plausível parece ser a “purga” de 1947: 21 figuras do maior relevo foram expulsas da Universidade portuguesa, militares e professores atingidos pelas medidas de aposentação ou demissão previstas no Decreto-Lei 25317, de maio de 1935, ao abrigo do qual já nesta data nomes como Rodrigues Lapa e Abel Salazar haviam sido compulsivamente afastados do ensino (cf. Meneses 2010: 176).<sup>20</sup> Uma boa parte do escol com que Portugal contava foi assim dizimado, o que viria a revelar-se catastrófico para a Universidade e a investigação em Portugal, mas benéfico para instituições

---

<sup>17</sup> Parece-nos que esta e outras coleções fornecem material digno de consideração para estudos históricos epistemológicos sobre a organização do saber em Portugal.

<sup>18</sup> Os “Livros Unibolso” também foram um projeto inovador que resultou de uma junção de vários editores associados à Ulisseia.

<sup>19</sup> Moreira Araújo conclui o mesmo: “De facto, na Biblioteca Cosmos traduções eram excepção e não a regra – como sucede em tantos outros casos.” (Araújo 2001: 14).

<sup>20</sup> Referência bibliográfica (Meneses) acrescentada em 2018.

estrangeiras.<sup>21</sup> Justamente os nomes da lista dos expulsos de 1947 pertencem praticamente todos à área das ciências.<sup>22</sup>

Ao avaliar o peso relativo das diversas secções da “Biblioteca Cosmos” verifica-se a aposta na cultura técnico-científica, o que dá ainda mais relevo à capacidade de diagnóstico de Bento Caraça quanto às debilidades culturais portuguesas. Do total de 114 volumes publicados, 54 pertencem às “Ciências e Técnicas”, logo seguidos de 24 títulos de “Problemas do Nosso Tempo”, e 21 de “Artes e Letras”. A área preferencial era, sem dúvida, a mais carenciada, vindo, portanto, efetivamente preencher uma lacuna. Os títulos com maior número de edições foram os *Conceitos Fundamentais da Matemática*, seguidos de *O Homem e o Livro* e *O Problema do Trigo*. Foi publicado um total de 793 500 exemplares. No número que se anuncia como o último da coleção (144/145, um volume duplo) temos informação sobre a preparação de futuras edições (a continuidade estava assegurada até 1951), porém tudo parou com a morte do diretor, “porque não queremos continuar com outrem uma obra que foi criação do Prof. Bento de Jesus Caraça”, assim reza a nota editorial do referido volume duplo, publicado em julho de 1948.

A Inquérito teve início em 1938, mantendo-se até hoje [2005], nomeadamente por meio da coleção “Clássicos Inquérito”. Do seu “Catálogo Geral”, entre os anos de 1940 e 1956, faziam parte duas séries: “Os melhores romances dos melhores romancistas”, coleção constituída na base de prémios, como o Nobel, o Goncourt e o Femina, com 47 títulos, dos quais apenas dois de autores portugueses;<sup>23</sup> e “As melhores novelas dos melhores novelistas”, com 53 títulos e também apenas dois portugueses.<sup>24</sup> Parece, portanto, que o contributo português para o que de “melhor” por cá se podia ler era bastante modesto...

---

<sup>21</sup> É o caso do físico nuclear Manuel Valadares que viria a ser diretor do mais importante laboratório francês de Física Nuclear em Orsay. Agradeço a João Carlos Alvim muita informação relacionada com este caso, que aqui não posso desenvolver, bem como dados sobre a “Biblioteca Cosmos”.

<sup>22</sup> Cf. para uma boa informação biográfica sobre investigadores e docentes afastados compulsivamente da Universidade portuguesa: <http://maismemoria.org/mm/2011/11/25/notas-biograficas-dos-investigadores-e-docentes-alvo-de-depuracao-politica-das-universidades-portuguesas-pelo-estado-novo/>. Nota acrescentada em 2018.

<sup>23</sup> Trata-se de *Pântano*, de João Gaspar Simões, e *O Príncipe de Orelhas de Burro*, de José Régio.

<sup>24</sup> Um de Garrett, *Joaninha dos Olhos Verdes* e a célebre novela de Régio *Davam Grandes Passeios aos Domingos*.

Os “Cadernos Inquérito” apresentavam-se divididos em nove séries, correspondentes a áreas de conhecimento nas quais não parecia haver uma presença portuguesa marcante. Por exemplo, no catálogo de 1941, na secção “Economia e Sociologia”, de seis títulos, só um é português; em “Filosofia e Religião” não surge nenhum autor nacional; em “Ciência” todos os autores são estrangeiros. Há apenas uma série, “Crítica e História Literária”, inteiramente preenchida com nomes nacionais. Nesta data, os catálogos da editora listam ainda outras coleções como “Documentos e Ideias para a História” (o tema da guerra é aqui dominante), “Contos Inquérito”, a coleção “Aventura” e várias obras em fascículos.

A editora Europa-América publicou, a partir de 1949, a coleção “Saber”, de pequeno formato e a baixo preço, com muitos títulos da congénere francesa “Que sais-je?”.<sup>25</sup> Pela observação dos cerca de 80 números publicados até à Revolução de Abril, verifica-se a presença de apenas dez autores portugueses, entre os quais avulta António José Saraiva, com quatro títulos; a *História da Música Portuguesa* é confiada a João de Freitas Branco, a *Canção Popular Portuguesa* a Fernando Lopes Graça, a *História do Teatro Português* a Luís Francisco Rebelo – para além de serem nomes que se estabilizaram nestas áreas, e conhecido que é o perfil político de Francisco Lyon de Castro, também não espanta o posicionamento oposicionista dos quatro autores. Os assuntos abrangidos pela coleção são muito variados, como é de esperar de uma coleção generalista: técnica, arte, ciência, física, biologia, economia, finanças, psicologia, política, medicina, literatura, oceanografia, eletrónica, vulcanologia, sexualidade, cooperativismo, etc. Tudo são traduções.

A “Biblioteca Arcádia de Bolso” foi lançada em 1962, tendo terminado em 1974. Tal como a “Saber”, tem títulos da “Que sais-je?”, mas propõe ainda uma outra organização do conhecimento (a organização temática da coleção surge logo no n.º 1). Baseando-nos no catálogo que figura no n.º 146, de 1972, verificamos a presença de oito secções: Arte e Literatura, Filosofia e Psicologia, História e Geografia, Ciências Puras e Aplicadas, Ciências Sociais, Ficção, Clássicos, Documentos e Estudos Diversos. A relação entre autores nacionais e estrangeiros continua a pender desproporcionadamente a favor destes. Assim,

---

<sup>25</sup> O n.º 1 da coleção é a *História das Técnicas*, de Pierre Ducassé, que teve uma primeira edição em 1949 (s.l., s.d., Tip. Rádio Renascença, sem indicação de tradutor), mas que só entrou para a coleção, justamente como seu primeiro número, em 1962 (2.ª edição; a 3.ª, de 1978, aparecerá com tradução de Jorge Borges de Macedo). Há, porém, outro título de 1949, que nos permite datar daí o início da coleção, é o volume *Os Sonhos*, de Jean Lhermitte (4.º título).

nas secções de Filosofia e Psicologia, Ciências Puras e Aplicadas, Ciências Sociais e até na de Ficção, com respetivamente 12, 18, 12 e 10 títulos, não figura nenhum contributo português. Aos olhos de hoje [2005], regista-se, não sem alguma surpresa, a publicação de um título sobre a contratação (na secção de Ciências Puras e Aplicadas!) e a presença, como único contributo português entre os 10 títulos da secção Documentos e Estudos Diversos, do livro da jornalista Antónia de Sousa sobre *O Mercado do Trabalho e a Mulher*. Confirmando a cultura francesa como cultura estrangeira dominante, a secção dos “Clássicos”, de entre os seus 11 títulos, dos quais faz parte apenas um autor português (Camões), apresenta cinco títulos franceses (e ainda três russos, um inglês e um alemão). Uma última nota digna de registo e passível de várias leituras prende-se com o núcleo forte de autores dos então chamados países da “Cortina de Ferro” na secção de Ciências Puras e Aplicadas.<sup>26</sup>

### Nota (2018)

A versão original deste texto continha, na conclusão, três anexos: uma lista das editoras e coleções de literatura visitadas, com indicação das datas dos respetivos início e fim (em alguns casos aproximadas, dada a impossibilidade de confirmação); alguns dados sobre autores traduzidos e confronto com os portugueses; uma lista dos autores estrangeiros com mais títulos (até 3), da qual saíam vencedores Pearl Buck, Erskine Caldwell e Somerset Maugham, todos com 28 títulos publicados nas três décadas em análise (1940-1970). Estes anexos não foram agora incluídos porque o estado da recolha de dados, à altura da realização do Colóquio onde foram apresentados (2003), foi ultrapassado pelo novo projeto bibliográfico em curso *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography*, iniciado em 2008. No entanto, considero que os dados inicialmente recolhidos mantêm o seu interesse, pelo que remeto o leitor para a publicação deste estudo em livro, referida na primeira página deste texto.

---

<sup>26</sup> Neste contexto é justo referir outra iniciativa editorial iniciada nos anos 60, de cultura geral, e decalcada de um modelo alemão: a *Enciclopédia Meridiano Fischer*, que dará certamente um interessante resultado em matéria de Estudos de Tradução. Por exemplo, o volume “Antropologia” (1.ª ed. 1967, 4.ª ed. 1979) tem uma equipa de quatro tradutores, um revisor, um supervisor e seis colaboradores universitários.

## Capítulo 9

# Literaturas extraeuropeias em antologia durante o Estado Novo (1933-1974)<sup>1</sup>

### 1. Introdução: colonização e identidade nacional

Em estudos anteriores mostrámos e quantificámos o fenómeno da **intradução**,<sup>2</sup> a presença das principais literaturas estrangeiras no sistema literário português. Espanha, França, Inglaterra, EUA a partir da II Guerra, Alemanha, Itália são as culturas dominantes que forneciam um mercado carente de títulos e queixoso da quantidade e qualidade da produção nacional (Seruya 2010: 122). A forte presença destas línguas/literaturas tornou-as familiares ao público leitor, trazendo-as para o centro do sistema literário português. A esta luz, as antologias literárias destes países/línguas não se revelam *a priori* tão portadoras de novidade. Usando a terminologia de Pascale Casanova, as línguas mais poderosas mostraram a sua influência sobre a língua dominada, o português, e um dos sintomas deste estatuto é justamente a existência de elevada percentagem de traduções (Casanova 2002: 8s.).

Ora o português faz parte das quatro línguas consideradas, em 1980, periféricas no sistema proposto por J. Heilbron, partilhando este estatuto com o chinês, o japonês e o árabe (*apud* Werner 2009: 7). Não sendo o conjunto

---

<sup>1</sup> Versão original: Seruya, Teresa (2013b), “Extra-European Literatures in Anthologies during the Estado Novo (1933-1974)”, in: *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, ed. Teresa Seruya, L. D’hulst, A. Assis Rosa and M. Lin Moniz, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 171-185.

<sup>2</sup> Valérie Ganne e Marc Minon distinguem, no seu estudo “Géographie de la traduction”, entre “intraduction” (importação de textos literários estrangeiros para uma língua nacional) e “extraduction” (exportação de textos literários nacionais) (*apud* Casanova 2002: 9).

homogéneo (cf. Casanova 2002: 9), do ponto de vista da história e da cultura portuguesa ele suscita interrogações que nos levam a recuar aos tempos dos Descobrimentos e da expansão marítima, quando a língua portuguesa se encontrou, de forma frutífera e duradoura, com aquelas, e muitas outras, línguas não europeias. O elucidativo estudo de Telmo Verdelho sobre o assunto elenca para cima de trinta títulos lexicográficos entre os séculos XVI e XVIII – dicionários, vocabulários, gramáticas que, no entanto, segundo o autor, são apenas “um indicador fragmentário da elaboração metalinguística produzida com a parceria da língua portuguesa no espaço ultra-europeu” (Verdelho 2008: 29).

As interrogações referidas prendem-se com o raciocínio inverso: que curiosidade, que conhecimento tinham os Portugueses europeus dos povos e culturas das paragens onde se lançou a semente da língua portuguesa? Por um lado, e como vem sendo sobejamente recordado, a tradução literária representa as culturas estrangeiras (Bachmann-Medick 1991: 1), e isso é tanto mais convincente quanto as antologias, assunto que aqui nos ocupa, evidenciam uma nacionalidade nos seus títulos. E poderíamos acrescentar a este propósito de representação alguns traços que identificam as antologias, como o seu propósito canonizante quanto à seleção de textos e autores incluídos.<sup>3</sup> Por outro lado, a ideologia do Estado Novo, quanto ao sentido central do Império para a identidade da Nação, quer na sua forma inicial de colónias destinadas a “civilizar” as populações indígenas, quer na forma posterior de províncias ultramarinas, para “reforço da teoria oficial da integração”,<sup>4</sup> ou seja, “a favor da ideia de Nação Portuguesa multirracial e pluricontinental” (Cruz 1988: 67 e 69), criava algumas expectativas quanto ao acolhimento da produção literária das longínquas paragens por onde os Portugueses andaram. Uma parte desta ideologia era partilhada pela oposição ao regime salazarista: também o campo republicano aceitava a ideia de Portugal como país colonial e falava, a propósito da colonização portuguesa, do “humanismo universalista dos Portugueses” (Jaime Cortesão (1884-1960), mas também Vitorino Magalhães Godinho

---

<sup>3</sup> Como se deduz desta informação escassa, este texto, escrito inicialmente em 2010 para o VI Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal (6-7 maio, Universidade Católica Portuguesa), não revela ainda os frutos da reflexão futura sobre antologias e coleções (cf. Seruya *et al.* 2013a e Seruya 2013c)

<sup>4</sup> Não se esqueça que foi o problema colonial que mais apressou a queda do regime em 1974.

(1918-2011)). Assim, Jaime Cortesão refere o “fundamento universalista” do “humanismo português”, derivado da “eminente capacidade para amar e, por consequência, para compreender, que o português levou consigo para as terras distantes da sua peregrinação”. Os escritores deste espírito, que vão de Pero Vaz de Caminha a Fr. Sebastião Manrique, “são os primeiros a revelar humanidades novas, a definir o carácter dos povos peregrinos, a comparar costumes e religiões, dando assim, com a assimilação múltipla das culturas, fundamento universalista ao humanismo português” (Cortesão 1965: 117).

Uma outra voz como a de A. Jorge Dias (1907-1973), considerado um dos mais importantes antropólogos portugueses do século xx (Leal 1996: 265), formulou sobre a colonização portuguesa um juízo partilhado e emitido por uma boa parte dos Portugueses, que eu própria testemunhei repetidas vezes:

Há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter. Foi esta faceta que lhe permitiu manter sempre a atitude de tolerância e que imprimiu à colonização portuguesa um carácter especial inconfundível: assimilação por adaptação. (Dias (s.d.): 25)

Quanto à visão oficial do colonialismo, o Estado Novo esforçou-se por “associar os traços mais marcantes do seu nacionalismo – autoritarismo, elitismo, paternalismo, conservadorismo – a um passado mítico legitimador do presente.” (Barros 1996: 326). A *Exposição do Mundo Português* (1940), em Lisboa, com o seu *Pavilhão dos Portugueses no Mundo*, seguiu-se à Exposição Colonial de 1934, no Porto, que apostava na “massificação da ‘consciência imperial’” do povo, “privilegiado de modo explícito a representação centrada na história dos descobrimentos e da colonização portuguesa” (Paulo 1996: 328).

## 2. Apresentação e comentário do *corpus*

### 2.1. A construção do *corpus*

Definidos os interesses, apresentavam-se a estudo antologias divididas por três grandes grupos geográficos dos Descobrimientos portugueses: África, Brasil, Oriente/Ásia. Do ponto de vista dos Estudos de Tradução, o Brasil

está obviamente excluído. A inclusão de literaturas africanas sofreu alguma hesitação, pois casos há em que a inclusão de glossários no final da antologia legitimaria a sua pertença ao *corpus*. É o caso de *Almas Negras*, de João de Lemos, que inclui um glossário muito detalhado de 34 páginas (Lemos 1937: 251-285). Neste assunto, deixámo-nos guiar pela posição do especialista Pires Laranjeira:

Convém recordar, todavia, que, até tornar-se um sistema nacional, uma literatura passa por fases de hesitação e de indefinição. As literaturas africanas dos Cinco são escritas em português, língua de colonização, não existindo tradição de escrita nas línguas africanas. [...] Africanos, portugueses e brasileiros publicavam nos espaços comuns dos almanaques, boletins, jornais, revistas e folhetos. Não tinham surgido ainda as designações de literatura angolana, moçambicana ou são-tomense com carácter de sistema nacional, mas a escrita já deixara de ser espaço de europeidade absoluta para se tornar contaminação relativa de línguas. De facto, poetas portugueses e angolanos intercalavam no texto em português, mais extenso, frases, diálogos, versos, lexemas em língua banta (quase que exclusivamente o quimbundo) (Laranjeira 1987: 15).

Será de pensar, para futuro, na aceitação deste conjunto de textos, por exemplo, como expressão de “tradução cultural” e/ou deixá-los para os Estudos Pós-coloniais?

Para tratamento restava, pois, a busca por antologias de culturas orientais publicadas durante o Estado Novo: Índia, China e Japão.

## 2.2. Orientalismo em Portugal

Pouco antes da passagem do território de Macau para a China, o historiador António Manuel Hespanha escrevia na introdução ao seu estudo sobre “O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)”: “Foi no Oriente que o nosso Império começou e é nele que, em 1999, ele irá acabar” (1999: 15). Hespanha considera ainda “plausível” a ideia de que “a cultura portuguesa está impregnada de evocações do Oriente [...] tal como é a de que o Oriente está cheio de evocações de Portugal”. Não são apenas as famílias que guardam laços “com o mundo do Índico e com Macau”, também a história portuguesa e a

sua “vulgata escolar” “está cheia de gestas orientais ligadas às épocas de esplendor de Portugal, como se Portugal, quando não esteve no Oriente, tivesse estado na miséria e na mesquinhez [...] Foi no Oriente que se fizeram os nossos santos e os nossos heróis.” (*Ibidem*). O chamado “Império Português do Oriente” não constituía, porém, uma “entidade territorial”, era antes “uma rede não monótona de relações políticas”; era, afinal, um império de “feitorias, fortalezas e viagens” (18). Até ao século XVIII são raríssimos os temas orientais nas letras portuguesas. No século XIX, com o advento da colonização africana, o Ultramar “é já muito mais do que o Oriente, ou mesmo, é cada vez menos o Oriente” (27). O pensamento republicano mantém-se interessado pelas civilizações orientais e consciente da “riqueza cultural do Oriente” (30), com a importante consequência jurídico-constitucional de que o *Estatuto do Indígenato* (apresentando os “indígenas” como objeto de ação civilizadora) exclui do âmbito da sua aplicação os nativos indianos e chineses, reconhecendo assim “o carácter elitário das populações orientais” (30). A promoção de um novo “espírito imperial” no Estado Novo “volta a enfatizar o papel do Oriente como campo de manifestação das ‘virtudes da raça’” (30). A partir dos anos 40, a influência do sociólogo brasileiro Gilberto Freire, que sublinhava a originalidade da cultura portuguesa pela sua “propensão para integrar e se integrar em contextos étnicos e civilizacionais tropicais” (luso-tropicalismo), funcionou como “suporte do último colonialismo português” e, ainda segundo Hespanha, inspira uma das imagens da expansão portuguesa como “encontro de culturas” (Hespanha 1999: 31; cf. também Castelo 1998). O Estado Novo, por seu lado, referia-se antes à “ação colonizadora dos Portugueses”, um *slogan* muito divulgado que, na realidade, apontava para um encontro algo unilateral...

Se considerarmos o conhecimento das culturas orientais ao alcance do público leitor português na forma da literatura (num sentido amplo), deparamos com um escasso número de títulos relacionados com “O mito do Oriente na literatura portuguesa” (Machado 1983; v. também Graça 1983 para o mesmo tema na literatura portuguesa de viagens dos séculos XVI e XVII). A célebre obra *Peregrinação* (1614) de Fernão Mendes Pinto (1510?-1583) pode considerar-se um “precursor de um Orientalismo exótico, essencialmente descritivo, que se viria a tornar uma moda na literatura portuguesa do século XIX”, embora tenha conservado “um fascínio sempre renovado pela descoberta de terras remotas”. A propósito de *Peregrinação*, Machado fala de “um processo de crítica extremamente pessoal, digamos mesmo de sátira, e, note-se bem, de

sátira não só da acção dos portugueses no Oriente, mas também, em geral, de sátira de toda a civilização ocidental” (Machado 1983: 49).

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX os leitores portugueses tinham acesso a fontes diretas de informação sobre as culturas chinesa e japonesa. Uma delas é o escritor Wenceslau de Moraes (1854-1929) que, a partir de 1891, viveu primeiro em Macau e, depois, no Japão, onde ficou até à sua morte, embora a língua e a literatura japonesas nunca lhe tenham sido verdadeiramente familiares. Moraes publicou diversos títulos sobre paisagens, flora e fauna, bem como sobre o quotidiano e os hábitos dos Japoneses, numa perspectiva de comparação entre o Extremo Oriente e o Ocidente, da qual o Ocidente não saía vencedor... O poeta Camilo Pessanha (1867-1926) foi para Macau em 1894 e nunca parou de estudar chinês. Foi um dos raros tradutores de poesia chinesa para português (sobre o Orientalismo de Moraes e Pessanha v. Pires de Lima 1999: 145-160; Janeira 1993: 19-93; Pires *apud* Pessanha 1993: 7-10 e Pessanha 1992). Poder-se-ia acrescentar o nome de António Feijó (1859-1917) que publicou um *Cancioneiro Chinês* em 1890, que é uma tradução e adaptação de poesia chinesa a partir da versão francesa de Judith Gautier (v. Pinto 2013: 57-74 e Pinto 2013a).<sup>5</sup>

Embora os nomes referidos apontem para um interesse reduzido na cultura oriental antes do período que nos propomos tratar, quisemos mesmo assim citá-los para dar corpo a algumas expectativas que alimentávamos quando iniciámos a investigação para o presente estudo.

### 3. Antologias literárias da Índia

No período 1935-1974, numa primeira recolha de literatura traduzida, publicada em livro, no âmbito do projeto de investigação em curso *Intercultural Literature in Portugal 1930-1974: a Critical Bibliography* foram registados cerca de 18 000 títulos.<sup>6</sup> Neste universo, a literatura indiana ocupa uma posição ínfima. A busca de autores indianos deu os seguintes resultados: nos anos 40 saíram quatro títulos de R. Tagore (1861-1941), mais dois nos anos 50

---

<sup>5</sup> Informação bibliográfica acrescentada.

<sup>6</sup> Este projeto é uma parceria entre o CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa e o CEAUL – Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa.

e, em 1973, uma nova tradução de *A Casa e o Mundo*. Em 1962 regista-se outro título, do escritor R. K. Narayan (1906-2001). Pode, portanto, afirmar-se que, à exceção de Tagore, que foi Prémio Nobel, a literatura indiana era completamente desconhecida em Portugal, pelo que o prefaciador e tradutor da antologia *Novos Contos Indianos* (1945), Prabhakar Kanekar, tinha toda a razão ao considerá-la uma “literatura nova” a “introduzir num meio literário que a desconhece” (*Novos Contos Indianos*: x).<sup>7</sup> Dos autores escolhidos por Kanekar apenas sobre um se conseguiu recolher informação: Vishnu Sakharam Khandekar (1898-1976), eminente escritor marathi, uma língua indo-ariana falada oficialmente no estado de Maharashtra (Índia ocidental e central). Sobre os restantes três autores: Kamalabahi Tilak, E. G. Joshi e H. Shinolikar, para além das breves notas irrelevantes do tradutor, não se encontrou, por enquanto, nenhum dado, nem em bibliotecas estrangeiras. A edição é de grande desleixo, com gralhas abundantes e erros ortográficos e de pontuação. Do prefácio retemos duas ideias fortes: o já referido desconhecimento da literatura indiana por parte do público português, e que o escritor indiano “não chocou com as realidades cruas da vida” e portanto pende para o “romantismo”, em confronto com a “vida intensa” dos escritores norte-americanos.

A imagem da Índia que nos é deixada pelos contos pode aferir-se com clareza pelas personagens femininas. Desde a viúva que se apaixona pelo intelectual e engravida dele que, por isso, a abandona (“Lágrimas de mãe”, de Khandekar), ao marido prepotente que não percebe a candura e a autenticidade da mulher (“Pérolas artificiais”, de Khandekar), passando pela jovem recém-casada de Bombaim que vê o marido chegar de Inglaterra, após dois anos de ausência, com uma mulher inglesa, resolvendo afastar-se para que ele viva o seu amor inglês (“Altruísta”, de Tilak, apresentada como “famosa escritora da moderna literatura indiana [...] pelo arrojo das concepções [...]”),

---

<sup>7</sup> O prefácio de três páginas de Prabhakar Kanekar está datado de 5 de maio de 1945. Apesar de vários esforços desenvolvidos, nomeadamente junto de antigos colaboradores da Editora Portugália, foi impossível encontrar, até à data (verão de 2010; em 2013 também não tivemos sucesso), qualquer identificação deste nome, que consta apenas duas vezes na PORBASE, no contexto deste volume e do próximo a tratar. Em 2018, na preparação deste livro, encontramos no blogue Archive of Goan Writing in Portuguese, numa recensão à poesia de Vimala Devi (pseudónimo da goesa Teresa de Almeida Seabra), a referência a Prabhakar Kanekar como tendo feito uma crítica elogiosa ao livro de contos *Monção* (1963) da autora, pelo que poderemos deduzir tratar-se de um autor goês. <http://archiveofgoanwritinginportuguese.blogspot.pt/2013/01/vimala-devi-poetista-e-contista1966.html> (acedido a 4 de maio de 2018).

parece-nos estarmos perante o catálogo de lugares-comuns sobre a mulher próprio da literatura de cordel ocidental. Apenas os nomes são indianos, de resto já conhecemos as mulheres que usam a fraqueza como arma, para que os cavaleiros andantes acorram em defesa da sua dama... (no conto “Pérolas artificiais”). Na verdade, não são apenas estas imagens medievais transpostas para a Índia do século xx que causam desconfiança, o primarismo da elaboração narrativa e duma escrita pejada de erros levam a pensar que esta edição não era para vingar...

E o que é certo, mas também algo misterioso, é que a editora Portugália, praticamente ao mesmo tempo, retoma o projeto para a sua série das “Antologias Universais”, com modificações substanciais: Agora são *Os Melhores Contos Indianos* (s.d.), com o mesmo selecionador, tradutor, prefaciador e autor dos paratextos (Kanekar), mas com uma seleção completamente diferente – só repete o autor Khandekar, embora com quatro textos novos. O prefácio pouco tem a ver com o anterior, tanto em termos de conteúdo como na redação do português. Está, porém, datado de 1944, ou seja, é anterior ao da outra edição, o que é inverosímil. Mas o texto é elucidativo para a identificação do tradutor. Quando Kanekar afirma que “aqui em Portugal” a literatura indiana é “completamente ignorada” é porque se trata de um “insider” da vida literária portuguesa. Tal convicção sai confirmada quando lemos, a justificar as “lacunas” do prefácio, que se trata de um assunto “cujo estudo só pode ser feito por intermédio de fontes que, por circunstâncias demasiado conhecidas de todos, se encontram fora do alcance [sic]” (*Os Melhores Contos Indianos*: 18). Gostaríamos de saber que circunstâncias são estas, pois a anexação da chamada Índia Portuguesa data, como é sabido, de 1961... Assim, o que Kanekar diz que escreveu baseou-se “na memória de leituras, feitas durante a estadia na Índia [...]” (*Ibidem*: 18s.). Não se trata, portanto, de um autor indiano a quem a Portugália tivesse encomendado a antologia, mas de um português, de origem indiana/goesa, ou com fortes ligações à Índia, que usa um pseudónimo indiano como estratégia legitimadora de todo um trabalho antológico que se destina a preencher uma lacuna do sistema literário português.

O novo volume fornece uma imagem mais densa da Índia, ao tratar o problema da fome e da grande miséria (“Pão”, de Khandaliker),<sup>8</sup> embora ao gosto naturalista europeu de finais do século xix, a guerra e os bombardeamentos

---

<sup>8</sup> Não se encontraram dados sobre este autor.

japoneses a cidades da Índia em 1942 (“Koconor Express”, de Anant Kanekar (1905-1980)), ou o fanatismo religioso que perpassa a hostilidade entre hindus e muçulmanos (“Fanáticos”, de Munshi Premchand (1880-1936)). Mas a propensão melodramática não foi abandonada (“A mãe adotiva”, de M. N. Dykshit) e o registo trivial continua aqui bem presente, tal como em “O tio do automóvel”, de A. B. Varty.<sup>9</sup> Em suma, podendo embora dizer-se que este volume está mais cuidado do que o seu “rascunho”, certo é que o nível literário dos textos mantém-se baixo e a pretendida imagem de uma literatura que se quer introduzir, quando comparada com outra literatura traduzida da época, nomeadamente a norte-americana que Kanekar chamara à colação (v. *supra*) certamente não criou nos leitores apetência para aprofundarem os seus conhecimentos com novas leituras. Esta impressão sai reforçada quando comparamos estes textos com a obra de R. Tagore, introduzida na cena literária nos anos 40 pelo tradutor independentista goês Telo de Mascarenhas (1899-1979).<sup>10</sup>

#### 4. Antologias de contos chineses

Segundo as mesmas fontes referidas no ponto 3, o número de títulos de **autores chineses** para o mesmo período (1935-1974) não chega sequer à meia dúzia.<sup>11</sup> Quanto a antologias, encontrámos quatro de contos chineses:

A mais antiga é da autoria de Cheng Tcheng, *A minha mãe e eu...* (Tscheng 1942). O prefácio, assinado por A. J. de S., o que provavelmente corresponde ao nome do tradutor (Antonino de Sousa), dá alguma informação biográfica

---

<sup>9</sup> Sobre estes dois autores, Dykshit e Varty, também não se encontraram quaisquer dados.

<sup>10</sup> Tem poesia, prosa e ensaio publicados tanto em Portugal (pela Ed. Gleba, pela Junta de Investigações do Ultramar, por exemplo), mas também em Panjim e Mapusa. Além de Tagore, traduziu ainda Jack London, Gandhi e contos do Hindustão.

<sup>11</sup> Há um dado curioso: uma primeira edição de poemas de Mao Tse Tung de 1967, com tradução de Manuel de Seabra, teve uma 2.<sup>a</sup> ed. em 1974. No mesmo ano de 1967 houve dois títulos de Mao proibidos pela Comissão de Censura ao Livro (documentação do SNI): R8049/67, “Écrits militaires de Mao Tse-Toung”, e R8054/67, “Citations du Président Mao Tse-Toung”, ambos apreendidos pela PIDE. Porém, pouco depois, o R8067/67 cancela o despacho de proibição do 8054. Já no ano anterior, 1966, o livro *Mao Tse-Tung, o imperador das formigas azuis*, de George Palocz Horvath, foi autorizado por ser “crítica objectiva ao comunismo” (R7785/66). [R= Relatório da Comissão de Censura (à guarda da Torre do Tombo). Os relatórios foram numerados pela própria Comissão. Ao número do Relatório segue-se, após a barra, o ano.]

sobre o autor. Cheng Tcheng (1899-1996),<sup>12</sup> viajante pela Europa, publicou parte da sua obra em Paris, onde contactou nomes tão relevantes como Paul Valéry, que escreveu mesmo um prefácio para a sua obra *Vers l'unité / Ma mère*, da editora Attinger (Paris 1928).<sup>13</sup> Uma vez que o tradutor e prefaciador cita Valéry, torna-se altamente provável que tenha sido esta a fonte da tradução portuguesa. Mas o significado mais marcante deste texto é o seu propósito de não sublinhar uma identidade específica do autor chinês, de não traçar fronteiras entre as culturas oriental e ocidental, subsumindo implicitamente aquela nesta com o argumento do “universal”. Assim, o que se passa com as personagens “podia ter decorrido em qualquer cidade da nossa província” (i), elas não são “representantes da raça chinesa, nem da filosofia oriental [...] mas de certos tipos sociais que a nossa época viu entrar em choque” (ii), e o livro “do jovem Cheng-Tchen” vem desfazer o “mito da impenetrabilidade das raças” (i).

Já os *Contos Chineses* traduzidos por Silvina de Troya Gomes (*Contos Chineses*, s. d.) incluem maioritariamente autores do século XVII. Nove dos treze textos também por ela selecionados são de P'u Sung-Lin, e só um, “O ventre de Nuwa”, é de um autor (Lu Hsun) a quem chama de “um dos maiores escritores da China contemporânea”, “marcando uma reacção contra as antigas directrizes e crenças e os povos que usam da força contra a China” (da nótula prévia a este conto). O prefácio, igualmente da tradutora, consiste numa curta proposta de história da literatura chinesa, na qual Confúcio é designado de primeira figura. Trata-se de um prefácio onde abundam nomes, títulos e datas, sendo os títulos dos livros transcritos no alfabeto europeu e traduzidos. A tradutora dá especial relevo à poesia de mulheres no Cancioneiro: Silvina Gomes reproduz traduções de poemas de bailarinas e imperatrizes. Detém-se também a falar do teatro, transcrevendo um excerto (traduzido) da peça de teatro *Transmigração de Yu-Chéu* (*Contos Chineses* s.d.: 13s.). Elogia particularmente o género romance por descrever ao vivo as “camadas populares” em “atitudes naturais e ambientes familiares” (15). Assim, já não surpreende que

---

<sup>12</sup> Na Bibliothèque nationale de France (BnF) este autor vem grafado como Cheng Sheng, sendo Sheng o apelido. O nome regista aqui mais de cem entradas.

<sup>13</sup> A obra que corresponde exatamente ao título da tradução portuguesa é *Ma mère et moi à travers la première révolution chinoise*, também com um prefácio de Paul Valéry, mas a única edição de que a BnF dispõe data de 1975 (Ed. Entente, Paris), pelo que não se pode ainda confirmar a existência de uma edição anterior.

refira positivamente um movimento de princípios do século xx que pretende substituir a língua literária pela língua popular, e isto com grande aceitação dos “senhores letrados” que apreciam os contistas de rua e o género dos textos seleccionados para esta antologia, “como alguns letrados portugueses leem os romances de Max du Veuzit” (16). Esta eloquente comparação reforça a imagem da China que Silvina Gomes pretende transmitir, por ser aquela em que se revê: para ela a China é a de Marco Polo e de Fernão Mendes Pinto (17), bem como a dos contos que escolheu – e que são, com uma exceção, dos séculos xvii e xviii – portanto uma China tradicional, sem história nem política... Há a registar, a este propósito, que a editora Gleba e a tradutora fazem, antes do prefácio, um agradecimento ao “senhor Lou Che Ngan, primeiro secretário da Legação da China em Portugal” pela sua colaboração neste volume, em termos de “cativantes gentilezas e esclarecimentos”.<sup>14</sup>

Numa apreciação geral pode dizer-se que estes contos tradicionais misturam elementos habitualmente considerados específicos de tradições chinesas (não distinção entre o real e o sobrenatural, cenários de pagodes, templos budistas, fantasmas de mortos com vida própria, condenações a “morte lenta” ou por esquartejamento, o eremita sábio que pratica ritos iniciáticos, estigma social para mulheres do teatro e das artes, entre outros), com motivos típicos dos contos populares em geral: falsas identidades, provas iniciáticas para ascender à sabedoria, velhas intermediárias e interesseiras, equívocos na avaliação de situações, espadas mágicas, personagens possesas do demónio, o ingénuo enganado pelo espertalhão sem escrúpulos, entre outros. Não se podendo avaliar do rigor da tradução, salta à vista o uso de léxico cristão para referir culturemas chineses: assim, no conto “A esposa fantasma”, de P’u Sung-Lin, fala-se em “convento búdico”, “caridade”, “sacristão do convento”, de um homem de conduta “sem mácula”.

A mesma Silvina de Troya Gomes é autora da seleção e tradução da antologia *Contos Tradicionais Asiáticos* (s.d., provavelmente 1945), que inclui contos de literaturas islâmicas (árabe e turca), persa (iraniana), hindustânica, chinesa e japonesa. O autor do meticuloso prefácio é o médico, pintor, escritor e tradutor João Carlos Celestino Gomes (1899-1960). Ali se refere aos “povos da China,

---

<sup>14</sup> Tentámos, sem sucesso, obter alguma informação sobre este diplomata no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Era certamente enviado do Kuomintang, Partido Nacionalista Chinês, que dominou o governo da China de 1928 até à tomada do poder pelos comunistas em 1949.

da Mongólia e da Tartária, da Arábia, Pérsia e Índia [...] por onde nossos avós andaram vadiando, amando e sofrendo” (*Contos Tradicionais Asiáticos* s.d.: vii), embora reconheça que esses povos ficaram “para nós apenas como exóticos e maravilhosos sêres quâsi deshumanos [sic]” (viii). Na sua opinião, a “arte literária” pode compensar este desconhecimento, isto é, a literatura é a forma ideal de transmitir aos Portugueses o conhecimento desses povos. Apesar das muitas e diversas línguas, culturas e “raças”, Celestino Gomes descortina aqui um mesmo “fundo humano” (viii). Eis-nos, portanto, de novo perante a visão universalizante, quiçá uma forma de contrariar eventuais posições de superioridade rácica, mas que, por outro lado, não o impede de diferenciar claramente os quatro grupos asiáticos de que se ocupa. Na caracterização dos contos populares árabes, industânicos [sic], chineses e japoneses, acentua o que considera serem as formas típicas, temas e personagens das respetivas tradições e refere-se também aos meios de difusão em cada caso. Por exemplo, nas “literaturas islâmicas” “o contista público, contínuo repetidor das histórias tradicionais da alma islâmica, tempera-as sempre de alegria, mímica, bom humor, ironia, para dar mais expressão à sua narrativa e provocar no auditório uma geral embriaguez [...]” (xs.). Já na tradição japonesa “entrecruza-se” “o instinto religioso da Índia, sobretudo o espírito budista, a serena sabedoria china e a crueldade sorridente e fria do próprio Japão.” (xviii). Para além deste prefácio, os quatro capítulos correspondendo às quatro tradições são antecidos por curtas notas onde se resumem as respetivas especificidades e se indica a fonte das traduções: no caso dos “contos tradicionais árabes” o texto fonte é francês. Na verdade, aqui se menciona a “transcrição” das histórias feita pelo “Dr. J.-C. Mardrus” – ora, Jean-Charles Mardrus (1868-1949) foi um médico e tradutor francês, nascido no Cairo, que traduziu para francês *As Mil e Uma Noites*, de 1898 a 1904, entre muitas outras obras da cultura muçulmana, mas também da tradição cristã, como o *Cântico dos Cânticos* ou o *Livro dos Reis*.<sup>15</sup> Os contos indianos não mencionam fontes.

Os chineses têm como fonte a seleção feita por Ch’u Ta-kao, um tradutor do chinês para inglês do *Tao Te Ching*, tradução esta ainda ativa no mercado.<sup>16</sup> Pode supor-se que tenha sido esta a fonte. Por fim, os contos japoneses têm

---

<sup>15</sup> A sua tradução de *As Mil e Uma Noites* continua ativa no mercado livreiro.

<sup>16</sup> Esta tradução foi pela primeira vez publicada em 1937: *Tao Te Ching. A new translation by Ch’u Ta-kao*. London, Buddhist Lodge, que logo teve uma segunda edição em 1939.

como textos fonte a “transcrição” de Lafcadio Hearn (1850-1904), “que as pôs em linguagem ocidental” (*Contos Tradicionais Asiáticos* s.d.: 167). Segundo a British Library, este autor começou a traduzir literatura japonesa em 1894, tendo publicado muitos volumes de prosa e poesia até à data da antologia portuguesa, pelo que não é possível determinar com exatidão qual a fonte da selecionadora e tradutora portuguesa. De qualquer modo, regista-se a presença de traduções intermédias inglesas e não só francesas, como era mais comum na época. Quanto aos contos desta antologia, apresentam sem dúvida uma qualidade literária raramente igualável no nosso *corpus*. Os enredos não são banais e atingem mesmo um certo grau de elaboração, evidenciando por vezes também algum pendor filosófico, e estão escritos num português correto e fluente, nem sempre marca distintiva das traduções na época... Convém sublinhar, no entanto, que os contos populares não veiculam uma imagem atualizada da respetiva cultura, pelo que dificilmente poderiam funcionar como fonte de conhecimento sobre ela (certamente contra as intenções de Celestino Gomes).

Em 1973-4 parece haver um novo interesse pelos contos chineses, com a publicação de seis volumes de *Contos Populares Chineses* (1973-4).<sup>17</sup> Os tradutores são vários: Maria Serrão, Patrícia Joyce, Maria João Vasconcelos e Daniel Augusto Gonçalves (para os dois últimos).<sup>18</sup> O 6.º volume acusa já o léxico da Revolução de Abril, quando se diz que os contos (escritos na primeira metade dos anos 30) “usam a forma das histórias do antigamente para denunciar e fustigar implacavelmente o torvo regime do Kuomintang” e são “notáveis manifestações do realismo socialista aplicado a esse tipo de ficção” (6.ª série 1974: 6s.).

O único autor que há em comum com os *Contos Chineses* da Gleba é Lu Hsun (1881-1936), considerado da “China contemporânea”, que ocupa todo o sexto volume: indica na página de rosto “Contos Populares recontados por Lu

---

<sup>17</sup> Os seis volumes intitulam-se “6 séries”; o quinto e o sexto já são de 1974. Na Rede Municipal de Bibliotecas estes volumes vêm catalogados como literatura infantil.

<sup>18</sup> Daniel Augusto Gonçalves (n. 1921-) é um tradutor reconhecido de autores canónicos como William Golding, Joseph Conrad, Malraux, Mark Twain, Jack London, John Updike, L. Durrell, Cervantes, Kenzaburo Oë e outros. Patrícia Joyce, pseudónimo de Dagmar Joyce Damas Mora (1913-1985), foi tradutora, poeta e autora de literatura infantil. Sobre Maria Serrão e Maria João Vasconcelos nada se conseguiu ainda apurar com certeza.

Hsun”.<sup>19</sup> A tradução é uma “versão portuguesa”, e inclui um prefácio anotado do autor, datado de 26 de dezembro de 1935.<sup>20</sup>

## 5. Antologias de contos japoneses

Por fim passamos para antologias de **literatura japonesa**, a mais representada entre 1935 e 1974, mas mesmo assim não atingindo sequer os 20 títulos. O volume *Os Melhores Contos Japoneses* (1967?) surge mais de duas décadas depois das antologias dedicadas à Índia e à China e antecedeu de três anos a conhecida obra de Armando Martins Janeira, *O Impacte Português sobre a Civilização Japonesa* (1970). O prefácio a *Os Melhores Contos Japoneses*, da autoria da ficcionista e dramaturga Alice Sampaio (1927-1983), não destoia do ponto de vista universalizante dos anteriores conjuntos tratados.<sup>21</sup> Frisando o “fascínio” que o Oriente exerce na Europa e a sua constante presença aqui, propõe que os contos sirvam para inverter a paixão pelo “exotismo oriental” (igual a uma visão “de fora”) com a adoção da visão “de dentro” que é a fornecida pelos escritores “que vivem a sua [do Japão] história e atualidade” (relembra as palavras *supra* de Celestino Gomes sobre a visão portuguesa das culturas asiáticas). Mas se julgávamos descortinar um interesse verdadeiro pelo diferente, pelo Outro eventualmente estranho, logo nos desiludimos com o discurso da fraternidade universal que se segue: os contos sublinham, segundo Alice Sampaio, que “seja qual for a cor da sua pele ou a forma dos olhos, constituímos uma e mesma humanidade”. Nem a tradução institui qualquer diferença ou fronteira: “seja qual for a língua ou dialecto em que nos exprimimos, estamos a traduzir pensamentos de seres habitantes de um mesmo planeta”.

---

<sup>19</sup> Segundo várias fontes consultadas, Lu Hsun, contista, poeta, tradutor, crítico, ensaísta, é um dos grandes escritores chineses do século xx, e o fundador da moderna literatura chinesa, tendo escrito tanto em vernáculo como em chinês clássico. O próprio Mao Tse-Tung foi sempre um admirador da sua obra. Existem numerosas traduções para inglês e francês, dos anos 50 e 60 (embora também anteriores), que poderiam ter servido de textos de partida para o volume em causa.

<sup>20</sup> Os primeiros quatro volumes foram reeditados em 1975 pela editora Família 2000, do Porto.

<sup>21</sup> As páginas deste prefácio não estão numeradas.

Não há quaisquer indicações sobre os textos-fonte da antologia. Mas não era nada provável, pela sua biografia, que Alice Sampaio soubesse japonês; os tradutores indicados são desconhecidos. No entanto, não quisemos abandonar a procura de um original e aí deparámos, sem surpresa, com uma edição francesa, essa sim traduzida diretamente do japonês: “*Les portes de L'enfer* suivie d'autres nouvelles choisies, présentées et traduites du japonais par le Dr. Ivan Morris [1925-1978], en collaboration avec Mlle A. Rosenblum et Maurice Beerbleck”, Paris, Stock, 1957. Os autores incluídos são: Akoutakagawa Ryounosouké (1892-1927), Junichiro Tanizaki (1886-1965), Hayashi Fumiko (1903 ou 1904-1951), Nakashima Ton (?-?), Dazai Ozamou (1909-1948), Ibouze Masouji (1898-1993), Shiga Naoya (1883-1971), Niwa Fumio (1905-2005).<sup>22</sup> Na edição portuguesa, só o primeiro autor não consta, pelo que consideramos alta a probabilidade de ter sido esta a fonte.

Dois histórias ressaltam de uma seleção não particularmente cativante: “Odiosa velhice”, do romancista Niwa Fumio<sup>23</sup>, história da velha Umé, avó de 85 anos, rabugenta, antipática, cuja vida, totalmente dependente dos vários netos (primeiro na cidade, depois na aldeia, por fim em Tóquio) é apenas um fardo e um estorvo. Trata-se de um retrato impiedoso e terrífico da velhice, sem qualquer amor ou carinho. É certo que os familiares não se recusam a acolher Umé em suas casas, mas o próprio narrador não condena a não-função da “velha” naquela família, apenas uma peça de mobiliário inútil e que dá despesa, sem qualquer retorno.

“A História de Shunkin (Shunkinsho)” é da autoria de Junichiro Tanizaki, autor frequente no ciberespaço, com obra traduzida para inglês e adaptações várias ao cinema, entre as quais esta, e com mais quatro títulos traduzidos para português nas duas últimas décadas. É a história muito bela e bem contada, numa atitude narrativa modernista, da genial artista Shunkin, que cegou muito jovem e teve como guia e companheiro de vida inseparável Sasuke, devoto absoluto da sua mestra, cuidando dela no dia-a-dia em todos os aspetos.

---

<sup>22</sup> Reproduzo os nomes tal como constam da obra, porém, a grafia não coincide com a vigente noutras fontes, por exemplo na Bibliothèque nationale de France. As datas de nascimento e morte dos autores são da minha responsabilidade.

<sup>23</sup> No Ocidente, o seu romance porventura mais conhecido é *Bodaiju* [A árvore de Buda], de 1956; o conto mais traduzido (em inglês e francês) é justamente este, “Odiosa velhice” (“The Hateful Age”, “Odieuse Vieillesse”). Na versão inglesa deste texto, o autor vem erradamente escrito como “Fumio”, razão pela qual ali é dito que se não encontraram dados sobre ele.

Acaba por se cegar a si próprio quando ela é atacada e fica desfigurada, não querendo que ele olhe para ela. A maneira que Sasuke encontra para, como sempre, satisfazer o desejo de Shunkin é não ver, ficar cego como ela. O tato é o principal sentido que os vai unir ainda mais. O narrador baseia-se em fontes várias, em testemunhos, numa biografia, e vai sempre informando o leitor sobre a fiabilidade do que diz sobre Shunkin, interpelando-o e convidando-o a refletir sobre as várias interpretações para episódios, traços de carácter da autoritária e voluntariosa artista instrumental, de grande renome e fascínio, mas igualmente prepotente e impiedosa para com quem a contrariasse ou lhe fizesse frente.

## 6. Conclusão

Após esta breve passagem pelas antologias estudadas pode concluir-se que o interesse editorial pelas culturas respetivas foi apenas residual, o que terá correspondido à pouca procura da parte do público. P. Baubeta interroga-se sobre a finalidade das antologias, citando Ton Naaijken: “A distinction should be made between thematic function, literary or historical-literary function, cultural or cultural-historical function, ideological, political or commercial functions. Naturally, these functions are not exclusive and might even overlap.” (*apud* Baubeta 2007: 42). Poderíamos responder que estas antologias combinam uma função temática com uma função histórico-literária, na medida em que pretendem introduzir um conhecimento novo e, a julgar pelos prefácios e pela seleção, a cruzar a história da literatura em língua portuguesa com a das línguas marathi, chinesa e japonesa. Acabam, no entanto, por cumprir à *contrecoeur* uma função ideológica, pela visão des-historicizada e tendencialmente universalizante, portanto descaracterizante ou, nalguns casos, estereotipada, que dão das respetivas culturas. Na verdade, os textos das nossas antologias não encaixam na definição de orientalismo proposta por E. Said, pois não ilustram qualquer “*distribuição* de consciência geopolítica”, não se regem por uma “distinção geográfica básica (o mundo é constituído por duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente)”, nem manifestam “vontade” nem “intenção de compreender, nalguns casos de controlar, manipular ou até incorporar, aquele que é um mundo manifestamente diferente [...]” (Said 2004: 14). Quando muito poderíamos interpretar o pendor universalizante das

intervenções paratextuais (destinadas ao leitor) como tentativa de “incorporar o diferente” para o tornar igual, universal.

A esta luz, duas interpretações, não isentas de alguma especulação, se podem propor:

1) Desde as últimas décadas do século XIX que o interesse português estava voltado para África, isto é, “depois da independência do Brasil (1822) a salvação do Império estaria em África. A Oriente procurava-se, tão-só, conservar o que restava do antigo poderio (político e religioso) [...]” (Catroga 1999: 211). Porém, o “espírito imperial” promovido pelo Estado Novo “volta a enfatizar o papel do Oriente como campo de manifestação das ‘virtudes da raça’” (Hespanha 1999: 30). Por outro lado, o luso-tropicalismo de Gilberto Freire será “incorporado e adaptado pelo discurso oficial do salazarismo” (Castelo 1998: 69ss.) e servirá os interesses político-ideológicos da política externa portuguesa (*Ibidem*: 61), encontrando eco em pensadores como António Sérgio. Não será que a defesa “do modo português de estar no mundo”, ou seja, a sua “propensão para integrar e se integrar em contextos étnicos e civilizacionais tropicais” (Hespanha 1999: 30) encontra um eco nas escolhas das antologias apresentadas, cuja intencionalidade está longe de querer transmitir a diferença e a estranheza?

2) Mais plausível, porventura, é a leitura baseada na reavaliação que o historiador Rui Ramos fez recentemente da falta de sintonia entre a mística imperial cultivada pelo Estado Novo (“o coração do regime esteve sempre no passado”, no dizer de Eduardo Lourenço, *apud* Ramos 2007: 444) e o sentir de uma consciência coletiva portuguesa, para a qual, segundo o mesmo pensador, “o nosso Império nunca existiu [sublinhado no original]” e, por isso, o seu desaparecimento em 1974 não causou traumas nem originou lutos (*apud* Ramos 2007: 433), se não nos lembrarmos das histórias dramáticas dos cerca de 500 000 retornados de Angola e Moçambique no ano de 1975. Ramos mostra convincentemente como a manutenção do Ultramar (africano, diga-se) nunca fora objeto de unanimidade na sociedade portuguesa, ao contrário da propaganda do Estado Novo. A minha memória como contemporânea do fenómeno descrito confirma-o claramente. Sobretudo a partir dos anos 50, a existência de colónias parecia isolar Portugal do resto do mundo, e a Europa “oferecia perspectivas mais seguras para o desenvolvimento do país” (Ramos 2007: 441). Esta visão é confirmada pela investigação mais recente sobre o império colonial português: Rogério Martins, conhecido Secretário de Estado

## **Literaturas extraeuropeias em antologia durante o Estado Novo (1933-1974)**

da Indústria, já em 1970 discutia o desenvolvimento industrial do país sem qualquer atenção às colónias e seus problemas económicos (Jerónimo 2012: 271).

Assim, a presença tão escassa das literaturas orientais, nomeadamente em antologias, no sistema literário português pode ver-se como um indício da indiferença do público leitor pelas glórias imperiais do passado, ou daquilo que as pudesse evocar. No seu ensaio sobre o orientalismo na literatura portuguesa até 1961 (ano da ocupação de Goa, Damão e Diu pelas tropas indianas) Pires de Lima observa como “avançando pelo século xx, os caminhos percorridos pelo orientalismo português vão sendo cada vez mais escassos” (1999: 159). À exceção de Camilo Pessanha, a que nos referimos anteriormente, a tradução não parece ter sido parte importante desse fenómeno. Apesar da sua novidade, as antologias em questão não conseguiram contrariar aquele diagnóstico.

## Capítulo 10

# Tradução e revolução: encontros e desencontros. O caso das coleções de literatura (1974-1980)<sup>1</sup>

### 1. Introdução: cultura e revolução

A pergunta sobre possíveis relações entre a Revolução dos Cravos e a tradução em Portugal insere-se num conjunto de questões de âmbito mais vasto e geral que importa recordar. Escolhi referir duas: como poderemos entender revoluções em fenómenos culturais ou na vida cultural, onde se insere a tradução, e como pensar a mudança na tradução, algo que interessa sobretudo à história da tradução, a área dos Estudos de Tradução a que tenho dedicado mais tempo e esforço.

A polissemia da palavra “revolução” é mais do que conhecida. Se considerarmos a forma adjetival, “revolucionário”, o seu campo semântico alarga-se ainda mais (ex.: gestos revolucionários), e o mesmo se passa se usarmos o substantivo “revolução” com um qualificativo, como na expressão já consagrada da “Revolução de Veludo” em 1989 na antiga Checoslováquia. Evoque-se ainda a expressão tão usada de “revolução de mentalidades”, revolução esta tantas vezes considerada necessária para o sucesso da revolução política. Assim, o tempo e a abrangência são, porventura, as duas categorias que atribuem à mudança o carácter de revolução: a aceleração do ritmo temporal e a dimensão das alterações em relação a um passado imediatamente anterior. Normalmente tenta-se conjugar as duas.

---

<sup>1</sup> Primeira publicação. Uma primeira versão (em inglês) foi apresentada no 10.º Colóquio (Internacional) de Estudos de Tradução em Portugal, com o tema “Translation and Revolution” (Universidade Católica Portuguesa, 22 e 23 de outubro de 2015).

Para se pensar a revolução ligada a fenómenos culturais é útil recorrer à imagem da cultura como um icebergue, tal como David Katan a ilustrou. Katan estratifica a cultura em três níveis, em relação à linha da água: visível, semivisível, invisível, correspondendo o primeiro à cultura técnica (língua, vestuário, gastronomia, música, arquitetura, etc.), o segundo à “cultura formal” (o que é apropriado/não apropriado, costumes, tradições) e o invisível à “cultura informal” (crenças, valores, papéis identitários) (Katan, 2009: 78ss.). Uma revolução pode atingir todo o icebergue, embora com ritmos e dimensão muito diferentes em cada nível e em cada elemento integrante de cada nível. Casos houve, porém, em que a intencionalidade da revolução pretendeu atingir o todo, súbita e rapidamente. Refiro-me à Revolução Cultural Chinesa (1966, terminada oficialmente em 1969, mas, na verdade só em 1976 com a morte de Mao) e às Campanhas de Dinamização Cultural fora das grandes cidades, levadas a cabo em Portugal pelo MFA (Movimento das Forças Armadas) em 1974 e 1975 (cf. Begonha, 2015 e Almeida, 2009).<sup>2</sup>

A própria definição de revolução inclui avaliar os seus resultados, operação esta que pode levar à interrogação se houve ou não revolução. Veja-se o exemplo da chamada Revolução de Novembro na Alemanha de 1918/19 que, é certo, não transformou a Alemanha em Repúblicas de Conselhos de modelo soviético como certos setores desejavam, mas resultou na primeira experiência de governo republicano democrático em solo alemão e fez da cultura alemã na República de Weimar (1918-1933) a mais inovadora e vanguardista do seu tempo. Um dos livros emblemáticos a este respeito é do professor inglês Michael Patterson que, no seu livro *The Revolution in German Theatre 1900-1933*, trata, na primeira parte, de “The Expressionist revolution in German theatre” (com destaque para os dramaturgos Georg Kaiser e Ernst Toller) e, na segunda, de “The political revolution in German theatre”, referindo-se a Erwin Piscator e Bertolt Brecht (Patterson, 1981). Interessantemente a revolução, neste estudo, como se vê pelos autores referidos, é tanto da forma teatral como do conteúdo revolucionário dos dramas. A consciência da revolução da forma é particularmente eloquente do sentido revolucionário aplicado ao encontro com o novo e a mudança. É o que exprime este elucidativo exemplo:

---

<sup>2</sup> Numa perspetiva militante ortodoxa: Manuel Gusmão, “A revolução portuguesa e o seu impacto cultural”, in: *O Militante*, n.º 331, jul/agosto 2014.

em maio de 1913, Harry Graf Kessler (1868-1937)<sup>3</sup> estava em Paris e assiste ao ensaio geral de “Le sacre du Printemps”, no Théâtre des Champs Elysées, com o autor (Igor Stravinsky) presente e ainda Ravel, André Gide e Djagilev. À noite, escreve no seu diário:

A new form of choreography and music. An entirely new vision, something never seen before. Something gripping and convincing, has suddenly come into existence. Savagery in un-art and also in art: old form is ravaged, new form suddenly arising out of chaos (citado em Illies, 2014: 121).

Apesar desta descrição do que seria uma revolução pura na arte da música e da dança, claro que ela só é legível porque em parte ancorada no já conhecido. Criação pura, só no mito bíblico.

## 2. Tradução e revolução em Portugal

O presente trabalho não se baseou na procura do tema da revolução portuguesa de 25 de Abril em traduções, como se poderia esperar da primeira leitura do seu título. A questão é, antes, saber se uma mudança tão repentina e radical de regime político teve alguma repercussão nas traduções que se publicaram em Portugal. Para tal, é preciso começar por distinguir entre modos de traduzir e as traduções propriamente ditas.

Para a investigação, a hipótese de estudar mudanças no traduzir (= como traduzir) é plausível, mas não de execução viável a curto prazo. Como é que se constituiria um *corpus* para pesquisar estas mudanças? Na base de quais critérios? E quando nos referimos ao traduzir temos sempre presente a afirmação de George Steiner no seu mais famoso livro sobre tradução (*After Babel*):

O problema tem vindo a ser debatido há mais de dois mil anos. Mas haverá alguma coisa de substancial a acrescentar à posição de S. Jerónimo das alternativas: *verbum e verbo*, palavra por palavra no caso dos mistérios, mas sentido por sentido, *sed sensum exprimere de sensu*, em todo o outro lugar? (Steiner, 2002: 300)

---

<sup>3</sup> Colecionador de arte, mecenas, escritor, publicista e diplomata alemão.

Pesem embora as justas críticas que têm sido feitas ao binarismo em tradução (cf. Duarte, 2005), de que esta posição de Steiner é um elucidativo exemplo ao considerar apenas dois métodos de traduzir, não nos parece frutífera sequer a hipótese de admitir grandes alterações no traduzir em função do clima político. Os anos 70 de que agora nos ocupamos não foram ainda propícios à emergência e sucesso de experiências textuais híbridas.

Deixando, portanto, de lado o enfoque no traduzir, voltamo-nos para as traduções publicadas. Ora, sabendo-se, à partida, que a Revolução dos Cravos acabou com a Censura e acelerou a ligação de Portugal a culturas estrangeiras, está criada a expectativa de que novos autores e temas tenham atraído as editoras e o público. É esta a hipótese de que partimos.

Impõe-se ainda uma justificação da escolha do objeto de análise, as coleções de literatura traduzida. Por um lado, as coleções (e antologias) já foram um tema forte de investigação na linha do CECC dedicada a Estudos de Tradução (cf. Seruya *et al.* 2013, Seruya *et al.* 2013a). A razão mais forte, porém, prende-se com o sentido profundo das coleções: elas tornam visíveis fenómenos de mudança de uma forma mais consistente e sólida do que se observássemos traduções isoladas, até porque uma coleção se estende ao longo de um período. Podemos também pôr a hipótese de que as coleções, pelas suas características, constituem respostas a indícios de mudanças (ou de continuidades!) em mentalidades e comportamentos da sociedade.

### 3. O que são coleções/antologias<sup>4</sup>

As antologias e coleções de literatura traduzida, como subcategoria das antologias e coleções, são *corpora* de textos traduzidos com uma determinada configuração. Resultam de um processo em três fases: recolher, seleccionar e apresentar esses textos com dois propósitos principais: 1) armazenar e

---

<sup>4</sup> Os termos antologia e coleção têm vindo a ser aplicados sinonima e tautologicamente em várias definições (“uma antologia é uma colecção de...” ou “uma colecção é uma antologia de...”). Referem-se tanto a obras isoladas como às séries de obras, sobretudo literárias, mas estendendo-se igualmente à música, ao cinema, à arte, etc. Essmann e Frank referiram-se muito pragmaticamente à dificuldade de distinguir as duas, recorrendo ao tamanho: uma antologia pode levar-se para casa na mão (1991: 67).

A caracterização das antologias e coleções feita nesta secção baseia-se em Seruya 2013c.

preservar uma certa herança dentro de um tópico específico (um género literário, um autor, um assunto, um período literário, etc., ou uma combinação de alguns destes exemplos); 2) ou introduzir inovação e mudança no polissistema literário de uma dada cultura. Dos dois propósitos resultam, deliberadamente ou não, propostas de cânone, elas próprias também uma inovação. Além disso, as antologias e as coleções ilustram o objetivo da planificação e mediação cultural pensada por Gideon Toury: selecionar e, por meio da seleção, ponderar e decidir quais os objetos apropriados a um certo público, configurando assim e/ou manipulando a receção de uma cultura estrangeira, de um tema, de um autor, de um género, etc., da parte dos leitores nativos (Toury 2001). Aquilo a que poderemos chamar um “objeto antológico” envolve atividades como a seleção deliberada e a reestruturação e recontextualização deliberadas de um *corpus* (tradutório) específico. É de salientar, pois, que o significado da (nova) antologia ou coleção é mais vasto do que a soma das suas partes individuais. Trata-se de um novo tecido textual que vai entrar em novas relações e realizar novas funções no polissistema literário que o acolhe.

São variadas as funções e os propósitos que subjazem à produção de antologias e coleções: o prazer e a educação, a preservação e a inovação, a proteção, estruturação, acessibilidade e disseminação, não esquecendo outros objetivos subjetivos ou a procura do lucro.

Outra possível tipologia, em geral aplicada à antologia mas que podemos replicar para as coleções, distingue entre coleções programáticas, que tendem a perseguir um propósito inovador, e as coleções panorâmicas, que funcionam como repositórios representativos de um dado assunto, autor, literatura, género ou período. Em relação às coleções que nos vão ocupar, as que tratam de assuntos reprimidos no Estado Novo, como certas ideologias e o erotismo, tendem a ser programáticas, enquanto as restantes são mais de intencionalidade representativa.

#### **4. Mudanças na cultura. O público e as instituições**

Como se disse atrás, o “contexto da situação” (D. Katan) alterou-se em Portugal com a Revolução. Recordando este autor, muito mudou nos níveis técnico e formal da cultura, alterações estas resultantes sobretudo da liberdade de expressão e política, e do fim da Censura e do isolamento internacional.

Mudaram-se costumes, práticas e consumos. Vejamos alguns indicadores da evolução social na cultura (Tabela 1), segundo a sociologia (Barreto, 1996: 143ss.).<sup>5</sup>

Tabela 1 – Indicadores da evolução social na cultura

Instituição	1974	1980
Museus (n.º)	114	123
Museus (n.º de visitantes)	c. 2 000 000	c. 3 000 000
Bibliotecas (n.º)	2 974 000	3 487 430
Jornais e publicações periódicas	1 041	1 041
Ópera (n.º de espectadores)	79 000	21 000
RTP (horas de emissão)	7 385	12 804
Cinema (n.º de espectadores)	32 500	29 000

Podemos interpretar esta seleção de dados como não indicando alterações profundas quanto ao consumo cultural. Este, muito provavelmente, está ligado à camada mais funda, invisível, da cultura, entre muitas outras explicações. Alguns indicadores até são dececionantes, apontando para as descontinuidades do progresso social e cultural. Assim, no mesmo ano de 1996, António Barreto escreve, noutra local, sobre os leitores da imprensa escrita em Portugal:

A queda do analfabetismo e o desenvolvimento das classes médias, durante as últimas décadas, assim como a melhoria geral dos níveis de vida e de consumo, não tiveram influência nos hábitos de leitura regular da imprensa periódica. Como se sabe, Portugal é, de há muito, na Europa, o país onde se lêem menos jornais, situação que não se alterou (1996a: 68).

<sup>5</sup> Só há estatísticas de despesas com a cultura a partir de princípios dos anos de 1980. Todos os gráficos que se apresentam neste trabalho foram feitos com a preciosa ajuda de Maria Lin Moniz, a quem aqui agradeço calorosamente.

Mas outros indicadores são mais positivos, por exemplo a diversificação de públicos. Assim, António Pinto Ribeiro, no 50.º aniversário da Fundação Gulbenkian, escreve:

De 1969, ano da inauguração da Sede e do Museu, ao início da década de 80, Portugal viveu anos de convulsões sociais, económicas e políticas que, de algum modo, não deixaram de afectar a Fundação Calouste Gulbenkian. [...] o mais importante que aconteceu neste processo foi a experiência da democratização da vida política e cultural, com novos públicos a frequentarem as novas actividades da Fundação (2006: 395s.).

Também João Pinharanda, ao escrever sobre a arte portuguesa no século xx, nomeadamente quanto aos anos que agora nos interessam, refere, é certo, uma “ruptura em todo o tecido histórico, inclusive cultural”, concentrando-se as linhas de força culturais “em directrizes de sentido político social”. Porém, em termos de personalidades e carreiras, consolidam-se os nomes que já marcavam antes de 1974 (2005: 260ss.).

Assim, tudo aponta para que as mudanças na cultura (entendida esta num sentido tradicional) sejam descontínuas e lentas.

## 5. Regularidades e mudança

Se traduzir é reescrever, como a Escola da Manipulação nos habituou a dizer, traduzir não poderá ser um ato revolucionário. Porém, a montante do ato, na tomada de decisão sobre o que traduzir, aí, sim, poderemos ver atos de profunda mudança, e não apenas um facto novo como qualquer tradução sempre é. Ora, a introdução de novidade, em regra, não é casual, apresenta regularidades, que se podem interpretar de diversas maneiras. Ocorre, então, perguntar, perante a revolução política, em que medida certas regularidades que temos observado no panorama da tradução de literatura no Estado Novo se mantiveram. Poderemos considerar como regularidades: 1) a existência da Censura que, em larga medida, condicionava a atividade editorial, sendo, portanto, pertinente indagar dos efeitos da sua abolição na publicação de traduções; este é um assunto ainda não devidamente estudado, por exemplo se o que foi proibido foi rapidamente traduzido ou nunca o chegou a ser,

significando que um ato de censura pode deixar uma lacuna irreparável na cultura de chegada; 2) A preferência das editoras pela inserção de literatura traduzida em coleções e antologias, também como estratégia comercial de organizar a oferta, pode ver-se na Tabela 2<sup>6</sup>.

Tabela 2 – N.º de títulos em coleções e fora de coleções por década

Década	N.º total de títulos em coleções	N.º de títulos fora de coleção	%
1930	971	401	43,72
1940	1566	328	20,94
1950	3046	252	8,27
1960	6940	146	2,10
1970	6293	4	0,06
1980	601	0	0

3) O recurso a pseudotraduções importadas de Espanha para preencher a procura crescente de literatura de entretenimento é ainda um traço muito marcante da história da tradução durante o Estado Novo.

Ao tratarmos, agora, as coleções de traduções de literatura e as editoras que as publicavam, vamos restringir-nos à chamada **história externa da tradução** (Frank 1990, trata-se de uma história reconstruída essencialmente a partir dos contextos), que nos vai permitir verificar que mudanças pós-Revolução de Abril a tradução tornou visíveis.

## 6. Constituição, sistematização e primeira análise do *corpus*

A base de dados *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography* ([www.translatedliteratureportugal.org](http://www.translatedliteratureportugal.org)) que temos vindo a trabalhar no CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, em parceria com o CEAUL – Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa,

<sup>6</sup> Dados retirados de [www.translatedliteratureportugal.org](http://www.translatedliteratureportugal.org) (cf. a seguir secção 6).

tem permitido obter dados sólidos sobre conjuntos maiores de textos e seu mapeamento. Assim, a primeira pesquisa que fiz resultou numa listagem das novas coleções 1974-1980 e sua categorização (v. Anexo 1).

Para poder trabalhar com esta lista, havia que classificar as coleções, a fim de avaliar o peso relativo de cada **categoria**.<sup>7</sup> Na verdade, olhando para a coluna da “Categoria” nesta lista, encontramos pelo menos três critérios na definição das categorias (segundo o público destinatário, o assunto, a função social), o que pode resultar não muito rigoroso, até porque algumas coleções podem pertencer a várias categorias em simultâneo. Porém, considera-se a categorização proposta adequada ao objetivo deste estudo. Por exemplo, ver o peso da categoria “entretenimento” em relação à literatura erudita, ou sabendo-se da existência de lacunas que certos novos assuntos pudessem vir a preencher (caso do “Erotismo” ou da “Política”), por terem sido muitas vezes objeto de censura anteriormente, a sua presença agora tem significado. De qualquer maneira, a primeira grande subdivisão da literatura que a nossa base de dados contempla – Narrativa, Drama Lírica – aplicada às coleções, não traria informação relevante para a pergunta a que me proponho responder. São as seguintes as categorias selecionadas para observar as coleções:

- Entretenimento (literatura de massas: novela sentimental, do Oeste, policial e espionagem, terror, aventura e artes marciais);
- Literatura infantojuvenil (inclui aventura);
- Erotismo;
- Política e ideologia;
- Cultura erudita;
- Ficção científica;
- Outros.

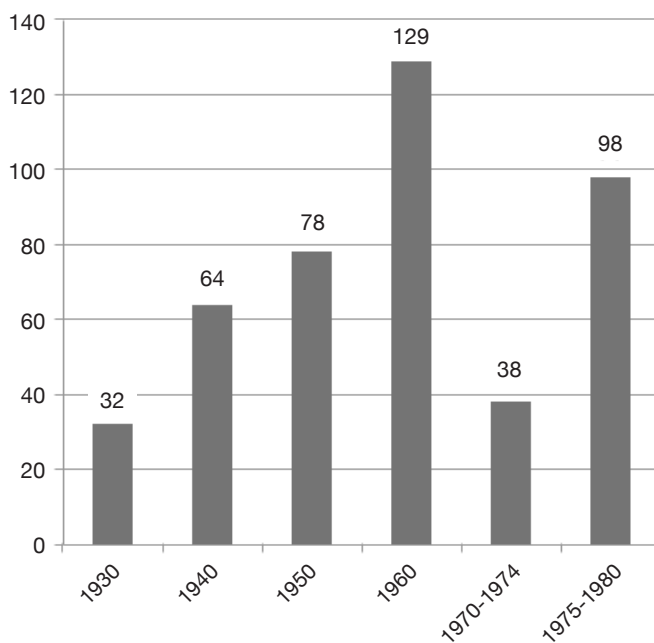
O passo seguinte começa a interrogar a questão da mudança, para a qual é preciso definir o espaço temporal a observar. No nosso projeto acima referido temos usado preferencialmente, e com bons resultados, a **década**, critério temporal este que, no presente estudo, poderia causar alguns problemas, dado que a Revolução portuguesa se deu precisamente a meio da década de

---

<sup>7</sup> Utilizo aqui a palavra “categoria” num sentido muito genérico, “Conjunto de pessoas ou coisas que possuem muitas características comuns e podem ser abrangidas ou referidas por um conceito ou conceção genérica” (Houaiss 2003, vol. v).

70. Contudo, e para manter o critério, procedeu-se a um estudo comparativo da presença de novas coleções por décadas (Gráfico 1).

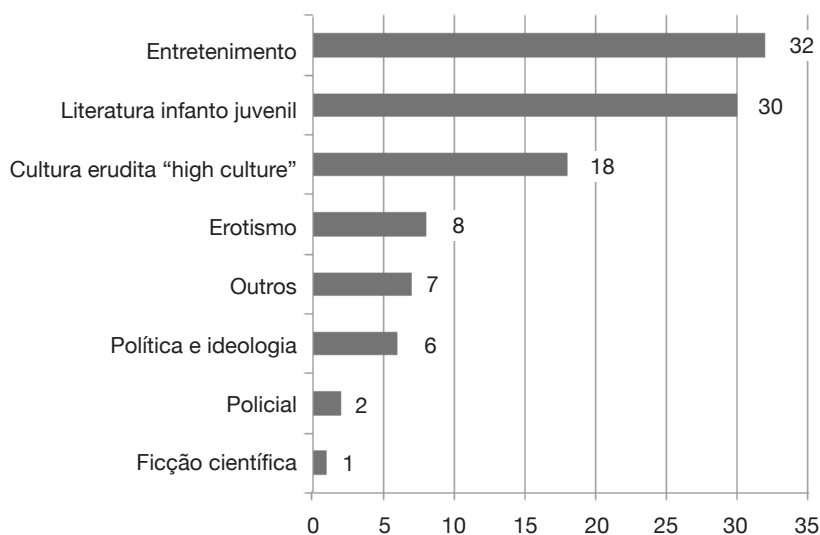
Gráfico 1 – Novas coleções 1930-1980



Se é verdade que o grande aumento das coleções ocorre na década de 60 (coincidindo com um desenvolvimento económico e social notável), registamos também a subida espetacular de novas coleções a seguir à Revolução.

O passo seguinte seria perguntar pela novidade. Atente-se no gráfico das coleções 1975-1980 por categorias (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Coleções 1975-1980 por categorias



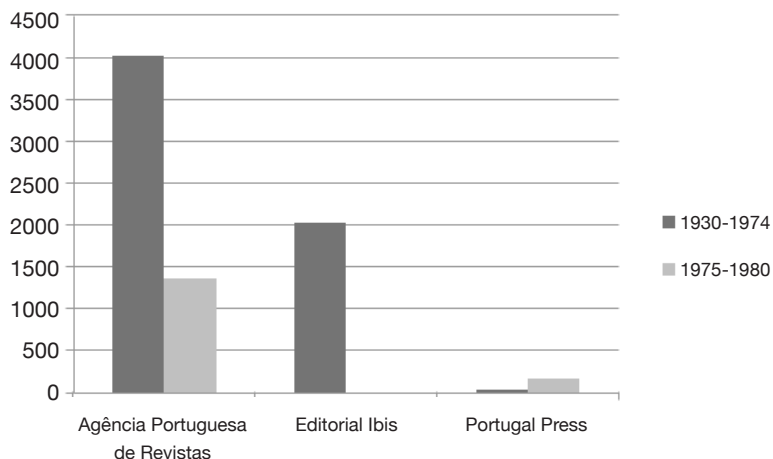
Obtendo, assim, um retrato global do nosso *corpus*, podem verificar-se os seguintes indicadores de mudanças:

- grande aumento no número de coleções da primeira para a segunda metade da década de 70;
- preponderância contínua da categoria do “entretenimento”;
- aumento notável da literatura infantojuvenil;
- emergência explícita dos temas eróticos (antes de 1974 nenhuma coleção e nenhum título de livro apresentava o termo);
- emergência do “terror” como título de coleção;
- aumento expectável da política e da ideologia;
- “cultura/literatura erudita” afastada das duas categorias mais fortes.

## 7. Coleções de literatura de entretenimento

Depois deste primeiro mapeamento do *corpus* concentrámo-nos na categoria do “entretenimento” com as suas muitas subdivisões, pelo seu lugar cimeiro no tipo de publicações. O enfoque agora será nas editoras responsáveis por alimentar este importante setor do mercado (Gráfico 3).

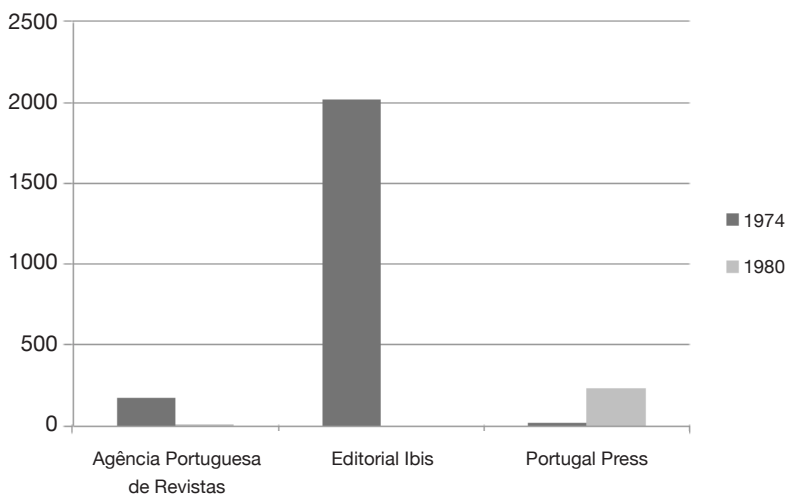
Gráfico 3 – N.º de títulos das três principais editoras de literatura de entretenimento



Verifica-se claramente a grande preponderância da Agência Portuguesa de Revistas.

Compare-se agora (Gráfico 4) o número de títulos das três editoras referidas no ano da Revolução (1974) e seis anos depois (1980).

Gráfico 4 – N.º de títulos das três principais editoras de literatura de entretenimento nos anos de 1974 e 1980



Verifica-se que todas tinham entrado em declínio em 1980, embora a função continuasse em alta. Fica aqui uma questão a esclarecer na história da edição e do livro.

Uma das consequências da Revolução, aos olhos de hoje [2015<sup>8</sup>], foi, sem dúvida, a descentralização cultural, com um crescimento e diversificação notáveis das dinâmicas culturais locais. Claro que, conforme se referiu acima, o ritmo das mudanças culturais é lento. Mesmo assim, é pertinente perguntar se Lisboa continuava a concentrar a maioria das atividades editoriais. Considerou-se aqui “Lisboa e Outros” porque, justamente na literatura de entretenimento, as editoras indicavam como local de publicação, além da capital e de outras cidades do país, também as capitais das antigas colónias. Verificou-se, assim, que, entre 1930 e 1974, “Lisboa” + “Lisboa e Outros” indicava uma percentagem de 75%, apurando-se igual percentagem para o período 1975-1980 com as mesmas localizações. Fácil se torna concluir que, neste aspeto, não houve alterações à situação anterior, Lisboa continuava a concentrar a maioria das editoras.

## 8. Alguns estudos de caso

Para ilustrar mais concretamente a questão da mudança no panorama das coleções depois da Revolução (1974-80), observar-se-á primeiro a editora Portugália, nas suas coleções (v. Anexo 2) porque 1) foi, sem dúvida, uma das principais instâncias de disseminação da literatura estrangeira canónica e seus autores (juntamente com a Gleba e a Atlântida);<sup>9</sup> 2) em regra, contratava autores portugueses prestigiados para tradutores;<sup>10</sup> 3) cobria vários géneros

---

<sup>8</sup> Este texto teve a sua primeira versão quando foi apresentado no Colóquio Internacional de Estudos de Tradução em Portugal, que se realizou na Universidade Católica a 22 e 23 de outubro de 2015 (v. nota 1).

<sup>9</sup> Publicou autores como Thomas Hardy, John dos Passos, Dostoiewsky, O. Wilde, Faulkner, Stendhal, Tolstoi, Th. Mann, Tynianov, Lermontov, Brontë, Dickens, Walpole, B. Constant, H. G. Wells, Melville, R. L. Stevenson, Henry James, B. Kellermann, George Eliot, D. H. Lawrence, Dumas, Moravia, S. Undset, Tchekov, entre outros.

<sup>10</sup> São exemplos J. Cabral do Nascimento, Manuela Porto, J. Gaspar Simões, Natércia Freire, Domingos Monteiro, Mário H. Leiria, Hélder Macedo, Januário Leite, Daniel Gonçalves, entre outros.

literários: conto e novela, romance, poesia, teatro, literatura de viagens, ensaio; 4) “desempenhou um papel notável, ao longo de três décadas” (Castagna, 2013: 137-152).

Seguidamente, observar-se-á uma editora relevante na publicação de literatura de entretenimento – a Agência Portuguesa de Revistas (ao lado da Ibis e da Portugal Press), e a sua grande oferta em coleções. Na verdade, vale a pena perguntar se um público urbano a crescer, e mais letrado, que tinha de recorrer à ficção estrangeira para satisfazer a sua necessidade de entretenimento, mudou o seu gosto num contexto de forte politização da sociedade portuguesa. A hipótese é que estas coleções se podem ver como indicadores sociais das mudanças maiores, menores ou até nulas nos hábitos de leitura do público logo a seguir à Revolução.

Mas antes é impossível não introduzir uma breve referência à questão da Censura. Há um grande número de títulos que só puderam ser lidos em português depois da Revolução. É o caso de muita literatura (mas não toda!) política e ideológica dos pais do Comunismo, ou de obras que simpatizassem com o lado republicano da Guerra Civil de Espanha, como o romance de George Bernanos *Les grands cimetières sous la lune* (1938), (traduzido apenas em 1988, *Os Cemitérios sob a Lua*, Livros do Brasil) ou do romance erótico clássico do século XVIII *Teresa Filósofa*, cuja tradução francesa foi proibida em 1936, vindo a ser traduzido mais tarde em 1995. Política, ideologia e sexo (erotismo e pornografia) foram, sem dúvida, os temas que mais desafiaram a atenção dos censores, pelo que não surpreende que tenham emergido em força após o fim da Censura.<sup>11</sup>

Vejam-se estes exemplos de uma coleção política (“Direito à Cultura”, Tabela 3) e de outra (“Eros”, Tabela 4), com o tema do erotismo.

---

<sup>11</sup> Sobre tradução e censura no Estado Novo, veja-se a Parte II deste livro.

Tabela 3 – Exemplo de coleção política

Ano	Coleção e número	Título	Autor	Tradutor	Editores	Local de publicação
1977	Direito à cultura, 001	Sociologia do capitalismo	Karl Marx	Serafim Ferreira	Editorial Fronteira	Amadora
1977	Direito à cultura, 002	Revolução e reformismo: a greve geral	Rosa Luxemburgo	Vera Veloso	Editorial Fronteira	Amadora
1976	Direito à cultura, 003	Literatura e revolução	L. Trotsky	Serafim Ferreira	Editorial Fronteira	Amadora
1977	Direito à cultura, 004	Escritos políticos	Marquês de Sade	Serafim Ferreira	Editorial Fronteira	Amadora
1977	Direito à cultura, 005	Revolução e cultura proletária	Victor Serge	Serafim Ferreira	Editorial Fronteira	Amadora
1977	Direito à cultura, 006	Textos de circunstância seguido de A PIDE nunca existiu	Luís Pacheco	Serafim Ferreira	Editorial Fronteira	Amadora

Tabela 4 – Exemplo de coleção com tema do erotismo

Ano	Coleção e número	Título	Editores	Local de publicação
1975	Eros, 001	Eu sou uma mulher sensual	Portugal Press	Lisboa
1975	Eros, 002	Eu sou invertido	Portugal Press	Lisboa
1975	Eros, 003	Oito mulheres eróticas	Portugal Press	Lisboa
1976	Eros, 004	Diário erótico de uma mulher	Portugal Press	Lisboa
1976	Eros, 005	Ligações ilícitas	Portugal Press	Lisboa
1976	Eros, 006	Desejos loucos	Portugal Press	Lisboa

Tabela 4 – Exemplo de coleção com tema do erotismo

Ano	Coleção e número	Título	Editora	Local de publicação
1976	Eros, 007	A sádica	Portugal Press	Lisboa
1976	Eros, 008	Uma rapariga estranha	Portugal Press	Lisboa
1976	Eros, 009	Corrupção	Portugal Press	Lisboa
1976	Eros, 010	Camaleão	Portugal Press	Lisboa

### 8.1. A editora Portugália

As suas coleções de literatura surgiram todas na primeira metade dos anos 40, à exceção da “Contemporânea”, que começou em 1958, sendo das muito poucas que sobreviveram no período 1975-1980. As restantes terminaram antes de 1974. Tinham públicos-alvo bem definidos: jovens, rapazes e raparigas, mas com preferência por estas (além da sua “Biblioteca das Raparigas”, tinham mais duas coleções, com obras da escritora francesa Berthe Bernage); também um público infantil e, claro, adultos com gostos de leitura mais informados. Para estes, a editora oferecia os vários géneros literários: romance, conto, novela, drama e poesia.

As designações das coleções obedecem ao intuito canonizante e, ao mesmo tempo, formativo e educacional, aliás com conotações de “alta cultura”, sempre prestigiante: além das “antologias”, surgem as “bibliotecas”. Para tal contribui igualmente o adjetivo “universal”, recorrente. Na verdade, as coleções selecionavam apenas autores na altura de renome seguro, além de alguns de língua portuguesa. Subgéneros específicos como o cinema, o humor ou a espionagem e aventura com James Bond, de enorme sucesso nesses anos (décadas de 60 e 70), também faziam parte do catálogo da Portugália, embora com poucos números. Para corresponder à procura crescente do livro de bolso, a editora começou por lançar a “Biblioteca de Algibeira”, seguida da coleção “O Livro de Bolso”, com mais de 100 títulos, também de autores universais. A coleção “Contemporânea” continuou esta tradição, mas

acompanhando também a tendência erótica e político-ideológica do período pós-revolucionário: publicou em 1976 *Ninfomaníacas e Outras*, de Irving Wallace (“Contemporânea”, 125), e autores como Brecht e Cholókov (embora Brecht não fosse novidade, em livro).

Se agora olharmos para a posição da “Literatura erudita” dentro das categorias que definimos para mapear as coleções tematicamente (v. atrás Gráfico 2), ela surge em terceiro lugar. São as seguintes as coleções desta categoria (com número de títulos):

- “Literatura erudita” em coleções 1975-1980<sup>12</sup>
- “Autores de Sempre. Cadernos de Albert Camus” (2)
- “Biblioteca Filosófica”<sup>13</sup>
- “Clássicos Chineses” (10)
- “Fecunditas” (17)
- “Literatura Soviética” (1)
- “Livros de Algibeira. Romance” (1)
- “Lu-Sin” (1)
- “Mamute” (9)
- “Obras de Victor Hugo” (9)
- “Paralelo” (6)
- “Poesia do Século XX” (2)
- “Poesia. Autores Universais” (8)
- “Teatro”<sup>14</sup>
- “Teorema Universidade” (2)
- “Textos Clássicos” (+ 100)
- “Uma Terra sem Amos” (c. 120)

Verifica-se que os “clássicos” não desaparecem, há a grande novidade da literatura “soviética” e uma nova coleção com um famoso verso do hino da Internacional Comunista (“Uma terra sem amos”), um título chinês, uma coleção “feminista” com V. Woolf e Anaïs Nin, a coleção “Fecunditas” já com 17 títulos e uma designação que não teria certamente agradado aos censores do Estado Novo. Sem dúvida que a literatura erudita mantém, após 1974,

---

<sup>12</sup> Lista não exaustiva, elaborada por ordem alfabética.

<sup>13</sup> A “Biblioteca Filosófica” ia no n.º 24 em 1978.

<sup>14</sup> Há 13 coleções com a palavra “Teatro” no título.

uma posição confortável mas, após análise cuidada destas novas coleções, nenhuma substitui nem continua o papel anteriormente desempenhado pela Portugália, exceto no seu sobrevivente, a “Contemporânea”. De uma categoria, a literatura infantojuvenil, sabe-se como a produção nacional assistiu a um impressionante desenvolvimento.

## 8.2. A Agência Portuguesa de Revistas (APR)

Como se disse, a editora APR é representativa da literatura de entretenimento, ou literatura de massas. Entre 1948 e 1974 publicou cerca de 48 coleções, que podemos mapear da seguinte maneira:

- Novela sentimental (21 coleções)
- Policial e espionagem (10 coleções)
- Oeste (13 coleções)
- Cinema (c. 70 títulos)
- Grandes êxitos do cinema mundial (c. 49 títulos)
- Ficção científica (poucos títulos)

Atente-se agora nos títulos das coleções da “novela sentimental” (ordenados alfabeticamente). Incluem pedras ou materiais preciosos, flores, pássaros, nomes próprios – conjunto este que se prestaria sem dúvida a interessantes estudos de género, uma vez que estas coleções tinham o público feminino como principal destinatário (algo visível, tanto no espaço público como privado):

- |                         |                            |                  |
|-------------------------|----------------------------|------------------|
| – “Andorinha”           | – “Dois Homens Bons”       | – “Pimpinela”    |
| – “Camélia”             | – “Fotorromance”           | – “Rosa”         |
| – “Carlos de Santander” | – “Leitura para Raparigas” | – “Rubi”         |
| – “Cisne”               | – “Madrepérola”            | – “Selene”       |
| – “Corado”              | – “Mocho”                  | – “Sérgio Duval” |
| – “Cristal”             | – “Orquídea”               | – “Vénus”        |
| – “Dália”               | – “Pérola”                 | – “Violeta”      |

Vejam-se também os títulos do subgénero “policial e espionagem”, sem grande novidade em relação às expectativas:

- “Brigada de Homicídio”      – “F.B.I.”
- “Crime”                              – “Negra”
- “Detetive”                            – “Novela Negra”
- “Dossier Crime”                    – “Seleções F.B.I.”
- “Espionagem”                      – “Serviço Secreto”

Ou, ainda, o caso da novela do Oeste, também de acordo com este subgénero:

- “Arizona”                              – “Mãos no Ar”
- “Bisonte”                              – “Patrulha de Combate”
- “Bravos do Oeste”                  – “Pólvora”
- “Búfalo”                                – “Rurais do Texas”
- “Carabina de Ouro”                – “Texas”
- “Gangsters”                          – “Zane Grey”

Pode afirmar-se que a chamada literatura do Oeste não era conhecida em Portugal antes da importação destas coleções espanholas (pseudotraduções em grande parte). Na verdade, a primeira tradução de Karl May para português europeu, segundo a base de dados nacional PORBASE, é de 1963 (tradução de José Ervedosa para a Ed. Pórtico, de Lisboa), à qual se seguiram muitas outras na década de 60). Já James Fenimore Cooper, segundo a mesma fonte, teve uma primeira tradução em 1852. Porém, não se podem comparar estes dados dispersos com a avalanche deste subgénero a partir dos anos 50, que passou a integrar a literatura de entretenimento. A maioria dos títulos das coleções destes três grupos foi importada diretamente de Espanha, embora a editora recorresse à artimanha de não dar a um certo título a coleção que lhe correspondia em Espanha.

Na categoria “ficção científica”, a APR não iria vingar, são poucos os títulos importados. A coleção marcante neste subgénero é a prestigiada “Argonauta”, traduzida do inglês e publicada por Livros do Brasil. Pode dizer-se que foi responsável pela divulgação deste subgénero em Portugal, tendo o inglês como língua de partida dominante:

- 1953: n.º 001
- 1974: n.º 208
- 1980: n.º 296.

Verifica-se um interesse crescente pela ficção científica, já que a média de títulos em 20 anos (1953-1974) é de cerca de 10 títulos/ano, enquanto entre 1974 e 1980 essa média sobe para cerca de 14.

Os especialistas do design/ilustração dariam um importante contributo ao estudo das coleções de que estamos a tratar. Na verdade, a ilustração das capas, nomeadamente as das novelas sentimentais, é tudo menos casual e a sua dimensão comercial e ideológica (*a contrecœur*, talvez) fica bem patente, atendendo aos padrões da época. São desenhos coloridos de um homem e uma mulher, entre os 20 e os 30 anos, o homem belo e atraente, a mulher sensual, elegante na figura, vestida à moda, loira, algumas vezes morena, bastante maquilhada. O gesto sinaliza algo de tenso entre os dois, mas que vai terminar em *happy end*. É claro que os títulos revelam todo um programa em questões a que hoje chamaríamos de “género”.

### 8.3. Mudanças na APR depois de 1974

Depois de 1974, muitas destas coleções sobreviveram, num total de 26, o que representa mais de metade do total anterior:

- |                                 |                         |                     |
|---------------------------------|-------------------------|---------------------|
| – “Andorinha”                   | – “F.B.I.”              | – “Pólvora”         |
| – “Arizona”                     | – “Galáxia 2001”        | – “Rosa”            |
| – “Bisonte”                     | – “Gangsters”           | – “Rurais do Texas” |
| – “Bravos do Oeste”             | – “Madrepérola”         | – “Seleções F.B.I.” |
| – “Búfalo”                      | – “Mãos no Ar”          | – “Selene”          |
| – “Camélia”                     | – “Orquídea”            | – “Terror”          |
| – “Carabina de Ouro”            | – “Patrulha de Combate” | – “Vampiro”         |
| – “Carlos de Santander”         | – “Pimpinela”           | – “ZZ-7”            |
| – “Corado” (col. Corin Tellado) |                         |                     |

Outro traço interessante de continuidade em relação à APR é que, pelo menos até 1977, os locais de publicação continuaram: Lisboa/Coimbra/Porto/Luanda/Lourenço Marques. Este género de literatura vendia bem nas capitais de Angola e Moçambique e, pelos vistos, mesmo três anos depois da independência das antigas colónias a situação não mudou, prolongando-se mesmo até depois da saída dos “retornados”. As características dos títulos

e das capas também se mantiveram depois da Revolução, com um pequeno detalhe: as contracapas anunciavam por vezes a obra de cantores como Jaime Lúcio (“um poeta do povo”, com obra publicada desde 1932!) e incluíam as suas quadras de enaltecimento do 25 de Abril. A editora Portugal Press reassumiu algumas funções da APR.

## 9. Notas de conclusão

O que se pode concluir provisoriamente é que o padrão da literatura de entretenimento, exemplificado nesta coleção, não sofreu alterações profundas no período revolucionário. O interesse pelo “clássico” também parece ter-se mantido. E a observação das coleções mostrou a necessidade de as editoras se adaptarem aos novos interesses do público leitor, aproveitando o fim da Censura para publicar domínios para os quais compreensivelmente havia apetência. É assim que podemos dizer que as traduções, nomeadamente através das coleções de literatura traduzida, funcionam como indicadores de mudanças (ou continuidades) sociais.

## Anexo 1 – Novas coleções e categorias

Ano	Nova coleção	Editora	Local de publicação	Categoria
1974	Cadernos de poesia	Dom Quixote	Lisboa	Cultura erudita
	Calypso	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/ /novela sentimental
	Fantasma	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento
	Juvenil	E. N. de Publicidade	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Mulheres marcadas	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/ /novela sentimental
	ZZ-7	A. P. de Revistas	Lisboa/Porto/ /Coimbra/Faro	Entretenimento
1975	Aventura	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/ /aventura
	Babar em ponto grande	Plátano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Babar em ponto pequeno	Plátano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Biblioteca filosófica	Atlântida	Coimbra	Cultura erudita
	Boutique	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil (raparigas)
	Eros	Portugal Press	Lisboa	Erotismo
	Erótica	Edição da Aurora	Lisboa	Erotismo
	Grandes clássicos do erotismo	Diabril	Lisboa	Erotismo
	Histórias maravilhosas	Edições Paulistas	Camarate	Literatura infanto juvenil (contos fantásticos)
	Homens e países	Edições Paulistas	Camarate	Outros
	Horizonte pedagógico	Livros Horizonte	Lisboa	Outros
	Juventude Atlântida	Atlântida	Coimbra	Literatura infanto juvenil
	Literatura soviética	Limiar	Porto	Cultura erudita
	Mandrake	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/ /aventura
	Obras de Víctor Hugo	Civilização	Porto	Cultura erudita

Ano	Nova coleção	Editora	Local de publicação	Categoria
	Os caminhos da liberdade	Círculo de Leitores	Lisboa	Política e ideologia
	OSS 117	A.P. de Revistas	Lisboa	Entretenimento
	Papoila	Presença	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Perspectivas	Aster	Lisboa	Outros
	Poesia Século XXI	Dom Quixote	Lisboa	Cultura erudita
	Teatro	Diabril	Lisboa	Cultura erudita
	Teatro Ulmeiro	Ulmeiro	Lisboa	Cultura erudita
	Terror	A. P. de Revistas	Lisboa	Entretenimento/terror
1976	As desnorteadas aventuras de Artur Oeste	Plátano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Clássicos da aventura	Diabril	Lisboa	Entretenimento/ /aventura
	Clássicos eróticos	Edições PP	Lisboa	Erotismo
	Direito à cultura	Fronteira	Amadora	Política e ideologia
	Galáxia 2001	A. P. de Revistas	Lisboa/Porto/ /Coimbra/Faro	Entretenimento/ /ficção científica
	Harry Dickson	Estampa	Lisboa	Entretenimento/ /aventura
	Janus. Série contra-iniciação	Vega	Lisboa	Outros
	Lu Sin	Germinal	Lisboa	Cultura erudita
	Meia noite	Arcádia	Lisboa	Entretenimento/terror
	Meridiano	Meridiano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Obra completa de Edgar Rice Burroughs	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/ /aventura
	Vampirella	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/terror
	Vidas célebres	Livros do Brasil	Lisboa	Outros

## Tradução e revolução: encontros e desencontros

Ano	Nova coleção	Editora	Local de publicação	Categoria
	Zina	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento
1977	Água	Perspectivas & Realidades	Lisboa	Entretenimento/policial
	Biblioteca da amizade. História	Meridiano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Clássicos da revolução	Fronteira	Amadora	Política e ideologia
	Clímax	Ed. Sol e Rua	s.l.	Entretenimento/novela sentimental
	Distrito 21	Armasilde	Lisboa	Entretenimento/novela sentimental
	Europa-América juvenil. Sandokan	Europa-América	Mem Martins	Entretenimento/aventura
	Gigantes da aventura	Verbo	Lisboa	Entretenimento/aventura
	Kung-Fu	A. P. de Revistas	Lisboa/Porto/Coimbra/Faro	Entretenimento/artes marciais
	Menina e moça	Europa-América	Mem Martins	Literatura infanto juvenil (raparigas)
	Os mestres do erotismo	Portugal Press	Lisboa	Erotismo
	Rita	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Romântica. Amor-aventura	Europa-América	Mem Martins	Entretenimento/novela sentimental
	Tempos livres	Perspectivas & Realidades	Lisboa	Outros
	Teorema universidade	Teorema	Lisboa	Cultura erudita
	Vampiro gigante	Livros do Brasil	Lisboa	Policial
	Voz activa. Textos	A. Ferreira	Porto (imp.)	Política e ideologia
1978	Água azul	Vega	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Autores	Afrodite	Lisboa	Política e ideologia
	Biblioteca da amizade. Aventura	Meridiano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Biblioteca da amizade. Vocação	Meridiano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Catavento	Bertrand	Amadora	Literatura infanto juvenil

Ano	Nova coleção	Editora	Local de publicação	Categoria
	Detective	Meridiano	Lisboa	Entretenimento/policial
	Fecunditas	Vega	Lisboa	Cultura erudita (erotismo)
	Gato preto	Portugal Press	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Livros de algibeira. Romance	Via Editora	Lisboa	Cultura erudita
	Mundo mágico	Bertrand	Amadora	Literatura infanto juvenil
	Realidade fantástica	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento
	Sari	Portugal Press	Lisboa	Erotismo
	Sílvia	A. P. de Revistas	Lisboa/Porto/ /Coimbra/Faro	Entretenimento/novela sentimental
	Textos clássicos	Univ. Lisboa	Lisboa	Cultura erudita
1979	A outra margem	Via Editora	Lisboa	Outros
	As aventuras dos farofarruscos	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Azul	Casa do Livro	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Carlota	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil (raparigas)
	Círculo negro	Vega	Lisboa	Entretenimento/terror
	Clássicos chineses	Jesuitas Portugueses	Macau	Cultura erudita
	Delírio	Editora A. E.	Lisboa	Erotismo
	Galáxia	Verbo	Lisboa	Entretenimento/ficção científica
	Jogos de amor	E. A.	Lisboa	Erotismo
	Livros tio João. Clássicos para a juventude	Fernando Pereira	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Mamute	Caminho	Lisboa	Cultura erudita
	O dia a dia da humanidade	Plátano	Lisboa	Outros
	OG	Portugal Press	Lisboa	Entretenimento/ficção científica

## Tradução e revolução: encontros e desencontros

Ano	Nova coleção	Editora	Local de publicação	Categoria
	Orion: clássicos da ficção científica	Edições 70	Lisboa	Ficção científica
	Paralelo	Arcádia	Lisboa	Cultura erudita
	Pirilampo	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Poesia. Autores universais	Centelha	Coimbra	Cultura erudita
	Sei ler	Plátano	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Série negra	A Regra do Jogo	Lisboa	Entretenimento/terror
	Série15	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Uma terra sem amos	Caminho	Lisboa	Cultura erudita/política e ideologia
	Vozes de África	Edições 70	Lisboa	Política e ideologia
1980	Autores de sempre. Cadernos de Albert Camus	Livros do Brasil	Lisboa	Cultura erudita
	Aventuras completas de Sherlock Holmes	Ed. Mocho	Braga	Policial
	Carícias	A.P. de Revistas	Lisboa/Porto/ /Coimbra/Faro	Entretenimento/ /novela sentimental
	Conquistadores do Oeste	A. P. de Revistas	Lisboa/Porto/ /Coimbra/Faro	Entretenimento/ /Oeste
	Contarelos	Didáctica	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Contos clássicos Editora	Porto Editora	Porto	Literatura infanto juvenil
	Corinto	A.P. de Revistas	Lisboa	Entretenimento/novela sentimental
	Dossier dos discos voadores	Meribérica	Lisboa	Entretenimento/ficção científica
	Grandes clássicos Editora	Porto Editora	Porto	Literatura infanto juvenil
	Os 4 ases	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil
	Patrícia	Verbo	Lisboa	Literatura infanto juvenil

## Anexo 2 – Coleções da Editora Portugal

Coleções da Editora Portugal	Primeiro número (conforme a base de dados <i>Intercultural Literature...</i> )	Data	Último número e data, número de entradas
Biblioteca dos rapazes	001	1943	094, 1970, 65 (total)
Biblioteca das raparigas	001	1946 (2. <sup>a</sup> ed.)	020, 1970, 95 (total)
Biblioteca das raparigas. Brigitte.	001	1970	019, 1972, 9 (total)
Biblioteca das raparigas. O romance de Isabel.	001	1969	005, 1971, 2 (total)
Os romances sensacionais	001	1942	Terminou em 1958, mas o último n.º (017) é de 1947
Os romances universais	001	1943	030, 1976, 31 (total)
Antologias Universais. Novela	001	194?	002, 1946
Antologias Universais. Poesia	006	1962	006, 1962. Base não regista nenhum n.º depois deste
Antologias Universais. Conto	001	1946 (3. <sup>a</sup> ed.)	018, 1957, 13 (total). Último n.º ed. 197?
Antologias Universais. Teatro	001 002	19?? 1963	Únicas entradas da base
Antologias Universais. Varia	001	197?	Única entrada da base
Biblioteca de algibeira	001	1943	022, 1945, 14 (total)
Biblioteca das crianças	005	1944	005, 1944, 3 (total)
Biblioteca dos humoristas	001	1943	007, 1965, 4 (total)
Os contos universais	001	1943 (2. <sup>a</sup> ed.)	001, 1959 (2. <sup>a</sup> ed.), 2 (total). (Um só autor)
Documentos humanos	001	1944	032, 1975, 10 (total)

## Tradução e revolução: encontros e desencontros

Coleções da Editora Portugália	Primeiro número (conforme a base de dados <i>Intercultural Literature...</i> )	Data	Último número e data, número de entradas
Fénix	00?	1946	004, 1947, 2 (total)
Paralelo	Sem numeração	1947	Única entrada da base
Livro de bolso	001, 014	1963 (2. <sup>a</sup> ed.); 014 é de 1960	103, 1968, 31 (total)
Juvenil	002	1960	017, 1968, 5 (total)
Contemporânea	002	1959	130, 1976, 81 (total)
007 James Bond	001	1965	005, 1965, 4 (total)
Intermezzo	001	1963	Única entrada
Olho de lince	001	1960	s/ n.º, 1961, 2 (total)
O homem e o desconhecido	002	1961	Única entrada da base
Cinema	002	1962	010, 1967, 6 (total)
Obras de Balzac	Não numerado	1966	1969, 13 (total)
Problemas	001	1976	Única entrada da base



## PARTE II

### Tradução e Censura<sup>1</sup>

O interesse por este tópico decorreu naturalmente dos estudos sobre o período do Estado Novo, em que a Censura oficial foi um instrumento privilegiado de controlo sobre a opinião pública (a partir dos meios de comunicação social) e as mentes em geral (vigilância sobre leituras como fonte de informação/formação). A Censura sobre os autores portugueses foi (é) bem conhecida. Sobre a divulgação da literatura estrangeira, nomeadamente pela tradução, havia apenas uma perceção difusa, ao contrário, por exemplo, da consciência que os frequentadores do cinema tinham sobre a manipulação da legendagem.

Por outro lado, algumas comunidades académicas mais avançadas nos Estudos de Tradução tinham começado a investigar o tópico de modo sistemático, como é o caso das Universidades de Léon e do País Basco, agrupadas no projeto TRACE (= TRAducciones CEnsoradas/ TRAnslations CEnsored) que vêm investigando há mais de uma década as traduções de textos originais em língua inglesa nos domínios da narrativa, cinema e teatro, publicadas entre 1939 e 1980, isto é, na Espanha franquista. Mas o impulso principal para o início da investigação sobre a censura ao livro estrangeiro no Estado Novo foi porventura a realização, em 2005, de um colóquio em Forlì (Universidade de Bolonha) sobre “Translation in fascist systems: Italy, Spain, Germany”. A gritante ausência de Portugal despoletou vontades para suprir esta lacuna no mapa dos circuitos europeus da literatura em contexto ditatorial.

A realização de colóquios em que o tema tinha cabimento forneceu as oportunidades adequadas à apresentação de resultados das investigações então iniciadas no Arquivo Nacional/Torre do Tombo (AN/TT), com base nos

---

<sup>1</sup> Escreveremos sempre **Censura**, isto é, com maiúscula, quando nos referirmos à instituição portuguesa e sua atuação.

relatórios da Comissão de Censura aos livros, incluídos na documentação do antigo SNI. Estas investigações contaram com a colaboração indispensável de Maria Lin Moniz, amiga, colaboradora e parceira de longa data, a quem agradeço profundamente o muito que, sem ela, nunca poderia ter feito. Hoje esses relatórios estão ordenados e digitalizados, fruto de um protocolo de colaboração entre o CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa e o AN/TT. Aliás o próprio CECC acolhe um projeto de investigação sobre Tradução e Censura, da nossa responsabilidade.

Os relatórios sobre os livros, elaborados pelos censores e por eles numerados sequencialmente à mão, eram depois levados à decisão do Diretor dos Serviços que, a maioria das vezes, concordava com a decisão do “leitor”, aprovando, proibindo, ou aprovando o exemplar com cortes. Nos estudos que se seguem, estes relatórios serão identificados com **R**, seguido do respetivo número e, depois da **/**, o ano a que respeitam (Ex: R305/1935).

Do trabalho com os relatórios resultaram tanto estudos de carácter mais sistemático sobre décadas [**Sobre a coexistência entre cultura nacional e literatura internacional durante o Estado Novo de Salazar** (Capítulo 1) e **Livros estrangeiros em Portugal e o discurso da Censura nos anos 50** (Capítulo 2)], como outros sobre assuntos consabidamente “delicados” para o regime: **A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura 1934-1940** (Capítulo 3) e **As mulheres e a Guerra Civil de Espanha na Censura 1936-1939** (Capítulo 4). Analisaram-se ainda como foram apreciados dois autores à partida de pensamento contrário ao Estado Novo: **Bertolt Brecht e a Censura do Estado Novo** (Capítulo 5) e **O poder dissolvente da tradução: Simone de Beauvoir na Censura portuguesa** (Capítulo 6).

Os estudos constantes desta parte contêm eventualmente repetições no que respeita às contextualizações históricas e ao funcionamento da Comissão de Censura. Não foram eliminadas, pois cada texto vale por si e poderá ser alvo exclusivo do interesse de um leitor, que certamente estranharia a ausência de enquadramentos contextuais. As informações de carácter estatístico constantes de cada texto refletem o estado do conhecimento e o tratamento dos dados na fase da investigação respetiva, pelo que poderão sofrer alterações em fases posteriores da pesquisa.

## Capítulo 1

# Sobre a coexistência entre cultura nacional e literatura internacional durante o Estado Novo de Salazar<sup>1</sup>

### 1. Introdução

Não cabe definir neste contexto se o conceito de “fascismo” caracteriza de forma adequada o Estado Novo de Salazar (1926/33-1974) (v. Pinto 1991, 1992, 1994). Em todo o caso, os historiadores avaliam este regime de forma clara e inequívoca ao caracterizá-lo como “autoritário”, “antiparlamentar” e “antidemocrático” e consideram-no ainda marcado pelos fundamentos espirituais de um “catolicismo social”. A atuação da polícia política e da propaganda, assim como de uma Censura institucionalizada foi, em grande parte, decisiva para o funcionamento do regime. A Censura revelou-se um instrumento decisivo do controlo do Estado, em particular no que respeita à divulgação da ideologia nacionalista claramente consubstanciada no lema salazarista “Nada contra a Nação, tudo pela Nação”. O carácter autoritário do regime impunha limitações no que respeita à circulação de livros e atingiu com especial dureza autores portugueses. Até agora ainda está sem resposta a questão do efeito da Censura sobre as traduções elaboradas naquele tempo. Com o presente contributo associo-me às investigações que vêm sendo efetuadas há anos em outros países com passado totalitário.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Versão portuguesa, com ligeiras alterações, de “Zur Koexistenz von nationaler Kultur und internationaler Literatur unter dem *Estado Novo* Salazars”, in: *Übersetzen – Translating – Traduire: Towards a ,Social Turn‘?*, ed. Michaela Wolf, Berlin: LIT Verlag, 2006, 317-328.

<sup>2</sup> Dois exemplos são o Colóquio “*Translation in fascist systems – Germany, Italy, Spain*” que se realizou a 8 de abril de 2005, na Universidade de Bolonha, em Forlì, bem como é igualmente de salientar o projeto espanhol de investigação TRACE (= TRAducciones CENsuradas), integrando

## 2. Tradução e política cultural

As minhas investigações encontram-se ainda na fase arqueológica (v. Pym 1998: 5).<sup>3</sup> O presente trabalho considera a tradução como “instituição”, apesar de não ter havido associações de tradutores nem escolas de formação de tradutores no tempo de Salazar, quanto mais a consciência da autonomia e o contributo desta atividade relativamente a muitos aspetos da cultura. Contudo, pode observar-se o seu “rosto público” (“public face”, Hermans 1997: 5) ao considerá-la parte da literatura enquanto instituição. As traduções são, conforme nos ensina Toury, factos da cultura de chegada (Toury 1995: 23ss.). No Estado Novo, para além da literatura propriamente dita (importada) e do livro em geral, o âmbito dos jornais, que constituem objetos igualmente dignos de estudos de tradução. No movimento inverso, e na perspetiva do antigo regime, traduzir significava em primeiro lugar atividade de propaganda: o Estado contratava tradutores que, entre outras coisas, traduziam os discursos de Salazar ou brochuras turísticas para as línguas estrangeiras mais divulgadas. Por vezes conforme as línguas, o próprio ditador escrevia prefácios aos seus discursos traduzidos.<sup>4</sup>

O presente contributo trata sobretudo dos anos 40, uma década à qual as instituições e os especialistas atribuem um particular significado, nomeadamente para a arte portuguesa. São considerados como uma “época de grandes mudanças no âmbito da estética” (Azevedo 1982: 10). Temas como o “movimento neorrealista”, o “surrealismo” e a “abstração na pintura” são características desta época. Na realidade, estas mudanças ocorrem paralelamente e entrecruzam-se com a política cultural controlada pelo Estado e as suas práticas. É com razão que pode falar-se de duas culturas, de duas estratégias de planificação da cultura (Toury 1999). No seu tempo, o salazarismo promovia uma via portuguesa própria para a Arte, caracterizada pelo

---

investigadores de várias universidades espanholas, que já conta com numerosas publicações.

<sup>3</sup> Neste momento (2005) a recolha de dados em que me baseio resulta de primeiras listas de traduções feitas a partir da consulta das seguintes fontes: *Boletim de Bibliografia Portuguesa, Index Translationum*, alfarrabistas e bibliotecas particulares. A recolha ocorreu no âmbito do projeto “História literária e traduções. Representações do Outro na cultura portuguesa”, a funcionar no CLCPB – Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira (Universidade Católica Portuguesa).

<sup>4</sup> Isabel Chumbo, docente do Instituto Politécnico de Bragança realizou investigação sobre este tema. Acrescentei em 2018: prepara neste momento doutoramento sobre o assunto.

“regionalismo”. Esta conceção devia ser aplicada nos âmbitos do *ballet*, teatro, cinema, mas também estar patente em cartazes, cerimónias públicas, e até na exposição das montras (v. Ó 1996: 893ss.). É digno de menção que neste rol não esteja incluído o “livro”, provavelmente considerado mais difícil de domesticar. Embora a atividade literária fosse apoiada por meio de prémios para todos os géneros literários, o regime de Salazar nunca conseguiu reunir um “grupo homogéneo de intelectuais que fossem capazes de proceder a uma compilação sistemática de toda a literatura escrita do nacionalismo” (Ó 1992: 421).<sup>5</sup>

### 3. Tradução vs literatura portuguesa

O *corpus* reunido para o presente trabalho (cf. *supra* nota 3) abrange as traduções de literatura publicadas em livro entre 1935 e 1950. Compreende 598 autores e 1683 títulos (entre os quais 13 autores portugueses sob pseudónimo, o que perfaz 111 pseudotraduções – principalmente de novela sentimental e policiais – (Anexo II). Contaram-se 152 editoras, das quais mais de metade (88) se situavam em Lisboa, 46 no Porto, 8 em Coimbra (então a terceira maior cidade do país), e apenas dez em outros locais. As três tabelas apenas fornecem informações sobre:

- o número de títulos traduzidos por ano (1935-1950) (Anexo I);
- o número de autores por país de origem, com os respetivos títulos e edições (Anexo II);<sup>6</sup>
- os autores mais traduzidos (com pelo menos 10 obras traduzidas), inclusive o número de títulos traduzidos (Anexo III).

---

<sup>5</sup> Não faltaram tentativas. Primeiro foi Albino Forjaz Sampaio na sua obra *Como Devo Formar a Minha Biblioteca*, publicada em 1938. Esta obra sofreu várias reedições. É de salientar que não menciona um único autor estrangeiro, além dos dados bibliográficos. Posteriormente houve a tentativa de João de Castro Osório a quem, em 1947, o SNI (Secretariado Nacional de Informação e Turismo) encarregou de redigir uma *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*. Marcelo Caetano admitiu oficialmente em 1956 o fracasso do regime em conseguir conquistar os homens de letras do país (Ó 1992: 414).

<sup>6</sup> Nesta lista apenas são referidos os países de origem mais frequente. Iguamente importante a este respeito é a questão sobre a língua a partir da qual foi feita a tradução, embora esta seja difícil de apurar, na medida em que as fichas técnicas dos livros omitem quase sempre esta informação.

Atualmente ainda não pode dizer-se se uma futura história da tradução de literatura no Portugal do século xx irá encarar os anos 40 como cesura ou continuidade, ou um misto das duas. No campo da produção livreira, a década de 40 terminou com uma redução desta, conquanto não substancial<sup>7</sup>, embora entre 1942 e 1944 se tenha verificado uma subida surpreendente. Logo a seguir (1945) os números baixaram de novo para só nos anos 50 ultrapassarem os índices anteriormente atingidos (cf. Ó 1999: 134ss.). Nesta época, também pouco mudou no elevado índice de analfabetismo – 40% em 1940, mas ainda 40,4% dez anos mais tarde (Ó 1999: 134ss.). Embora seja certo que o número de traduções entre o total de primeiras edições publicadas é relativamente reduzido – das 3141 primeiras edições registadas em 1940 no Boletim de Bibliografia Portuguesa, apenas 91 são traduções de literatura (sem distinção entre literatura trivial e erudita<sup>8</sup>) – este número sobe consideravelmente já em 1943.

Esta subida é apontada por muitos jornais e revistas, que nas suas reações claramente negativas se servem de designações patológicas para qualificar o fenómeno da tradução. Assim, falam de “febre” e “epidemia” quando se referem ao fenómeno de “imitação, preguiça mental e ímpetos desnacionalizadores” (*Ocidente*, junho de 1943). Ao mesmo tempo falam em “afundamento” da cultura portuguesa e clamam pela acalmia das “fúrias estrangeiristas” (*apud* “Epidemia de traduções” 1943: 2).<sup>9</sup> Criticava-se particularmente o facto de traduções distintas da mesmíssima obra aparecerem muitas vezes com títulos diferentes em variadas editoras. Terão sido sobretudo razões do foro comercial que levaram o Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL) a publicar em

---

<sup>7</sup> Segundo as *Estatísticas da Educação e o Anuário Estatístico* (Instituto Nacional de Estatística, 1940-1973), e quanto ao número de obras registadas em 1.ª edição na Biblioteca Nacional, 1940 começa com um número ligeiramente superior a 3000 títulos, para terminar em 1950 com igual diferença, mas para baixo (*apud* Medeiros 2010: 162). Nota acrescentada em 2013.

<sup>8</sup> Um outro resultado da estatística que aponta para o baixo índice de traduções literárias é o seguinte: na relação nominal das obras de outubro de 1940 até setembro de 1941 encontra-se um total de 817 nomes de autores, entre os quais 178 não são portugueses e cujas obras, ainda por cima, são minoritariamente de natureza literária.

<sup>9</sup> Esta apreciação negativa da atividade tradutória não é de forma alguma nova na cultura portuguesa. Revela a continuação de uma tendência que já vem do século XIX, sobre a qual dispomos de numerosas alusões, sobretudo da parte de autores influentes do Romantismo português como Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

1943, num dos números do seu boletim mensal *Livros de Portugal*, um “Estatuto de Traduções” (LP 1943, n.º 17/18). Este facto reflete de forma explícita as normas características da “disciplina das atividades produtivas”, da “colaboração entre produtores” e da “redução dos efeitos negativos da concorrência” que, em última análise, e de acordo com a doutrina oficial do corporativismo, deviam limitar a livre concorrência (Brito 1996: 219). Nos 12 artigos do Estatuto de Traduções estava previsto, entre outros, levar os editores a enviarem ao GNEL uma lista das traduções planeadas, cuja publicação era, surpreendentemente, possível sem respeitar os devidos direitos de autor. Assim, ganhava o direito de publicação a editora que registasse o seu projeto em primeiro lugar. No caso de serem efetuados registos em simultâneo, confiava-se no “espírito de camaradagem ou na boa vontade para ceder a vez”, para deste modo “evitar concorrência comercial” (LP 1943, n.º 17). Quando não era possível resolver o conflito por esta via, o Grémio reservava-se o direito de intervir disciplinarmente. De resto, mais tarde será reconhecido que este regulamento não tinha qualquer valor jurídico, mas “simplesmente valor moral e económico” (LP 1945, n.º 37). Poucas editoras seguiram esta orientação (*Ibidem*); do mesmo modo foi frequentemente ignorado o dever de inscrição no “Registo de propriedade intelectual”.

#### 4. Tradução e produção livreira dirigida pelo Estado

Tal como acima referido, o Estado Novo tinha dificuldade em conquistar os autores portugueses para o seu desejo de criar uma nova “cultura nacional”. A fim de dar forma a este propósito, foram tomadas medidas contra o analfabetismo, tentou-se uma reforma educativa e foram criadas várias bibliotecas públicas. Neste âmbito devem ser mencionadas as “Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular” que surgiram por iniciativa e à responsabilidade do Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular/SNI, criado em 1944, tendo absorvido o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Aquelas bibliotecas funcionaram de 1945 a 1949 e tinham como objetivo dar a conhecer à população rural as grandes figuras de importância nacional, bem como as questões essenciais da cultura nacional (Ó 1999: 138). Por exemplo, no ano de 1946 a Biblioteca Ambulante do SNI era composta por 311 livros (*Ibidem*: 143). Na área temática da “Viagens e Aventuras” encontramos 78 obras de

quatro autores diferentes, tratando-se exclusivamente de traduções.<sup>10</sup> No grupo “Romance, Conto, Novela, Biografia, etc.” encontram-se apenas 17 títulos estrangeiros entre 73 obras portuguesas.<sup>11</sup> Os restantes 14 grupos temáticos não continham nem uma única obra de um autor estrangeiro.

Já em 1947, devido à falta de ressonância que estas bibliotecas encontraram junto da população, foram decididas outras medidas. As escolas primárias e as Casas do Povo, estas fundadas em 1933, foram equipadas com determinados acervos básicos. Foi precisamente a direção destas instituições que se pronunciou contra a aquisição de literatura estrangeira ou das suas traduções, conforme se pode confirmar nas *Normas Gerais de Organização das Bibliotecas das Casas do Povo* (1947) (*apud* Ó 1999: 145). No fundo, o problema era que a produção literária portuguesa não só revelava pouca pujança, como também era frequentemente de qualidade inferior, um facto acerca do qual não só os editores se queixavam (cf. o relato da escritora Irene Lisboa, em Lisboa 1944).<sup>12</sup> Este estado de coisas explica por que razão o mercado foi precisamente naquela época inundado com um número relativamente elevado de traduções de literatura estrangeira.<sup>13</sup> Também dos diretores das bibliotecas populares vieram críticas análogas. Ainda nos anos 50 os editores são criticados por não conseguirem reunir, em número suficiente, livros de “carácter tradicionalista e nacionalista”. Ao mesmo tempo “algumas empresas mais atrevidas” eram censuradas por viverem “de publicar colecções suspeitas de vulgarização doutrinária ou bibliotecas cosmopolitas” (do *Mensário das Casas do Povo*, n.º 102, dez. 1954, *apud* Ó 1992: 418ss.). Nessa época já tinha sido oficialmente iniciada a produção de livros que deviam servir como medida de

---

<sup>10</sup> Mais precisamente: para além das 26 obras de J. Verne e 50 de E. Salgari, havia apenas uma de D. Defoe e outra de J. Swift.

<sup>11</sup> Ramos do Ó faz a este respeito o seguinte comentário: “O repertório não é novo e, afora alguns representantes do nacionalismo literário português [...] os demais autores convocados haviam já deixado o mundo dos vivos [...] insistia-se nos escritores dos chamados períodos romântico e realista de oitocentos [...] de modo a que da sua leitura se saísse quase sempre com revigorado amor à vivência aldeã, microcosmos da paz sem tempo, da família indissolúvel, da harmonia interclassista [...]” (1999: 140s.)

<sup>12</sup> As queixas não se encontram apenas no livro de Irene Lisboa, mas também em *Livros de Portugal* que presta um claro testemunho a este respeito. Nesse tempo, aquele boletim mensal da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros apoiou numerosos concursos para premiar o melhor romancista ou novelista.

<sup>13</sup> Tóury insiste que num contexto destes as traduções constituem a resposta a insuficiências da cultura de chegada (Tóury 1995: 27).

apoio ao *Plano de Educação Popular*, de 1952. No âmbito desse programa o Salazarismo conseguiu finalmente publicar obras escritas de acordo com a orientação do Estado.<sup>14</sup>

### 5. Tradução e Censura

As traduções literárias de que trata a presente investigação encontram-se à margem destas medidas do Estado. Embora se publicassem fora da planificação oficial de cultura, não estavam excluídas da ação da Censura oficial. Os agentes principais desta atividade exercida com minúcia eram militares de carreira que, no papel de “leitores” – isto é, censores – escreviam um relatório por cada livro que lhes era submetido. Com base nestes relatórios pode ter-se uma noção muito precisa do alcance deste controlo que o Estado julgava exercer sobre o pensamento, a moral e os costumes dos portugueses. Se encararmos os serviços de Censura como sistema social que reproduzia com a maior clareza a ideologia da qual era o próprio produto, tornar-se-á claro como o discurso destes relatórios refletia as linhas mestras da política externa (e interna) de então e a própria imagem do regime.

Uma visão de conjunto sobre os relatórios dos anos 40 consultados<sup>15</sup> (cerca de 1500) permite as seguintes observações provisórias:

- Eram regularmente sujeitos à Censura livros, folhetos e brochuras (maioritariamente provenientes de França, mas também de Portugal) que tivessem algo a ver com política e ideologia (marxismo-leninismo, União Soviética, guerra), moral (sexo, erotismo e controlo da natalidade), temas sociais (pobreza, revolução) e, por vezes, também religião.

---

<sup>14</sup> Este programa funcionou até 1970 inclusive. Em quase 20 anos, 80 colaboradores ocasionais apenas produziram 111 obras.

<sup>15</sup> No Instituto do Arquivo Nacional/Torre do Tombo (AN/TT), encontram-se relatórios (originais e cópias) redigidos pelos serviços de Censura sobre livros, folhetos e brochuras que lhes eram submetidos. Não estão catalogados, mas estão todos numerados e assinados por um leitor (censor). Os primeiros destes relatórios datam dos anos 30 e os últimos do ano de 1974, pouco antes da “Revolução dos Cravos” e foram amavelmente disponibilizados para a elaboração deste trabalho. Lamentavelmente, a coleção não está completa. Na Torre do Tombo não se sabe do paradeiro dos relatórios em falta, mas o facto é que alguns em falta estão publicados, embora sem indicação da fonte.

- Até 1943, uma boa parte dos documentos era de carácter propagandístico e tinha origem na Alemanha nazi. Também a Inglaterra e, em parte, os Estados Unidos (a França muito pouco) queriam influenciar a opinião pública portuguesa, recorrendo também à propaganda própria. No que respeita à avaliação de ambos os contendores beligerantes, os censores procuravam satisfazer ambas as partes de igual modo, tal como exigia a política externa portuguesa da neutralidade: “o chefe de Estado alemão” poderia sentir-se tão melindrado como Churchill.<sup>16</sup> Entre 1944 e 1946, os temas políticos diminuíram claramente, para depois voltarem em força em 1947 (União Soviética, marxismo, comunismo), juntamente com as áreas temáticas do sexo e erotismo.
- O número de obras literárias no total de livros entrados é diminuto e menor ainda o de literatura proibida, sobretudo em relação ao cômputo geral (v. lista no anexo IV).
- Os registos dos relatórios de cada livro permitem reconstruir parcialmente a origem dos exemplares: vinham da PIDE, dos Correios, mas também das editoras e, de vez em quando, dos próprios autores.<sup>17</sup> A maior parte dos livros estrangeiros provém de França, seguindo-se – embora a grande distância – a Inglaterra e a Espanha. Já o Brasil como país de origem encontra-se representado com relativamente poucas edições.
- No caso das traduções (com informação da editora e/ou tradutor/a na ficha) nem sempre é indicado se já tinham sido efetuadas ou se se tratava apenas de intenções de publicação. Em todo o caso nunca era a qualidade da tradução que estava em causa, mas sim o conteúdo da obra, que motivava a autorização simples, a autorização com cortes ou a proibição. Os relatórios incluem também frequentemente reflexões acerca do público-alvo: obras houve que foram classificadas como “perigosas” porque podiam cair nas mãos de leitores “imaturos” sem uma “sólida” formação política e moral.

---

<sup>16</sup> Primeiro esta neutralidade foi entendida como distanciamento paralelo em relação a ambos os blocos beligerantes, para mais tarde ser substituído por uma neutralidade “colaborante” a favor dos Aliados. Contudo, a simpatia para com a Alemanha não passava despercebida, o que contribuiu para que conceitos como democracia, liberdade e antifascismo tivessem, para os censores, uma conotação pejorativa.

<sup>17</sup> Posteriormente, pode também reconstruir-se a “viagem de regresso” dos exemplares, por exemplo quando a decisão dos censores ia no sentido de devolver um exemplar confiscado, vindo pelo Correio, ao seu destinatário.

## 6. Conclusão

Se considerarmos que a produção e a importação de livros (por particulares) em Portugal se efetuava em ou de passagem pelos centros urbanos ou regiões costeiras – 74% de todas as livrarias encontravam-se nas capitais regionais e o resto nas sedes distritais, enquanto a produção livreira se limitava apenas às três grandes cidades (cf. Ó 1999: 135ss.) –, pode levantar-se a hipótese de que a literatura estrangeira, com os seus diversos géneros, conseguia satisfazer um público muito diferente daquele que o Estado Novo pretendia atingir com as suas medidas. Se recordarmos mais uma vez o acervo das “Bibliotecas Ambulantes das Casas do Povo” ou também o “Plano de Educação Popular”, compreende-se que os géneros literários que gozavam de grande popularidade junto da maioria dos leitores tenham sido excluídos pelas medidas de censura acima referidas. Livros que pertenciam a estes géneros, tais como romances policiais, novelas sentimentais, literatura juvenil (não se trata de literatura infantil) e até alguma literatura erótica, eram, em grande parte, se não exclusivamente, importados. Portanto, o leitor português médio podia desfrutar da oferta em literatura de entretenimento, assim como o leitor exigente que não dominava línguas estrangeiras não podia queixar-se demasiado da falta de oferta. A hipótese da coexistência entre cultura nacional e literatura internacional durante o Salazarismo, lançada no título do presente trabalho, evidencia-se, portanto, como certa. Pelo menos parece ser esse o caso relativamente aos anos 40.

## Anexo I

### Obras traduzidas por ano (1935-1950)

Ano	Edições traduzidas	Ano	Edições traduzidas
1935	72	1943	175
1936	98	1944	146
1937	132	1945	108
1938	107	1946	155
1939	72	1947	131
1940	90	1948	71
1941	101	1949	95
1942	109	1950	96
<b>TOTAL</b>		<b>1758</b>	

## Anexo II

### Número de Autores por país de origem, número de títulos e de edições

País	Autores	Títulos	Edições
Alemanha	22	67	71
Checoslováquia	1	2	2
China	1	1	1
Dinamarca	3	3	3
Espanha	26	69	71
EUA	35	96	109
França	155	594	616
Hungria	5	8	8
Índia	1	4	4
Itália	31	101	102
Noruega	5	9	9

## Sobre a coexistência entre cultura nacional e literatura internacional

País	Autores	Títulos	Edições
Países Baixos	2	2	2
Polónia	4	6	6
Reino Unido	225	466	488
Roménia	4	8	8
Rússia	16	66	76
Suécia	5	15	16
XXX (A)	13	111	111
ZZZ (B)	44	55	55
<b>TOTAL</b>	<b>598</b>	<b>1683</b>	<b>1758</b>

(A) – Pseudotraduções de autores portugueses.

(B) – País de origem dos autores ainda não esclarecido.

## Anexo III

### Autores mais traduzidos (até 10 títulos)

Autor	País	Títulos
Delly	França	51
Salgari, Emilio	Itália	49
Magali	França	40
Ségur, Condessa de	França	30
Zola, Emile	França	29
Zweig, Stefan	Áustria	27
Du Veuzit, Max	França	25
Balzac, Honoré de	França	24
Dostoievski, Fyodor	Rússia	23
Bonneau, Albert	França	23
Ponson du Terrail, P. A.	França	22
Dumas, Alexandre (pai)	França	18
Oppenheim, E. Phillips	Reino Unido	15
Wilde, Oscar	Reino Unido	15

Autor	País	Títulos
Tolstoi, Leo	Rússia	14
Dartey, Léo	França	14
Blasco Ibañez, Vicente	Espanha	14
Hamond, Charles	Reino Unido	13
Dickens, Charles	Reino Unido	12
Foley, Charles	França	11
Liñares Becerra, Concha	Espanha	11
Baum, Vicki	Alemanha	11
Caine, Hall	Reino Unido	10
Christie, Agatha	Reino Unido	10
Richter, Charles	Reino Unido	10
Bernage, Berthe	França	10
Derthal, Louis	França	10
Hugo, Victor	França	10
Buck, Pearl	EUA	10
Queen, Ellery	EUA	10
Perez-Escrich, Henrique	Espanha	10

## Anexo IV

### Literatura estrangeira proibida 1938-1948<sup>18</sup>

Heinrich Mann, *O Anjo Azul*, 1938

Egon Erwin Kisch, *La China Ensanguentada*, 1939

Jorge Amado, *Bahia de tous les Saints*, 1939

Ernesto Gaeser [sic, leia-se Glaeser], *Paz*, 1939

D. H. Lawrence, *L'Amant de Lady Chatterley*, 1939

---

<sup>18</sup> Esta lista foi elaborada por mim com base nos relatórios dos Serviços de Censura, segundo o conhecimento que deles tinha no princípio de 2005. Os nomes dos autores e títulos são reproduzidos conforme surgem nos relatórios. Para este breve contributo, não foi possível dar a devida atenção aos textos dos censores nem à fundamentação das suas decisões (“proibido”, “aprovado com cortes”, “autorizado”).

## Sobre a coexistência entre cultura nacional e literatura internacional

- José Maria Carlos Sellerier, *Tarde Nasceu o Sol*, 1943  
Ilya Ehrenburg, *The Fall of Paris*, 1943  
Erskine Caldwell, *A Estrada do Tabaco*, 1944  
Luis Oteyza, *Rio de Lama*, 1944  
Antonio Fogazzaro, *Pequeno Mundo Moderno*, 1944  
Berta de Suttner, *Os que as Armas Ceifam*, 1944  
Leónidas Andreiev, *Sacha Yegulev*, 1944  
Raymond Radiguet, *Com o Diabo no Corpo*, 1944  
Guy de Maupassant, *Uma Vida*, 1944  
Arthur Schopenhauer, *Da Vida, do Amor e da Morte*, 1944  
Jack London, *O Povo do Abismo*, 1944  
Liviu Rebreanu, *Ion*, 1944  
Stefan Zweig, *A Marcha do Tempo*, 1945 [autorizado com cortes]  
Ignazio Silone, *Fontamara*, 1945  
Maximo Gorki, *A Mãe*, 1945  
H. de Montherland, *As Leprosas*, 1946  
Ivy Litvinov, *Mistério em Moscovo*, 1947  
Henri Barbusse, *Stalin*, 1947  
M. Hoffmann, *Histoire de la littérature russe*, 1947  
Jorge Amado, *Vida de Luis Carlos Prestes*, 1947  
M. Sholokov, *O Don Silencioso*, 1947  
Ilya Ehrenburg, *A Epopeia Russa*, 1947  
Joseph Conrad, *Alma Russa*, 1947 (levantada a proibição em 1948)  
John Reed, *10 Dias que Abalaram o Mundo*, 1947  
André Malraux, *A Condição Humana*, 1948  
Lermontov, *Taman*, 1948  
Louis Aragon, *Les lendemins qui chantent*, 1948  
Louis Aragon, *La Culture et les Hommes*, 1948  
Louis Aragon, *Comme je vous en donne l'exemple*, 1948

## Capítulo 2

# Livros estrangeiros em Portugal e o discurso da Censura nos anos 50

(com Maria Lin Moniz)<sup>1</sup>

### 1. Introdução

O presente estudo vem no seguimento de uma primeira parte apresentada no Colóquio “Translation and Interpreting as a Social Practice” realizado em 2005 na Universidade de Graz, na Áustria (v. Seruya 2006: 317-328, v. texto anterior, II.2). Ambos os estudos fazem parte de uma pesquisa mais vasta sobre literatura traduzida durante a ditadura que governou Portugal ao longo de 48 anos (1926-1974). O registo dessas traduções está em curso no âmbito do projeto *Intercultural Literature in Portugal (1930-2000): A Critical Bibliography*, a funcionar no CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa, em parceria com o CEAUL – Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa.

O estudo apresentado em Graz referia-se sobretudo aos anos 40. É tempo agora de abordar os anos 50. Considerando que a percentagem de obras literárias entre o total de obras estrangeiras submetidas à Comissão de Censura é bastante baixa, decidimos alargar o objeto do presente trabalho e incluir também obras não literárias. Justifica-se esta opção, se tivermos presente o facto de que a decisão de aprovar ou proibir um livro era claramente decidir sobre a sua *circulação* e, a partir daí, da sua eventual tradução. Contudo, são outras as razões que nos motivam: se já muito se disse e escreveu sobre a censura à literatura portuguesa, muito pouco se sabe da proibição ou aprovação de

---

<sup>1</sup> Versão portuguesa de “Foreign books in Portugal and the Discourse of Censorship in the 1950s”, in: *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*, ed. Teresa Seruya and Maria Lin Moniz, Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008, 3-20.

literatura estrangeira. É nossa intenção ainda dar visibilidade ao estudo dos verdadeiros procedimentos da Censura, embora tenhamos plena consciência de que parte do circuito ainda terá de ser reconstruído, nomeadamente no que se refere aos períodos anterior e posterior ao parecer da Comissão de Censura. Trata-se, mais concretamente, de averiguar as formas como a PIDE ou os CTT chegaram às obras para depois as levarem aos censores. Por outro lado, o que aconteceu, na realidade, aos volumes censurados? Esta questão está relacionada com outra que reputamos relevante: qual o verdadeiro alcance, a verdadeira eficácia das proibições? Eram cumpridas, contornadas ou desobedecidas?

Uma outra intenção é lançar um olhar mais atento aos textos dos relatórios, isto é, à argumentação e ao léxico usados pelo leitor/censor e pelo decisor, cujas opiniões não só eram frequentemente diferentes, como eram por vezes antagónicas. Desse modo se poderão identificar e analisar regularidades de linguagem.

## **2. Caracterização política e cultural dos anos 50: dos “Anos de ferro” aos “Anos de chumbo”**

Tal como demonstrado para os anos 40, parece ser possível delinear uma identidade dos anos 50, após os chamados “Anos de ferro” e o reforço da “Política do Espírito” de António Ferro.<sup>2</sup> Não foi irrelevante o facto de, uma vez falhados os seus esforços para atrair ao regime escritores e artistas, ter sido demitido pelo próprio Salazar no início dos anos 50, sem qualquer justificação oficial (Ó 1992: 454). Aliás, também Salazar lamentava (perante Christine Garnier) a falta de talento artístico nacional: “[...] não possuímos hoje grandes pintores nem arquitetos que tenham feito escola e tanto o teatro como a produção literária não conseguiram alargar os seus horizontes” (*apud* Ó 1992: 454). A sua vontade em mudar o panorama permitiria até relações amigáveis com os

---

<sup>2</sup> “Política do Espírito” era o nome atribuído pelo próprio Ferro à política cultural que desenvolvia como chefe do Gabinete de Propaganda (1933-1949). Como jornalista e intelectual de grande talento proveniente do Modernismo português, Ferro (1895-1956) defendeu uma arte nacionalista apoiada pelo estado, tendo como objetivo o aperfeiçoamento do gosto estético da sociedade e do povo e promovendo a criação de uma atmosfera favorável a todos os artistas (v. Ó 1999; Acciaiuoli 2013; António Ferro 2016, estas duas últimas fontes acrescentadas em 2018).

seus opositores políticos que possuíssem talento, ainda que fossem “inimigos do regime” (*Ibidem*). Contudo, os acontecimentos subsequentes viriam contradizer estas declarações, pois os diretores do SNI, por exemplo, eram “burocratas de carreira ou figuras sem contactos sérios no meio intelectual” [que se] limitaram a gerir e deixar morrer as iniciativas encetadas por Ferro” (*Ibidem*).

De acordo com José Augusto França, historiador de arte, um dos acontecimentos marcantes na década foi o choque causado pela nomeação, por Francisco Leite Pinto, Ministro da Educação, do pintor Eduardo Malta para suceder ao falecido Diogo de Macedo, na administração do Museu de Arte Contemporânea (França 1991: 485s.). Entre várias manifestações de desagrado, surgiu um abaixo-assinado subscrito por 200 personalidades ligadas à arte e à literatura da época, provenientes de múltiplos quadrantes ideológicos e estéticos. A publicação do abaixo-assinado foi proibida pela Censura (*Ibidem*: 597).

Em termos políticos, a década de 50 teve também uma identidade própria. As obras de referência classificam-na de forma eloquente como os “Anos de chumbo” (1950-58). A expressão refere-se à aparente calma política que se arrastava desde 1949, quando o regime, devido ao resultado das eleições presidenciais desse ano (Carmona vs Norton de Matos) conseguiu o restabelecimento da “ordem” nas “ruas” e da “paz nos espíritos”, após uma ação policial implacável (Rosas 1994: 408). Quer isto dizer que, derrotados e divididos os opositoristas, restabelecida uma unidade aparente, e sob os efeitos do contexto da “Guerra Fria”, fora restaurada no país a “modorra cinzenta e, à superfície, quase despolitizada de uma vida sem surpresas” (*Ibidem*: 503). Por outro lado, conforme salienta Rosas, em resultado do apoio do Ocidente não só à política externa como também à própria ditadura, o regime de Salazar “parecia mesmo retomar certo arreganho político e ideológico” alcançado através de um renascimento enérgico do discurso “anti-comunista, corporativista, católico, nacionalista, ultramontano” expresso pelo jargão do regime (*Ibidem*). É precisamente o discurso dos censores que trabalham na Comissão de Censura que constitui um *corpus* bastante significativo para o estudo do “jargão do regime”. Como veremos adiante, as regularidades da linguagem usada permitem-nos – e este é um bom ponto de partida – considerar o desempenho discursivo da Comissão como uma espécie de *mise en abîme* dos valores ideológicos predominantes.

As eleições presidenciais em 1958, associadas ao fenómeno conhecido como “terramoto Delgado” assinalam “o princípio do fim do regime de Salazar”

(*ibidem*: 523)<sup>3</sup>. As greves bem-sucedidas dos estudantes em dezembro de 1956 e janeiro de 1957 contam-se entre os acontecimentos que revelam tensões acumuladas sob a já referida “calma aparente”. Por outro lado, devido tanto à divisão interna da oposição como à atitude “bastante débil” de Trigo de Negreiros, à frente do Ministério do Interior, regista-se uma intervenção menos severa da polícia política (*ibidem*: 518). Além disso, a nova onda de emigração e o desenvolvimento industrial da época também contribuíram para “um relativo abrandamento das tensões sociais” (*ibidem*). Em suma, ao evocar hoje o ano de 1960 e o assalto ao navio *Santa Maria*, que ficou conhecido como “Operação Dulcinea”, ou o ano de 1961 e o início da guerra colonial, podemos, sem dúvida, traçar as fronteiras histórico-políticas dos anos 50.

### 3. O *corpus* do estudo e os procedimentos da Comissão de Censura<sup>4</sup>

Vale a pena referir aqui que relativamente à Censura, a legislação mais relevante foi elaborada nos anos 1930 e 1940 (cf. Rodrigues 1980 e Ó 1999). Na realidade foi em 1944 (Decreto n.º 33454 de 23 de fevereiro) que a Censura se tornou oficialmente um órgão de formação política e de propaganda. A Comissão de Censura fazia parte do SNI que, por sua vez, estava sob a supervisão direta de Salazar. Quanto aos procedimentos da Comissão de Censura ao Livro, cujos membros eram principalmente oficiais do Exército, os anos 1950 não trouxeram quaisquer alterações legislativas relevantes.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> José Augusto França, no final da sua obra já mencionada *A Arte em Portugal no Século XX* (1911-1961), retrata, na forma de gráficos, o aspeto sombrio desta década, pelo menos em termos políticos. As colunas dos gráficos referem-se a “factos políticos”, “factos culturais”, “factos artísticos” e “arte no estrangeiro”. Nos anos 50, os únicos factos políticos mencionados são a integração de Portugal na ONU em 1955 e, em 1958, a já referida campanha para as eleições presidenciais chefiada por Humberto Delgado (França 1991: 616-620).

<sup>4</sup> Decidimos não publicar o nome dos censores, de acordo com os princípios arquivísticos do Arquivo Nacional/Torre do Tombo. Além disso, estamos em crer que uma identificação pessoal não seria relevante para o presente estudo, embora se possam verificar algumas diferenças nos seus discursos. Todavia, ficou a impressão geral de que os censores formavam um grupo bastante homogéneo, o que também não era de estranhar.

<sup>5</sup> Para o cidadão comum, a dupla lealdade das Forças Armadas é muito interessante. Por um lado, havia oficiais a fazer censura, papel desempenhado por militares desde o golpe de estado de 1926, que veio pôr fim à primeira República (1910-1926), mas por outro, também eram oficiais

No entanto, a grande questão, aquilo que, de facto, desperta a nossa curiosidade é perceber como começa o processo, isto é, como e de que forma a PIDE e os CTT sabiam informações sobre os livros? Encontraram-se algumas respostas à medida que se iam lendo os relatórios: livros expostos nas montras ou visitas a livrarias (Sá da Costa e Bertrand em Lisboa), onde podiam ser decisivos o título/tópico e/ou a capa do livro. O procedimento dos CTT só pode ser explicado por violação da correspondência privada, de acordo com instruções dadas aos funcionários das Estações de Correios perante sinais suspeitos: tanto a origem (casas editoras,<sup>6</sup> países), como o destinatário. Em alguns casos, embora não muitos nos anos 1950, o nome e morada do destinatário encontram-se concretamente mencionados no relatório, frequentemente nomes sem relevância pública. Por vezes, apesar de proibido, permitiam que o livro fosse entregue ao destinatário (por exemplo, *La Chine ébranle le monde* de Jack Belden ou *Au pays de Staline* de Fernand Grenier). Contudo, há casos intrigantes, dado que não deveriam ter sido incluídos nos temas habitualmente censurados (política, religião, sexo e moral pública). Nesse contexto, por que razão os CTT enviaram para a Censura as *Odes* de Anacreonte (R5410/55),<sup>7</sup> ou obras de Sófocles e Eurípides (R5415/55), de Racine (R5414/55), de B. Constant (R5411/55) ou um livro como *Le premier amour du monde* de Fulton Sheen? Este último seria por certo um caso em que a suspeita recaía no título, ao mesmo tempo que era uma prova de ignorância sobre o autor. Trata-se de um “Livro de um padre católico muito conhecido [...], uma obra sobre os mais elevados princípios morais e de postulado cristão. Inofensivo, portanto.” (R5578/56). Ou por que razão *Memórias Póstumas de Braz Cubas*, do autor brasileiro Machado de Assis também foi intercetado pelos CTT (R5085/53)? Um caso totalmente absurdo é o trabalho didático de Dorothy Bussy *50 Nursery Rhimes*, sobre morfologia e fonética da língua inglesa, que foi aprovado.

---

de altas patentes que lideravam episódios importantes de oposição ao regime de Salazar: basta lembrar o Almirante Quintão Meireles, candidato da oposição conservadora às presidenciais de 1951, o General Norton de Matos, Humberto Delgado, Henrique Galvão, etc.

<sup>6</sup> O censor de *Serioja*, de Vera Panova, escreveu no relatório, pelo seu punho: “Les Éditeurs Français Réunis” é considerada uma casa editora comunista (R5973/57 = R: Relatório, seguido do respetivo número e, depois da barra, o respetivo ano).

<sup>7</sup> Os títulos dos livros são reproduzidos tal como surgem nos relatórios.

## Livros estrangeiros em Portugal e o discurso da Censura nos anos 50

Os livros estrangeiros eram na sua maioria fornecidos pela PIDE ou confiscados pelos CTT. No entanto, em 1953, havia um outro agente, os Serviços da Alfândega. Os livros escritos originalmente em português (tanto de Portugal como do Brasil) eram “apresentados” à Censura, ou seja, os editores e os próprios autores enviavam as obras para aprovação. Os livros em português ou as traduções em português eram requisitados para censura. Um caso houve em 1952 em que a Comissão comprou os livros. Foram oferecidos ao Presidente da Comissão um livro em 1952 e dois em 1954.

Pode dizer-se que a Comissão trabalhou afanosamente, dado que foram lidos cerca de 1897 livros ao longo da década (diz-se “cerca de” porque há relatórios em falta nos Arquivos da Torre do Tombo). Dos exemplares lidos fazem parte cerca de 469 em português; 996 em língua estrangeira (a maioria francês, espanhol e italiano); 268 traduções portuguesas e 159 traduções brasileiras. O ano de 1957 registou o maior número de livros lidos pela Comissão (274), e o ano seguinte, o menor (111).

Os quadros seguintes mostram a percentagem de livros aprovados e proibidos:

Quadro 1 – Livros aprovados e proibidos de acordo com a língua

	Aprovados	Proibidos
Literatura nacional	35%	12%
Literatura em francês	33%	58%
Traduções portuguesas	20%	7%
Traduções brasileiras	7%	10%
Literatura em espanhol	3%	7%
Literatura em inglês	2%	4%
Literatura em italiano	–	2%

Não admira que o maior número de livros lidos pelos censores fosse em francês, tanto originais como textos traduzidos, dada a longa tradição da hegemonia da língua e da cultura francesas na época.

Quais os temas/livros submetidos à Censura? Dividimo-los em “Literatura/Cultura”, “Política/Ideologia”, “Moral/Sexo”, “Religião”, “Didáticos” e “Outros” (sociologia, ciências médicas, monografias, etc.). Embora não haja sempre fronteiras claras entre estas categorias, confirma-se que obras literárias e sobre cultura, bem como livros relacionados com política e moral/sexo foram considerados os mais inconvenientes e rotulados como assuntos de “dissolução social”.

Quadro 2 – Livros aprovados e proibidos de acordo com o tema

	Aprovados	Proibidos
Literatura/Cultura	50%	38%
Política/Ideologia	15%	32%
Moral/Sexo	3%	18%
Religião	5%	2%
Didática	1%	–
Outros	26%	10%

Quem eram os censores? Não se pode afirmar que 100 % fossem oficiais do exército pois não constam nomes nem patentes em alguns relatórios.<sup>8</sup> Apenas cinco são considerados como membros do corpo permanente de censores ao longo da década. No entanto, houve alguns que mantiveram uma atividade regular durante vários anos, enquanto outros se limitaram a participações esporádicas. Em termos gerais, pode afirmar-se que havia um grupo regular de cerca de 20 censores. Predominavam as patentes de tenente, capitão, major, tenente-coronel e, no final da década, coronel, aparentemente por terem ocorrido entretanto algumas promoções. Só em 1959 se encontrou um relatório assinado por um segundo-tenente.

Pelos relatórios apresentados, percebe-se que eram zelosos no seu trabalho. Havia livros aprovados na condição de serem retirados alguns excertos/páginas inteiras, cuidadosamente anotados. Os argumentos invocados

<sup>8</sup> No ano da génese deste estudo (2005) não tinha ainda saído a fundamental obra de Joaquim Cardoso Gomes *Os Militares e a Censura* (2006). De qualquer modo, o período tratado por Gomes vai apenas de 1926 a 1945.

revelam também um bom conhecimento de questões políticas e/ou filosóficas, o que contradiz, de alguma forma, a ideia comum de que eram incultos. Além disso, é importante lembrar que a maioria falava francês, inglês, espanhol, italiano e alemão, o que era apanágio de uma minoria da população portuguesa na época.

#### **4. Critérios de avaliação usados pela Comissão de Censura**

- Não havia *a priori* autores ou temas rejeitados categoricamente. Cada caso era um caso. Por exemplo, temas como a URSS e Estaline, ou autores como Gorki, Pitigrilli, Sartre, Camus, Bertrand Russell e Brecht, tanto podiam ser proibidos como aprovados; no entanto, há uma exceção interessante: o surrealismo e os seus autores (Aragon e André Breton) eram sempre proibidos com firmeza.
- Determinados fatores intervinham nas decisões, tais como a imagem do regime (Colette),<sup>9</sup> o facto de alguns assuntos/obras já serem do conhecimento público através da imprensa, ou se se tratava de autor clássico conhecido em Portugal (Balzac, Dostoievski, Gorki, Hemingway), o que não impedia que algumas das suas obras fossem ocasionalmente proibidas.
- O pronome “nós” era muitas vezes aplicado para exprimir juízos e opiniões, com o intuito de transmitir a ideia de um todo social harmonioso e homogéneo, cujos arautos e guardiões eram estes censores.

#### **5. Os argumentos mais comuns para a proibição**

- Propaganda (proselitismo e apologia)

Tanto em sentido positivo como negativo, este rótulo é atribuído a um elevado número de livros, principalmente de origem francesa e envolvendo

---

<sup>9</sup> *Chéri*, da autora francesa Colette, foi proibido em 1950 por conter “pornografia e ilustrações em demasia”. Quinze anos depois, o livro foi de novo apresentado à censura, mas a proibição foi cancelada (6/5/1965), não só porque os tempos eram mais “ousados no campo da imoralidade”, mas também “atendendo a que se trata de uma escritora consagrada, membro da Academia Goncourt e da Academia Real da Bélgica, a quem o Governo francês prestou especial homenagem promovendo-lhe funeral oficial.” (R4484/50)

qualquer tema referente à URSS (em alguns casos também referente à China), independentemente do seu conteúdo, quer seja histórico, biográfico (Estaline, Trotski) ou filosófico e doutrinal. O mesmo argumento se aplicava a escritores literários como Paul Éluard (R5215/54) e Pablo Neruda (R5273/55), ou ainda a um volume de *Novos Contistas Russos*, numa edição de 1942. Em 1953 esta obra foi reavaliada e proibida por os seus autores serem “comunistas” e os contos “estarem escritos nos moldes da doutrina perigosa e de propaganda do bolchevismo” (R5071/53).

A propaganda propriamente dita não era censurável – os censores não podiam ignorar que eles próprios trabalhavam num departamento de propaganda. A objeção prendia-se apenas com o seu objetivo: é compreensível que a PIDE, à luz dos seus critérios, confiscasse um livro intitulado *Ainsi fut assassiné Trotsky*, de Sanchez Salazar e Julien Gorgin. Apesar disso, foi aprovado porque revelava “a perseguição feroz a que são submetidos no estrangeiro os inimigos de Estaline”, sendo portanto, “de certo modo, um livro de propaganda anti-comunista” (R4322/50), e daí a decisão favorável quanto à sua circulação.

– Moral sexual, doutrina de “dissolução social”

Depois dos argumentos políticos e ideológicos, e falando em termos quantitativos, vem não só a literatura considerada pornográfica, mas também tudo aquilo que pudesse ser considerado ofensivo à luz da moral cristã, relacionado com o casamento, a homossexualidade, o adultério e o divórcio, a satisfação sexual e o controlo da natalidade. Registou-se somente um caso de moral sexual associado com racismo: escreve o leitor/censor sobre *La maîtresse noire*, de Louis-Charles Royer: “romance imoral e desmoralizante da vida de um branco des-civilizado, cafrealizado e desmoralizado pela voluptuosidade das suas relações sexuais com indígenas africanas” (R6190/58).

Vale a pena elencar as expressões e os veredictos mais frequentes:

- sobre *A Grande Jornada*, de Ilias Venezis, considera-se que o livro, além de ser pacifista, contém “passagens de autêntica imoralidade (mas de nojenta lubricidade)” (R4345/50); também as “descrições voluptuosas da mulher” na obra *Les cultes érotiques et leurs dépravations*, de Daniel Thomassen foi causa da sua proibição (R4408/50);
- sobre *Caras Pintadas*, de Pitigrilli: “está cheia de pensamentos e de narrações dissolventes, especialmente para a juventude” (R4613/51); sobre uma obra de Serge Bryal: “coleção de quadros e descrições do maior sensualismo e voluptuosidade e lascívia imagináveis” (R5052/53);

- sobre *La saison chaude*, de Jean Claudio: “romance de ficção de baixo fundo moral, com descrição de cenas amorosas excitantes” (R5041/53);
- sobre *A Reabertura do Paraíso Terrestre*, de Clément Vautel: “Leitura toda ela de grande imoralidade e devassidão”(R5136/54);
- sobre *Guide Internationale de l’amour*, de Louis-Charles Royer: “Julgo de proibir por ser absolutamente luxurioso [...] e um verdadeiro breviário do sensualismo” (R5173/54).

O título desta secção do presente trabalho é, de facto, bastante pertinente: os sentidos e o instinto aplicados ao sexo tinham de ser proibidos, pois que o desregramento da “nossa habitual sensibilidade moral” podia de facto “dissolver” a ordem política (R5186/54). A justificação para proibir uma obra de referência como *Capaz ou Incapaz para o Casamento*, tradução brasileira de um livro de ciência médica, de Th. H. van de Velde, revela-se um epítome eloquente do pensamento dos censores:

Este livro é do género de tantos outros que o Brasil tem exportado para o nosso país e que, dado o rótulo especioso de ciência ou vulgarização profilática escapam à acção da polícia. Na pedagogia sexual sabem os educadores que o essencial não é chamar a atenção para assuntos da sexualidade, mas desviá-la. Não basta conhecer o mal para ele ser evitado [...] (R6055/57).

Além da norma clara sobre educação sexual, vale a pena referir o verdadeiro conhecimento dos censores acerca do mercado livreiro, quanto à circulação em Portugal de livros brasileiros, tanto originais como traduções (cf. Seruya 2007). Estavam também conscientes dos subterfúgios usados para fugir ao seu próprio controlo (um exemplo frequente era a invocação da natureza científica de um livro).

- Realismo (um juízo estigmatizante que significa, no presente *corpus*, “qual o verdadeiro funcionamento das coisas”)

Vejam os exemplos. Sobre *Duelo ao sol*, de Niven Bush lê-se: “tem várias passagens muito realistas [...] mas mesmo assim não vejo inconveniente na sua autorização” (R4364/50); sobre *Les femmes que j’ai aimées*, de Casanova: “A descrição é tão real que a sua leitura é imprópria para menores e torna o livro imoral” (R4433/50); ou *Les dames galantes*, de Brantôme: “Prosa realista ao máximo, por vezes ignóbil quando aborda passagens particulares da vida conjugal” (R5038/53); sobre a tradução portuguesa das

histórias de Guy de Maupassant *Le plaisir* [*O Prazer*] “literatura livre e ultra-realista” (R5464/55). A associação óbvia do realismo com a imoralidade revela o objetivo de impor uma imagem irreal, fantasista, alienante do mundo, o que sempre desempenhou um papel importante nas agendas políticas da ditadura, – “Elites” ou “eruditos” vs “o grande número”

Esta dicotomia, relacionada com os públicos destinatários, classificava e definia o tipo de obras que podiam ser expostas nas montras das livrarias; servia ainda para decidir sobre a circulação de um livro estrangeiro ou da sua tradução. Sobre *Deux essais sur le marxisme*, de Jean Marchal, lê-se: “Autorizadas as livrarias a satisfazerem os pedidos de encomendas dos seus clientes, mas não à exposição pública nas vitrinas” (R5450/55). Um tal argumento reflete claramente que as autoridades conheciam e mantinham a existência da diferença cultural no país. Ao mesmo tempo há uma atitude condescendente e protetora para com os eruditos, os “académicos” e pessoas com formação superior em geral, considerados “de vontade forte e dificilmente influenciáveis” (cf. relatórios sobre Enrique Jardiel Poncella, R4335/50, R4336/50), ao passo que a “população analfabeta” está “particularmente disposta a absorver, sem pensar, as ideias expressas” (R4894/53).<sup>10</sup> E aí reside o perigo, dado que “não se pode restringir as vendas apenas às elites” (R4915/53).<sup>11</sup> Mesmo assim, a obra era muitas vezes autorizada porque estava escrita em francês (era o caso de *Nekrassov*, de J. P. Sartre (R5830/57), ou seja, era acessível apenas a alguns, mas há casos em que os temas eram intoleráveis para os censores: *Une femme à hommes* de Christian Carel “pode ser autorizado atendendo à sua pequena expansão por estar escrito em francês” (R5705/56). Todavia era moralmente inaceitável pelo seu “demasiado realismo”, uma boa razão para ter sido realmente proibido.

O tabu da homossexualidade associado à ideia de escândalo, indecência e doença também é digno de nota. Esta avaliação da homossexualidade também se aplicava aos possíveis leitores, exceção feita a médicos (obviamente incluídos nos académicos). Veja-se o seguinte depoimento a propósito de *Les homosexuels*, de A. M. Krich:

---

<sup>10</sup> Este relatório diz respeito à tradução francesa de *La vie économique de la Russie Soviétique*, da autoria de Calvin B. Hoover.

<sup>11</sup> Este relatório diz respeito à tradução brasileira proibida da obra *Reflexões sobre a Revolução da Nossa Época*, de Harold J. Laski.

Não se pode dizer que a obra seja propriamente pornográfica mas o assunto é absolutamente escabroso [...] a primeira das duas partes [...] não tem qualquer utilidade e apenas põe o leitor em frente da mentalidade ascorosa [sic] do homossexual [sic]. A segunda parte quer sem dúvida dar ao trabalho um aspecto cultural, de interesse duvidoso, dado que a coisa só pode interessar à classe médica [...]. Tendo, porém, em atenção que, posto o livro nos escaparates das livrarias ele fica à disposição de toda a gente e que a sua aquisição será gulosamente desejada por todos os espíritos mórbidos ávidos de leituras de tipo escandaloso, sou de parecer que a obra seja proibida. (R5743/56)

– “Especulação”

O argumento da especulação torna-se particularmente interessante devido à dualidade na manipulação do conceito, isto é, tanto serve para proibir como para autorizar. Veja-se este exemplo: a maçonaria e a sua relação com o catolicismo era um tema polémico na sociedade portuguesa; é este o assunto da tradução francesa de *Franc-Maçonnerie et Catholicisme*, de Max Heindel, sobre a qual os censores escreveram:

Julgo a obrinha de pura especulação filosófica ou histórico-científica. A um católico que bem o seja, não lhe fará moça lê-la. A um indiferente não lhe dará argumentos para alterar a indiferença. A um inculto, não lhe trará cultura. Portanto: não vejo razões para proscrição ou impedimento, dado o carácter da obra, essencialmente ou especulativamente filosófico. (R4665/51)

O *Banquete*, de Kirkegaard (em tradução de Álvaro Ribeiro) também pertence à especulação considerada inofensiva, a “pura especulação filosófica” (R4921/53). Mas, ao mesmo tempo, há a especulação perigosa, o tipo de especulação relacionado com as questões de carácter ideológico ou político, que pode induzir a atitudes críticas em relação às ditaduras. Por essa razão, *L'univers concentrationnaire*, de David Rousset, em que são mencionados os campos de concentração nazis, foi alvo do seguinte comentário: “não será conveniente politicamente a lembrança de tais campos, por motivos que se prendem com a especulação [...]” (R4723/52). Isto é, como já referido acima, causa desconforto preservar a memória histórica do Nacional-Socialismo. Há ainda um terceiro elemento, relacionado com a teoria e a doutrina do pensamento marxista. Por exemplo, acerca de uma edição francesa de textos

selecionados de Babeuf, pode ler-se que “este livro é uma análise histórica de um dos homens, Babeuf, da revolução francesa [sic], no entanto, na III parte é apresentado em especulação de um teórico comunista, assim julgo que esta obra tem um fim político de propaganda comunista, pelo que acho que deve ser proibida de circular” (R4275/55).

– O mal-estar em relação ao Nacional-Socialismo (NS), à democracia e à guerra

Este sentimento segue o discurso da década de 40 e mostra a relutância com que foi digerida a derrota do NS. No que respeita à tradução de *Uma Pequena Aldeia Chamada Lidice*, de Zdena Trinka, o relatório menciona objetivamente o que se passou em Lidice e em Oradour, mas o mais provável é que a razão da proibição esteja relacionada com outro tipo de receio, ou seja, as “referências a propaganda comunizante, falando-se muito num governo mundial de todas as nações” (R4867/53). Se a crítica visava as democracias, então “não há problema se circular”. É o que se passa com a tradução de *A Democracia Falhou?*, de Jean Bayle, onde se apresenta um “estudo sucinto dos países governados por democracias, focando os seus inconvenientes e deficiências [...]” (R4863/53). Neste sentido, se alguém pensasse que o regime português subscrevia o consenso humanista e pacifista do pós-guerra, logo ficaria desiludido ao ler no relatório sobre *L’enseigne de Gersaint*, de Aragon, que “as 13 primeiras páginas consistem numa apologia do conceito de humanidade, antepondo-se, ou melhor: sobrepondo-se ao de Pátria e de Nacionalidade. Também por toda a obrinha andam soltos um derrotismo mórbido e fartas ideias anti-militaristas e pacifistas de marca comunistóide [...]” (R5208/54). Por outras palavras, recomenda-se o controle da temática nacional-socialista, alegadamente com base na política internacional, mas a verdade era que a derrota do NS não podia deixar de perturbar o regime e que a forte germanofilia de certos setores do regime dos anos 40 não retrocedera assim tanto. Neste contexto, a tradução francesa de *Kaputt*, de Curzio Malaparte, “um opositor acérrimo do fascismo” foi considerada inconveniente pelo censor por não lhe parecer “presentemente recomendável trazer outra vez à superfície factos que as actuais conveniências de política internacional aconselham a deixar esquecer” (R5481/55). Aqui está um daqueles casos em que a tradução foi nitidamente proibida, apesar de o texto francês ter sido considerado “tolerável”.

Atendendo ao contexto da Guerra Fria e ao importante papel desempenhado pelas Forças Armadas em prol do regime, pacifismo e antimilitarismo são

assuntos incómodos. O mesmo se passou nos países sob influência soviética, como a República Democrática Alemã, em que esse incómodo passou para obras famosas como a trilogia *08/15* de Hans Helmut Kirst, com tradução de José Saramago (nunca mencionado nos relatórios da Censura). A tradução foi considerada “boa” do ponto de vista literário, mas “inconveniente se contribuir para o desprestígio das Forças Armadas de qualquer país não comunista” (R5789/56). O primeiro volume da trilogia (*0/85 A Guerra*) é considerado “anti-militarista”, pois se temia que aqueles que não estivessem “convictamente cientes da realidade” poderiam “perder o respeito pelas instituições militares” (R5789/56). A tradução francesa de John dos Passos, *Terre élue*, confiscada pelos CTT, foi objeto do mesmo tipo de justificação (R6006/57). Se noutros casos, como por exemplo, em Zola (R4284/50), Balzac (R4286/50), ou Hemingway (R5154/53), o argumento do “grande autor” significava autorização, no caso de Dos Passos, o facto de ser “um escritor mundialmente considerado, com profundos conhecimentos de sociologia e psicologia” foi ignorado. Contudo, as suas imperfeições foram cuidadosamente examinadas e registadas, de modo a que o livro fosse proibido “pela imoralidade que revela, pela mística comunista que revela possuir e da qual pretende fazer propaganda e pelo anti-belicismo que manifesta [...]” (R6006/57).

## 6. Conclusão

Não se pesquisou ainda sobre o que aconteceu aos livros proibidos que a PIDE, os CTT, as livrarias ou outras fontes não identificadas enviaram à Comissão de Censura.<sup>12</sup> Todavia, pode admitir-se que se trata de traduções futuras, pois há relatórios proibindo claramente a circulação dos livros em língua portuguesa, como foi o caso de *La Ciociara*, de Alberto Moravia, cuja tradução, solicitada pela Portugália Editora, foi recusada (R6257/58); por outro lado, autorizar ou proibir a “disseminação” ou “circulação” de uma obra estrangeira apenas dava a entender o significado político que a própria existência da Censura implicava na decisão, tendo em conta que o livro poderia abranger uma comunidade de leitores mais alargada. Um leitor isolado ou alguém da

---

<sup>12</sup> Entretanto [2018] vários exemplares têm sido encontrados na Biblioteca Nacional.

categoria dos “eruditos” não eram olhados como agentes de disseminação do fruto proibido.

Tendo em conta os argumentos constantes dos relatórios, pode afirmar-se que houve uma relação entre tradução e democratização do acesso à literatura (em sentido amplo). Da parte do poder representado na Censura era uma relação de medo em termos psicológicos que, depois, em termos políticos, foi posta em prática através da repressão. Receavam as traduções porque “ficam ao alcance das bolsas que correspondem às camadas menos cultas e para quem a sua leitura pode ser prejudicial” (R4803/52) ou, como escreve um outro censor, “como o livro é acessível ao grande número, julgo de proibir” (R4335/50).

Além disso, temas como o darwinismo ou a pena de morte, por exemplo, eram considerados indesejáveis pelo regime. É o que se pode ilustrar com os excertos seguintes que refletem o julgamento da Comissão a propósito de *La Selección en el Hombre*, tradução argentina da obra de Havelock Ellis, e da tradução francesa *Cellule 2455. Couloir de la mort*, de Caryl Chessman, respetivamente:

As obras desta colecção, embora de fundo científico, visam todas o desenvolvimento e propaganda da orientação materialista da juventude – o que constitui uma das facetas da preparação comunista. É claro que servem aos estudiosos e estão bem nas respectivas bibliotecas. Não devem, contudo, ser vulgarizadas e vendidas numa tradução barata, ao alcance das bolsas que correspondem às camadas menos cultas e para quem a sua leitura pode ser prejudicial. (R4803/52)

[...] autorizar a sua aquisição aos estudiosos interessados. Com efeito, em mentalidades puras e simples de adolescentes, ou nas de “predispostos” porque desequilibrados em potência, a leitura da obra poderá produzir frutos de malefícios extremos. Sou, portanto, de opinião que não deverá ser permitida a venda livre nos escaparates e que não interessa a tradução, visto que, para todos os que nele podem encontrar matéria de estudo e de meditação, por força da sua cultura, podem fazê-lo na língua de origem ou nas traduções existentes. (R5618/56)

A decisão final sobre a obra foi: “Dou a minha inteira concordância ao parecer do Sr. Director Adjunto e assim não será permitida a tradução [sublinhado *sic*] no nosso país, nem a entrada nele de traduções em língua portuguesa editadas no Brasil” (R5618/56). Este e muitos outros exemplos ilustram a oposição da Comissão a um livro que condenava a pena de morte.

Podemos concluir que a esfera restrita da censura ao livro estrangeiro ilustra claramente a agenda antidemocrática do *Estado Novo*: era proibido estar familiarizado com os aspetos mais cruéis ou desagradáveis da vida (**realismo**), pensar e discutir sobre mundos possíveis (**especulação**), deixar os sentidos e o instinto desempenharem o seu papel (**literatura de dissolução sexual, moral e social**), ler sobre regimes adversos e ideológicos (**propaganda**). No final da década de 50, à distância de quase 20 anos, as palavras do político integralista Hipólito Raposo ainda são verdadeiras quando se refere a Portugal como “a célebre República da Ilusitânia” (1940) (*apud* Azevedo 1999: 24ss.).

## Capítulo 3

# A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)<sup>1</sup>

### 1. Introdução

O interesse e a relevância deste assunto são multifacetados. Do ponto de vista português evocamos de imediato as relações complexas, tumultuosas e, por vezes, embaraçosas entre os dois vizinhos ibéricos. Além disso, o período em causa não só recai nos primeiros anos do Estado Novo (1933-1974) como abrange os anos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) que, no campo da política externa, foram o primeiro grande desafio do novo regime português.<sup>2</sup> Por outro lado, foi no ano de 1934 que entrou em funções o novo órgão oficial de censura ao livro, que desde logo se viu confrontado com avultada informação sobre os dois lados do conflito espanhol quando, na verdade, era clara desde o início a posição da ditadura portuguesa em favor da facção nacionalista liderada pelo General Franco. Não admira, portanto, que qualquer publicação vinda de Espanha ou que tratasse de acontecimentos ou atores políticos durante a Guerra Civil, fosse examinada com o maior rigor. O exame estendia-se, aliás, a vários temas para além dos políticos. Por fim, o período de seis anos sob observação (1934-1940) pode ser considerado representativo das principais tendências que orientariam a atividade da Comissão de Censura até 1974, isto é, foram experimentados e consolidados os critérios de avaliação

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão (em inglês) deste texto foi apresentada na Universidade de León (Espanha), na *First International Conference on Censorship and Translation: Text Reception in Southern Europe*, 15-17 maio de 2008. Esta é a primeira publicação em português. Para a publicação do original em inglês v. Seruya 2018.

<sup>2</sup> Considera-se o ano de 1933 (e não 1926) como o início do Estado Novo, pois só nesse ano foi aprovada a Constituição que batizou de Estado Novo o regime saído do golpe de 1926.

para os livros, que o mesmo é dizer para a sua “circulação” (autorizada ou proibida).

Do ponto de vista dos Estudos de Tradução interessa o tópico tradução e censura.<sup>3</sup> Enquanto, por um lado, nem todos os livros estrangeiros apresentados à Censura se inseriam num projeto de tradução – como era o caso, por exemplo, de exemplares intercetados pelos Correios a caminho de particulares que os tinham encomendado – por outro lado, pode assumir-se que a tradução de muitas das obras de que falamos eram parte de uma estratégia de contrabalançar a informação monolítica sobre o que se passava em Espanha. Recorde-se que a população tinha na imprensa e na rádio as suas principais fontes de informação, e que, ao contrário dos livros, aquelas estavam sujeitas a Censura prévia.

Considerando os diferentes aspetos mencionados, começaremos este estudo delineando um contexto para o assunto escolhido, baseado em posições historiográficas sobre a atribulada relação entre Portugal e Espanha nos anos 30. Depois de uma breve descrição do funcionamento da Comissão de censura, ocupar-nos-emos da constituição do nosso *corpus* antes de o apresentar sistematicamente. Na verdade, avançamos com a forte hipótese de o discurso dos censores no período em causa (1934-1940) constituir como que uma *mise en abîme* dos valores políticos e morais do novo regime. Comentaremos de seguida alguns casos concretos mais significativos e concluiremos com uma tentativa de sistematização do argumentário dos censores.

## 2. O jogo dos dois vizinhos ibéricos

O ano de 2006 assistiu em Portugal a uma série de eventos científicos destinados a evocar os 70 anos do começo deste muito particular capítulo das relações entre Portugal e Espanha. O mais relevante terá sido o congresso internacional *Guerra Civil de Espanha: Cruzando Fronteiras 70 Anos Depois*, realizado na Universidade Católica Portuguesa e no Instituto Cervantes de Lisboa (25 e 26 de setembro de 2006, v. Lourenço/Vieira 2007). Em simultâneo, a Fundación Pablo Iglesias teve a iniciativa de complementar este congresso

---

<sup>3</sup> Escrevemos **Censura** quando nos referimos à instituição, caso contrário trata-se de um substantivo comum.

com a exposição *Correspondentes na Guerra Civil de Espanha 1936-1939*; integrava ainda o programa uma série de documentários sobre a Guerra Civil, tendo os estudantes como principal destinatário.

A tradução portuguesa da conhecida obra de Paul Preston *A Concise History of the Spanish Civil War* (1986, 1996) fora publicada em 2005, como que introduzindo as realizações do ano seguinte. Aliás, Paul Preston foi o orador convidado do Congresso referido. Curiosamente, Preston não proferiu uma única palavra sobre o papel de Salazar na vitória de Franco, atribuindo antes ao apoio de Hitler, Mussolini e Chamberlain o sucesso do poder ditatorial do general espanhol (Lourenço/Vieira 2007: 14). Helen Graham, na sua história da Guerra Civil, chega à mesma conclusão (Graham 2006). É interessante verificar que alguma investigação portuguesa recente apresentada no Congresso conclui que o “amigo lusitano” de Franco se veio a revelar vital para a vitória da rebelião de julho de 1936, mesmo o próprio Salazar e o seu regime beneficiando largamente deste apoio (Vicente 2007: 151ss.).<sup>4</sup> Preston não está sozinho na sua interpretação, junta-se a Hugh Thomas e Anthony Beevor. Mas tanto a tese de doutoramento de Alberto Pena Rodriguez *El Gran Aliado de Franco – Portugal y la Guerra Civil Española: Prensa, Radio, Cine y Propaganda* (1998, tradução portuguesa 2007), como o seu livro posterior sobre o assunto (2009) contribuíram para preencher aquilo que nos parece poder ser chamado de falha. Deve acrescentar-se ainda a investigação de Nelson Ribeiro sobre o papel da *rádio*, que conclui que algumas estações de rádio portuguesas desempenharam um papel decisivo na vitória de Franco (Ribeiro 2007: 169-195). José Miguel Sardica, um historiador que escreveu sobre Salazar e a imprensa portuguesa durante a Guerra Civil, cita o General Miguel Cabanellas (o primeiro presidente da Junta de Burgos) que, apenas duas semanas depois do *Alzamiento* (agosto de 1936) escreveu a Salazar expressando “o nosso mais profundo e sincero agradecimento pela atitude espontânea, nobre e generosa com que esse país, essa imprensa e essas estações de rádio compreendem e aliviam com o seu carinhoso apoio os momentos tão duros que actualmente vivemos e sofremos com o nascer de uma nova Espanha” (Sardica 2007: 219). Além disso, é devido recordar que dois anos mais tarde (1938) o irmão

---

<sup>4</sup> César de Oliveira, um historiador de referência no assunto em causa, considerou acertadamente que tanto a consolidação da Frente Popular em 1936 como a derrota militar do *Alzamiento* em julho de 1936 teria conduzido à situação insustentável de dois regimes opostos coexistindo no pequeno território da Península Ibérica (*apud* Lourenço/Vieira 2007: 198).

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

de Franco, Nicolás, foi nomeado embaixador em Lisboa. Na altura confessou a sua admiração pelos jornalistas portugueses de quem ele, como espanhol, se orgulhava, por estarem a desempenhar tão bem a sua “missão” (*Ibidem*).

No seu novo livro *Ibéria. A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX* (2013) Sardica faz o elenco das áreas em que foi patente o apoio do regime salazarista à causa de Franco: 1 – Apoio material e logístico, incluindo alimentos, combustíveis, remédios e armas, que podiam ser comprados em Portugal; 2 – Apoio financeiro em dinheiro vivo ou empréstimos por particulares e bancos, postos à disposição dos nacionalistas; 3 – Ações de repressão pela polícia política PIDE ao longo das fronteiras, PIDE essa que também vigiava as atividades dos “refugiados vermelhos”, que acabavam deportados, mesmo para zonas de controle nacionalista; 4 – No campo da informação, dos *media* e da opinião pública, recorria-se à Censura, à propaganda e, em geral, à manipulação de jornais<sup>5</sup> e rádio para convencer os Portugueses, e tentando convencer os espanhóis da justeza da causa nacionalista, ao mesmo tempo que apenas os “vermelhos” cometiam atrocidades contra a Espanha; 5 – Ajuda militar direta, quer encorajando o alistamento de voluntários (os “Viriatos”), quer fazendo vista grossa ao trânsito de armas italianas e alemãs a caminho de Espanha, atravessando território português; 6 – Iniciativas governamentais no palco político-diplomático, uma frente muito relevante na qual Salazar atuava como embaixador e porta-voz de Franco, especialmente nos esforços para convencer Londres da necessidade de um regime ordeiro em Madrid (Sardica 2013: 134-136).

Fernando Rosas, outro reconhecido historiador, escreve sobre os efeitos da Guerra espanhola e aponta uns quantos factos que claramente mostram como esta encorajou as tendências fascizantes do regime português: 1 – Sob a “ameaça vermelha”, a polícia política prendeu o mais elevado número de prisioneiros da sua história; 2 – Abriu-se o campo de concentração do Tarrafal; 3 – Passou a ser obrigatória uma “declaração anticomunista” para quem queria entrar na Função Pública; 4 – Milícias organizadas adotaram camisas verdes, a saudação romana a paradas militares; a *Legião Portuguesa* e a *Mocidade Portuguesa* (esta claramente decalcada da Juventude Hitleriana, *Hitlerjugend*) fundaram-se; 5 – O Ministério da Educação Nacional do ministro Carneiro

---

<sup>5</sup> De acordo com César de Oliveira, dos 10 diários portugueses influentes, só um, o *República*, se podia dizer defender timidamente a causa republicana (*apud* Lourenço/Vieira 2007: 211).

Pacheco concebeu o plano para a “reconversão das almas”; 6 – Intensificaram-se os contactos com a Itália fascista e a Alemanha nazi; 7 – Instalou-se o culto de personalidade à volta de Salazar e ele próprio assumiu as principais pastas governamentais; 8 – A “propaganda nacional” e a Censura passaram a controlar a imprensa, as artes e o cinema recorrendo a um discurso nacionalista, anticomunista e profranquista (Rosas 1998: ix).

Contudo, e por outro lado, a política de Salazar em relação a Espanha era mesmo um pau de dois bicos, pois se é verdade que a vitória republicana teria significado o seu fim, também a vitória de Franco aumentaria a ameaça de anexação de que se ouvia falar bem alto nos meios falangistas durante a Guerra Civil. Assim, nos círculos superiores do Estado Novo recomendava-se uma atitude de “discreta prudência” perante os sucessos nacionalistas, pois encaravam a preservação da soberania portuguesa como a única recompensa pelos serviços prestados. O próprio Salazar sublinhou a dimensão ideológica do apoio português (“Em todos os domínios onde era livre a nossa acção ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã, diretamente ameaçados por doutrinas e regimes que só os que andam à cata de desilusões esperam converter [...]”, Salazar 1943: 148), embora certamente se tenha sentido mais reconfortado pelo fator político: o Pacto Ibérico (assinado em março de 1939) estipulava tanto a amizade como a não-agressão.

### **3. A Censura ao livro estrangeiro**

#### **3.1. A Comissão de Censura como instituição**

A Comissão de Censura aos livros e outras publicações não-periódicas (portugueses, estrangeiros e traduções) iniciou a sua atividade em 1934, após a publicação da Constituição que legitimou o Estado Novo em 1933. O mesmo dia exatamente (11 de abril) viu nascer a primeira legislação sobre censura (Decreto-Lei 22469). A Censura prévia passou a vigorar para publicações periódicas quando tratassem assuntos políticos ou sociais. Não estando os livros sujeitos a Censura prévia, chegavam à Comissão por via da PIDE (que “visitava” as livrarias, por exemplo), dos Correios (o que implicava violação de correspondência, em caso de destinatários ou editoras identificadas, considerados “suspeitos”), por vezes também da PSP. Um pouco mais tarde, também

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

as Alfândegas passaram a instrumentos da Censura. Há casos ainda de editoras e autores que tomavam a iniciativa de apresentarem os seus projetos à Comissão.

O artigo 3.º do referido Decreto-Lei é muito claro quanto ao que era considerada a função social da Censura:

“A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade.” (*apud* Rodrigues 1980: 71)

O próprio Salazar clarificou o seu pensamento naquele mesmo ano de 1933, ao inaugurar o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN):

Os homens, os grupos, as classes veem, observam as coisas, estudam os acontecimentos à luz do seu interesse. Só uma entidade, por dever e posição, tudo tem de ver à luz do interesse de todos. (Salazar 1935: 260)

De facto, muitos censores usavam, nas suas justificações e veredictos, a 1.ª pessoa do plural, certamente para criar a imagem de um pensamento nacional coeso que habitava essa “entidade” porta-voz do “interesse de todos”. O decreto de 1933 foi reforçado três anos mais tarde pelo Decreto-Lei 26589, de 14 de maio de 1936, publicado juntamente com o *Regulamento dos Serviços de Censura* que proibia

[...] “a entrada em Portugal, a distribuição e a venda de jornais, revistas e quaisquer outras publicações estrangeiras que contenham matéria cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas.” (*apud* Rodrigues 1980: 71)

Esta “matéria” pode inferir-se com bastante clareza dos relatórios da Censura de que nos ocuparemos: política e ideologia, religião, sexo e moral, mas, de um modo geral, todas as publicações que defendessem ideias e valores contrários aos do Estado Novo.

### 3.2. Os censores

Os leitores/censores da Comissão de censura eram maioritariamente oficiais do Exército, na sequência da função que haviam exercido desde o Golpe de Estado de 1926 que acabou com a República (1910-1926). Logo se determinou o imediato controlo da imprensa e à Guarda Nacional Republicana (GNR) foi atribuída a tarefa. Só no começo dos anos 70 alguns civis passaram a integrar a equipa de censores (v. Gomes 2006).

### 3.3. A Censura ao Livro

O terreno em que nos movemos não é virgem. Na verdade já há investigação sobre a censura ao livro português (Alvim 1992, Azevedo 1999), a imprensa (Carvalho 1999, Franco 1993, Tengarrinha 2006), rádio (Ribeiro 2005), cinema e teatro (António 1978 e 2001, Cabrera 2013 e Cabrera *et al.* 2014, Carvalho/Di Pasquale 2012). A censura a traduções é, portanto, um campo de pesquisa jovem, mas que já produziu alguns resultados encorajadores (Billiani 2007, Rundle and Sturge 2010 e, para o caso português v. Seruya/Moniz 2008a e Seruya/Moniz/Rosa 2009).

A fonte primária do estudo deste assunto são os relatórios da Comissão de Censura ao livro, guardados no Arquivo Nacional/Torre do Tombo. Estão numerados em sequência cronológica pelos próprios censores (10 011), e abrangem o período entre 1934 e maio de 1974. No entanto, é preciso fazer sempre uma ressalva: c. 22% destes relatórios estão em falta, não tendo sido ainda possível localizá-los. É nossa convicção, porém, que a percentagem em falta, quando encontrada, não deverá alterar substancialmente os resultados, porque a solidez das regularidades observadas, tanto no discurso censório como nas respetivas obras e conteúdos (para além de mudanças ocasionais derivadas de cada conjuntura política) não encoraja a previsão de grandes surpresas.<sup>6</sup> Durante o período em análise (1934-1940) faltam 6% de 1284 relatórios.

---

<sup>6</sup> As surpresas poderão apenas advir do conhecimento que se passa a ter dos exemplares em falta.

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

A decisão de aprovar ou proibir um livro tinha em vista a sua *circulação*, apontando para uma eventual tradução. Do ponto de vista dos censores a tradução constituía um instrumento implícito de uma certa “massificação” ou “democratização” da cultura, já que o livro estrangeiro traduzido ficava, assim, acessível a um público numeroso, tornando-se, portanto, um perigo potencial para o *status quo*. Um exemplo eloquente de como a tradução era percebida como um perigo é o relatório sobre a obra de Harry Wickham Steed *The Press*:

Preconiza a liberdade de imprensa, de pensamento, da palavra e da crítica. Analisa e condena a acção da censura nos países totalitários. [...] Como obra de estudo não há inconveniente na sua expansão na língua de origem, mas a sua tradução em português não traz vantagem dada a opinião parcial do seu autor. (R811-A/39)<sup>7</sup>

Os censores sabiam bem que a palavra democracia não fazia parte do património lexical de Salazar, o que não o impediu de estar sempre atento à opinião pública e fenómenos com ela relacionados, bem como sabia da importância da imprensa nas sociedades.<sup>8</sup> Por outro lado, a realidade da opinião pública e da imprensa nunca se lhe tornaram familiares, o que é facilmente explicável pelas suas ideias elitistas, hierárquicas, conservadoras e ordeiras sobre a sociedade.

## 4. A Espanha e a Guerra Civil na Censura 1934-1940

Passamos agora a relatar como se constituiu o *corpus* para o presente trabalho, a partir dos relatórios dos censores sobre os livros que chegavam à Comissão. Foram os seguintes os critérios de seleção:

---

<sup>7</sup> De aqui em diante os relatórios citados serão identificados por um R, seguido do respetivo número e ano de publicação.

<sup>8</sup> Ao falar sobre a tradição liberal em Portugal (reportando-se ao século XIX e à 1.ª República), Salazar, em 1934, concluindo que a democracia levava ao comunismo, escreve: “O nosso liberalismo soava a falso – foi sempre intolerante e jacobino [...] A sua tendência fatal para a exploração das massas sem benefício palpável do povo, para o igualitarismo em baixo, levava-o [...] para o ódio a tudo o que é superior [...] O seu fim – como vem sendo verificado em todos os países – seria o comunismo, ponto de encontro das mais variadas tendências [...]” (Salazar 1935: 376s.; excerto do discurso “A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa”, 9 de dezembro de 1934).

– Obras sobre a Guerra Civil de Espanha independentemente da língua, dado ser este o tema central do presente estudo; considerou-se pertinente incluir também obras sobre a situação política que conduziu ao desencadear da Guerra;

– Obras em espanhol (incluindo traduções para espanhol) sobre qualquer tema, pois a questão da origem linguística das obras é relevante para a análise das culturas-fonte predominantes; por outro lado, caso se detetem regularidades na relação língua/assunto, tal poderá constituir um facto socioculturalmente interessante.

Como se deduz do primeiro critério, para a seleção das datas não nos cingimos estritamente aos anos da Guerra Civil, pois os seus antecedentes imediatos também tiveram os seus ecos em Portugal. Fechamos o estudo em 1940 por razões semelhantes, isto é, a Guerra Civil teve repercussões (escritas) para além do seu fim.

O quadro que se segue proporciona uma visão geral do nosso *corpus*, assim como permite avaliar o seu peso no total dos títulos apresentados à Comissão.

	Títulos espanhóis submetidos à Censura*	Títulos proibidos	Títulos aprovados	Títulos sem decisão final	Total de número de títulos submetidos à Censura**	Títulos sobre a Guerra Civil	Títulos sobre a Guerra Civil proibidos
1934	36	0	0	30	119	4	Decisão desconhecida
1935	1	0	0	7	8	1	Decisão desconhecida
1936	36	18	15	3	290	4	2
1937	29	19	10	0	155	16	9
1938	37	27	10	0	209	32	23
1939	25	20	5	0	241	5	5
1940	8	1	8	0	262	4	0
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>85</b>	<b>48</b>	<b>40</b>	<b>1284</b>	<b>66</b>	<b>39</b>

\* Textos em espanhol; tópicos relacionados com Espanha; traduções espanholas, incluindo ficção.

\*\* Relatórios disponíveis no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, isto é, não tomando em consideração os que estão em falta.

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

Uma primeira conclusão é que o “assunto espanhol” não foi particularmente visível... A observação do quadro permite algumas conclusões interessantes em termos quantitativos. A situação política espanhola surgiu na Censura logo no início da sua atividade (1934). Apresentaram-se vários títulos atacando a ditadura de Primo de Rivera (nenhum em sua defesa), excluindo muitos o nome do respetivo autor. É causa de alguma surpresa que os censores não os tenham proibido, alegando que o assunto não dizia respeito a Portugal. No ano em que a Guerra rebentou, o número de títulos políticos tratando a própria Guerra Civil é ainda muito baixo (4 em 36), crescendo depois para 16 em 29 em 1937. A maior percentagem (32 em 37) cabe ao ano de 1938, mas descerá visivelmente no ano seguinte (5 em 25). Em 1940, a II Guerra Mundial e a Alemanha tinham-se naturalmente substituído à situação em Espanha na atenção das autoridades (4 títulos políticos em 8).

Para completar esta apresentação do nosso *corpus* importa referir que as suspeitas da Censura atingiam domínios bem para além do político. Os outros dois grandes assuntos presentes são a literatura, na versão romance ou novela sentimental, erótica ou pornográfica – é o caso, por exemplo, das traduções espanholas de Loius-Charles Royer (1885-1970) – e um conjunto significativo de obras sobre o casamento, reprodução, sexualidade e feminismo (no sentido de defesa dos direitos da mulher).

Em boa verdade, os dois assuntos que interessavam aos censores eram a política e o sexo, aos quais a religião ocasionalmente se juntava. É uma escolha que nada tem de surpreendente, pois o próprio Salazar nunca escondeu a primordial importância que sempre deu aos assuntos do Estado e ao papel da família.<sup>9</sup> Por isso abominava, não tolerava o que quer que introduzisse **desordem** na vida política e social: ideias marxistas e comunistas, a democracia ou o que pudesse pôr em causa a autoridade do Estado, a liberdade sexual ou as mulheres emancipadas que levassem à “dissolução” da família, o materialismo e o ateísmo que pusessem em causa a Igreja Católica, uma aliada do

---

<sup>9</sup> Uma das mais famosas afirmações de Salazar diz respeito à relação entre o Estado e a família. No 10.º aniversário da chamada Revolução Nacional, ou seja, a 26 de maio de 1936, foi com grande clareza que afirmou aquilo que, no novo regime, não devia ser questionado e que apelidava de “o conforto das grandes certezas”: “As almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.” (Salazar 1937: 130).

regime. Logo em 1930, quando ainda era Ministro das Finanças, Salazar fez um discurso à volta do conceito de “desordem”, que aplicava à situação vivida durante a 1.<sup>a</sup> República (1910-1926), que ele obsessivamente queria vencer, mantendo-a ao mesmo tempo como aviso, ameaça e lição (Salazar 1935: 67-96).<sup>10</sup> Na “Nova Era”, como Salazar chamava à sua governação, questionar, duvidar ou diferir passaram a ser vistos como uma desordem.

A Censura emerge, assim, como um meio eficaz de ação e controle da nova ordem política. Ela própria era um instrumento da ordem, que Salazar justificava com a sua visão da natureza humana:

Devido ao desequilíbrio do espírito humano, a ordem não é espontânea: é preciso que alguém mande em benefício de todos e que se procure para mandar quem possa mandar melhor. (Salazar 1937: 138)

Regressando ao quadro anterior, tentamos uma primeira leitura dos números aferidos. O ano de 1934 apresenta a anomalia de uma elevada percentagem de decisões desconhecidas, o que provavelmente se pode explicar por falta de organização e de prática no início do funcionamento da Comissão. Quanto à relação entre títulos aprovados e proibidos, pode concluir-se, sem surpresa, que durante os anos da Guerra Civil os títulos proibidos (favoráveis ao lado republicano do conflito) sempre ultrapassaram os autorizados. O ano de 1938 é o que apresenta a maior diferença entre os dois grupos.

Propomos agora uma caracterização geral dos conteúdos do quadro, com exemplos concretos: 1 – As entidades-fonte que levaram os livros à Censura (livrarias, editoras, leitores individuais, etc.) estavam bem informadas. Na verdade, vários exemplares chegaram a Portugal no mesmo ano da sua publicação ou tradução. Assim, a autobiografia ficcional de Ramón Sender, *Contraataque* (1937), baseada no que viveu da Guerra Civil e escrita após ter deixado

---

<sup>10</sup> Trata-se do discurso “Princípios fundamentais da revolução política”, de 30 de julho de 1930, pronunciado perante o Governo e os representantes de todos os distritos e concelhos do país. A relação entre República e “desordem” fica aqui bem patente, pois Salazar a coloca no centro daquilo que intitula de “o problema português”, que o novo regime agora quer inverter, colocando o poder “em situação de prestígio e de força contra as arremetidas da desordem”: “Todos sabem de onde vimos – de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política, na administração pública” (Salazar 1935: 73 e 74). “Desordem” é também a palavra-chave do discurso “Ditadura administrativa e revolução política”, de 28 de maio de 1930 (*Ibidem*: 45-66).

Espanha, foi traduzida naquele mesmo ano para francês (*Contre-attaque en Espagne*), tendo logo chegado a Portugal; a obra de A. Sieberer [nome sic] *Espagne contre Espagne de 1923 a 1937* (assim o título completo) é, afinal, uma tradução francesa do original alemão, da autoria de Berthe Medicin-Cavein, publicada em Genebra em 1937, mas também o seu original *Spanien gegen Spanien* (Wien/Leipzig: Saturn Verlag), ilustrado por Rudolf Bass, saíra no mesmo ano. 2 – Estes dois exemplos revelam o eco que a Guerra Civil de Espanha teve na Europa (por vezes até a nível mais internacional), independentemente da tendência ideológica de cada livro; o circuito mostrado e a receção comparada dos livros (alguns ainda em circulação) em cada país seriam certamente objetos interessantes de estudo. 3. – Apesar de o assunto ser proveniente de Espanha, salta à vista que uma boa percentagem dos livros vem de França, consabidamente a principal influência cultural no Portugal da época e, também neste caso, uma fonte de informação fiável.

Segue-se uma proposta de sistematização do nosso *corpus*, constituído pelos relatórios da Comissão de Censura ao Livro, guardados no Arquivo Nacional/Torre do Tombo.<sup>11</sup>

### 4.1. Livros escritos por mulheres

Constituem um grupo substancial, com a particularidade de todas pertencerem ao lado republicano: Clara Campoamor (*La révolution espagnole vue par une républicaine*, R444/37), Marguerite Jouve (*Vu, en Espagne*, R485/37), Sofia Blasco (*Peuple d'Espagne*, R604/38), Geneviève Tabouis (*Chantage a la guerre*, R665/38), Katharine Stewart-Murray, Duchess of Atholl (*Searchlight on Spain*, R690/38), Pilar Fidalgo (*Une jeune mère dans les prisons de Franco*, R725/38), Dolores Ibarruri (*Pour la victoire*, R962/39). Foram todas proibidas, exceto Clara Campoamor (1888-1972). A aprovação do seu livro

---

<sup>11</sup> Estes relatórios, que respeitam tanto a livros em língua portuguesa como estrangeiros, foram ordenados e analisados por Maria Lin Moniz e por mim própria. Estão já digitalizados e podem ser consultados tanto através dos sites da Torre do Tombo e do CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa, pois a digitalização foi fruto de uma parceria entre as duas instituições. Os relatórios foram todos numerados pelos próprios censores e estão assinados pelo respetivo leitor, que propõe uma decisão, e pelo decisor final. Sobre o processo de identificação de cada relatório v. nota 7. Os títulos dos livros são reproduzidos conforme consta dos relatórios.

é surpreendente, pois se trata de uma política republicana, uma defensora dos direitos da mulher que promoveu o movimento feminista em Espanha, tendo vivido no exílio na Argentina e em França. A Espanha franquista nunca autorizou o seu regresso (morreu em Lausanne). O seu livro foi originalmente publicado em francês em 1937.<sup>12</sup>

Uma vez que a secção seguinte deste livro (Capítulo 4) comporta um estudo aprofundado deste grupo do *corpus*, nada mais se adianta por ora.

## 4.2. Ficção

No campo da ficção, o primeiro caso interessante que vale a pena comentar é o romance de Georges Bernanos *Les grands cimetières sous la lune* (1938). Bernanos (1888-1948) foi um escritor e jornalista em Espanha durante a Guerra Civil que, segundo Martin Hurcombe (Universidade de Bristol) pertence ao grupo dos que relataram a Guerra sem nela terem participado diretamente (“non-interventionist accounts of the war”) (Hurcombe 2003). Bernanos, tal como François Mauriac, simpatizaram de início com a causa nacionalista, tendo depois rejeitado o terror contra civis. *Les grands cimetières sous la lune* deve ter impressionado os censores portugueses, pois o relatório justificativo da proibição do livro é invulgarmente extenso:

O autor apresenta e defende neste livro uma nova filosofia político-social que [...] se poderá chamar de “Universalismo cristão”, combatendo direitas e esquerdas, nacionalismos e internacionalismos, com as suas lutas sociais, duma maneira geral todos os partidos políticos, dirigidos, aliás, por mediócras materialistas [...] faz a apologia da mocidade e da pobreza, ao mesmo tempo que ataca o clericalismo, o capitalismo, a velha burguesia, o militarismo [...] que acusa de responsáveis pela desordem e desgraça sociais, transformando o mundo num cemitério que, em seu entender, só poderá ser salvo por aquela mocidade cristã na sua pureza e simplicidade. [...] Em capítulo aparte narra pormenorizadamente violências e crimes que diz ter presenciado durante longos meses em Palma de Maiorca sob o domínio dum falso general e titular italiano, para

---

<sup>12</sup> Há uma tradução espanhola recente publicada em Sevilha pela editora Espuela de Plata, em 2005.

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

basear os seus ataques ao nacionalismo espanhol, criticando acerbamente os oficiais e o clero daquela nação [...] Julgo de proibir a publicação deste livro em Portugal, não porque nele o nosso país ou as instituições políticas vigentes sejam sequer atingidas, mas pela má fé com que o facciosismo adversário certo exploraria [...] a publicidade [...] nos seus ataques aos nacionalismos em geral [...] (R638/38)

A proibição do livro (leia-se da sua tradução) acabou por se revelar eficaz, já que apenas depois da Revolução de Abril saiu a sua primeira tradução (em 1988). É de notar, no entanto, que traduções de outras obras suas circularam durante o Estado Novo: *A Alegria [La joie]* é de 1929 e o seu famoso *Diário de um Pároco de Aldeia [Journal d'un curé de campagne]* é de 1936 e foi sendo publicado por três diferentes editoras antes de 1974.

Ramón J. Sender (1902-1982), um opositor declarado de Franco que teve de se exilar a partir do fim da Guerra Civil e é considerado em Espanha um dos maiores romancistas da sua geração, nunca foi traduzido até 1974. As três obras políticas suas levadas à Censura foram todas proibidas: *Carta de Moscu sobre el amor* (1936), *Madrid-Moscú* (1936) e *Contre-attaque en Espagne* (1937, sendo o original, *Contraataque*, do mesmo ano). Embora de menor peso dentro da sua obra, a verdade é que estes títulos (e a sua proibição) sublinham a falta de informação sentida por certos setores do público leitor, em relação ao lado republicano do conflito. Mas revelam também que esses leitores sabiam bem onde ir buscá-la. Acrescente-se que estas três obras constam dos registos da Biblioteca Nacional de Portugal. A *Carta de Moscu sobre el amor* apresenta a data de 1934 e pertencia a um particular<sup>13</sup>, as outras duas, com as datas respetivas de 1934 e 1937, também podem ser consultadas na BNP.

No campo da literatura erótica encontramos o caso interessante de Joaquín López Barbadillo (1875-1922) que, no respetivo relatório (R315/36), é dado como autor de *Teresa Filósofa*, obra proibida pelos censores em 1936. Na verdade, López Barbadillo não é o autor, mas sim o tradutor deste clássico do romance erótico do século XVIII (*Thérèse Philosophe*, 1748), em tempos atribuído a um escritor anónimo, hoje em dia a Jean Baptiste de Boyer, Marquês

---

<sup>13</sup> Título completo e grafia correta: *Carta de Moscú sobre el amor (a una muchacha española)*, Madrid: Juan Pueyo, 1934 (exemplar existe na BNP, doado na Coleção Brito Rato).

d'Argens (1704-1771). Barbadillo, além de tradutor, especialmente de Aretino, tinha compilado o *Cancionero de Amor y Risa: En que Van Juntas las Mas Alegres, Libres y Curiosas Poesias Eroticas Del Parnaso Espagnol*, publicado em 1917. Outro romance libertino famoso do século XVIII francês, *Margot la remendona (Historia de una prostituta)*, da autoria de Fourgeret de Montbron (1706-1761), teve uma primeira tradução para espanhol também de Barbadillo, e foi proibido pelos censores portugueses, como era previsível (R316/36).<sup>14</sup> Se pensarmos no ascendente que a cultura francesa tinha sobre os leitores portugueses, a procura de traduções espanholas em vez dos originais franceses causa alguma surpresa.

### 4.3. Textos do País Basco

Uma outra característica marcante do nosso *corpus* é a presença de textos oriundos do País Basco. O texto do sacerdote Iñaki de Aberrigoyen (1909-1988)<sup>15</sup> *7 mois et 7 jours dans l'Espagne de Franco* (1938) chegou à Censura através dos Correios, o que pode significar que se tratou de uma encomenda particular que, por qualquer razão (logo o título?), gerou suspeita.<sup>16</sup> O juízo dos censores foi severo: “Livro de ataque torpe e violento ao nacionalismo espanhol, acusando os partidários de Franco das barbaridades que os comunistas cometem” (R707/38). Um grupo temático dentro dos autores bascos merece destaque: trata-se de três obras, *Le problème basque (vue par le cardinal Goma et le président Aguirre)* (R736/38), do Dr. de Azpillikoeta [sic]<sup>17</sup>, obra publicada em 1938 pelas Éditions Bernard Grasset, *Le clergé basque*, de autor anónimo (R732/38) e *Le cas des catholiques basques*, por J. de Hiriartia (R731/38).<sup>18</sup> As três obras foram proibidas. O destaque referido explica-se pela

---

<sup>14</sup> Os dados aqui recolhidos sobre estas duas obras são da minha autoria, pois as muito poucas palavras que perfazem cada um dos dois relatórios nada dizem de relevante.

<sup>15</sup> Um bom esboço biográfico pode ser lido em <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/eu/azpiazu-olaizola-inaki/ar-17318/>.

<sup>16</sup> O original foi também publicado em 1938, em Barcelona, pelo Commissariat de Propaganda de la Generalitat de Catalunya. Deve ter tido alguma ressonância europeia, pois logo em 1939, saiu uma tradução alemã, da autoria de Maximilian Helffert, na editora Vita-Nova, de Lucerna.

<sup>17</sup> Não encontrei, por enquanto, informações sobre o autor, embora esta sua obra seja frequente na Internet.

<sup>18</sup> Edição em língua espanhola: *El caso de los católicos vascos*, Buenos Aires: Egi-alde, 1939.

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

visibilidade que este tema teve em setores da opinião pública portuguesa, não particularmente simpatizantes da causa republicana. José Luís Andrade escreve, na *alameda digital*, uma revista em linha, sobre “O massacre de inocentes”, referindo-se aos quase 1000 padres católicos, seminaristas e membros de Ordens religiosas, assim como leigos e leigas que foram considerados mártires e beatificados pelo Vaticano desde 1987 (Andrade 2007). Contudo, para o regime de Salazar, o nacionalismo basco, crítico de Franco, era mais suspeito do que a solidariedade para com as vítimas católicas das perseguições republicanas. Para proibir *Le cas des catholiques basques* os censores consideraram que

[...] pretendendo apresentar a defesa dos católicos bascos perante a Guerra de Espanha, mostra-se nacionalista basco contrário aos nacionalistas de Franco de que se considera vítima. Embora escudando-se na doutrina católica, não há vantagem na divulgação do folheto que pode permitir interpretações especulativas. (R731/38)<sup>19</sup>

Na verdade, em certos contextos, o perigo da ideologia sobrepunha-se à defesa da religião e dos seus praticantes. Assim, *Les ouvriers chrétiens sous le gouvernement de Franco*, by Francisco G. de Mardones Zabalandikoetxea, levado à Censura pelos Correios, foi proibido com o simples argumento: “Livro de propaganda comunista” (R725/38).

É de mencionar por fim que o assunto “Guernica” (os bombardeamentos aconteceram em abril de 1937) também chegou à Censura: *Clamor de Euzkadi ante la destrucción de Guernica* foi, sem surpresa, proibido por ser considerado um “órgão dos marxistas espanhóis” (R473/37).

---

J. de Hiriartia e esta sua obra está muito presente na Internet, nomeadamente no site <https://www.worldcat.org/identities/lccn-n88225837/> que informa ter tido esta obra 14 edições entre 1937 e 1940, em espanhol e em inglês (acedido a 31 de maio de 2018). Não se conseguiu, no entanto, informações sobre o autor.

<sup>19</sup> O adjetivo “especulativo” não era sempre usado pelos censores no seu sentido filosófico, mas sim, como neste caso, no sentido de propaganda encapotada de ideias ou causas consideradas condenáveis, pelo que conduzia à proibição da obra que merecesse essa avaliação.

#### 4.4. Livros aprovados

Sublinhe-se, à partida, que a aprovação de livros (e a respetiva argumentação) contribuem para construir a imagem da Censura tanto como os proibidos. O facto é que em qualquer momento do processo de publicação, ou a caminho de quem os tinha encomendado, foram considerados suspeitos por qualquer autoridade envolvida, após o que foi requerido o filtro dos censores. A aprovação, em 1940, da *Histoire de la guerre d'Espagne*, de Robert Brasillach e Maurice Bardèche (R1165/40) não se revela surpreendente, se nos lembrarmos que o escritor Brasillach (1909-1945) foi um colaborador intelectual do Nacional-Socialismo, racista e antissemita, apoiante do regime de Vichy (e executado por traição em 1945). A muito rápida tradução do seu livro, *História da Guerra de Espanha*, foi publicada em 1939 pela Livraria Clássica Editora, de Lisboa, à qual se seguiu uma segunda edição em 1940, pela Livraria Sá da Costa. Estes factos e datas significam que a tradução estava pronta quando o original foi avaliado pelos censores.<sup>20</sup> A história de Brasillach não teve praticamente rivais no mercado português nas duas décadas seguintes, embora não tenha havido novas edições entretanto. Só em 1961 a tradução *A Guerra Civil de Espanha*, de Hugh Thomas, veio introduzir um ponto de vista mais equilibrado (v. Loff 2006).

Quanto a Jérôme (1874-1953) e Jean (1877-1952) Tharaud, os seus escritos pertencem, segundo Hurcombe, à “literatura de viagens francesa pró-franquista” (Hurcombe 2003). Quando o seu livro *Cruelle Espagne* (1938) foi aprovado (R653/38), os dois irmãos não eram estranhos para as autoridades portuguesas. Era prática do SNI, para contrabalançar os seus apertos financeiros, convidar personalidades estrangeiras para visitar Portugal, mostrando-lhes o país de forma seletiva. O historiador João Medina comenta com sarcasmo esta prática:

[...] como paga das belas férias gratuitas neste jardim à beira-mar plantado, escreveram, com efeito, as tais maravilhas de que fala Fernanda de Castro muitos jornalistas desavergonhados [...] mas, também, não poucos escritores de

---

<sup>20</sup> O relatório sobre este livro nada diz além da nota “Tradução portuguesa”. Sobre Brasillach ver Alice Kaplan *The Collaborator. The Trial and Execution of Robert Brasillach*, The University of Chicago Press, 2000.

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

nomeada e maior ou menor mérito, como (para citar só os primeiros que vieram) aqueles que formaram a célebre “embaixada cultural” de junho de 1935: os “independentes” Duhamel, Jérôme Tharaud, Gabriela Mistral, Fernandez Florez, Mauriac, Maetzu, Maeterlinck, Maritain, Unamuno e outros. (Medina 1996: 89s.)

Contudo, o que julgamos que deve ser sublinhado no caso do livro dos irmãos Tharaud apresentado à Censura é que o facto de um dos irmãos ter sido convidado oficial do país não significava, de modo algum, a aprovação automática do seu livro. É um procedimento significativo do funcionamento geral da Censura e seus critérios de avaliação dos livros. Claro que o título “Espanha cruel” não podia deixar de soar suspeito...

### 5. Conclusão: os argumentos dos censores

Os tópicos que escolhemos comentar são uma amostra representativa do nosso *corpus* relativo aos livros sobre Espanha e vindos de Espanha, com um enfoque especial na Guerra Civil. Além disso, se considerarmos todos os títulos examinados pela Censura até à Revolução de Abril, veremos que este período inicial (1934-1940) do trabalho da Comissão de Censura dita já os parâmetros ideológicos das decisões futuras. Podemos sistematizá-los em três argumentos principais que irão ditar a proibição de um livro:

– **“Propaganda”**: este veredicto coube aos livros que defendiam a causa republicana. Juan Vicéns (1895-1969) foi inspetor das bibliotecas populares durante a República (“Espanha vermelha”), segundo os censores. Sobre o seu texto *L’Espagne vivante* o censor escreveu:

Aproveita a propaganda das bibliotecas populares. Para educação das massas proletárias e camponesas, para exaltar a acção da frente popular em Espanha e atacar os nacionalistas como inimigos da instrução e reaccionários a quem a ignorância do povo aproveita. Atribui aos nacionalistas a destruição das bibliotecas populares e o fuzilamento dos professores e bibliotecários.

É um livro faccioso [...] que faz o elogio marxista da Espanha vermelha. [...] (R616/38)

– **Defesa da democracia e do pacifismo:** Marcelino Domingo (1884-1939) foi um ministro republicano que durante algum tempo esteve em contacto com exilados portugueses, como Jaime Cortesão, nos princípios da década de 1930 (v. Travessa 2004: 201s.). O seu livro *Libertad y autoridad* foi proibido porque é um “Livro de Defesa das Democracias e ataque às Ditaduras em geral e em particular à espanhola” (R17/34).

Eugen Relgis (1895-1947) foi um pacifista romeno, de perfil humanista, amigo de congéneres europeus como Romain Rolland e Stefan Zweig, e cuja obra foi traduzida para várias línguas europeias. O seu texto *Los principios humanitaristas* foi considerado um “folheto pacifista, prega o internacionalismo, proclamando que acima do Estado, da Sociedade e da raça está a Humanidade” (R363/1937), tendo sido consequentemente proibido.

– **Assunto imoral** era o veredicto para a literatura erótica ou livros que defendessem a liberdade sexual para as mulheres, como na obra *Al servicio de la nueva generación*, um conjunto de conferências do autor (não mencionado no relatório) após a queda de Primo de Rivera:

Nelas [nas conferências] manifesta o autor as suas ideias liberais avançadas e como tal pugna pela liberdade da mulher [...] com o fim de estabelecer a perfeita igualdade de deveres e direitos de ambos os cônjuges. [...] ataca com veemência a ditadura espanhola e desenvolve a costumada campanha anticlerical [...] (R46/34)

Algo de semelhante passou-se com o livro de Ramón J. Sender *Carta de Moscú sobre el amor*:

É um livro [...] em que se compara o amor do ocidente, burguês e sentimental, com o amor na Rússia depois da revolução de 1917, para concluir que só este é racional e puro por ser livre de preconceitos, nele imperando apenas o instinto [...] (R157/36)

Foi proibido “por ser contrário à moral portuguesa” (*Ibidem*).

Quanto aos argumentos que conduziam à aprovação de um livro, eram os seguintes:

– **Defesa do nacionalismo, do fascismo e da ditadura:** foi o caso da obra de J. Pujol *Quatro Condutores de Povos*. Foi aprovada com a afirmação

## A Espanha e a Guerra Civil no filtro da Censura em Portugal (1934-1940)

lacónica: “Biografia e elogio dos 4 ditadores europeus: Salazar, Hitler, Franco e Mussolini. Sem inconveniente” (R1218/40). Outro exemplo é o livro de A. C. Mathieu *Non! Ce n’est pas Franco qui a commencé*:

Análise e crítica do movimento revolucionário comunista em Espanha. Descreve a acção da franco-maçonaria e do Komintern nas lutas sangrentas de Espanha. Atribui ao bolchevismo, à maçonaria e ao judaísmo internacional todos os crimes cometidos. [...] Defende [...] a actuação gloriosa de Franco. [...] Há toda a vantagem na sua divulgação. (R803/39)<sup>21</sup>

– “**Livro científico**”. Desde o início, os censores mostraram-se muito cautelosos perante obras que consideravam conter uma abordagem científica a assuntos sujeitos a Censura, porque o regime não tinha qualquer interesse em ser acusado de impedir o progresso científico ou de hostilizar as elites. O livro *La vida sexual de los selvages* [sic] foi avaliado nos seguintes termos:

Livro de carácter científico. [...] o assunto é encarado sob o ponto de vista sexual [...] mas unicamente à luz da ciência, sem que a sua leitura ocasione qualquer prejuízo de ordem moral. (R35/34, sem autor mencionado)<sup>22</sup>

Quanto a *El misterio de la vida*, de Lopes Ureña, trata-se de “um livro puramente teórico e que não interessa à acção da censura” (R58/34).<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Não se conseguiram ainda informações sobre estes dois autores, J. Pujol e A. C. Mathieu.

<sup>22</sup> Trata-se da obra de Bronislaw Malinowski (1884-1942), publicada em 1929, da qual não existe qualquer tradução espanhola com este título na Biblioteca Nacional de Espanha.

<sup>23</sup> Trata-se da obra *El misterio de la vida: Ensayo de Biología Universal*, de Francisco López Ureña, publicada em Madrid, 1929, sem mais informações na Biblioteca Nacional de Espanha. Sobre o autor não se conseguiram mais informações.

## Capítulo 4

# As mulheres e a Guerra Civil de Espanha na Censura 1936-1939<sup>1</sup>

### 1. Introdução. Contextos e breve relatório de investigação

A Guerra Civil de Espanha representou um sério desafio ao Estado Novo ainda recente. Na verdade, só a partir de 1933, aquando da aprovação da Constituição, aquela designação foi adotada, sete anos, portanto, após o Golpe de Estado contra a República (1910-1926). Em termos de política externa, a Guerra Civil no vizinho ibérico, com quem Portugal sempre mantivera uma relação complexa e tumultuosa, iria obrigar a uma definição clara de posições da parte da nova ditadura portuguesa – o que não se revelaria difícil, dados os dois partidos em contenda. Dado o empenhamento português na vitória de Franco e o carácter ditatorial do regime, que incluía um controle dos meios de comunicação e das publicações através da Censura institucionalizada, tudo o que viesse de Espanha e tivesse por tema assuntos políticos era examinado meticulosamente.<sup>2</sup> Além desses temas, também os habituais visados da Censura – livros sobre religião, ideologia, moral, sexo – se juntavam aos suspeitos

---

<sup>1</sup> Este trabalho aprofunda e desenvolve um dos aspetos que referi no estudo do capítulo anterior (II.3). Foi apresentado, na sua versão original inglesa, no *I Congreso Internacional de Traducción y Censura en la Literatura y en los Medios de Comunicación*, Universidade de Valência, 28 e 29 de setembro de 2017. Foi organizado pelo Projeto MUTE (*Mujer, Traducción y Censura en España*). Cortei algumas referências da contextualização, para evitar demasiadas repetições, e introduzi novos tópicos, como a ideologia sobre a mulher no Estado Novo. O original inglês será publicado em breve no volume *Traducción, género y censura en la literatura y en los medios de comunicación*.

<sup>2</sup> Censura (com maiúscula) refere-se à instituição e seus organismos, aqui à Comissão de Censura ao Livro, que não era prévia, ao contrário do que acontecia com as publicações periódicas.

de conter matéria “cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas”, conforme rezava o *Regulamento dos Serviços de Censura*, publicado com o Decreto-Lei 26589, de 14 de maio de 1936 (*apud* Rodrigues 1980: 71).

Vários historiadores têm salientado que os acontecimentos em Espanha acabaram por encorajar tendências fascistas no regime português, entre as quais se pode salientar a introdução do “juramento anticomunista” para os funcionários públicos, a criação da Mocidade Portuguesa em moldes semelhantes à Juventude Hitleriana, a intensificação dos contactos com a Alemanha nazi e a Itália fascista (Rosas 1998: ix). Por outro lado, se é certo que uma vitória republicana acarretaria o derrube de Salazar, também o sucesso de Franco aumentaria o perigo de uma anexação de Portugal à Espanha, intenção que corria abertamente nos meios falangistas. Assim, a manutenção da soberania de Portugal era, para o regime português, a única recompensa desejada pela ajuda concreta que Salazar prestou a Franco nos anos da Guerra. Segundo o próprio Salazar, tratou-se de uma ajuda ideológica: (“Em todos os domínios onde era livre a nossa acção ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã, directamente ameaçados por doutrinas e regimes que só os que andam à cata de desilusões esperam converter [...]”, Salazar 1943: 148), embora certamente se tenha sentido mais reconfortado pelo fator político: o Pacto Ibérico (assinado em março de 1939) estipulava tanto a amizade como a não-agressão.

O nosso tópico mais geral para hoje, as mulheres e a Guerra Civil de Espanha, tem já sido objeto de muito estudo, sobretudo a partir dos anos 90 do século xx, tanto por autores espanhóis como ingleses (encontrei um título em alemão, de Vera Bianchi [1974-]). Talvez não por acaso, a maioria destes autores são mulheres. De entre as espanholas são de citar os títulos de Lola Iturbe (1902-1990), destacada ativista anarquista, uma exilada do franquismo em França, onde participou na Resistência francesa contra a ocupação nazi (*La mujer en la lucha social y en la Guerra Civil de España*, 2015), e da bem mais jovem María Virtudes Narváez Alba (1980-), *La imagen de la mujer en la Guerra Civil: un estudio a través de la prensa gaditana (1936-1939)* (2009), bem como de Jordi Creus (1964-) *Dones contra Franco* (Ara Libre, 2007). As autoras de língua inglesa sobressaem, duas obras de Mary Nash (1947-) *Defying male civilization: women in the Spanish Civil War* (Arden Press, 1995, ainda suscitava interesse em 2016, numa interessante recensão de Andrew Griffin) e *Rojas: las mujeres republicanas en la Guerra Civil* (A Biblioteca Nacional de Espanha

indica uma 2.<sup>a</sup> edição de 1999, outra de 2006, pela editora Taurus); Angela Jackson (1946-) publica em 2002, na editora Routledge, *British Women and the Spanish Civil War* (trad. espanhola de 2010). Já em finais do século xx Shirley Mangini González (em 1995) e Jim Fyrth (em 1991) tinham publicado os seus estudos sobre o assunto, e também o Estado espanhol (Ministério da Cultura) promovera em 1989 uma exposição *Las mujeres en la Guerra Civil*. A obra que tivemos a oportunidade de consultar, *Mujeres de la II República*, das Ediciones Guerra de la Veja (2013) faz parte de uma *Historia de la Fotografía* e contém material útil e interessante.

Um autor de língua inglesa merece especial referência, Paul Preston (1946-), especialista em assuntos espanhóis e relações hispano-inglesas, que escreveu, entre outros, uma biografia de Franco e a célebre *A Concise History of the Spanish Civil War* (1986, 1996) com tradução espanhola em 1987 e portuguesa apenas em 2005. Com o título original *Doves of War: four women of Spain* (2002) Preston junta-se à investigação sobre o nosso tópico. Curiosamente, a edição espanhola (*Palomas de guerra: cinco mujeres marcadas por el enfrentamiento bélico*) é de 2001, tendo tido outras edições posteriores, nomeadamente em 2011. A tradução portuguesa desta obra, *Pombas de Guerra: quatro mulheres na Guerra Civil de Espanha* (Porto, 2007) é o único título português sobre o nosso tópico, embora o assunto da Guerra Civil de Espanha tenha interessado vários autores portugueses desde o início do conflito, bem como historiadores, mais recentemente.

Tendo em consideração o foco mais aprofundado deste trabalho, a censura aos livros sobre a Guerra de Espanha escritos por mulheres, continuaremos a contextualização do tema recordando a ideologia do Estado Novo em relação à mulher. Na verdade, há que pôr a hipótese de a censura se exercer não só sobre os conteúdos políticos dos livros como sobre a sua autoria feminina.

Pode dizer-se que o tema da mulher era transversal aos assuntos sexo e moral, pelo que os livros mais claramente censurados eram os que defendiam os direitos da mulher e a sua emancipação, entre outros quanto à livre concepção, ao divórcio ou à prática do chamado “amor livre”, fora da obrigatoriedade do casamento. Tais direitos, na verdade, punham em causa a ideia de família, pilar em que assentava a ordem social na perspetiva do Estado Novo (v. Coelho 2005: 335-337). A mulher era o “esteio da família”. Aliás, basta ler os títulos da muita investigação que existe sobre o tema (Pimentel 2000 e 2011, este intitulado *A Cada Um o Seu Lugar*) para não restarem dúvidas sobre as

concepções e as práticas do regime em relação à mulher. Registe-se, a título de exemplo, o livro *O Estado Novo e as Mulheres*, cujo subtítulo indica “O género como investimento ideológico e de mobilização”. No seu interior deparamos com tópicos como “O antifeminismo, o inimigo a abater” ou “A Escola, ‘Oficina das Almas’ femininas” (s.d. 2001). Eram vários os inimigos da família que a podiam “dissolver” e instalar, assim, a desordem na sociedade. Salazar, logo em 1934, nomeou-os como sendo o racionalismo iluminista e o passado liberal e individualista, mas, “mais do que o liberalismo, era, porém, o comunismo o principal inimigo da família” (Pimentel 2011: 33). Não espanta, portanto, que fossem suspeitas de ideias comunistas todas as obras que defendessem posições ligadas à emancipação da mulher.

## 2. Constituição do *corpus*

O nosso *corpus* é constituído pelas obras sobre a Guerra Civil de Espanha escritas por mulheres, que chegaram à Censura e foram objeto de um relatório, uma decisão autorizando ou proibindo a sua circulação, ou apenas a indicação “Lido pelo Director”.<sup>3</sup> Existem também, nos primeiros anos de funcionamento da Censura, relatórios sem decisão. Para se ter uma ideia geral do lugar do tema da Guerra de Espanha nos primeiros anos da Censura (1934-1939), atente-se no seguinte quadro:

---

<sup>3</sup> Quando um livro não era lido pelos censores, se tivesse sido, por qualquer razão, requisitado pelo Diretor da Comissão de Censura ao Livro ou a ele levado diretamente fosse por que autoridade fosse, a decisão sobre a respetiva circulação era tomada só por ele. Neste caso, a participação dos leitores/censores limitava-se a escrever no relatório “Lido pelo Director”, sem mais texto. Contudo, há exemplares que foram à Censura e se encontram na Biblioteca Nacional, ostentando na capa carimbos com a decisão de proibido ou autorizado.

	Títulos espanhóis submetidos à Censura*	Títulos proibidos	Títulos aprovados	Títulos sem decisão final	Total de número de títulos submetidos à Censura**	Títulos sobre a Guerra Civil	Títulos sobre a Guerra Civil proibidos
1934	36	0	0	30	112	4	Decisão desconhecida
1935	1	0	0	7	8	1	Decisão desconhecida
1936	36	18	15	3	187	4	2
1937	29	19	10	0	156	16	9
1938	37	27	10	0	205	32	23
1939	25	20	5	0	237	5	5
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>84</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>905</b>	<b>62</b>	<b>39</b>

\* Textos em espanhol; tópicos relacionados com Espanha; traduções espanholas, incluindo ficção.

\*\* Relatórios disponíveis no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, isto é, não tomando em consideração os que estão em falta; percentagem dos que faltam: 7,7% (=77).

A observação do quadro permite algumas conclusões interessantes em termos quantitativos. A situação política espanhola surgiu na Censura logo no início da sua atividade (1934). Apresentaram-se vários títulos atacando a ditadura de Primo de Rivera (nenhum em sua defesa), não indicando muitos o nome do respetivo autor. É causa de alguma surpresa que os censores não os tenham proibido, alegando que o assunto não dizia respeito a Portugal. No ano em que a Guerra rebentou, o número de títulos políticos tratando a própria Guerra Civil é ainda muito baixo (4 em 36), crescendo depois para 16 em 29 em 1937. A maior percentagem (32 em 37) cabe ao ano de 1938, mas descerá visivelmente no ano seguinte (5 em 25). Quanto à relação entre títulos proibidos e aprovados, podemos concluir que durante os anos da Guerra os títulos proibidos, em favor da causa republicana, ultrapassaram os aprovados, o que, pelo contexto acima descrito, em nada surpreende.

Quanto aos textos escritos por mulheres, tinham em comum também a oposição a Franco. Julgamos de interesse assinalar que estas mulheres não eram apenas republicanas espanholas, mas também de outras nacionalidades e solidárias com a causa republicana. É de acrescentar ainda que há outros temas, fora do âmbito político, que cá chegaram em língua espanhola, de autoria ideológica variada, também republicana. É o caso de Margarita Nelken

(1894-1968), “alemã, espanhola e judia” (*Mujeres...* 2013: 174-5). O seu livro *Maternologia y puericultura*, originalmente publicado em 1926, é autorizado pelos censores portugueses em 1937 (R353/37)<sup>4</sup>. Não é de excluir que a sua entrada na Censura se devesse também a algum conhecimento que por cá haveria sobre esta grande intelectual e defensora dos direitos da mulher, uma das quatro “Pombas da Guerra” tratadas no livro de Paul Preston (Preston 2007: 317-434).

### 3. A Censura portuguesa à escrita feminina sobre a Guerra Civil

#### 3.1. As mulheres espanholas

As suas obras chegaram em tradução francesa, a língua e a cultura dominantes então em Portugal e cujo prestígio garantia informação credível aos que queriam informar-se sobre o lado republicano do conflito espanhol. Apresentamo-las pela ordem em que aparecem nos relatórios:

– O livro de **Clara Campoamor** *La révolution espagnole vue par une républicaine*, (R444/37) foi aprovado, o que se revela surpreendente, pois se trata de uma política republicana (1888-1972) defensora dos direitos da mulher e que iniciou o movimento feminista em Espanha, uma sufragista que fez aprovar o voto das mulheres em 1931, o qual foi exercido pela primeira vez em 1933. Viveu no exílio em França e na Argentina, nunca tendo sido autorizada a regressar a casa pela Espanha franquista (morreu em Lausanne). O seu testemunho foi originalmente publicado em francês em 1937, mas já era uma tradução do espanhol, por Antoinette Quinche. Curiosamente, a primeira edição espanhola registada pela Biblioteca Nacional de España (BNE doravante) é de 2001 (4.<sup>a</sup> ed., ampliada e revista, em 2011). Clara Campoamor é uma autora reconhecida em Espanha, que lhe prestou homenagem por exemplo em 2006, nos 75 anos da concessão do direito de voto às mulheres (livro de Mari Álvarez

---

<sup>4</sup> Embora fora do âmbito político, não é de excluir que a obra, não registada na Biblioteca Nacional, tivesse também uma intenção política, pois Nelken abriu em 1919 uma obra social para filhos de mães trabalhadoras. De Nelken consta apenas na BNP a sua obra de 1930 *Las escritoras españolas* (Barcelona, Buenos Aires, Ed. Labor). A identificação dos relatórios é feita com um R, seguido do respetivo número posto pelos censores e, depois da barra, do respetivo ano.

Lires) e em 2008 com outro livro de homenagem publicado pela Fundación Audiovisual de Andalucía. Antes do exílio publicou em 1935 *Mi pecado mortal. El voto femenino y yo* (com reedições em 2001 e 2010). No exílio argentino escreveu, entre outros, sobre Sor Juana Inés de la Cruz (Buenos Aires, 1944). Este livro, bem como o seu relato da “revolução espanhola” podem ser lidos em Portugal.

Tal como o título e a data de publicação indicam, o livro que chegou à Censura portuguesa refere-se basicamente ao período de 1936, quando a Frente Popular ganhou as eleições, desencadeando o conflito que resultaria na Guerra Civil ainda esse ano. A republicana liberal Clara Campoamor não deixou de registar as crueldades cometidas pelos dois lados do conflito, não tomando partido claro por nenhum deles, apesar do seu confessado ponto de vista, como se pode ler no seguinte excerto:

A Espanha está hoje em dia entregue à fúria e aos excessos de duas loucuras. Ora, é indiscutível, e não apenas para nós, mas para quem conhece a Espanha, que todos estes excessos não podem ser nem ordenados nem admitidos de ânimo leve pelos dirigentes, num campo como no outro. No entanto, ainda que cometidos por uma minoria de energúmenos ferozes que, dum lado como do outro, impõem os seus instintos criminosos, o certo é que serão os dirigentes das duas forças combatentes que fatalmente deverão assumir as responsabilidades por isso. (Campoamor 1937: 232, minha tradução)

Os censores portugueses só viram no livro o que queriam ver, as críticas da autora ao fanatismo (palavra sua) da sua área de afinidade (a republicana). Passou, assim, na Censura, com o seguinte texto: “Livro imparcial em que se descrevem os pródromos da revolução e os horrores praticados pelos marxistas” (R444/37). Claro que têm razão com a “imparcialidade” da autora, como se viu pela citação acima, porém, o significado da palavra “imparcial” estava para eles, à partida, ocupado com a crítica aos denominados marxistas.

– A obra de **Sofia Blasco** *Peuple d’Espagne* (R604/38) foi “lida pelo Director”, portanto não tem texto nem decisão (v. nota 3 acima). Não só por não se conseguir descortinar uma razão para a vontade do Diretor, a autora tornou-se, para mim, um caso intrigante. É que a BNE não regista nenhuma entrada dela, para além do livro chegado a Portugal. Também não consta na já citada *Mujeres de la II República* (2013). Ora, conforme se pode ler no *site* <http://>

[www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=blasco-sofia](http://www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=blasco-sofia), Sofia Blasco era filha do escritor e jornalista de Saragoça Eusebio Blasco (1844-1903), que não é um desconhecido das letras em Portugal, tendo tido várias obras traduzidas durante o século XIX, como *A bohemía galante* (1888), *A mancha* e *Uma senhora comprometida* (1878 e 1887)<sup>5</sup>.

Nascida em finais do século XIX, foi ela própria dramaturga (teatro ligeiro), ensaísta, jornalista e atriz. O título completo da obra chegada a Portugal é: *Peuple d'Espagne: journal de guerre de 'la Madrecita'* (Paris, Ed. de la Nouvelle Revue Critique, 1938, segundo informação do endereço eletrónico referido, que diz que o livro é “uma espécie de diário literário-ensaístico”). Na nossa Biblioteca Nacional (BNP doravante) há a indicação deste livro, e que a “adaptação francesa” é de Henriette Sauret (1890-1976?), mas a entrada não tem sequer cota, pelo que o livro não estará acessível em Portugal<sup>6</sup>. As informações que a estudiosa Nieva de la Paz nos dá sobre Sofia Blasco resgatam-na, no entanto, do esquecimento:

Comediógrafa de indiscutible repercusión en los escenarios comerciales de los años 20 y 30, Sofia Blasco estrenó entre 1927 y 1933 tres comedias en Madrid, al menos outras três em províncias, y un monólogo cómico, siendo, pues, una de las autoras de comedias más significativas del teatro representado en el período. (Paz 1993: 226)

Por sua vez, Hormigón acrescenta que Blasco foi uma colaboradora da “incipiente imprensa feminista dos anos vinte e trinta”, informando também que, após a publicação da sua obra sobre a Guerra de Espanha em Paris, é difícil obter informações sobre a sua atividade posterior (Hormigón 1996: 282; v. ainda Cabaleiro Manzanedo e Botinas Montero 2003). Só se pode, portanto, especular sobre o conhecimento que o Diretor da Censura teria da autora, para requisitar o livro para si.

– O livro de **Pilar Fidalgo** (1903-1990) *Une jeune mère dans les prisons de Franco* (R725/38) foi proibido, com o seguinte texto: “A autora descreve os martírios que diz ter sofrido nas prisões dos nacionalistas. É um livro de

---

<sup>5</sup> Estes dados foram retirados da Bibliografia *A Tradução em Portugal*, vol. IV (Rodrigues 1994).

<sup>6</sup> A obra existe na BnF (Bibliothèque nationale de France).

propaganda. Proponho seja proibido.” Não há rasto deste livro na BNP. A BNE indica que o livro foi editado em 1938 pelos “Archives Espagnoles”. Existe aqui também uma versão inglesa (*A young mother in Franco's prisons*), com data interrogada de 1938.

As fontes de informação que consegui consultar sobre esta mulher relatam que se deve à historiadora inglesa Helen Graham a chamada de atenção sobre Pilar Fidalgo. Graham, uma conhecida especialista da Guerra Civil, fez, em 2003, uma conferência no Imperial War Museum, de Londres, intitulada “The Return of Republican Memory in Spain”. Nesta ocasião, mencionou o livro *A Death in Zamora*, um relato dos filhos de Ramón J. Sender quando procuravam vestígios de sua mãe Amparo Barayon, assassinada extrajudicialmente em Zamora nos primeiros meses da Guerra Civil. Os filhos de Barayon e Sender localizaram duas das mulheres que tinham estado presas juntamente com a mãe, sendo uma delas Pilar Fidalgo, que foi salva da execução através de um acordo para troca de prisioneiros:

Before the exchange could happen, however, Pilar Fidalgo's own baby, who had been imprisoned with her, had succumbed to illness and died. As many Republican women were imprisoned with their babies or young children, both during and after the war in massively overcrowded and unsanitary conditions, such deaths were not an unusual occurrence [...] Indeed, this seems to have been part of the punishment for their gender transgression. One prison official remarked to Fidalgo that “red” women had forfeited their right to nourish their young [...] ([www.raysender.com/aarticle.html](http://www.raysender.com/aarticle.html))

Pilar Fidalgo introduz no nosso *corpus* um tópico ainda hoje muito doloroso para a sociedade espanhola, “the lost children of francoism, [...] those who were taken from their mothers, Republican women prisoners, and forcibly adopted by Francoist families [...]” (Graham 2003). Sobre este tópico nada há publicado em português, embora os nossos meios de comunicação relatem de vez em quando histórias de reencontros de adultos com a família de origem (v. sitografia na Bibliografia Citada, e ainda *Observador*, *Visão* e *Público*)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Nota acrescentada em 2018: A 27 de junho de 2018 a RTP1, no seu noticiário das 20h, passou uma reportagem da sua correspondente em Espanha Daniela Santiago, dando conta do julgamento de um ginecologista, hoje com mais de 80 anos, acusado de ter participado no roubo de crianças para adoção por famílias franquistas. Todo o contexto foi, portanto, revivido e com

– **Dolores Ibaruri** (1896-1989) é talvez a mulher comunista mais famosa da Península Ibérica, eu própria já desde a adolescência ouvia falar da Pasiónaria, sem acrimónia, mesmo em círculos que não lhe eram afetos. Ao contrário do que o relatório (R962/39) sobre o seu texto *Pour la victoire* (Paris, Ed. Sociales Internationales, 1938) faz supor, não se trata de um “folheto”, mas sim de um livro com artigos e discursos de Ibaruri entre 1936 e 1938, publicados em órgãos espanhóis, franceses e russos. É certo que o dito relatório não tem texto nem decisão, mas o exemplar existente na BNP ostenta na capa um carimbo, não da Comissão de Censura ao Livro, mas dos Serviços de Censura à Imprensa, onde o livro terá ido parar antes, com a decisão “Proibido” (faz parte do próprio carimbo), e a data de 7/8/1939. Acrescente-se, aliás, que, de um modo geral, os censores desconfiavam da editora parisiense em causa, pois, na verdade, dela saíam muitos livros de ideologias bem contrárias às do Estado Novo. As restantes obras da autora que hoje se podem ler na BNP são todas posteriores a 1974, sem qualquer surpresa.

### 3.2. Mulheres estrangeiras solidárias com a causa republicana

– O livro de **Katharine Stewart-Murray, Duchess of Atholl** (1874-1960) *Searchlight on Spain* (Penguin Books, Harmondsworth Middlesex England, 1938) também foi “Lido pelo Director”, portanto sem decisão nem texto (R690/38), mas o exemplar da BNP exhibe na capa dois carimbos, da Direção dos Serviços de Censura e dos Serviços de Censura à Imprensa, com a mesma data, 26/8/1938, e a palavra “Proibido”. Só podemos especular quanto às razões de o livro ter ido parar às mãos do Diretor, mas é razoável pensar que, sendo a autora uma aristocrata inglesa e membro do Parlamento, podia já ser conhecida pela sua obra anterior (*Women and Politics*, 1931; *Conscription of a people*, 1931, esta sobre desmandos do regime soviético, entre outros títulos), além de pertencer à mais velha aliada de Portugal. Mas se recordarmos o empenho de Portugal em convencer a Grã-Bretanha da necessidade de um regime ordeiro em Madrid, já poderemos ter encontrado uma possível explicação para o interesse do Diretor no livro.

---

testemunhos reais.

Este livro da Duquesa de Atholl, que teve três reimpressões no ano da sua publicação, chegou a Portugal juntamente com a sua tradução francesa *Projecteurs sur l'Espagne*, sempre do mesmo ano. De acordo com o seu prefácio ao livro, a autora tinha ido a Espanha em 1937 e, ao regressar, sentira necessidade de clarificar para a opinião pública inglesa o que vira

[...] of a war which from the first, had caused me great anxiety in its international aspect, on account of the foreign help received from the start by the insurgents. My anxiety has deepened as the results of Italian and German intervention have become more evident, and as much British opinion has remained apparently blind to its danger. (Atholl 1938: ix)

Um dos episódios com que exemplifica o desconhecimento dos Britânicos em relação ao que se passava em Espanha é o bombardeamento de Guernica, aliás presenciado por jornalistas ingleses que logo acorreram à cidade reduzida a escombros. A “duquesa vermelha”, como passou a ser conhecida, opunha-se à política britânica de não-intervenção e, apesar dos seus esforços de relatar o que vira de modo “tão objetivo quanto possível” (p. xi), deixa claro de que lado está:

[...] unhappily, the Spanish war has divided Spain largely on class lines, and [...] it has been easier for the wealthier people who support General Franco to make their case known in influential quarters in other countries than for the workers and peasants who constitute the mass of Government supporters. There is therefore much from the Government side which we have not heard, unless we go to Spain [...] (xi)

Quanto às duas autoras francesas:

– **Marguerite Jouve** (1903-1963) foi uma médica e cirurgiã francesa (mulher do médico Paul Jouve), também escritora que, além do seu livro *Vu, en Espagne: Février 1936-Février 1937* (Paris, Flammarion, 1937), publicou cinco romances e duas biografias (de Bernard Délicieux e do Grande Inquisidor de Espanha Torquemada) entre os anos 30 e os anos 50. O seu relato sobre um ano de Guerra Civil foi bem escrutinado pelos censores, que até o citam para justificar a sua proibição (R485/37). Por nós, julgamos interessante citar os censores na íntegra:

## As mulheres e a Guerra Civil de Espanha na Censura 1936-1939

Neste livro a autora descreve os primeiros meses da guerra civil de Espanha, com uma parcialidade revoltante.

Tudo o que é “nacionalista” é traidor, cruel, selvagem, bárbaro, vendido à Alemanha e à Itália, etc, etc. Tudo o que é vermelho aparece simplesmente “rosado” – com a côr de rosa da virtude, da bondade, da filantropia, da caridade, do puro heroísmo, do desinteresse, do civismo, etc, etc.

Conclue [sic] assim:

“Les lueurs rouges que nos voyons de l'aute côté des Pyrenées ne sont pas uniquement des lueurs d'incendie. Il brille en elle les rayons d'une lumière venue de très haut. Si quelqu'un de mes amis de là bas est tenté, a un moment de détresse, d'interroger, de se demander avec angoisse quel nom il convient de donner à cet embrasement, je souhaite qu'il entende cette réponse que prononce, tout à la fin de l'Electre de Giraudoux, le mendiant philosophe: Cela s'appelle l'aurore!”

Proponho que não seja permitida a entrada em Portugal deste livro.

A obra, na sua edição original, existe na BNP. A BNE regista-a, mas sem nenhuma tradução para espanhol.

– **Geneviève Tabouis** (1892-1985) foi uma historiadora e jornalista francesa que parecia já bem conhecida em Portugal, nas palavras do próprio censor (R665/38):

A autora é a conhecida Madame Tabouis, colaboradora de L'OEUVRE, reconhecida anti-fascista. Não admira por isso que neste livro ataque sistematicamente Mussolini e Hitler acusando principalmente o primeiro de inconstante nas suas opiniões [...] A pag. 138, falando das vantagens conseguidas pelo eixo Berlim-Roma na Guerra de Espanha, escreve este período referente a Portugal: “Abandon par le Portugal de sa traditionnelle entente avec l'Angleterre. Le Portugal est dorénavant un satellite de l'Italie et de l'Allemagne qui veille sur les routes de l'Atlantique.” Este período, atentatório do brio nacional, é, talvez, razão suficiente para a proibição do livro em Portugal. (R665/38)

Tabouis tornara-se em 1936 responsável pelas notícias internacionais do jornal, tendo, nessa qualidade, tomado posições claras pró-republicanas. O exemplar desta obra que a BNP possui foi o examinado pelos censores e tem assinalada a passagem referida, bem como, na capa, ostenta o carimbo “Proibido”. A julgar pela origem das suas dez obras (entre as quais a sua autobiografia *Ils l'ont appelée Cassandre* (1942) que vêm referidas na BNP, Tabouis era, de facto, um nome conhecido no país.

#### 4. Conclusão

Apesar de termos tratado um *corpus* reduzido, ele permite algumas conclusões interessantes:

– Todas as mulheres que escreveram sobre a Guerra de Espanha e cujas obras chegaram a Portugal, pertencem ao lado republicano do conflito;

– Havia leitores portugueses atentos ao que se ia publicando sobre esta guerra do lado contrário ao que era apoiado oficialmente pelo regime, publicações estas que não podiam circular livremente; essa atenção reflete-se, entre outros, no facto de os livros cá terem chegado no ano da sua publicação ou tradução, ou muito pouco tempo depois;

– A língua preferida dos leitores portugueses era o francês; na verdade, a França continuaria (até aos anos 70 do século xx) a ser considerada a fonte de informação credível para quem vivia em ditadura e com uma Censura institucionalizada;

– Não se confirma a hipótese de trabalho que colocámos no início de que estas obras pudessem ter sido vítimas de dupla censura; não há rasto, no discurso dos censores, do que poderíamos hoje chamar de crítica de género. Assim se confirma a prioridade absoluta do critério político na hierarquia dos critérios de avaliação dos censores – o que se revela representativo de toda uma atuação durante as quatro décadas da vigência da Censura.

## Capítulo 5

# Bertolt Brecht e a Censura do Estado Novo<sup>1</sup>

### 1. A receção portuguesa de Bertolt Brecht

A história da receção portuguesa de Brecht foi já alvo de um importante trabalho de Manuela Delille e do seu grupo de discípulas à altura (Delille 1991). Aqui se documenta a relevância do estudo deste autor para a história da resistência ao salazarismo (*Ibidem*: 27-58). Com o presente trabalho pretendo apenas registar a passagem do dramaturgo alemão pelos serviços da Censura durante o Estado Novo, acrescentando, assim, um breve capítulo àquela história. A fonte desta investigação são os relatórios dos censores sobre obras de Brecht apresentadas à Comissão de Censura ao Livro, geralmente de proveniência francesa, e ali chegadas por ação da PIDE. Tal acontece apenas a partir de 1955, ou seja, quase 20 anos depois da entrada em funcionamento da Comissão (1934).

Retiro do referido estudo de Manuela Delille algumas etapas da história da receção do autor no nosso país. Ela começa bem cedo, e com um paradoxo, já que foi Júlio Dantas, representante de uma literatura totalmente contrária às concepções politicamente empenhadas de Brecht, quem primeiro mostrou conhecê-lo (1925), referindo-se a *Rufo dum Tambor na Noite* [*sic*], na encenação “cubista” de *Trommeln in der Nacht* nos Kammerspiele de Munique, de 1922.<sup>2</sup> Ainda em 1943 Dantas escreverá dois artigos depreciando o teatro europeu vanguardista e citando novamente o referido drama de Brecht. Um

---

<sup>1</sup> Primeira publicação: “Bertolt Brecht e a Censura do Estado Novo”, in *Jornadas sobre Bertolt Brecht (1898-1956)*, org. Gerald Bär, C. Rodrigues e E. da Silva, Lisboa, Universidade Aberta, 10pp. (DVD).

<sup>2</sup> Trata-se da primeira exibição da peça que, no mesmo ano, estreou no Deutsches Theater de Berlim.

próximo registo ocorre em 1940, em contexto mais politizado, no semanário oposicionista *O Diabo*. “A coragem de escrever a verdade” é a tradução, por Mário Fonseca de Azevedo, da primeira parte do conhecido escrito *Fünf Schwierigkeiten beim Schreiben der Wahrheit*, e integra-se numa série de artigos sobre o papel do escritor no mundo. No pós-guerra imediato M. Delille não encontrou “nem na imprensa periódica nem no teatro publicado ou representado, qualquer vestígio da presença da obra de Brecht” (p. 29). As preferências de grupos experimentais do tempo iam mais para autores norte-americanos, ingleses e franceses. Entre as razões apontadas para esta ausência conta-se a quase inexistência de traduções em línguas acessíveis ao leitor português médio, situação que durará até meados da década de 50 (no caso da Espanha franquista o surto de traduções só se inicia na década de 60).

Entretanto, porém, algumas referências vão surgindo que revelam a consciência da importância do autor na vida teatral contemporânea. Logo em 1949 Luís Francisco Rebello escreve na revista *Vértice* um artigo sobre teatro alemão contemporâneo, modelo que pretende apontar aos dramaturgos portugueses. Confirmando mais uma vez que o conhecimento da cultura alemã na época, tal como a maioria das traduções de textos alemães, se processava por via indireta, Rebello revela que a sua fonte de informação fora o quinzenário italiano *Il Dramma*. Já Ilse Losa em *O Comércio do Porto* faz uma resenha entusiástica de cenas do drama *Mutter Courage und ihre Kinder*, suscitada por recente encenação da peça nos Kammerspiele de Hamburgo (1953), a que terá assistido. Segundo a escritora alemã, residente em Portugal, o meio intelectual nortenho da altura já acolhia favoravelmente traduções francesas de poemas de Brecht que por ali circulavam.<sup>3</sup>

M. Delille indica o ano de 1952 como a data da leitura pública da primeira tradução portuguesa de um poema de Brecht. Entre este ano e 1956 regista

---

<sup>3</sup> Os relatórios dos serviços da Censura, tal como estão guardados em caixas na Torre do Tombo, estão todos numerados, pelo que é possível contabilizar com exatidão aqueles que faltam: num total de 10 011 relatórios, faltam 22,4%. Quaisquer resultados baseados nestes materiais têm, portanto, de ser considerados provisórios. Em relação ao ano de 1953 faltam 28 relatórios de um total de 247. Entre os existentes não figura nenhum que documente a passagem desta tradução pela Censura. Trata-se da tradução de A. Bosquet publicada pela editora Seghers, de Paris, em 1952. Também neste ano de 1952 não encontrei qualquer referência a Brecht.

Os relatórios a citar neste trabalho serão identificados por R seguido do respetivo número; a seguir à / aparecerá o ano só com os dois últimos algarismos, por exemplo: R638/38. Na citação dos relatórios apenas se corrigiram gralhas ou erros ortográficos; os títulos das obras surgem grafados como ali.

vários artigos e traduções na imprensa periódica portuguesa. A partir de 1955 a editora francesa L'Arche lança os três primeiros volumes do *Théâtre Complet* de B. Brecht, a que se seguirão, até 1962, mais sete volumes. Trata-se de um marco fundamental na receção portuguesa do autor, na medida em que o acesso aos textos principais se encontra doravante muito facilitado. Mas, se é verdade que as traduções e outros testemunhos rececionais se vão a partir de agora avolumando, até 1974 é rigorosamente proibida nos teatros públicos a representação de qualquer obra brechtiana.

## 2. O funcionamento da Censura

A Comissão de Censura funcionava num enquadramento legal e institucional, tendo a legislação mais relevante sobre o assunto sido produzida nas décadas de 30 e 40 (v. Rodrigues 1980 e Ó 1999). É certo que a Constituição proclamada em 1933, que legitimaria o Estado Novo, garantia “liberdade de expressão”, mas o Decreto 22469, publicado no mesmo dia e ano, defendia que a censura prévia a publicações periódicas, folhetos e cartazes, sempre que lidassem com assuntos políticos ou sociais, tinha uma função social necessária:

[...] “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida [a censura] por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade” (*apud* Rodrigues 1980: 71).

Embora esta legislação se dirigisse diretamente à imprensa, o próprio Salazar, logo em 1933, mostrou-se preocupado com os livros, tendo encarregado o diretor dos Serviços de Censura, Major Álvaro Salvação Barreto, de escrever um relatório sobre o assunto: “Leituras Imorais – Propaganda Política e Social Contrária ao Estado Novo – sua Repressão”. Este texto iria fornecer o enquadramento para os procedimentos da Censura em relação a publicações não periódicas.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Aqui expresso a minha gratidão a Joaquim Cardoso Gomes por me ter falado deste documento e me ter facultado uma cópia do mesmo.

A Censura ao Livro (livros portugueses e estrangeiros, e traduções) começou a trabalhar em 1934. Ao contrário da imprensa periódica, os livros não estavam sujeitos a censura prévia. Chegavam à Comissão através da colaboração ativa da PIDE/DGS (que, por exemplo, “visitava” as livrarias para apreender livros), dos Correios (CTT) e, ocasionalmente, também da polícia regular (PSP) e das alfândegas. Por vezes, as editoras e até os autores tomavam eles próprios a iniciativa de apresentar as obras para exame.

Os membros da Comissão de Censura eram sobretudo oficiais do Exército, o que se deve ao facto de lhes ter sido atribuído esse papel desde o golpe de Estado de 1926. Só no princípio dos anos 70 é que alguns civis passaram também a integrar a Comissão (ver Gomes 2006).

Chegados à Comissão de Censura, os livros eram objeto de um relatório assinado por um “leitor”, contendo a sua recomendação sobre a futura “circulação” [sic] do livro. Esta recomendação era ou não ratificada por um despacho do decisor escrito no próprio relatório. A autorização (com ou sem cortes) ou proibição de circulação era um veredicto sobre a posse do livro (por particulares), sua venda por livrarias, sua tradução prospetiva ou venda da tradução já feita. Está ainda por fazer um estudo sobre a real eficácia das proibições, na medida em que se conhecem casos de decisões não cumpridas,<sup>5</sup> mas sobretudo porque, dada a inexistência de censura prévia, quando um livro era proibido já tinha às vezes várias edições.<sup>6</sup>

Os assuntos/livros que eram submetidos a censura podem ser inferidos tanto dos textos legais que regulamentavam o seu exercício como da leitura das fontes ideológicas básicas do regime, como eram os discursos de Salazar. Pode dizer-se que, ao longo das quatro décadas de Censura, os principais temas que atraíam a atenção dos censores nunca mudaram, verificando-se

---

<sup>5</sup> A lista oficial de livros proibidos, datada de 1981, é para tomar à letra (Livros Proibidos...1981). Porém, se é verdade que o romance de George Bernanos *Les grands cimetières sous la lune*, proibido (R638/38), nunca foi traduzido antes da Revolução de 1974, outros livros proibidos como *Cellule 2455. Couloir de la mort*, de Caryl Chessmann, viu a sua tradução para português expressamente proibida (R5618/56), mas acabou por ser traduzida em 1959 pela Europa-América (*2455 – A Cela da Morte*) e foi objeto de receção entusiástica mesmo pela imprensa afeta ao regime, e durante vários anos.

<sup>6</sup> A obra *Gretta*, de Erskine Caldwell, foi aprovada com o seguinte argumento: “A obra não é pornográfica, mas um tanto escabrosa. Acontece, porém, que a mesma já foi vertida em português, e editada, pela Livraria Bertrand, indo já na 4.ª edição, sem ter levantado qualquer protesto” (R7847/66).

somente alterações de ênfase conforme o momento político (por exemplo a Guerra Civil de Espanha, a II Guerra Mundial ou o começo da guerra colonial). Poderemos designar esses grupos temáticos de Política/Ideologia, Moral/Sexualidade e Religião. Eram estes os mais temidos pelos censores, pois que, se tratados de forma contrária aos valores do Estado Novo, conduziriam à “dissolução social” – que a Censura estava ali para impedir.

Os censores aplicavam-se a escrever os seus relatórios numa base legal, isto é, informar o decisor final sobre os conteúdos do livro e em que medida se adequavam aos valores vigentes. Enquanto leitores fiáveis de livros “suspeitos” não se esperavam juízos subjetivos nem o uso de critérios pessoais. Havendo sem dúvida diferenças de estilo, o seu discurso acabava por não ser muito diferente. Podem sublinhar-se alguns critérios gerais de avaliação:

– *a priori* não havia autores ou temas que pudessem ser categoricamente rejeitados; justamente o caso de Brecht é um bom exemplo, como veremos, mas podem nomear-se também D. H. Lawrence ou J. P. Sartre, autorizados ou proibidos conforme o texto em causa; mesmo uma autora basicamente rejeitada como Simone de Beauvoir viu alguns livros seus aprovados;

– além do objetivo último de não abalar os fundamentos ideológicos e espirituais do regime, outros fatores eram considerados para a decisão: o prejuízo que uma proibição poderia trazer à imagem do regime no estrangeiro – foi o caso da famosa obra da autora francesa Colette *Chéri*, na qual, apesar de tudo, prevaleceram motivos de política interna; já a consciência do impacto do cinema levava à aprovação de determinado livro com base no facto de o filme nele baseado estar a ser exibido nas salas do país – caso do *Spartacus*, de Howard Fast, ou de *A Ciociara*, de Alberto Moravia; ainda o argumento da grande personalidade (Einstein) ou do grande autor, de “clássicos” como Hemingway ou Gorki e, nos anos 60, Camus, B. Russell ou Bernard Shaw dificultava a sua proibição;

– a tradução em si era considerada subversiva, pois dava às massas acesso a leituras consideradas perigosas; na verdade, o regime reconhecia e cultivava o abismo cultural entre as elites cultas e a massa iletrada, pelo que era frequente a aprovação, ainda que a contragosto, de determinada obra, por se encontrar escrita em língua estrangeira; nestes casos a autorização era, muitas vezes, acompanhada da proibição expressa da respetiva tradução: foi o caso de *Les Merveilleux Nuages*, de Françoise Sagan (R6944/61). A partir dos anos 60 regista-se uma atitude de condescendência paternalista para com

as camadas cultas: o decisor passa a recomendar aos agentes no terreno “tolerância” [sic] para quando livros proibidos forem encontrados na posse de “estudiosos cultos”, desde que não fossem “comunistas ou comunizantes” (v. R6932/61, sobre a obra de Patrice Lumumba *Le Congo, terre d’avenir*). A especificação deste grupo está codificada: trata-se de advogados, juristas e médicos. No final dos anos 60, a tradução brasileira *Impotência Masculina*, de Wilhelm Stekel, foi autorizada a circular com a seguinte indicação: “Somente destinado à classe médica” (R8595/69).

### 3. A opinião dos censores sobre a obra de Brecht

O primeiro testemunho da passagem de Brecht pela Censura data de 1955, a menos de um ano da sua morte (agosto de 1956). É uma decisão sobre a obra de René Wintzen *Bertolt Brecht*, proibida por ser considerada “crítica elogiosa feita por um comunista da obra de outro comunista” (R5360/55). O registo seguinte reporta-se a *Mère Courage* (na tradução de Geneviève Serreau e Benno Besson) e vem, como atrás se aludiu, da editora parisiense L’Arche. O respetivo relatório diz que se trata de “Peça para teatro, baseada na guerra de trinta anos [sic], quando da luta entre religiões em 1624”. Feita a leitura “nada foi encontrado que possa proibir a sua circulação”, tendo, neste caso, o decisor concordado com o leitor, o Maj. Dúlio Simas (R5489/55). Os censores tinham bem consciência da diferença entre a simples leitura e o palco.<sup>7</sup> E certamente que já tinham informação sobre Brecht, a ponto de rejeitarem publicidade à sua biografia: sobre o volume dedicado a Brecht da série “Les Grands Dramaturges”, da autoria de G. Serreau, escreve-se:

Trata-se de uma biografia deste dramaturgo, professando ideias comunistas (pág. 6) em que cita várias das suas obras, entre elas “Coral do grande Baal” (págs. 27 e 28), “Tambores na noite” (págs. 28 e 29), “Homme pour homme”

---

<sup>7</sup> Manuela Delille recorda que, justamente em 1955, a companhia Rey Colaço-Robles Monteiro, tendo obtido autorização do próprio Brecht para representar *Mutter Courage und ihre Kinder*, tenta, sem sucesso, representar a peça em Lisboa, o que a Censura não autoriza, nem nesse ano, nem após nova tentativa em 1959. Igual destino tiveram os esforços de António Pedro para incluir a peça no reportório da temporada de 1959/60 do Teatro Experimental do Porto (Delille 1991: 39s.).

(págs. 31, 35/39), “Mahagonny” (págs. 42 e 43), *Cette question l’homme aide-t-il l’homme?* Elogio de Brecht (pág. 53), Pequena descrição de “Sainte Jeanne des abattoirs” (págs. 63 e 64), Referências a “Les fusils de mère Carrar” (Guerra de Espanha, 1936/7), pág. 79.

Todas estas obras e mais algumas fazem parte do “Théâtre Complet” do mesmo autor, que já foram proibidas por estes serviços, excepto “Mère Courage”, pelo que julgo não ser de autorizar esta publicação. (R5962/57, tudo [sic])

O próximo registo é o volume IV do *Théâtre Complet* e centra-se (inesperadamente!) na justificação das ideias revolucionárias do autor pela sua juventude:

O autor foi comunista mas em qualquer das suas três peças não se faz alusão a propaganda comunista. Pode-se abrir o livro em qualquer altura de cada uma das três peças e não se encontra política comunista, na verdadeira aceção da expressão.

Pode-se encontrar muita vivacidade e movimento em Baal, mas devemos ver que esta peça foi escrita quando Brecht tinha apenas 21 anos (1922) e, portanto, a psicologia de Baal reflete a da juventude alemã dos 20 anos. É a idade evolucionária por excelência, sem que isto queira significar propaganda comunista. De resto, quem conhece a índole do povo alemão, não compreende muito bem como é que Brecht podia ser comunista; seria um comunista *sui generis* [sic] As outras peças foram escritas muito mais tarde (1940 e 1928), já quando Brecht não possuía aquele ardor da mocidade e, portanto, resultaram mais sensatas e cheias de lirismo.<sup>8</sup>

Em meu entender [de António Borges Ferreira], o livro poderá circular livremente, salvo melhor opinião. (R5988/57)

E não houve outra opinião. O volume V do *Théâtre Complet* é o objeto do próximo relatório e foi igualmente autorizado, tanto pelo leitor como pelo decisor, pois que, tendo duas das peças “o seu fundamento em factos pormenorizados da grande guerra”, e sendo como que “um apelo e incitamento

---

<sup>8</sup> Não tendo sido possível aceder aos volumes referidos, diga-se, pelo menos, que os dois textos referidos deverão ser, respetivamente, *Herr Puntila und sein Knecht Matti* e *Die Dreigroschenoper*.

à resistência”, e sendo a terceira “um poema de uma ópera sobre o tema da acusação de Lucullus”, “não tem qualquer delas aspetos graves ou cenas dramáticas que mereçam restrições da Censura” (R5989/57).<sup>9</sup> O parecer é assinado por Manuel Rodrigues de Carvalho.

Já o volume II do *Théâtre Complet* não teve igual sorte, o que se compreende, dadas as temáticas abordadas. Assim, a primeira peça aqui incluída, *Mère Courage*, já fora autorizada. A segunda, *Grandeur et misères du IIIe Reich*,

[...] consta de 25 sonetos de ataque e crítica mordaz a Hitler e à vida do III Reich. É, porém, uma crítica que já tem sido permitida à imprensa, e não julgo haver motivos para proibição.

Relativamente à última peça “Les fusils de la Mère Carrar”, cuja acção se passa em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, é que julgo, dada a posição então tomada pelo governo português nesse movimento, não dever ser autorizada pelo ataque que se faz ao barbarismo e procedimento das tropas do General Franco.

Penso que esta peça não teve especificamente essa finalidade, e foi escrita então para ataque ao fascismo, como aliás no livro se indica, mas a verdade é que, para isso, o autor se serviu das tropas nacionalistas espanholas. (R5990/57)

Este texto de José de Sousa Nazaré merece alguns comentários. Repare-se como, mais de uma década depois do fim da II Guerra, a crítica ao Nacional-Socialismo ainda é vista como um incómodo. Durante a guerra, a prática, não inocente, do que foi apelidado pelo regime de “neutralidade geométrica” em termos de política externa, depois substituída a *contrecoeur* por “neutralidade colaborante”, levou a que a Censura tanto proibisse ataques a Hitler como a Churchill, mas o desfecho da guerra e o conhecimento do Holocausto não influenciaram, de facto, a simpatia dos censores pelo regime nazi. É assim que, como mais este exemplo comprova, podemos ainda em 1957 ler que Brecht critica Hitler e o III Reich com mordacidade, “porém” esta crítica “já tem sido permitida à imprensa”, e só por isso “julgo não haver motivos para proibição”

---

<sup>9</sup> A peça *Die Verurteilung des Lukullus* foi estreada em Berlim Oriental a 12 de outubro de 1951, com música de Paul Dessau (v. Delille 1991: 20). É de duvidar que as autoridades e os leitores portugueses soubessem que Brecht teve várias vezes dificuldades com as autoridades da RDA. No caso deste texto, Brecht modificou a versão inicial (*Das Verhör des Lukullus*) por pressão do poder político.

(cf. a citação, o sublinhado agora é meu) (cf. Seruya/Moniz 2008b: 16-18, Seruya 2006: 323). A referência à Guerra Civil de Espanha vem na mesma linha. Tendo sido o primeiro grande acontecimento político sobre o qual a Censura se pronunciou e, como era de esperar, reprimindo de maneira inequívoca toda a informação favorável aos Republicanos (v. secção anterior 2.3. neste livro), a atitude permaneceu nas mentes dos censores qual reflexo pavloviano. Este volume do *Théâtre Complet* acabou, portanto, por ser proibido.

O volume III do *Théâtre Complet*, com as peças *Galileo Galilei*, *Les Horaces et les Curiaces* e *La Mère* será também proibido, mas apenas por causa de *La Mère*, uma peça “passada entre operários, de propaganda e agitação revolucionária e de incitação à greve”, bem como de “elogio do comunismo” (R5991/57)<sup>10</sup>. Este é, portanto, o texto mais atualizável, em que o receio de identificação por parte do leitor ou espectador mais se justificava.

Finalmente, e ainda no mesmo ano de 1957, chega à Censura o volume VI do *Théâtre Complet*, com três dramas: *Les Jours de la Commune*, *Les Visions de Simone Machard* e *Dans la Jungle des Villes*. O primeiro é proibido por “ridicularizar todas as autoridades civis e militares e o patriotismo do poder constituído”. “A própria ideologia e o desenvolvimento” da segunda peça definem-na como “obra de proselitismo revolucionário demolidora e achincalhante dos mais nobres e dignos sentimentos patrióticos.” Quanto à terceira, apesar de tratar um “episódio da velha luta racial levado a extremos”, “não vejo razão determinante e bastante para proibir”, segundo o juízo de José Brandão Pereira de Mello. Neste caso, o decisor achou por bem precisar expressamente, a vermelho, que o volume está proibido, “não obstante ser autorizada a última peça ‘Dans la Jungle des Villes’” (R6105/57).

Na década de 60 as ocorrências serão raras. As relevantes surgem no ano de 1962, com a chegada do volume X do *Théâtre Complet*, contendo *Antigone*, *Le Précepteur* e *Coriolan*, dramas (adaptações de clássicos) que não mereceram a reprovação da Censura. Assim, sobre *Antigone* escreve José Brandão Pereira de Mello:

---

<sup>10</sup> O despacho “Proibido”, embora se possa entender como abrangendo todo o volume, na verdade só diz respeito a *La Mère*, pois sobre as outras duas peças o leitor Fernando de Carvalho Tártaro escreve que não vê “qualquer inconveniente na sua expansão”. Era um sinal importante para as editoras. Mesmo assim a tradução sistemática dos dramas de Brecht só começará em 1962 com Ilse Losa (v. Delille 1991: 501ss.).

[...] é uma velha obra de Sófocles [...] actualizando a acção para Berlim 1945 e substituindo o velho simbolismo helénico primitivo [...] por um outro simbolismo: a resistência “alemã” da última guerra, transformando-a, assim e por isso, num requisitório contra a política hitleriana. (R7048/62)

As aspas do leitor na resistência à guerra não são difíceis de decifrar: continuam a revelar a incapacidade de condenar inequivocamente o Nacional-Socialismo, que não vai já ao ponto, é certo, de proibir a peça. Também *Le Précepteur* é uma adaptação, do dramaturgo alemão do século XVIII Jakob Michael Reinhold Lenz (1751-1792). Merece ao censor o seguinte comentário:

Traduzindo a filosofia kantista da peça original para uma interpretação filosófica da sua época imperial alemã, Brecht faz apenas uma transposição no tempo, desenvolvida ou alargada pela sua visão histórico-filosófica e pela sua interpretação do período histórico em que viveu, dando-nos, actualizada, uma peça social, com fortes toques de realismo, mas sem razão bastante para a sua proibição. (*Ibidem*)

Interessante neste excerto é o uso negativo do termo “realismo”, significando um juízo estigmatizante para uma obra: na verdade a Censura não gostava que os livros tratassem “as coisas como na realidade são” – este o sentido do termo no universo lexical dos censores (cf. Seruya/Moniz 2008b: 13s.). No presente caso, basta atentar na adversativa “mas” que se segue para avaliar a qualidade atribuída à obra. Quanto a *Coriolan*, remete para Shakespeare e “baseia-se na eterna luta de classes”, não tendo Brecht fugido da “concepção primitiva”, antes “carregando um pouco as tintas”. Pode acrescentar-se que não suficientemente para justificar uma proibição...

O volume IX do *Théâtre Complet* arrancará a Pereira de Mello um primeiro parágrafo altamente elogioso de Bertolt Brecht, o que não deixa de espantar:

Sem esquecermos a ideologia comunista do falecido Brecht, não podemos ignorar que se trata de um grande dramaturgo: o maior dramaturgo moderno alemão. Brecht foi um inovador: o criador de um teatro novo, um teatro revolucionário (tudo revolucionou, desde a personificação [sic] até à encenação) um teatro tão fundamentalmente militante como expressionista. Com efeito Brecht

visa, principalmente, exprimir ou traduzir uma época, dentro de um sentido humano ainda mais sentido do que realizado. (R7052/62)

Tal qualidade exige “uma conclusão séria e honesta”, só possível pela apreciação individual das peças. Assim, *Sainte Jeanne des Abattoirs*, por tratar “um diferendo entre o capital e o trabalho” e colocar “símbolos da Igreja” em apoio dos capitalistas, contém “doutrinação revolucionário e anti-social”, pelo que é proposta a sua proibição. *Schweyk dans la 2ème Guerre Mondiale* é considerado “um verdadeiro panfleto anti-militarista e pró-comunista, mal disfarçado por um anti-hitlerismo de fachada”, pelo que não tem melhor sorte. Já *L'importance d'être d'accord*, sendo “peça didáctica e de tese”, não merece censura. O decisor corroborou esta posição, repetindo pelo seu próprio punho que o volume terá de ser proibido, salvaguardando, porém, que a última peça, se apresentada isoladamente ou com outras já aprovadas, será autorizada pelos Serviços.

#### 4. Nota de conclusão

O relatório deste último volume, por si só, é revelador do que se disse anteriormente: se, por um lado, a fama de Brecht no início dos anos 60 já tinha chegado aos censores portugueses ao ponto de lhes merecer um elogio próprio do “clássico”, do “grande autor”, por outro lado continuava a não existir qualquer vontade de compromisso com posições marxistas suscetíveis de poderem ser interpretadas como passando mensagens revolucionárias para dentro da situação portuguesa.

## Capítulo 6

# O poder “dissolvente” da tradução: Simone de Beauvoir na Censura portuguesa<sup>1</sup>

As mulheres evidenciam um tal anseio de liberdade, um tão grande ardor em aproveitar os prazeres da Vida! Elas não entendem que a felicidade se atinge pela renúncia e não no desfrutar desses prazeres. (Salazar a Christine Garnier)

## 1. Introdução: tradução e censura no Estado Novo

### 1.1. Tradução e poder

Enquanto meio influente de que dispomos para configurar a interação entre culturas, a tradução está ligada ao poder. Fala-se, e bem, de “políticas de tradução” – que, note-se, implicam sempre políticas de não-tradução, de igual modo significativas; fala-se, também, daquilo que Gideon Toury tão certamente chamou de “planificação da cultura”.<sup>2</sup> Esta ocorre, afinal, tanto quando os textos são exportados pela cultura de partida como, sobretudo, no momento da sua importação pela cultura de chegada, geralmente por via das editoras, com os seus propósitos, ora mais comerciais (caso da Agência Portuguesa de Revistas ou da Ibis no tempo do Estado Novo) ora mais culturais (de que é reconhecido exemplo a “Biblioteca Cosmos” nos anos 40, dirigida por Bento de Jesus Caraça). Por outro lado, a própria atividade de traduzir

---

<sup>1</sup> Texto publicado originalmente em *Simone de Beauvoir. Olhares sobre a mulher e o feminino*. Org. Isabel Capelo Gil e Manuel Cândido Pimentel, Lisboa: Nova Vega, 213-237. A presente versão apresenta ligeiras alterações em relação ao original.

<sup>2</sup> Cultura é um “reportório estruturado de opções que organiza a interacção social e confere a cada passo o significado que tem no e para o grupo que mantém essa cultura. [...] Se é isto que se entende por cultura e comportamento cultural, então a planificação consistiria em qualquer acto (mais ou menos deliberado) de intervenção em determinado estado de coisas no seio de um grupo social, ou seja, em tomar decisões para que outros as sigam [...]” (Toury 2001: 19).

está investida numa das muitas formas de poder, a “manipulação”, segundo o passo famoso dos estudiosos da tradução Bassnett/Lefevere:

A tradução [...] é a reescrita de um texto original. Qualquer rescrita, não importa a sua intenção, reflete uma certa ideologia e uma poética, manipulando a literatura para esta funcionar numa dada sociedade, de uma dada maneira. Reescrever é manipulação, empreendida ao serviço do poder, porém, nos seus aspetos positivos, pode ajudar à evolução da literatura e da sociedade. As reescritas podem introduzir novas conceções, novos géneros, novos expedientes/ /dispositivos, e a história da tradução é também a história da inovação literária, do poder configurador de uma cultura sobre a outra. (Lefevere 1992: xi)<sup>3</sup>

Mas também o tradutor está investido de poder, nomeadamente o poder da decisão sobre a(s) língua(s) – decisão sobre o sentido do texto de partida, decisão sobre a escolha da palavra, da expressão, da construção frásica a adotar no texto de chegada. A tradução daqui resultante, por via destas decisões, fixa, por um certo tempo pelo menos, o sentido (um sentido) do original/ /texto de partida. Ora, é importante recordar que as decisões (frágeis) do tradutor implicam sempre silenciamentos, embora desejavelmente não arbitrários.

Ao entrar na cultura de chegada, uma tradução representa ali algo de novo. Como facto que passa a ser da cultura de chegada (Toury), introduz mudança nela. Se, deste modo, por um lado, a relação que mantém com o original perde relevância, por outro o lugar que vai ocupar no sistema literário poderá gerar deslocações, preencher lacunas ou interditos, inovar ou confirmar formas e configurações literárias. Mas uma tradução importa sempre aspetos do Outro, seja ele ideológico, linguístico, cultural ou sociológico, para citar apenas alguns. As perguntas a colocar seriam então:

Que espécie de impacto têm as traduções na mudança cultural? Em que circunstâncias têm as traduções maior impacto? Que formas de tradução têm mais sucesso? E como é que tudo isto se relaciona com o domínio cultural, com a afirmação cultural, com a resistência cultural? (*Translation and Power* 2002: xvi).

---

<sup>3</sup> Todas as traduções de obras estrangeiras são da minha autoria.

## 1.2. A Censura ao livro: tradução e “desordem”

O objetivo do presente trabalho é observar a entrada material da obra de Simone de Beauvoir em Portugal, que o mesmo é dizer analisar os discursos decisórios de um órgão político do Estado Novo sobre a circulação de livros estrangeiros, a qual pode ou não levar à sua tradução. No caso de proibição, falar-se-á antes da não-tradução como política.

Tal órgão institucional foi, no Estado Novo, a Censura, com uma função social atribuída por decreto 22469, de 11 de abril, publicado no mesmo dia e ano da proclamação da Constituição de 1933 (que, aliás, garantia liberdade de expressão). A função da censura é impedir a mudança, reter/manipular informação e conhecimento, ditar as fronteiras entre o lícito e o ilícito, sujeitar a circulação do livro aos interesses ideológico-políticos do regime. No caso português, estes podem resumir-se na defesa intransigente da nação portuguesa, da “portugalidade” – que preenche aquilo que Homi Bhabha chamava de textualidade/ /corpo textual nacional (cf. Billiani 2007: 15s.).<sup>4</sup>

As proibições que atingem certos livros funcionam paradoxalmente como confirmação da expectativa de mudança que o poder não deseja; por outras palavras, os censores tinham, afinal, a consciência plena do perigo do livro (mais da imprensa ainda, é certo) para a estabilidade do regime, especificamente, afinal, receavam o poder subversivo da tradução. Do lado daqueles que apresentavam traduções à Censura (geralmente editores), ou que encomendavam livros estrangeiros (candidatos ou não a tradução), posteriormente apreendidos pela PIDE, pelos CTT, etc., tais iniciativas devem ser consideradas como atos eminentemente políticos de desafio e resistência à ditadura vigente.

A Comissão de Censura tinha, assim, as suas “ideias sobre tradução” (Theo Hermans), que se revelavam com maior clareza aquando da proibição

---

<sup>4</sup> Na Introdução a esta obra por si organizada, Francesca Billiani propõe-se falar do “último traço central na fenomenologia da censura e tradução”, que é “o papel desempenhado pela textualidade nacional na determinação dos discursos censoriais”. Recorda o que H. Bhabha sugeriu: que qualquer experiência de *nationness* reclama a sua própria textualidade e estratégias de representação, as quais muitas vezes estão localizadas nos espaços “in between”, entre culturas, esses “espaços *in-between* através dos quais os sentidos da autoridade cultural e política são negociados”. Assim, continua Billiani, “só olhando para diferentes articulações da alteridade – neste caso corporizadas em traduções, ou mais especificamente, formas de inclusão, quer sejam híbridas, subversivas ou legitimadoras – é que se pode definir o perfil [shape] das culturas nacionais” (Billiani 2007: 16).

dos livros. Foi o caso de várias obras da conhecida escritora francesa Françoise Sagan (1935-2004), autorizadas a circular no original, como *Les Merveilleux Nuages*, mas cuja tradução foi expressamente proibida (R6944/61);<sup>5</sup> ou ainda o caso de *Chéri*, da autoria de Colette, outra famosa autora francesa (1873-1954): “O romance está [...] recheado de cenas de marcada imoralidade e sexualismo, de baixezas [...] repugnantes que o tornam uma das obras mais indignas de publicidade. Mormente em tradução portuguesa, o que facilita a expansão e assimilação do mal intrínseco da obra” (R8567/69).

A “expansão e assimilação” de que fala o censor são, de entre os efeitos dessas “ideias sobre tradução”, porventura os mais relevantes. Admitia-se, afinal, que o texto traduzido era um fator de democratização da sociedade (um determinado bem acessível a muitos). Ora, a democracia não era ideia grata ao Estado Novo que, pelo contrário, apostava mesmo na manutenção do abismo entre as pessoas cultas (conhecendo línguas estrangeiras, sobretudo francês) e as massas (iletradas ou sem conhecimentos de línguas estrangeiras), segundo doutrina e orientação política do próprio Salazar.<sup>6</sup> A tradução tornaria várias alteridades acessíveis a muita gente, o que não deixaria de abalar o pensamento dominante. Manter a ordem (vigente) e combater a desordem (pelo acesso à informação e ao conhecimento) estava no centro da agenda do Estado Novo: Salazar chega ao poder diagnosticando a situação que encontra com a palavra “desordem”. Ao comemorar o 4.º aniversário da Ditadura, em encontro com oficiais do Exército e da Armada a 28 de maio de 1930, diagnostica: “Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma só palavra – *desordem* – definia em todos os domínios a situação portuguesa” (Salazar 1935: 47). Dedicará depois uma secção especial deste discurso à “desordem política”, “desordem financeira”, “desordem económica”, “desordem social”, a que se segue uma segunda parte sobre “A batalha da ordem” (*Ibidem*: 51ss.). A tradução de certos autores/temáticas podia, assim, ser considerada um verdadeiro fator de desordem.

---

<sup>5</sup> Os relatórios da Censura citados serão identificados com **R**, seguido do respetivo número (posto pelos censores) e ano (cf. *infra* nota 7).

<sup>6</sup> “O nosso grande problema [...] é o da formação de elites, que eduquem e dirijam a Nação. A sua fraqueza ou deficiência é a mais grave crise nacional. Só as gerações em marcha, se devidamente aproveitadas, nos fornecerão os dirigentes [...] indispensáveis à nossa completa renovação. Considero até mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar toda a gente a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas.” (*apud* Ferro 2007: 183)

### 1.3. A Comissão de Censura (ao livro)

A Censura ao livro já foi objeto de levantamento (*Livros Proibidos...* 1981, *Livros Proibidos...* 2005) e de estudo (cf. Rodrigues 1980, Azevedo 1999, Cardoso 2006), incluindo por mim própria em anteriores trabalhos (Seruya 2006, Seruya/Moniz 2008b, Seruya 2009). Recorde-se apenas que a Censura ao livro era legal e exercida *a posteriori*, ao contrário da Censura prévia à Imprensa, Rádio, Cinema, Televisão e Teatro. Há que precisar, contudo, que, por vezes, a tradução de determinada obra estrangeira para português era proibida, resultando, afinal, num ato de censura prévia. Foi o que aconteceu com o romance de Georges Bernanos *Les grands cimetières sous la lune* em 1938, no contexto da Guerra Civil de Espanha, obra que, de facto, nunca foi traduzida até à Revolução de Abril.

A Comissão de Censura dedicada ao livro começou a trabalhar em 1934.<sup>7</sup> Pela constituição dos formulários que serviam de base aos relatórios pode deduzir-se parte do circuito dos livros que lá chegavam. A sua proveniência era a PIDE (apreensão em livrarias, por exemplo) os CTT (violação de correspondência), às vezes a PSP e até os próprios autores e/ou editores podiam “apresentar [os livros] para Censura”. Cada livro era atribuído a um “leitor”, cujo veredicto para a respetiva autorização ou proibição era (ou não) confirmado pelo despacho do decisor/Diretor. Sexo, política e religião (= Igreja Católica) eram, sem grande surpresa, os temas que despertavam as suspeitas das instâncias policiais e, por reflexo, os receios de alguns editores. Ora Simone de Beauvoir justamente reunia uma mistura – explosiva! – de, pelo menos, sexo e política.

---

<sup>7</sup> A nossa fonte são os relatórios sobre cada livro existentes nas “Caixas da Censura” no Arquivo Nacional/Torre do Tombo. Estão todos numerados pelos próprios censores, num total de 10 011, produzidos entre 1934 e maio de 1974. É de lamentar que não estejam completos – faltam 22,4%. No entanto, pelos estudos até agora feitos, e dadas as regularidades de discurso encontradas, não são de esperar grandes surpresas, a não ser a respeito dos títulos que faltam e cujo paradeiro, por enquanto, se desconhece. Os relatórios são citados exatamente como constam, exceto quanto aos parágrafos, que abolimos por uma questão de espaço. Também não considerámos pertinente para este trabalho identificar os censores (leitores) pelo nome. No âmbito do projeto sobre Tradução e Censura, a decorrer no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da Universidade Católica Portuguesa, construiu-se uma base de dados sobre os relatórios existentes, no seguimento de um protocolo de colaboração com a Torre do Tombo que permitiu a digitalização dos relatórios, agora de mais fácil acesso para os investigadores.

De entre os critérios orientadores das decisões, há um comum aos dois temas referidos e que traçava uma fronteira rigorosa – que os censores se julgavam capazes de traçar! – entre o permitido e o proibido: se se tratava de “livro científico” ou não. É que a proibição de um “livro científico” podia desagradar às elites, afastando-as da sua colaboração com o regime. Assim, a obra *Sex and Temperament in three primitive Societies*, de Margaret Mead, autoriza-se por ser “um estudo sério de natureza antropológica, escrito por uma funcionária do Museu Americano de História Natural [...]” (R7032/62). Este poder de traçar fronteiras chegava a estender-se, de modo voluntarista, aos sentidos das palavras. Assim, a obra *La sexualité*, de Willy e C. Jamont, pôde circular porque “não devemos confundir sexualidade com sexualismo, coisas ou noções bem diferentes ou diferenciadas [...] E a verdade é que neste estudo exaustivo sobre a sexualidade, concebido e realizado em moldes puramente científicos, nada há de sexualismo” (R8349/69). Também o veredicto da Igreja, associado a uma aura científica, servia de caução. Foi o caso de Freud, autor em geral não proibido.<sup>8</sup> Os seus *Trois essais sur la théorie de la sexualité*, foram autorizados “dada a natureza científica deste livro, dum autor geralmente consagrado, até pela Igreja [...]” (R7064/62). O argumento estende-se explicitamente à psicanálise, da qual se afirma ser “uma ciência que mereceu o beneplácito da Igreja” (v. o relatório 7700/66, sobre o livro *La formation du lien sexuel*, da autoria de François Duyckaerts).

Dentro do grande tema da sexualidade (na literatura ou no livro técnico-científico), com subtemas como procriação, educação sexual, homossexualismo [sic], eugenesia, divórcio, prazer sexual, outra fronteira não oferecia dúvidas aos censores: o qualificativo imoral, amoral ou pornográfico, sendo que sobretudo este último era objeto de interdito absoluto. Um caso paradigmático é o do romance de D. H. Lawrence *Lady Chatterley’s Lover* (1928), do qual chegou a Portugal uma tradução francesa em 1939, *L’Amant de Lady Chatterley*, logo considerado um “livro bastante pornográfico, por descrições demasiado realistas de cenas amorosas, não sendo compensadas por uma moral sã a concluir” (R940/39). Muitas outras obras do autor foram traduzidas e publicadas até 1974, esta, de facto, não.

---

<sup>8</sup> Esta formulação (“em geral”) deve-se ao facto de ignorarmos ainda o paradeiro dos relatórios perdidos. Porém, S. Freud não consta mesmo da lista oficial *Livros Proibidos no Regime Fascista* (1981).

#### 1.4. O discurso dos censores

Em trabalho anterior falei de “regularidades discursivas” nos relatórios dos censores (Seruya/Moniz 2008b). Delas fazem parte um léxico próprio, recorrente. Na temática sexual, o veredicto “**dissolvente**” sobre uma obra conduz sempre à sua proibição. Os conteúdos disruptivos, em termos morais e sociais, a que o termo alude podem ser avaliados com os seguintes exemplos:

– sobre a obra *Caras Pintadas*, de Pitigrilli, é dito que “está cheia de pensamentos e de narrações dissolventes, especialmente para a juventude” (R4613/51), e de outra obra dele que é uma “coleção de quadros e descrições do maior sensualismo e voluptuosidade e lascívia imagináveis” (R5052/53); sobre *A Reabertura do Paraíso Terrestre*, de Clément Vautel, escreve-se que é uma “Leitura toda ela de grande imoralidade e devassidão” (R5136/54); sobre o *Guide internacional de l’amour*, de Louis-Charles Royer, “Julgo de proibir por ser absolutamente luxurioso [...] e um verdadeiro breviário do sensualismo” (R5173/54). *Cristo partido ao meio*, do brasileiro Aguinaldo Silva, consegue reunir todos os predicados censuráveis: “Novela dissolvente, imoral, pornográfica e anti-social” (R7725/66). Os censores tinham bem consciência de como o desregramento da “nossa habitual sensibilidade moral” podia, de facto, “dissolver” a ordem política (R5186/54).

A partir dos anos 60, fruto da recente “liberalização da censura, superiormente determinada” (por circular de 14 de julho de 1961, v. Azevedo 1999: 439ss.), os censores entram numa espécie de **negociação** com a sociedade e com o tempo, autorizando obras, autores e temas cuja proibição anteriormente era expectável. As proibições e a muita lenta autorização de traduções e originais de Marx merece estudo próprio, só acontecendo verdadeiramente a partir de 1970, e muito seletivamente; já obras sobre Marx e o marxismo são objeto de apreciação mais benevolente. Esta mudança prende-se, mais uma vez, com alguma deferência para o que se considerava as elites. Assim, começa a aparecer a modalidade de autorizar o livro só a certos setores. A obra *As relações sexuais no casamento*, do médico americano G. Lombard Kelly (tradução vinda do Brasil) tem o seguinte despacho: “Autorização limitada a médicos, juristas e pessoas de categorias idênticas, técnicos e estudantes interessados e, em geral, a adultos” (R7038/62). Como se controlaria a leitura privada?

## 1.5. A eficácia da Censura

A interrogação sobre a eficácia da Censura é pertinente. Não querendo invocar o popular argumento dos “brandos costumes”, é um facto que os próprios censores admitiam a impossibilidade de fiscalizar tudo o que se publicava. Veja-se este caso elucidativo: sobre *Gretta*, do escritor americano Erskine Caldwell (1903-1987), diz-se que

[...] foca a vida desregrada das raparigas americanas que vivem nos grandes centros sem família. A obra não é pornográfica, mas é um tanto escabrosa. Acontece, porém, que a mesma já foi vertida em português e editada pela Livraria Bertrand, indo já na 4.<sup>a</sup> edição, sem ter levantado qualquer protesto. Parece-me, por isso, que não é oportuno impedir a circulação deste livro (R7847/66).

Está por fazer o estudo deste aspeto, ou seja, até que ponto as proibições foram respeitadas e, no caso dos cortes, em que medida foram seguidos. Também nada se sabe ainda do fenómeno da autocensura, isto é, se os tradutores e/ou editores, nas traduções editadas, sabendo das restrições impostas pelo aparelho censório, desenvolviam estratégias de tradução tendentes a facilitar a livre circulação da obra. Este fenómeno já foi objeto de estudo para a Espanha franquista e dos primeiros anos da democracia, por exemplo na tese de Cristina Gómez Castro sobre traduções de *best-sellers* entre 1970 e 1978 (Gómez Castro 2009).<sup>9</sup>

## 2. A mulher no Estado Novo – desigualdade e menoridade jurídica

A chegada de Simone de Beauvoir a Portugal encontra um clima político e um sistema de valores que convém ter presentes para avaliar devidamente a reação da Censura à sua pessoa e obra. Pudémos recentemente [2009] reconstruir e recordar esse clima de então à volta da mulher com uma obra bastante elucidativa: o filme de Inês de Medeiros *Cartas a uma Ditadura*, que trata do “Movimento Nacional das Mulheres Portuguesas, Pela Paz e Pela Ordem”,

---

<sup>9</sup> Cf. também o último estudo deste nosso livro: Capítulo 7.

aquando dos 70 anos de Salazar. Já dispomos de alguns estudos fidedignos sobre a problemática da mulher no antigo regime, dos quais salientamos alguns recentes: *O Estado Novo e as Mulheres. O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização* (2001), com textos elucidativos de Helena Neves, e, da historiadora Irene Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo* (Pimentel 2000), com três grandes secções: “O Estado Novo e as Mulheres”, “A Obra das Mães pela Educação Nacional” e “A Mocidade Portuguesa Feminina”.

Convém, por outro lado, recordar o substrato ideológico dos modelos femininos dominantes, veiculados pela propaganda e pelas instituições, nas artes e nos *media*. Encontramo-lo, em grande parte, em palavras do próprio Salazar que, desde o início, deixou claro qual o papel que destinava à mulher no seu modelo de sociedade. Recorde-se um passo conhecido: interrogado por António Ferro (no princípio dos anos 30) sobre qual o papel que destina à mulher na renovação da mentalidade dos portugueses, Salazar responde sem margem para dúvidas:

À mulher solteira que vive sem família, ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus. Mas à mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável dum obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental dum sociedade bem organizada, ameaça ruína... Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil... (*apud* Ferro 2007: 90)

Um outro documento da época a convocar aqui seria a obra de Maria Lamas *As Mulheres do meu País* (Lamas 1948). Trata-se de uma série de reportagens, publicadas em fascículos, sobre mulheres-tipo do tempo como a camponesa, a mulher da beira-mar, a operária, a intelectual, a profissional, a doméstica, a artista, etc., num claro contraste com o quadro pintado por

Salazar. No final há uma pequena rubrica sobre os nenhuns direitos da mulher, ou ainda sobre as “Qualidades afetivas e morais da mulher portuguesa”, sobre a prostituição, sobre as mães solteiras. Em recente reedição da obra, uma neta de Maria Lamas, Maria José Metelo de Seixas, comenta assim a obra da avó: “Estamos perante o retrato cru da condição feminina portuguesa na primeira metade do século xx. Foi a resposta da minha Avó ao Governador Civil de Lisboa” (Lamas 2002: xix).

É pertinente recordar alguns dados sobre a situação jurídica da mulher no Estado Novo.<sup>10</sup> Assim, em 1931, dá-se o expresso reconhecimento do direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários (aos homens só se exige que saibam ler e escrever); a Constituição de 1933 começa por afirmar a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, mas logo ressalva as exceções a este princípio: “salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família” – este art. 5.º só será alterado em 1971, tirando-se o “bem da família”; em 1934 é reconhecido o sufrágio feminino e a elegibilidade para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa de certas mulheres (com rendimento próprio, chefes de família ou com certo estatuto fiscal); em 1935 o Estado Novo torna-se o primeiro regime português a possibilitar a entrada de mulheres na Assembleia Nacional, tendo sido eleitas três mulheres para a Assembleia Nacional e duas para a Câmara Corporativa, no que Helena Neves vê uma “manobra de mobilização ideológica” (*O Estado Novo e as Mulheres...*: 110), pois que, e cita o jornal *A Voz*, de 13 de novembro de 1945, “se as mulheres votassem, Salazar e o seu governo ganhariam sempre as eleições” (*Ibidem*).<sup>11</sup> Quando, em 1936, o ensino primário é tornado obrigatório, estende-se por quatro anos para os rapazes, mas por apenas três para as raparigas. Neste mesmo ano é criada a OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional que, segundo o respetivo Decreto-Lei 26893, de 15 de agosto, se destina a “preparar melhor as gerações femininas para os seus

---

<sup>10</sup> Para a seleção que apresento baseio-me na cronologia final incluída na obra já citada *O Estado Novo e as Mulheres* (2001).

<sup>11</sup> Irene Pimentel comenta assim a concessão do voto, pelo Estado Novo, a algumas mulheres: “O voto feminino não foi [...] conquistado pelas mulheres mas ‘decretado’ pelo ‘Chefe’, que o concedeu não por considerá-lo um direito mas porque pensou que algumas mulheres escolhidas, da elite estado-novista, serviriam os propósitos do regime nos campos estritamente a elas reservados: a assistência e a educação. No fundo, as mesmas razões que levaram a I República a recusar o voto feminino, possibilitaram a sua concessão nos anos trinta, para servir a luta pela ‘moralização’ e pela ‘re Cristianização’” (Pimentel 2000: 32).

futuros deveres maternais, domésticos e sociais”. Mas talvez a determinação legal mais discriminatória seja a que se refere ao casamento das professoras, que “não poderá realizar-se sem autorização do Ministério da Educação Nacional”, estipulando-se, inclusive, regras para o comportamento moral e a situação financeira do noivo (Decreto-Lei 27279, de 24 de novembro). O Código do Processo Civil de 1939 submete a mulher à autoridade marital; as mulheres não podem afiançar, exercer comércio, viajar para fora do país, celebrar contratos e administrar bens sem autorização escrita do marido; não podem exercer cargos de chefia administrativa nem da magistratura judicial. Com o novo Código Civil de 1967 o marido é ainda o chefe de família, a quem compete decidir sobre a vida conjugal e os filhos. É impedido o casamento a algumas profissões, concretamente às telefonistas da Anglo-Portuguese Telephone Company (1939), às funcionárias do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1939, mas o Decreto foi revogado em 1940), às enfermeiras em 1942 (até 1962) e às hospedeiras da TAP. Só no consulado de Marcelo Caetano a igualdade de direitos políticos entre o homem e a mulher é proclamada (Lei n.º 2137, de 26 de dezembro), mas continuam a não poder ser eleitoras nas juntas de freguesia. Ainda hoje muitas mulheres recordam também que foi Marcelo Caetano quem aboliu, em 1969, a necessidade da licença do marido para a mulher casada poder transpor a fronteira.

Em suma, o Estado Novo serviu-se da mulher não só para a veiculação ideológica, como também para a mobilização política. Porventura o sinal mais evidente destes objetivos foi a criação do Movimento Nacional Feminino no mesmo ano em que a guerra colonial começou (1961). Diga-se, porém, que, segundo o que me é dado conhecer, não se chegou, em Portugal, à total instrumentalização da mulher que verificamos em documentos da *Falange Española*. Cito um extrato da sua “Sección Femenina”, de 1958:

Quando ambos vos tiverdes retirado para o quarto, prepara-te para a cama com a maior antecedência possível, tendo em conta que, ainda que a higiene feminina seja da máxima importância, o teu marido não quer esperar para ir à casa de banho. [...] se tens de aplicar creme facial ou rolos para o cabelo, espera até que ele tenha adormecido [...] No que respeita à possibilidade de relações íntimas com o teu marido, é importante recordar as tuas obrigações matrimoniais: se ele sente vontade de dormir, não pressiones nem estimules a intimidade. Se o teu marido sugere a união, então acede humildemente, tendo sempre em

conta que a satisfação dele é mais importante do que a de uma mulher. Quando alcançar o momento culminante, um pequeno gemido da tua parte é suficiente para indicar qualquer gozo que tenhas conseguido experimentar. Se o teu marido te pedir práticas sexuais invulgares, sê obediente e não te queixes.<sup>12</sup>

### 3. Simone de Beauvoir e os seus livros em Portugal

#### 3.1. Beauvoir e Portugal

O resumo apresentado sobre a visão da mulher na ideologia do Estado Novo não gera expectativas quanto ao acolhimento do nome cimeiro do feminismo pela Censura portuguesa, isto é, quem se debruce sobre o assunto vai confirmar o que esperava. Ora, “convém ter presente que o feminismo foi, como afirma João Arsénio Nunes (1989), conjuntamente com todos os princípios ligados à democracia – como o liberalismo, o individualismo e o racionalismo – e aqueles conotados com o movimento operário – como o anarquismo, o socialismo e o comunismo – uma das constantes mais obsessivas da repressão do Estado Novo” (*O Estado Novo e as Mulheres...*: 17).

Porém, e como já se mostrou em trabalhos anteriores (Seruya/Moniz 2008b), não havia, *a priori*, autores ou temas a proibir, mas tão somente livros concretos, pois que fatores como a imagem externa do regime ou a certeza de que o livro já circulava à vontade antes de chegar aos Serviços, se sobrepujam às considerações político-ideológicas que, de outro modo, teriam certamente conduzido a uma proibição. Assim, e pegando num complexo temático associado a Beauvoir, o existencialismo em si não era proibido pela Censura,<sup>13</sup> embora obras específicas o tenham sido. A obra de Beauvoir *O Existencialismo e a Sabedoria das Nações* pôde ser elogiada no *Diário de Lisboa* em

---

<sup>12</sup> Agradeço a Maria del Carmen Camus Camus, da Universidad de Cantabria, ter-me feito chegar este precioso documento. A tradução é minha. Comparem-se estes conselhos com os de Fernando Castro Pires de Lima em 1932, citados por Helena Neves: “Sim, Meninas, que me estais a escutar, só há para vós uma emancipação digna e legítima: o casamento. Fora disso só existem atitudes equívocas e pouco dignificantes. [...] elas só têm o louvável e bondoso interesse de agradar totalmente ao homem” (*O Estado Novo e as Mulheres...*: 18).

<sup>13</sup> Um exemplo com interesse é o de *As Moscas*, de Sartre, com tradução de Nuno Valadas, autorizado, porque “embora contenha várias passagens esclarecedoras da filosofia existencialista”, “não tem aspectos políticos” (R7190/62).

10/02/1966; Albert Camus não foi proibido. Muita obra de Sartre também passou. Por outro lado, não é menos verdade que o existencialismo andava associado a correntes de pensamento “livres”, muitas vezes consideradas próximas do comunismo, e que desviavam a mulher dos papéis que o regime lhes destinava. Assim, como nos conta Irene Pimentel, os programas dos cursos das Escolas do Magistério Primário, aprovados em 1958 após polémica com a Mocidade Portuguesa Feminina, tinham três inimigos ideológicos: o *feminismo*, o *comunismo*, e o *existencialismo*, este “porque considera que a mulher se ‘faz através das situações que lhe são impostas pelas diferentes formas de sociedade e de costumes’ e que ‘ela não é nada, não faz nada, o seu mistério é mistério vazio’, como dizia Simone de Beauvoir” (Pimentel 2000: 258).<sup>14</sup> Os “três inimigos ideológicos” estão presentes no relatório da Censura sobre *O Segundo Sexo*, obra chegada a Portugal em tradução brasileira:

Pugnando pela liberdade da mulher contém este livro uma série de conceitos de ordem existencialista, o que tanto faz dizer de índole comunista. Acresce ainda a circunstância de a autora usar constantemente de termos licenciosos, que permitem classificar a obra de imoral, motivo por que não deve ser autorizada a circular no país. (R6693/60)

A relação de Simone de Beauvoir com Portugal já foi objeto de um estudo académico (Monteiro 2004). Basta recordar as datas essenciais: os contactos com o nosso país começam em 1945, quando vem visitar a irmã Héléne, pintora, que viera de Paris para Lisboa nos anos da guerra por razões familiares, tendo vivido no nosso país (primeiro no Algarve) entre maio de 1939 e julho de 1945. Casou em Lisboa com Lionel de Roulet, em dezembro de 1942. A primeira mostra da sua pintura feita em Portugal ocorreu em França, em julho de 1945. Só meio século mais tarde esta parte da sua obra pôde ser vista em Portugal, por intermédio da Universidade de Aveiro (Calheiros 1995).<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Esta é a única referência a Simone de Beauvoir na obra em causa de Irene Pimentel. Seria, provavelmente, interessante, verificar a documentação das organizações femininas do Estado Novo à procura de referências à autora francesa. Embora a informação não circulasse à vontade pelo “povo”, as elites censórias estavam bem informadas sobre autores, temas, publicações, etc., como provam muitos relatórios dos censores.

<sup>15</sup> Além do catálogo contido na referência bibliográfica, a Biblioteca Nacional possui ainda o opúsculo “A Pintura Francesa e a Tradição”, separata da revista de cultura *Afinidades*, n.º 5, Lisboa, 1944, em que Héléne de Beauvoir responde a uma afirmação errada de um crítico do jornal

O encontro das irmãs começou por ser ficcionalizado por Simone em *Les Mandarins* (1954), obra que lhe valeu o Prémio Goncourt, sendo posteriormente também relatado no volume autobiográfico *La force des choses* (1963). Não é nada lisonjeira a imagem que dá aqui do país, que visita com patrocínio do Instituto Francês (Beauvoir 1978: 39). Uma exceção é feita para a paisagem; de resto, deteta fome, e luxo nas lojas de Lisboa (*Ibidem*: 37). O comentário político está presente, nomeadamente pelo que escreve sobre o público das suas palestras: “Vinha escutar-me por ociosidade, snobismo e, frequentemente, com malevolência: muitos auditores conservavam total afeição pelo fascismo [...] Em contrapartida fiquei muito interessada pelas conversações com os antifascistas portugueses; [...]” (*Ibidem*: 40).

Em agosto de 1960 volta a Lisboa com Sartre a caminho do Brasil, mas não saem sequer do aeroporto. Desta fugaz presença testemunha a entrevista publicada no jornal *República* (12 de agosto de 1960) em que o jornalista dá conta da polémica em França à volta da *Critique de la raison dialectique* de Sartre, mas mal consegue arrancar palavras que não sejam de circunstância a qualquer dos dois. Provavelmente a última vez que Beauvoir esteve em Portugal foi, de novo, com Sartre, em 1975 (de 23 de março a 10 de abril).

### 3.2. Livros de Beauvoir, ou com a sua participação, publicados antes de 1974

Como se disse anteriormente, não havia, para a Censura, autores ou temas *a priori* condenados. Apesar das expectativas criadas por uma autora como Beauvoir, também ela, afinal, acaba por ser um exemplo deste princípio. Como autora, coautora, prefaciadora ou ela própria objeto de estudo, circularam em Portugal obras associadas ao seu nome antes da Revolução de Abril (nos anos 60):

– *A América Dia a Dia*, um diário seu de uma estadia de quatro meses nos EUA em 1947 (publicado em 1954), teve uma primeira edição portuguesa em 1960, em tradução de Emília Rodrigues, com arranjo gráfico de Sebastião Rodrigues (Lisboa, Ed. Arcádia), com uma edição posterior em 1963. Esta é particularmente interessante para o estudioso da tradução: a própria tradutora

---

portuense *Primeiro de Janeiro* sobre arte francesa.

organizou um glossário de palavras e expressões não francesas usadas por Beauvoir e, como é regra na tradução, mantidas no original no texto traduzido.

– Também *Uma Morte Serena*, com tradução de Luísa Dacosta, teve duas edições, em 1966 e 1967, da responsabilidade da lisboeta Editorial Estampa. Trata-se de um livro dedicado à morte da mãe, de cancro, num hospital de Paris e que, segundo a biógrafa Huguette Bouchardeau, revela o melhor de Simone de Beauvoir:

Ce minuscule ouvrage de cent soixante pages est peut-être de ceux que nos conseillers le plus volontiers à qui voudrait connaître le meilleur de Simone de Beauvoir. Tout est là : une relation minutieuse des faits, la sécheresse presque brutale de qui ne veut pas se payer de mots, l’ambivalence des sentiments qu’elle entretient toute sa vie à l’égard d’une mère adorée et détestée à la fois et, surtout, la révolte contre l’absurdité de cette mort, de toute mort. (Bouchardeau 2007: 228)

– Embora conste da lista dos *Livros Proibidos no Regime Fascista*, a narrativa autobiográfica *A Bastarda*, da autoria de Violette Leduc (1907-1972), romancista e memorialista francesa, bissexual, descoberta nos anos 30 por Beauvoir e Maurice Sachs, foi publicada em 1966 (dois anos depois do original) na célebre “Coleção Contemporânea”, da Portugália, com tradução da escritora e tradutora Natália Nunes (tradutora também de Tolstoi e Elsa Triolet), e capa de João da Câmara Leme. O prefácio, muito elogioso, é de Simone de Beauvoir. Foi a única obra da polémica autora publicada no nosso país antes da Revolução.<sup>16</sup> Tratando-se de um relato perpassado de um erotismo lésbico e retratando meios e situações claramente marginais, não espanta o veredicto referido, embora, neste momento, se tenha perdido o rasto do respetivo relatório, se é que existiu (cf. *supra* nota 7).

– Foi também a Portugália que, no mesmo ano (1966), deu à estampa a obra *Djamila Boupacha*, da autoria de Simone de Beauvoir e Gisèle Halimi, e em tradução de Maria José Marinho. Fora originalmente publicada pela Gallimard em 1962, tendo chegado a Portugal e sido proibida no mesmo ano.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> O original *La Bâtarde* também foi à Censura, mas em 1969 (R8514/69).

<sup>17</sup> A BNP regista dois exemplares desta obra, respetivamente nas bibliotecas da Universidade Católica e da Universidade Nova de Lisboa, efetivamente com data de 1962.

Dada a ligação desta figura à luta anticolonial argelina, convém começar por recordar que a defesa das colónias portuguesas, que Salazar não apelidava de colonialismo, era uma das mais fortes convicções de Salazar. Fundamentava-a basicamente na superioridade da civilização ocidental.<sup>18</sup> E recorde-se sobretudo que a Guerra Colonial portuguesa tinha começado um ano antes, de maneira que o interesse por temas afins era grande. O livro chegou à Censura, trazido pela PIDE. Terá sido tanto o nome das autoras como o do título que “interessou” a polícia política. Na verdade, Djamilia Boupacha era uma jovem combatente da resistência argelina, vítima de tortura, aliás descrita realisticamente, dando, assim, uma imagem pouco edificante do exército francês. O livro reúne um conjunto de testemunhos sobre a sua prisão, tortura e julgamento em França. Fazia parte da coleção “Documentos humanos” (n.º 14), que incluía outros volumes como *Eu Persegui Eichmann*, de Simon Wiesenthal, *Testemunho dos Jovens de Hiroxima*, sem indicação de autor, as *Confissões*, de Rousseau, *De Profundis*, de Oscar Wilde, *Cartas a um Poeta*, de Rilke, etc. A obra *Djamila Boupacha*, que pode ser consultada na BNP, reproduz um retrato de Beauvoir, da autoria de Picasso (datado de 08.12.1961), seguido de desenhos respeitantes a ela, de outros artistas. Os censores registaram os “pecados” da obra:

Tomando a defesa calorosa de Djamilia Boupacha, agente de ligação da F.L.N., cuja prisão tanta celebridade lhe deu, as autoras fazem um ataque frontal às forças da ordem, no que encontram o ensejo para desenvolverem a sua tão desejada propaganda comunista. Não deve ser autorizada a circulação deste livro no nosso país. (R7041/62)

– O texto de Beauvoir *L’existentialisme et la sagesse des nations* tinha sido originalmente publicado em 1945, no n.º 3 da jovem revista *Temps Modernes*. Em Portugal apareceu em 1967 com o título *O Existencialismo e a Sabedoria das Nações*, na coleção “CLAVE” da Ed. Estampa, em tradução de Manuel de

---

<sup>18</sup> Ao jornalista Serge Groussard, do *Le Figaro*, que o interrogava em 1958 sobre a posição portuguesa perante o movimento anticolonialista internacional, Salazar respondia: “[...] a civilização ocidental é a mais completa, a mais profunda, a única que pôde criar e implantar valores de alcance universal. Por outro lado, seria loucura que o Ocidente abandonasse as populações que por si próprias não puderam elevar-se de estados primitivos e ele está em vias de educar e fazer progredir” (Salazar 1967: 15).

Lima e Bruno da Ponte. A obra pôde circular sem restrições. Para além da crítica rigorosa a que submete valores e conceções cristãos, ocupa-se do caso Robert Brasillac (1909-1945), o intelectual francês colaborador do Nacional-Socialismo e do regime de Vichy, condenado à morte e executado em 1945. Brasillac era, porventura, conhecido em certos meios devido à sua *Histoire de la guerre d'Espagne*, escrita em colaboração com Maurice Bardèche, que teve duas edições portuguesas, em 1939 e 1940 (Sá da Costa). Por via da proibição de textos da perspectiva dos Republicanos, a história de Brasillac não teve rival no mercado português durante mais de 20 anos (v. neste livro o Capítulo 4, II Parte). Simone de Beauvoir integrou o grupo de intelectuais franceses que não pediram a comutação da sua pena de morte, apesar da admiração que dizia ter sentido pela coerência dele em tribunal.

– Na mesma coleção “CLAVE” sairá a primeira biografia de Beauvoir publicada em Portugal, da autoria da romancista Geneviève Gennari: *Simone de Beauvoir. Uma Biografia Literária*, com tradução de A. Xavier de Basto (1967).<sup>19</sup> Registe-se que o livro começa com uma nota biográfica não assinada, elogiosa, embora não muito específica.

– É de novo a Editorial Estampa que, em 1968, pela mão de Urbano Tavares Rodrigues, diretor da coleção “Polémica”, traz um texto de Beauvoir a público.<sup>20</sup> Vem inserido num conjunto de depoimentos sobre o poder da literatura, proferidos num debate realizado em Paris em 1964. A Beauvoir juntam-se Yves Berger, Jean-Pierre Faye, Jean Ricardou e Sartre. São autores que, em 1968, começavam a entrar no ensino e na crítica académica.

– Refira-se, por último, a obra do jornalista Jean-François Steiner (n. 1938) *Treblinka: A Revolta de um Campo de Extermínio*, publicada pela Bertrand em 1970, com prefácio de Beauvoir e tradução de Artur Pedro Gil (ia em 3.ª edição

---

<sup>19</sup> Esta data é a do Depósito Legal, a única indicada na obra. O original é de 1958. Gennari, nascida em 1920, é uma romancista (*La Fontenelle scellée; J'éveillerai l'aurore; Le plus triste plaisir*; etc.) e diarista (*J'avais vingt ans. Journal 1940-1945; Journal d'une bourgeoise*) próxima dos movimentos feministas dos anos 50 e 60 (cf. Sylvie Chaperon, “Une génération d'intellectuelles dans le sillage de Simone de Beauvoir”, in *Clio* 13/2001, <http://clio.revues.org/index135.html>, visitado em 4 de março de 2009).

<sup>20</sup> A coleção “Polémica” teve um primeiro número sobre “A Guerra no Vietname”, na altura deste volume sobre o poder da literatura já “fora do mercado”, e um n.º 2 sobre “A condição da mulher portuguesa”, com depoimentos de Isabel da Nóbrega, Isabel Martins, Augusto Abelaira, Sérgio Ferreira Ribeiro, Natália Nunes, Agustina Bessa Luís e Maria da Conceição Homem de Gouveia.

em 1989). O original fora publicado com o título *Treblinka*, em 1966, depois de Steiner, filho de um judeu morto num campo de concentração, ter trabalhado com Sartre na revista *Temps Modernes* e no semanário pró-gaullista *Nouveau Candide*. Steiner baseou-se em depoimentos de alguns dos poucos sobreviventes da revolta dos prisioneiros deste campo de morte, e romanceou o quotidiano que ali se vivia. Mas o que provocou uma enorme indignação na época foi a tese de que os judeus se deixaram matar como cordeiros, não tendo oferecido suficiente resistência.<sup>21</sup> Beauvoir elogia o “tom do livro”, “completamente desusado: nem patetismo [sic] nem indignação, mas uma frieza calculada e por vezes até uma sombria ironia. O horror é evocado na sua banalidade quotidiana e quase como natural” (Beauvoir 1970: s/p.).

### 3.3. Obra de Beauvoir proibida durante o Estado Novo

Considerando os relatórios existentes, o primeiro relativo à nossa autora data de 1954 e diz respeito a *Les Mandarins*, publicado nesse mesmo ano, e presente à Censura por António Maria Pereira, editor que muito provavelmente o queria traduzir. Talvez pelo facto de a autora já ser conhecida, mas sobretudo porque decerto se sabia que a imagem do país não era aqui especialmente bem tratada, o livro foi apenas “Lido pelo Ex.mo Director”, que o proibiu (R5272/54). Igual destino teve, três anos depois, *La longue marche*, trazida agora pela PIDE, proibida depois de “Lid[a] pelo Ex.mo Director” (R5992/57).

A tradução portuguesa (do Brasil) da mais famosa obra de Beauvoir, *Le deuxième sexe* (1949), é registada pelos censores em 1960,<sup>22</sup> e a ela já nos referimos atrás. Seguiu-se o romance *L’Invitée* (1943), a primeira obra que Beauvoir publicou. Foi apreendida ou intercetada pela PIDE e recebeu, em 1962, um veredicto arrasador:

---

<sup>21</sup> Ver o depoimento muito crítico do sobrevivente Richard Glazer em <http://holocaustcontro-versies.blogspot.com/2006/10/richard-glazar-on-jean-francois.html> (acedido em 28 de fevereiro de 2009).

<sup>22</sup> Não foi possível ainda confirmar se a edição que chegou aos serviços de Censura, da Ed. Difusão Europeia do Livro, de S. Paulo, com tradução de Sérgio Milliet, foi mesmo a primeira tradução publicada no Brasil, embora tudo indique que sim.

É um romance imoralíssimo, mais um, desta imoral ou amoral escritora vanguardista: a companheira de Sartre, como é sabido. Há de tudo nesta deplorável obra, desde o mais solto sensualismo até ao homo-sexualismo [sic] Por todo o romance os casais mal-acasalados vivem numa espécie de contradança ou quadrilha de aventuras sexuais, em trocas sucessivas de machos e fêmeas, por vezes dentro do mesmo sexo, sem sombra de pudor, nem sequer de dignidade humana. Julgo, portanto, de proibir a circulação deste livro no nosso país, pela sua intrínseca e refinada imoralidade. (R7029/62)

A tradução brasileira chegaria também cá no mesmo ano (1962), e foi considerada “automaticamente proibida” (R7136/62), dado o anterior veredicto sobre o original.

O caso de *Djamila Boupacha* já foi apresentado atrás. Na sua apreciação sobressai o radicalismo com que se proibia todo o discurso divergente da ideologia e prática colonialistas, o que incluía, por exemplo, a aceitação da tortura. O discurso dos censores torna-se, assim, epítome do pensamento estado-novista. Veja-se este elucidativo exemplo à volta do complexo temático “Argélia”, uns anos antes do caso Boupacha. Trata-se do livro *Contre la torture* (1957) de Pierre Henri Simon (1903-1972)<sup>23</sup>, proibido com a argumentação última de que punha em causa a política colonialista de duas nações amigas (Portugal e França):

Este livro é baseado no depoimento daquele oficial francês desmobilizado da Campanha da Argélia, que atacou o exército francês pela repressão excessiva da revolta dos elementos da F.L.N. É um livro de má política interna, excessivamente partidária, em que os interesses da Nação em Geral [sic] e o respeito pelo Exército, elemento base da Pátria, estão postos de lado. Assim, pode-se [...] considerar anti-militarista e anti-patriota, pelo que julgo de proibir, tanto mais que se pode fazer mal a espíritos fracos e mal esclarecidos, além de ser um ataque à França, país amigo e com interesses em África, como Nós [sic]. (R6033/57)

---

<sup>23</sup> Romancista, poeta, crítico literário, Pierre Henri Simon veio mais tarde a Lisboa fazer uma conferência no Liceu Charles Lepierre sobre “Sartre e a literatura” (*Diário de Notícias*, 25/03/1966).

*La Force de l'âge* (1960), livro de memórias até ao final da II Guerra, dedicado a Sartre, também não agradou aos censores, já então bem familiarizados com o nome e a obra de Beauvoir, a quem agora acrescentam o epíteto de “antissocial”, que resume bem o projeto dos regimes totalitários de excluir toda a divergência do seio do todo social:

Trata-se de mais um volume de memórias, continuação de outro livro da autora – “*Mémoires d'une jeune fille rangée*” – já proibido por estes Serviços. Também neste livro faz transcrições de outros livros de sua autoria igualmente proibidos de circular no País, como “*Pyrrus et Cinéas*” e “*L'invitée*”. Simone de Beauvoir é, como se sabe, a “companheira” de Jean-Paul Sartre. Companheira em todo o sentido, pois com ele está ligada até na sua ideologia política. Este livro, como era natural e lógico supô-lo quem conheça a moral e o ideário político-social da sua Autora, continua a série reprovável dos seus escritos, cuja amoralidade intrínseca corre parilhas com a sua ideologia política. Não há que citar páginas ou trechos do livro, pois todo ele é um espelho – o espelho da imoralidade e do ideário anti-social da Autora, que ela estadeia complacentemente. Parece-me, pois, de proibir. (R7066/62)<sup>24</sup>

A tradução para português, oriunda do Brasil, e pelo mesmo Sérgio Milliet, foi, como era de esperar, igualmente proibida (R7137/62).

A última obra de Beauvoir escrutinada em 1962 foram as *Novelas do Marquês de Sade*, obra que, tal como as restantes, provém da paulista Editora Difusão Europeia do Livro, mas em tradução de Augusto de Sousa. Trata-se do original *Faut-il brûler Sade?*, ensaio publicado em dezembro de 1950 e janeiro de 1951 na revista *Temps Modernes*, depois reeditado em 1955 na coleção “*Idées*”, da Gallimard. A associação de Sade a Beauvoir tornava a decisão dos censores em tudo previsível:

Tão conhecido é o substracto de imoralidade das obras do Marquês de Sade, que por muito que se queira especular com as mesmas, de modo algum a nossa ética as pode tolerar, mormente quando essa função parte de uma escritora

---

<sup>24</sup> Se os censores indicam relatórios anteriores sobre “*Pyrrus et Cinéas*” e “*Mémoires d'une jeune fille rangée*”, é porque existem. Infelizmente fazem parte do lote dos desaparecidos.

tão indesejável, pelas ideias que defende, como Simone de Beauvoir. Entendo, portanto, que este livro deve ser “proibido” de circular no País. (R7139/62)

*La force des choses* (1963) contém as memórias de Beauvoir entre o fim da II Guerra e 1962. Incorreu particularmente no desagrado dos censores devido às referências menos lisonjeiras a Portugal – por cuja imagem no estrangeiro os censores se sentiam obrigados a velar, embora o argumento da “propaganda comunista” seja decisivo, a par da “fundamental imoralidade”:

Continuação ou prolongamento, segundo o confessa a própria A., da sua obra “Mémoires d'une jeune fille rangée”, já “proibida” por estes Serviços, em razão das suas intrínsecas imoralidade, amoralidade, e ideologia filo-comunista, esta obra é de idêntica orientação e textura “moral”. Mas, mais ainda do que na outra, nesta as referências políticas podem ter-se como real propaganda comunista – o que não surpreende, aliás, da parte da que é, há tantos anos, a “companheira” de Sartre. Bastariam as desagradáveis e inconvenientes referências a Portugal (pág. 37 a 40) para considerar indesejável a circulação de tal obra no nosso País. Mas, além disso, que tanto é já, as referências elogiosas a obras proibidas (por vezes até com transcrições) de Sartre, Thorez, Camus, Elsa Triolet, Fontamara, Malraux, Joliot-Curie, Marty, etc (toda a fina flor do comunismo, passado ou ainda presente) bem como a propaganda ideológica filo-comunista, estadeada ao longo de todo o livro, da primeira à última página, pode dizer-se, de tal sorte que nem vale a pena (tantas elas são) citá-las especificamente, fazem-me considerar esta obra como ela é ou para que foi realmente escrita: uma propaganda apaixonada do materialismo dialético e do revolucionarismo pró-comunista. Por isso me parece de proibir, sem a menor sombra de dúvida ou hesitação. Como nota adicional cumpre recordar que todas as 15 obras da autora, já apreciadas por estes Serviços, foram proibidas de circular no País pela sua fundamental imoralidade e inconveniente ideário político. (R7534/65)

O livro seguinte é um caso, não muito frequente, de disparidade de opinião entre o leitor e o decisor (despacho), tanto mais surpreendente quanto este leitor já analisara outras obras em termos fortemente condenatórios, como o que se acaba de citar. Mas justamente serve de ilustração ao que já se afirmou de que o nome dum autor, por muitas suspeitas que gerasse, não era banido *a priori*. Trata-se do romance *Tous les hommes sont mortels*, um original de

1946 chegado à Censura via PIDE, e na versão da habitual editora paulista em 1965 (sem indicação de tradutor):

Podemos ter esta obra como o que haja de mais “literatura de ficção”, pois é o romance da vida de um homem imortal. Este homem, nascido em 1279, comparsa de muitas aventuras histórico-militares e amorosas, atravessa os tempos e as épocas, até à actualidade, em que decorre a acção propriamente descritiva. Não lhe encontro (apesar da autoria) mal algum sob os pontos de vista político ou social. No aspecto moral noto apenas uma cena amorosa mais viva, localizada e que aponto a pág. 75. Mas essa meia página estricte [sic] justificará a proibição do romance? Parece-me que não, que não será o caso para tal e que uma obra tão curiosa, interessante e bem escrita não merece a proibição por meia página de mais viva descrição de uma cena amorosa.

Mas para o decisor não havia exceções:

A autora não merece procedimento favorável. Só o seu nome e a sua restante obra inspiram e justificam o maior rigor. Assim, fica proibido o livro. (R7609/65)

O desconforto em relação à derrota do Nacional-Socialismo com o fim da II Guerra Mundial é um sentimento indisfarçável nos censores, de que já demos exemplos da década de 50 (Seruya/Moniz 2008b: 16-18). Tal deve-se, evidentemente, ao pensamento dicotómico subjacente à associação do combate ao nazismo com o comunismo, este a *bête noire* do regime, sem que se considerasse a democracia uma alternativa. Um dos campos em que tal atitude é patente é na temática da Resistência, objeto frequente de tratamento literário e documental. No ano de 1966 foram trazidos à Censura dois romances de Cecil Saint-Laurent (1919-2000)<sup>25</sup>, *Prénom: Clotilde* e *Ici: Clotilde*, ambos proibidos. Quanto ao primeiro, um “relato da vida dos elementos da Resistência francesa”, é, contudo

[...] um relato ultra realista da vida desregrada e imoral que levaram os elementos femininos franceses devido ao relaxamento moral dos costumes, proveniente da

---

<sup>25</sup> Pseudónimo literário de Jacques Laurent, prolífico autor de romances históricos, ensaísta e argumentista, eleito para a Académie Française em 1986.

desorientação da população francesa em consequência da sua derrota militar [...] o escritor aproveita para relatar imoralmente, mas não pornograficamente, as inúmeras relações sexuais da referida protagonista [...] (R7783/66)

Também no segundo a temática da Resistência é considerada mero pretexto “para relatar a vida imoral dos vários elementos femininos que nela tomaram parte [...]” (R7841/66). A obra de Beauvoir *Le Sang des autres* (1945) tem tema idêntico, incorrendo, para os censores, no erro, não do “relaxamento moral dos costumes”, mas da defesa da violência como meio de combate à ocupação alemã:

Romance sobre a resistência francesa à ocupação alemã que é fundamentalmente a apologia das ações violentas levadas a cabo com fins políticos, sem cuidar de considerar o número e a qualidade das vítimas que delas resultam. (R7833/66)

Citou-se, em epígrafe, palavras de Salazar a Christine Garnier (Garnier 1952) condenando, em unísono com o machismo castrador da época, o “desfrute” (tenham-se presentes os usos do termo no tempo do Estado Novo!), a busca do “prazer”. O discurso dos censores reflete exemplarmente tal ideologia. Simone de Beauvoir prefaciou a obra dos Drs. Phyllis e Eberhard Kronhausen [sic] *Majorité sexuelle de la femme*, que foi considerado

[...] um perfeito manual de devassidão. A emancipação que prega consiste na reivindicação do direito de as mulheres darem plena satisfação aos seus desejos sexuais sejam eles quais forem, e do modo que for. Proponho a proibição. (R7865/66)

A culminar estes juízos sobre Beauvoir surge uma outra biografia da autora, como sinal provável da atenção que continuava a suscitar no país. Trata-se da obra de Serge Julien-Caffié, *Simone de Beauvoir* (publicada pela Gallimard em 1966) levada aos censores pela PIDE e, desta vez, “Proibida pelo Director”, mas com igual proposta de decisão da parte do leitor:

Não só a biografia panegírica desta escritora que tanto mal tem feito à gente do nosso tempo com as suas obras de índole malsã, mas também a transcrição de

trechos de várias obras da mesma escritora já proibidas de circular no País por estes Serviços, levam-me a propor a proibição deste livro. (R7903/66)

Não se encontraram mais relatórios sobre obras de Beauvoir até 1974.

#### 4. Epílogo: Beauvoir depois da Revolução de Abril

Tal como política e sexo foram os grandes temas reprimidos pelo regime deposto a 25 de Abril, assim também guardamos na memória que as livrarias se encheram deles nos primeiros tempos da liberdade de expressão. Não surpreende, assim, que *O Segundo Sexo* tenha iniciado a divulgação de Beauvoir entre o grande público na democracia portuguesa.<sup>26</sup> Teve a sua primeira edição no nosso país através da Bertrand, que lhe adquiriu os direitos em 1975.<sup>27</sup> Trata-se da mesma tradução, do brasileiro Sérgio Milliet (com indicação de revisão por Manuel Peres Newton), o que volta a acontecer em 2008, quando a obra é reeditada na Quetzal Editores (sem indicação de revisor). Daqui se pode concluir que Portugal nunca traduziu a obra mais famosa de Simone de Beauvoir...

A euforia pela abertura democrática e a vontade de finalmente publicar o anteriormente proibido levou a que, neste mesmo ano de 1975 a Bertrand fizesse sair mais dois títulos: na sua coleção “Unibolso”, *A Mulher Destruída* (original: *La femme rompue*, de 1967), com tradução da escritora Olga Gonçalves, ou seja, escolhendo uma tradutora com credibilidade, e *Memórias de uma Menina Bem-Comportada* (original: *Mémoires d'une jeune fille rangée*,

---

<sup>26</sup> Embora não haja ainda estudos que o confirmem, testemunhos vários, entre os quais algumas intervenções do público no Colóquio onde o presente trabalho foi apresentado, apontam para que a proibição de as obras circularem não significava a impossibilidade de serem conhecidas. Para além da prática das livrarias de guardarem para clientes de confiança obras que se previa poderem vir a ser apreendidas, os exemplares circulavam particularmente. Por isso só com reservas se pode afirmar que uma obra não era conhecida cá pelo facto de ter sido proibida. Outra coisa diferente é o público leitor atingido: com o fim da Censura aumentou certamente, e as várias edições que algumas obras de Beauvoir tiveram, provam-no.

<sup>27</sup> A ficha técnica indica que, em 1970, a Difusão Editorial do Livro, S.A., tinha os direitos da obra “para a língua portuguesa”.

1958), com tradução de Maria João Rémy Freire. Logo no ano seguinte (1976), o grande público pôde ler os dois volumes de *Os Mandarins*, traduzidos por Alexandre Neves, com capa de José Cândido.<sup>28</sup>

*O Sangue dos Outros* saiu pela primeira vez em 1985, na Dom Quixote, com tradução de Miguel Serras Pereira. Em 2003 já ia na sua 4.<sup>a</sup> edição. *A Convidada* (1943) teve a sua primeira tradução em Portugal em 1989, na mesma editora, pelo mesmo tradutor.

De resto, foram traduzidos vários escritos autobiográficos, sempre na Bertrand, e quase sempre também com capa de José Cândido. Além de *Memórias de uma Menina Bem-Comportada* (com segunda edição em 1982), foram dados à estampa os seguintes títulos:

- *A Força das Coisas*, tradução de Amélia Petinga e Manuel Castro Caldas, 1978 (1.º volume), 1979 (2.º volume);
- *A Força da Idade*, tradução de Maria Auta Monteiro Costa, 1976, dedicado a Sartre;
- *Balanço Final*, 1980, tradução de Bertha Mendes (original: *Tout compte fait*, 1972);
- *A Cerimónia do Adeus, seguido de conversas com Jean-Paul Sartre, Agosto-Setembro de 1974*, tradução de Helena Leonor M. dos Santos, 1986 (também com capa de José Cândido). O original é de 1981. O livro é dedicado por ela “Àqueles que amaram Sartre, o amam, o amarem”.

## 5. Observações finais

Tentei, com este trabalho, dar um contributo, meramente arqueológico, para o início da história da tradução de Simone de Beauvoir em Portugal, certamente um capítulo de uma futura história da sua receção entre nós, que terá de ser multidisciplinar. De momento, e após uma fase de intensa vontade de recuperação nos anos 70 e 80, tudo aponta para uma certa estagnação do interesse editorial pela autora, não sendo ainda possível [no momento da escrita deste texto] obter dados sobre as vendas da reedição de *O Segundo Sexo* para o ano comemorativo de 2008.

---

<sup>28</sup> Reputado pintor e *designer* de Lisboa, mantendo-se, assim, a aposta nas capas artísticas.

Resta acrescentar que os dados bio-bibliográficos da autora que constam da recente biografia de Jean-Luc Moreau (Moreau 2008), não estando completos, servem de base à verificação do que falta traduzir de Beauvoir em Portugal [em 2008/9]: o romance *Les Belles images* (1966, dedicado a Claude Lanzmann), a peça de teatro *Les Bouches inutiles* (1972)<sup>29</sup>, os ensaios *Pyrrhus et Cinéas* (1944) e *Faut-il brûler Sade?* (1972), dos escritos filosóficos, o texto *Pour une morale de l'ambiguïté* (1947). As possíveis interpretações destas ausências já não cabem no âmbito deste trabalho.

---

<sup>29</sup> Ignoro se foi alguma vez representada.

## Capítulo 7

# A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

(com Maria Lin Moniz)<sup>1</sup>

## I PARTE

### 1. Apresentação do problema

Como é sabido, a tradução é um meio revelador do modo como configuramos a interação entre culturas. Como tal, tem uma relação próxima com a questão do poder: não só o tradutor é um decisor poderoso no *make up* do texto traduzido que dá a ler ao leitor da cultura de chegada (“Escola da Manipulação”), como o texto traduzido, que alguém selecionou previamente, pela novidade que sempre introduz, pode ser, é sempre, um fator de mudança, por ligeira que seja, na cultura de chegada. Importamos aquilo que não temos ou de que julgamos precisar. Mudança a vários níveis, desde o desafio a cânones domésticos à crítica social e política. Uma mudança que é sempre desestabilizadora. O poder do livro e da literatura, do cinema e do teatro, tem a ver com tudo isto. Aliás, se já é assim com obras originais, a tradução, relacionada com algo que vem de fora, acarreta um potencial subversivo ainda mais acentuado, pelo que, em contexto de ditadura, se torna (pode tornar) em objeto de particular vigilância pela parte de uma Censura institucional, como foi a portuguesa durante o Estado Novo. É claro que o argumento contrário, por vezes, também podia funcionar: se a fonte era estrangeira, não havia tanta responsabilidade na sua divulgação; e o facto de a obra poder circular numa língua estrangeira

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Congresso Internacional “Censura ao Cinema e ao Teatro”, que se realizou entre 13 e 15 de novembro de 2013 na Universidade Nova de Lisboa. Esta é a sua primeira publicação, com ligeiras alterações.

limitava, à partida, a sua disponibilização a um público vasto, pelo que este argumento foi utilizado para a sua autorização.

Quando, no âmbito dos Estudos de Tradução em Portugal, se começou a falar da Censura ao livro estrangeiro – que podia ser, e várias vezes era, candidato à tradução<sup>2</sup> – houve a percepção, logo ao primeiro contacto com os relatórios dos censores, de que o próprio discurso destes era uma interessante fonte de informação sobre a respetiva atividade. Estes leitores/censores faziam, por vezes, comentários sobre o percurso dos livros, no sentido de que eles circulavam, apesar da proibição. Depois, na apresentação, em eventos científicos, de alguns estudos sobre objetos parcelares da Censura ao livro estrangeiro, várias vezes se ouviram testemunhos da parte do público que afirmavam haver várias maneiras de escapar à proibição de circulação de livros, nomeadamente por via de fortes cumplicidades entre clientes e empregados de certas livrarias, para já não falar das malas de viagem que podiam transportar originais potencialmente suspeitos... No caso de traduções (e livros portugueses) aquelas situações eram possíveis porque, convém recordá-lo, não havia oficialmente censura prévia ao livro. Na prática, porém, esta podia acontecer, pois se um livro estrangeiro ficava proibido de circular, também, em princípio, a sua tradução era proibida.

A pergunta sobre a eficácia da Censura na ditadura portuguesa parece-nos pertinente se considerarmos que aquela se destina a impedir o acesso dos leitores a certas obras, ou, num plano mais geral, “to repress intellectual freedom and manipulate information” (Billiani 2007: 3). Se se sabe que as obras, mesmo proibidas, circularam, embora nunca para todos, então pode questionar-se a eficácia deste método repressivo de controlo do pensamento. Já os efeitos da censura à imprensa e rádio eram mais imediatos e visíveis, porque diários e atingiam muitos milhares de cidadãos leitores e ouvintes, e, assim, a pergunta sobre a sua eficácia não tem grande pertinência. O mesmo se poderia dizer sobre a censura ao teatro e ao cinema, cuja influência e impacto no público os censores não menosprezavam. Não seria possível um drama ou filme serem proibidos e, mesmo assim, representados. Mas mesmo neste caso não deixa de ser interessante indagar do destino pós-revolucionário de peças e

---

<sup>2</sup> Não o era sempre porque, como havia violação de correspondência, foram intercetados muitos livros encomendados por particulares que seriam certamente para leitura própria, mas também para eventual tradução.

filmes proibidos, em que medida houve vontade de recuperar, em que moldes, etc. É o que faz, para o teatro, um estudo pioneiro na área, da autoria do alemão Kian-Harald Karimi: *Auf der Suche nach dem verlorenen Theater: Das portugiesische Gegenwartsdrama unter der politischen Zensur (1960-1974)* [À procura do teatro perdido. O drama português contemporâneo sob a censura política (1960-1974)] (Karimi 1991).<sup>3</sup> Um último capítulo deste notável estudo é dedicado à história do teatro depois da Revolução dos Cravos (1974-1980) (342s.), em confronto com a fase anterior. É o que faz, para o filme erótico e pornográfico, Paulo Cunha, no seu estudo sobre o período 1974-76 incluído em *Censura nunca Mais!* (Cabrera 2013: 177-204).<sup>4</sup>

A investigação sobre a Censura à tradução do livro estrangeiro em Portugal precisa de ser continuada e aprofundada. Por analogia com a conhecida divisão da história da tradução em história externa e história interna da tradução (Frank 1990 e 2004, Koster 2002), pode dizer-se que há alguma informação sobre a história externa da Censura (*Livros proibidos...* 1981 e 2005, Azevedo 1999, Rosa 2009)<sup>5</sup>: o que chegou à Censura, que autores, que textos, de quais editoras, quando, por que via, quem censurou, qual a decisão, que argumentação (quando existe).

Já quanto à interna, que exige uma análise dos próprios textos traduzidos, pouco se sabe ainda. Neste plano parece-nos existirem pelo menos duas grandes perguntas à investigação: qual a fenomenologia da censura – ou autocensura – nas traduções publicadas, quer tenham ido à Censura ou não (havendo aqui metodologicamente que distinguir os dois grupos, pois se trata de dois tipos de censura, a repressiva e a antecipadora, na forma de autocensura ou de instruções do editor); qual o destino das traduções censuradas: as proibidas não foram mesmo publicadas? Se não, foram-no depois da Revolução ou não houve interesse posterior nelas? Quanto às publicadas, se foram censuradas, respeitaram as ordens da Censura e saíram com cortes? Foram depois revistas? Ou fizeram-se novas traduções? Ou reeditaram-se as censuradas, como aconteceu entre nós, por exemplo, com *Spartacus*, de Howard

---

<sup>3</sup> Este trabalho não é citado por Graça dos Santos no seu estudo sobre o teatro no Estado Novo, incluído em *Censura nunca Mais!*, (2013: 311-331), provavelmente por ser em alemão.

<sup>4</sup> Maria Lin Moniz fez um primeiro estudo sobre este assunto, “A Revolução e os livros censurados no Estado Novo”, apresentado no Colóquio *Tradução e Revolução* (22 e 23 de outubro de 2015), na Universidade Católica Portuguesa (no prelo).

<sup>5</sup> V. também os capítulos anteriores desta II Parte.

Fast? Na verdade, Ana Raquel Salvador mostrou bem na sua dissertação de Mestrado, como a tradução censurada desta obra foi reeditada, não existindo até hoje [2013] uma sua tradução integral (Salvador 2013). Ou veja-se o caso de Espanha, como têm demonstrado trabalhos vários, entre os quais os de Gómez Castro (2008) e Ortega Sáez (2013), que deram conta de como muita tradução do tempo do franquismo (truncada) continua a ser publicada até hoje, sem menção da sua origem, e sem protestos. Aliás, para o filme em Espanha, também já temos um elucidativo estudo de Jeroen Vandaele sobre a Censura franquista aos filmes de Billy Wilder, em que o autor mostra que as dobragens que se fizeram em 1955 e 1964 continuam a ser (em 2005) as únicas à venda em Espanha e em DVD multilingues destinados a outros países europeus (*apud* Billiani, 2007: 279s.).<sup>6</sup> Em Portugal, algumas editoras reeditam traduções antigas quando alguma nova é publicada, mas o assunto não está estudado.

Poderá perguntar-se qual o fundamento concreto de todas estas interrogações. Ele é, cremos, suficientemente sólido para nos propormos a esta nova linha de investigação dentro do projeto: Tradução e Censura (a decorrer no CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa). Recorde-se, como princípio geral da atuação dos censores, que *a priori* não havia autores nem temas a proibir *tout court*, só cada caso concreto interessava, cada texto por si.<sup>7</sup> Um exemplo elucidativo é o romance de D. H. Lawrence, *Lady Chatterly's Lover*, cá chegado em 1939 em tradução francesa,<sup>8</sup> que foi absolutamente proibido (R940/39), tendo embora outras obras do autor sido traduzidas e publicadas antes de 1974. E tenha-se em conta que

– a organização policial para apreensão de livros era um procedimento aparentemente complexo e obscuro, de modo que muitos anos depois da proibição a polícia podia estar ainda à procura dos livros nas livrarias;

---

<sup>6</sup> Na Alemanha, o caso é o seguinte: Gaby Thomson-Wohlgemuth descreve com grande pormenor e rigor como funcionava a Censura na antiga RDA (*apud* Billiani, 2007: 93s.). Pergunta-se: que é feito das traduções que lá se publicavam? É que certamente, na maioria dos casos, tinham concorrentes na RFA, pelo que hoje o seu valor é mesmo apenas museal. Mas será mesmo assim?

<sup>7</sup> Por exemplo, surpreendentemente talvez para alguns, S. Freud não consta dos *Livros Proibidos no Regime Fascista*, de 1981.

<sup>8</sup> O romance foi originalmente publicado numa tipografia privada, em Florença, em 1928. No Reino Unido ter-se-ia de esperar pelo ano de 1960 para ver sair uma edição não expurgada.

– certos empregados das livrarias guardavam para clientes especiais os livros que se sabia que poderiam vir a ser confiscados; por isso se pode dizer que as bibliotecas particulares são sempre uma boa fonte para a investigação;<sup>9</sup>

– como não havia censura prévia ao livro, a publicação de certos autores em tradução era sempre um risco para as editoras, mas um risco que muitas corriam, pois, apesar de tudo, a polícia não podia estar sempre em toda a parte: quando o romance de Françoise Sagan *Bonjour Tristesse* foi proibido em 1954, por ser “francamente amoral”, já tinha então “larga venda em Portugal” (Azevedo 1997: 203); a propósito do n.º 44 da muito popular coleção “Riffifi” (Ed. Ibis), um misto de policial e erotismo, um livrinho de Day Keene, *Payola*, que fora “adquirido” pelos Serviços da Censura, escreve o censor que o livro “é de um tão inacreditável desprante que nos torna perplexos e sem conseguir compreender como é possível que no nosso país sejam publicados normalmente livros desta natureza. Se alguns, aliás poucos, livros desta coleção foram proibidos, fica-se a pensar como serão aqueles que não foram vistos” (R7834/66, sublinhado meu). O romance *Gretta*, de Erskine Caldwell, chegado à Censura pela mão da PIDE no original, foi autorizado a circular com o seguinte argumento: “A obra não é pornográfica, mas um tanto escabrosa. Acontece, porém, que a mesma já foi vertida em português e editada, pela Livraria Bertrand, indo já na 4.ª edição, sem ter levantado qualquer protesto. Parece-me, por isso, que não é oportuno impedir a circulação deste livro” (R7847/66). Os censores estavam, assim, a admitir a sua própria impotência para controlarem todo o mercado editorial.

Todos sabemos que existem listas de “livros proibidos pelo regime fascista”, mas há que examinar cuidadosamente cada título. Por exemplo, se é verdade que a conhecida obra de George Bernanos *Les grands cimetières sous la lune* foi proibida (R638/38) e nunca traduzida até 1974 (outros livros dele foram traduzidos), obras como a do americano condenado à morte Caryl Chessman *Cellule 2455. Couloir de la mort*, cuja tradução foi expressa e explicitamente proibida (R5618/56), não só veio a ser traduzida (*2455 – A Cela da Morte*, trad. de António Neto, Lisboa, Europa-América, 1959), como teve uma relevante receção na sociedade portuguesa. O caso merece ser relatado: em 1959 a revista *Livros de Portugal* noticia que o romance foi publicado na coleção “Século XX” da Europa-América (*LP 2/1959*: 16) e chama-lhe “sensacional

---

<sup>9</sup> O catálogo *Livros Proibidos no Estado Novo* (v. Bibliografia final) tem fotografias de capas de livros proibidos, mencionando como sua fonte “coleção particular”.

romance norte-americano, escrito em condições dramáticas”. O n.º 3/1959 volta a elogiar o livro em pequeno artigo próprio: “Como depoimento é impressionante. É a história duma das mais desordenadas vidas que já se viveram, contada com honestidade e brilho por uma personalidade vigorosa” (p.12). Não ficamos por aqui: em dezembro, no n.º 12/1959, transcreve-se uma carta da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) enviada ao embaixador dos Estados Unidos: “Tendo Caryl Chessman, enquanto angustiosamente espera há longos anos que se cumpra a pena a que os tribunais o condenaram, revelado qualidades de escritor, nós, escritores dum país que nobremente aboliu a pena de morte, rogamos a V. Ex.<sup>a</sup> se digne transmitir às competentes autoridades do seu país, o nosso desejo de que ao prisioneiro, inocente ou culpado, seja concedido o direito à vida e o de legar aos homens um emocionante documentário do mundo da culpa e do arrependimento” (p.11). Jaime Cortesão era o Presidente da SPE. Próximo episódio: no n.º 18/1960, aparece propaganda à “única obra de ficção” de Caryl Chessman, *O Garoto era um Assassino*, a publicar pela “Coleção Século XX”, da Europa-América. Foi mesmo publicada, em 1960, pela Europa-América, em tradução de João Palma Ferreira. Hoje em dia [2018] a BNP possui vários exemplares de *A Cela da Morte* (nas suas três edições portuguesas), e outras obras de Chessman, bem como sobre ele.<sup>10</sup>

## 2. Um estudo de caso ilustrativo

Como se disse, justifica-se tentar seguir o rasto das traduções censuradas, bem como dos eventuais candidatos a tradução proibidos. É como que um último capítulo, um epílogo da história da Censura ao livro estrangeiro. O facto de não ter sido um assunto, até agora, objeto do interesse, incentiva-nos a entrar por este (porventura incómodo) caminho, na procura de rigor e objetividade que devem guiar a investigação.

Da autora francesa Colette (Sidonie Gabrielle Colette, 1873-1954) não há rasto no espaço público editorial português até 1953, data da primeira tradução publicada, *A Vagabunda*, por Tomaz de Figueiredo, na editora Guimarães. Entretanto, pela mão da PIDE, tinham ido à Censura, no ano de 1949, cinco

---

<sup>10</sup> Esta última frase substituíu o que escrevi em 2013, dado que os registos da BNP sobre Caryl Chessman foram completados entre 2013 e o presente.

obras no original francês de Colette, todas autorizadas.<sup>11</sup> Seguiram-se mais quatro em 1962, e, neste mesmo ano, duas da dupla autoria Colette e o primeiro marido Willy (Henry Gauthier-Villars, 1859-1931)<sup>12</sup> (da série “Claudine”). Tudo autorizado, à exceção dos da série “Claudine”, todos proibidos (R7214 e 7215/62) e com origem na PIDE. Registe-se a curiosidade de a tradução *A Vagabunda* ser anterior à ida do original à Censura. E há exemplares originais na Biblioteca Nacional em edições anteriores às que foram à Censura, o que indicia que a autora já por cá circulava (há que ver ainda a data do registo e a proveniência, nalguns casos é a coleção Brito Rato).

Em 1958, duas traduções são dadas à estampa: *Gigi*, um conjunto de novelas com tradução de José Saramago, e *Verdes Amores*, com tradução de João Viegas. *Chéri* sai em 1960. Anteriormente, já o romance *Chéri* (1920) num original francês tinha ido à Censura e sido proibido a 15.11.1950 (R 4484/50), por ser “Romance com bastante pornografia, em especial nas suas ilustrações”. Comprova-se aqui mais uma vez que era o texto, e não a autora que estava em causa. Novamente são os Relatórios da Censura que dão uns indícios interessantes. Em 1964, ou seja, 14 anos mais tarde, *Chéri* volta à Censura (“Revisão”), mas já em tradução de José Saramago, publicada em 1960 (Estúdios Cor). Agora, em 1964, considera o redator do parecer que o livro afinal “não contém tanta imoralidade” como parecia e nem sequer apresenta ilustrações. O censor/leitor continua:

Considerando que os romances, tanto de autores estrangeiros como nacionais, que presentemente se editam, revelam, na generalidade, maior dose de ousadia, no campo da imoralidade e da pornografia, entendo que a “Proibição” seja de cancelar, atendendo a que se trata de uma escritora consagrada, membro da Academia Goncourt e da Academia da Bélgica, a quem o Governo francês prestou especial homenagem promovendo-lhe funeral oficial (R4484/50/64 e 65).

A justificação está sublinhada a encarnado e azul, e são indicadas as páginas que mereceram reparo ao censor. É representativa de um tipo de argumentação que tinha em conta a imagem exterior do país. Apesar desta opinião

---

<sup>11</sup> *La seconde* (R3865/49), *Le blé en herbe* (R3882/49), *Duo* (R3887/49), *La naissance du jour* (R3909/49), *L'envers du music-hall* (R3917/49).

<sup>12</sup> *La chatte* (R7204/62), *Gigi* (R7206/62), *La retraite sentimentale* (R7210/62), *La vagabonde* (R7212/62).

## A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

do leitor/censor, o despacho final manteve a proibição (6/5/1965, a data de entrada do livro nos Serviços é de 8/7/1964). Conclui-se que a decisão demorou quase um ano a ser tomada. A justificação da proibição é muito curiosa: diz-se que “na nossa língua” certas passagens são chocantes, embora em francês sejam “admissíveis”. Em abril de 1969 houve nova (segunda) “revisão de leitura”, sempre da tradução de Saramago. Dois meses depois, a proibição manteve-se:

Com ser uma obra-prima literária, este romance não deixa de ser também uma obra-prima de imoralidade e desvergonha, pois consiste na crónica de uma prostituta madura que tem e mantém um amante jovem que podia ser seu filho [...] O romance está [...] recheado de cenas episódicas de marcada imoralidade e sexualismo, de baixezas morais repugnantes que a tornam uma das obras mais indignas de publicação. Mormente em tradução portuguesa facilita a expansão e assimilação do mal intrínseco da obra. (R8567/69)

São as seguintes as páginas que, na tradução de Saramago, mereceram reparos ao censor:

Esperava em vão, pela primeira vez na sua vida, o que nunca lhe faltara: a confiança, o abandono, as confissões, a sinceridade, a indiscreta expansão de um jovem amante – essas horas de noite total em que a quase filial gratidão de um adolescente derrama, sem comedimento, lágrimas, confidências, rancores, no seio solícito duma madura e segura amiga. [...] quantas vezes, ao alvorecer, Léa, segurando nos braços o amante saciado, tranquilo, de olhos semicerrados, com um olhar, uma boca em que a vida voltava como se cada manhã e cada amplexo o recriassem mais belo que na véspera, quantas vezes, vencida ela própria pelo desejo de conquistar e pela volúpia de confessar, apoiara a fronte contra a fronte de Chéri [...] (Colette 1960: 56,7)

Ele sentou-se ao lado da mulher e tomou-a nos braços. Ela deixou-se cair para trás docemente, arrastando Chéri consigo. Ele firmou-se nos cotovelos para olhar de perto, ali por baixo de si, aquela criatura tão nova a quem a fadiga não fazia perder a frescura [...] (*Ibidem*: 98)

Tenho quarto separado? Não faço bem o amor contigo? (diz Chéri, respondendo às recriminações da mulher, *Ibidem*: 113)

A palavra “chulo” aparece três vezes (*Ibidem*: 70s.).

A proibição terá porventura muito mais a ver com o tema do que com a linguagem. De qualquer modo, Saramago e os Estúdios Cor deviam saber que, dez anos antes, a tradução fora proibida. Por isso, não é de excluir alguma autocensura da parte do tradutor, ou é possível também admitir a existência de instruções da editora para este. A análise da tradução, porém, nada indica neste sentido. Saramago fez uma tradução muito rigorosa, e nunca mitigou os passos mais eróticos do texto. A sua tradução foi reeditada em 1988 pela Contexto, dois anos depois da nova tradução de Franco de Sousa para o Círculo de Leitores (1986). A Presença voltou a editar a tradução de Saramago em 2009.

### 3. Comentários finais

Afirmou-se atrás que a entrada de Colette no espaço editorial português teve de esperar pelo ano de 1953. Contudo, houve anteriormente o que pode ser considerado um primeiro momento da receção de Colette em Portugal: uma conferência que António Ferro (1895-1956) fez em 6 de novembro de 1920, portanto no próprio ano da publicação original de *Chéri*, e o ano em que Ferro visitou a autora em Paris. A conferência foi proferida na Société Amicale Franco-Portugaise e publicada, em português, em 1921 por H. Antunes-Editor (Lisboa e Rio de Janeiro). Trata-se de uma magnífica peça sobre o espírito do modernismo português. Aqui nos deparamos com o Ferro poeta modernista e vanguardista, o admirador da França e das mulheres à mistura com alguma misoginia, enfim, também um belo texto para os estudos de género. No final da conferência, após a exaltação dos muitos e variados méritos de Colette, Ferro imagina a receção de Colette em Portugal e escreve o seguinte:

Em Portugal, Colette não seria possível. Todos os escrevinhadores, todos os aparos sujos da minha terra, cairiam sobre ela acusando-a de imoral, de fútil, de estravagante [sic]! Entre nós, anda tudo às avessas. Ser verdadeiro é ser imoral, ser profundo é ser fútil, ser natural é ser estravagante. Colette, mulher de hoje, mulher deste minuto, era imediatamente rotulada de futurista. Em Portugal, quem não for Conselheiro Acácio, tem que ser, por força, futurista, quer queira, quer não [...] (Ferro 1921: 53)

O Secretariado da Propaganda Nacional foi criado em 1933, junto da Presidência do Conselho e A. Ferro foi seu diretor até 1949. Por sua vez, a Comissão de Censura ao Livro começou a trabalhar em 1934. António Ferro não era um adepto da censura. Podemos ver isso nas entrevistas que fez a Salazar (a primeira recolha em livro data de 1933), pese embora tratar-se de um “discurso teatralizado”, e Ferro não ser, neste caso, nem jornalista neutro nem jornalista (Rosas 2007: xxxii). Na segunda delas, Ferro interroga repetidamente Salazar sobre se, após a promulgação da Constituição (de 1933), e em período eleitoral, não será de “acabar com a censura”, revogá-la, aboli-la, são tudo verbos usados... (2007: 31-34). A esta luz, acertou nas premonições que fez em 1921, quando previu a censura a Colette, inclusive os termos em que seria feita...

## II PARTE

Passamos ao estudo de três casos paradigmáticos da (não) eficácia da Censura. O facto de nos termos deparado com um número relativamente elevado de relatórios foi a principal razão que nos levou a selecionar os primeiros dois autores – o italiano Pitigrilli e o francês Louis Charles Royer, aos quais se seguirá John dos Passos.

### Pitigrilli

Entre 1936 e 1962 foram à censura 38 livros de Pitigrilli (i.e. Dino Segre 1893-1975). Os “anos negros” da sua relação com a censura portuguesa foram os de 1936 a 1953, com 14 títulos proibidos (50%). A Introdução em *Mamíferos de Luxo* é bem esclarecedora do teor das obras deste autor: “A adolescente arménia, enferma de juventude e de música, que uma noite, no mar, me narrava os seus lésbicos pecados [...]” (Pitigrilli 1947: 5). A partir de 1953, porém, Pitigrilli entrou numa espécie de estado de graça, pois a partir desta data até 1962 os seus livros passaram a ser autorizados. De 1962 em diante, encontramos cinco títulos editados em Portugal até 1974 que nem sequer passaram pela Censura, mais um outro com data de 1978, *O Farmacêutico a Cavallo*.

Num relatório de 1953 ao livro *Pitigrilli fala de Pitigrilli*, faz-se referência à sua conversão ao catolicismo, o que provavelmente explica a alteração nos pareceres dos censores. Pode ler-se: “Este livro tem um fundo moral ao contrário de alguns deste escritor que os escreveu antes da sua conversão” (R5008/53). Entenda-se conversão a uma vertente mais espiritualista, já que Pitigrilli fora já batizado como católico. Vale a pena, aliás, deixar umas breves notas biográficas sobre este autor:

Pitigrilli licenciou-se em Direito, pela Universidade de Turim, tendo depois passado algum tempo em Paris, onde conviveu com escritores e outros artistas. Aqui se inspirou para escrever um dos seus mais conhecidos romances – *Cocaína* (1921) – obra constante da “lista dos livros proibidos” pela Igreja Católica. Embora de ascendência judaica, Pitigrilli passou a estar na mira da lei antissemita em Itália só depois de ter casado com uma judia. Esteve referenciado nos ficheiros da polícia secreta italiana como “escritor judeu” e chegou mesmo a ser preso por este motivo.

Em 1936 as obras de Pitigrilli foram proibidas em Itália, por questões morais. Em 1938 escreveu a Mussolini com a pretensão de integrar o partido fascista. Sabe-se que denunciou amigos e familiares enquanto informador da polícia secreta, donde foi afastado depois de ter sido descoberto. Tentou alterar o seu estatuto de judeu, uma vez que tinha sido batizado como católico, mas sem sucesso. Mais tarde, por volta de 1940, voltou a oferecer os seus serviços à polícia secreta, alegando que a sua condição de judeu perseguido poderia ser uma mais-valia. Com a queda de Mussolini e a ocupação de Itália pelos alemães em 1943, Pitigrilli refugiou-se na Suíça, onde viveu até 1948, altura em que se mudou com a família para a Argentina. Dez anos depois, em 1958, voltou para Paris. Em 1976, um ano após a sua morte, duas das suas obras foram reeditadas num único volume, que conta com uma introdução assinada por Umberto Eco.

Dos 14 livros proibidos em Portugal, existem 12 registados na PORBASE, alguns em edição brasileira apenas, outros com edição brasileira e portuguesa. Não se encontraram registos de apenas duas das obras proibidas, *O Homem que Inventou o Amor* (4395/50) e *Médico de Almas* (4917/53). *Lições de Amor* seria publicado já em 1975. Segue-se uma visão geral das obras de Pitigrilli proibidas pela Censura:

## A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

Tabela 1 – Obras de Pitigrilli proibidas pela Censura

	<b>Título</b>	<b>Data do relatório</b>	<b>BRA</b>	<b>PRT</b>	<b>Obs.</b>
1	<i>A Virgem de 18 Quilates</i>	1936	1948 (6. <sup>a</sup> ed.)	1973 (Minerva)	A edição brasileira encontra-se na Biblioteca da UCP, doação do escritor Manuel de Campos Pereira, em 1985. O tradutor e o texto da ed. portuguesa são os mesmos da ed. brasileira.
2	<i>Os Vegetarianos do Amor</i>	1936	1933 (2. <sup>a</sup> ed.)	1940 (Brasília)	
3	<i>O Cinto de Castidade</i>	1936	1959 (7. <sup>a</sup> ed.)		A PORBASE regista uma ed. brasileira de 1933, que não se encontrou.
4	<i>O Experimento de Pott</i>	1936	1945 (4. <sup>a</sup> ed.)		O exemplar encontra-se na BNP, espólio de Brito Rato.
5	<i>Mamíferos de Luxo</i>	1936	1947 (5. <sup>a</sup> ed.)		O exemplar encontra-se na biblioteca da UCP, doação do escritor Manuel de Campos Pereira.
6	<i>Cocaína</i>	1950		1946 (Minerva)	
7	<i>O Colar de Afrodite</i>	1951		1972 (Brasília)	
8	A maravilhosa aventura (BRA)	1951		2006 (Brasília)	Apesar do parecer favorável do leitor, a obra foi proibida superiormente.
9	<i>A Aventura Maravilhosa</i> (PRT)	1951		1948 (Minerva)	
10	<i>Caras Pintadas</i>	1951		1947 (Minerva)	
11	<i>Lições de Amor</i>	1951		1975 (Brasília)	
12	<i>A Decadência do Paradoxo</i>	1952		1943 (Minerva)	
13	<i>O Homem Que Inventou o Amor</i>	1950			
14	<i>Médico de Almas</i>	1953			

Dos 15 livros autorizados (segue-se a respetiva tabela), existem apenas 7 registos na PORBASE:

Tabela 2 – Obras de Pitigrilli autorizadas pela Censura

	<b>Título</b>	<b>Data do relatório</b>	<b>BRA</b>	<b>PRT</b>	<b>Obs.</b>
1	<i>Dolicocéfala Loira</i>	1941		1941 (Minerva)	
2	<i>O Homem Que Procura o Amor</i>	1943		1943 (Minerva)	
3	<i>As Melhores Novelas de Pitigrilli</i>	1949		1946 (Hélio)	“Pitigrilli é um escritor consagrado e discutido. As suas obras correm em todos os países e há em português traduções delas. Nesta antologia nada vejo que colida com a moral – pornográfica – nem com a estrutura social e política da Nação. Parece que o envio de obras deste género, de escritores conhecidos e de cujas obras há grande expansão, pode nos obrigar a ter de censurar, qualquer dia, livros de Camilo Castelo Branco ou de Eça de Queiroz!!!” (R4262/49)
4	<i>O Deslize do Moralista</i>	1953		1976 (Brasília)	
5	<i>Os Filhos Deformam o Ventre</i>	1958	1958		
6	<i>O Sexo dos Anjos</i>	1959		1975 (Brasília)	
7	<i>Dicionário Anti-loroteiro</i>	1957	1940, 1956		
8	<i>A Volúpia do Mistério</i>	1957 e 196-			
9	<i>O Segundo Juízo de Salomão</i>	1958			
10	<i>A Casta Susana</i>	1959			
11	<i>O Umbigo de Adão</i>	1959			

## A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

	Título	Data do relatório	BRA	PRT	Obs.
12	<i>O Amor Tem os Dias Contados</i>	1962			
13	<i>Amor com O Maiúsculo</i>	1962			
14	<i>A Necessidade de se Iludir</i>	1962			
15	<i>O Sacrossanto Direito de Não Ligar</i>	1962			

Existem, por outro lado, seis obras publicadas, umas no Brasil e outras em Portugal, das quais não se encontraram relatórios da Censura:

Tabela 3 – Obras de Pitigrilli não submetidas à Censura

	Título	Data do relatório	BRA	PRT
1	<i>Ultraje ao Pudor</i>		1930, 1946	
2	<i>Pimentos Doces: Apontamentos humorísticos inéditos</i>			1953 (Cara Alegre)
3	<i>A Dança dos Chimpanzés</i>		1961	
4	<i>A Mulher de Putifar</i>			
5	<i>Charlas</i>		1969	1961 (Hércules)
6	<i>O Farmacêutico a Cavallo</i>			1978 (Brasília)

Dos dados apresentados podemos concluir que, no caso de Pitigrilli, a Censura não terá sido muito eficaz, uma vez que, numa forma ou outra, as obras proibidas circularam em Portugal. Apenas duas das obras proibidas, como foi atrás referido, não chegaram a ser publicadas. O interesse por este autor no nosso país centrou-se sobretudo nas suas obras proibidas, considerando que, das 14 obras autorizadas, apenas 6 foram publicadas.

## Louis-Charles Royer

Ao contrário de Pitigrilli, a Censura parece ter sido bastante mais eficaz no caso deste autor de literatura erótica *soft*, publicada nas edições Rabelais. Pouco se sabe da sua biografia (1885-1970).<sup>13</sup> Parece ter sido um escritor de grande popularidade: a Bibliothèque nationale de France regista dezenas de obras suas, mas apenas até meados dos anos 60, não tendo sido reeditado depois disso.

Passaram pelos serviços da Censura 24 títulos, encontrando-se na POR-BASE registo de apenas duas em edição brasileira – *A Amante Negra* e *Crime Passional* (1960 e 1961, respetivamente, e ambos proibidos). Encontra-se uma obra em edição portuguesa – *No País da Gente Nua* (1931, em 3.ª ed.), publicado pela Aillaud e Bertrand e traduzido por A.B.R. Não deve ter passado pela Censura, considerando a data de publicação, mas vale a pena dar conta da Introdução assinada pelos editores, pelo que revela de reflexão sobre a introdução do nudismo em Portugal:

Duas palavras são necessárias para que fique sem sombra de dúvida o objetivo que pretendemos alcançar com a publicação da tradução portuguesa da reportagem de Louis Charles Royer, *Au pays des hommes nus*.

Depois da Guerra a vida na Alemanha sofreu profundas alterações e, sem dúvida, uma das inovações mais interessantes sob o ponto de vista educativo é o aparecimento das doutrinas nudistas que revestem, até, aspectos duma nova religião – acabamos de apresentar o nosso *but*: divulgar, em Portugal, o conhecimento destas novas teorias.

Entre nós, quase desconhecido anda o movimento nudista e a maioria classificará de *impossível* a realização de tal prática. Em todo o caso, e a título de informação curiosa, diremos que duas colónias nudistas, devidamente organizadas, com estatutos rigorosos, funcionam em Portugal.

Da sinceridade dos nudistas estamos convencidos e, por isso, não hesitamos em dar guarida à história da nova grei entre os velhos pergaminhos das nossas edições, que representam duzentos anos de trabalho honesto e probó.

---

<sup>13</sup> Encontrou-se, no entanto, um blogue com um apanhado da obra do autor e respetivas capas: <http://litteraturepopulaire.winnerbb.net/t2186-auteur-royer-louis-charles>.

## A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

As fotografias que acompanham o original francês foram substituídas, em parte, por reconhecermos inútil chocar, com imagens demasiadamente realistas, os olhares dos portugueses ainda não habituados à *nudez forte da verdade*. (Royer 1931: v-vii)

Apenas dois títulos foram claramente autorizados – *Le club des damnés* (R529/38) e *L'Amérique toute nue* (R590/38), dos quais não se encontraram traduções em português.

Este “imoralíssimo autor” foi reiteradamente proibido por escrever “histórias imorais, escabrosas e sádicas” (R6199/58), por preconizar “o amor livre e a contracepção” (R56/34), por escrever sobre “aventuras amorosas hetero e homossexuais com descrições libidinosas e de requintada luxúria” (R5576/56), por descrever “cenas da mais desbragada sensualidade” (R6464/59). *La maîtresse noire* é, segundo o censor, “um romance imoral e desmoralizante da vida de um branco des-civilizado, cafrealizado e desmoralizado pela voluptuosidade das suas relações sexuais com indígenas africanas [...]” (R6190/58)

Há um caso que assume particular interesse, na medida em que, de certo modo, revela a hierarquização dos motivos para a proibição. Trata-se de *El amor en los soviets* no qual a propaganda comunista se afigura ser motivo mais forte do que as questões morais e de decoro. Diz o censor: “Contém algumas passagens escabrosas. O livro é, porém, muito sugestivo na sua propaganda contra os métodos bolchevistas, e, sendo bem escrito e muito interessante, julgo que o mal dessas passagens em que a moral é um tanto sacrificada, é compensado pelas vantagens da propaganda política” (R80/34).

Segue-se uma visão geral das obras de Louis-Charles Royer submetidas à Censura:

Tabela 4 – Obras de Louis-Charles Royer submetidas à Censura

	Título	Data do relatório	Parecer	BRA	PRT	Obs.
1	<i>El amor en el Sudan</i>	1934	P?			
2	<i>El amor entre nudistas</i>	1934	A?			Uma primeira edição, com gravuras, foi proibida. A 2. <sup>a</sup> , sem gravuras, foi autorizada
3	<i>El amor en los sovietes</i>	1934	A?			
4	<i>El amor en Honolulu</i>	1934	P?			
5	<i>El amor poligamo</i>	1934	P?			
6	<i>Le club des damnés</i>	1938	A			
7	<i>L'Amérique toute nue</i>	1938	A			
8	<i>Guide internationale de l'amour</i>	1954	P			"... absolutamente luxurioso, no texto e nas gravuras, e um verdadeiro breviário de sensualismo." (R5173/54)
9	<i>Pêcheresses mal repenties</i>	1954	P			
10	<i>Plaisirs d'amour</i>	1956	P			"Contos libérrimos, de exacerbado sexualismo, quase todos no cenário colonial francês, de África ao Oriente." (R5575/56)
11	<i>Weekend au manoir</i>	1956	P			
12	<i>Les 51 maîtresses du Vert Galant</i>	1956	P			"Este livro, cujo autor já tem nove obras proibidas, trata exclusivamente da vida escandalosa e imoral de Henrique IV." (R5674/56)
13	<i>Henri VIII ses femmes et ses amies</i>	1957	P			

## A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

	Título	Data do relatório	Parecer	BRA	PRT	Obs.
14	<i>La coupe impure</i>	1957	P			
15	<i>Confessions d'amoureuses</i>	1957	P			
16	<i>La folle érotique de maître Cahon la revenante</i>	1957	P			
17	<i>Les fiancées de Heidelberg</i>	1957				
18	<i>La maîtresse noire</i>	1958	P	1960, A Amante Negra		
19	<i>L'infidèle du train bleu</i>	1958	A			
20	<i>Belles à louer</i>	1958	P			
21	<i>Trois amoureuses</i>	1959	P			“Imoralidade solta, de ponta a ponta. Cenas da mais desbragada sensualidade. É bem uma obra do autor que já tem 17 livros proibidos por estes Serviços [...]” (R6465/69)
22	<i>Ilha dos Nudistas</i>	1960	P			“[...] imoralíssimo autor, que conta já 18 livros proibidos por estes Serviços.” (R6766/60)
23	<i>A Ilha do Amor Polígamo</i>	1961	P			
24	<i>Crime Passional</i>	1961	P	1961		

### John dos Passos

O americano luso-descendente John dos Passos (1896-1970) é o terceiro autor que aqui nos ocupa. Celebriu-se, entre outros, pelo que veio a ser considerado um protótipo do romance modernista da grande cidade, *Manhattan Transfer* (1925). Foi também poeta, jornalista, pintor e tradutor.

A sua obra *Adventures of a Young Man* serve-nos como exemplo de obra lida pelos serviços de Censura e autorizada com alguns cortes. Trata-se de um autor de cariz completamente diferente dos anteriores, pelo que nos moveu a curiosidade de verificar se os cortes sugeridos foram ou não acatados pelo tradutor.

Apesar de proibida em 1938, encontramos uma tradução portuguesa de Daniel Gonçalves, publicada em 1946 pela Portugália, da obra *1919*. A biblioteca da UCP tem à sua guarda uma edição brasileira de 1940. Razões apresentadas para a sua proibição: “Através duma linguagem de realismo cru, revela-se a intenção de propagandear ideias esquerdistas e anti-militaristas. Não há qualquer vantagem na divulgação desta obra que pode ser considerada preparatória para a expansão de ideias sociais esquerdistas.” (R699/38). Um outro título proibido pela censura foi *Terre élue* (tradução francesa de *Chosen Country*, 1951), do qual não se encontrou qualquer tradução em língua portuguesa.

São as seguintes obras de John dos Passos submetidas à Censura:

Tabela 5 – Obras de John dos Passos submetidas à Censura

	Título	Data do relatório	Parecer	BRA	PRT	Obs.
1	<i>1919</i>	1938	P	1940	1946 (Portugália)	
2	<i>Paralelo 42</i>	1949	A			
3	<i>Dinheiro Graúdo (Big Money)</i>	1949	A	1940		
4	<i>Terre élue</i>	1957	P			
5	<i>Aventures d'un jeune homme</i>	1961	Acc		1963 (Emp. Nacional de Publicidade)	
6	<i>Manhattan Transfer</i>				1963 (Portugália)	
7	<i>O Brasil Desperta (Brazil on the Move)</i>			1964		
8	<i>Thomas Jefferson</i>			1965		

## A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo

	Título	Data do relatório	Parecer	BRA	PRT	Obs.
9	<i>Três Soldados</i>				1966 (Arcádia)	
10	<i>Os Melhores Tempos</i>				1968 (Ibis)	
11	<i>Fadado para Vencer</i>				1968 (Minerva)	
12	<i>Portugal: Três séculos de expansão e descobrimentos (Portugal Story: Three centuries of exploration and discovery)</i>				1970 (Ibis)	
13	<i>Trilogia USA</i>				2009 (Presença)	

*Aventures d'un jeune homme* (R6943/61) terá sido então a última obra de John dos Passos a ir à Censura, pois não encontrámos mais nenhum relatório sobre este autor. No entanto, circularam, depois disso, outras obras traduzidas e publicadas em Portugal, a par de outras provenientes do Brasil. Esta versão francesa de *Adventures of a Young Man* foi a única obra de John dos Passos autorizada com cortes. Esses cortes referiam-se a palavras/expressões assinaladas nas páginas 33, 34, 55, 65, 67, 73, 88, 109 e 310. O censor recomendava ainda que se cortassem frases das páginas 70 e 317. Consultada a obra em questão, acreditamos ter localizado as expressões referidas pelo censor. Terão sido “putain de ville”, “enfant de putain”, “vieux fils de putain”, “merde”, “puceau”, “couilles”. Por outro lado, é bem possível que as frases a cortar fossem consideradas como propaganda dos ideais comunistas, por um lado, e, por outro, crítica aos católicos. Cotejada a edição portuguesa, em tradução de Antunes das Neves e publicada em 1963 pela Empresa Nacional de Publicidade, obtivemos o seguinte resultado:

FRA (1957)	PRT (1963)
<p>Du diable si je le sais. Je suppose que tu ne connais pas en endroit dans cette putain de ville où l'on puisse trouver quelque chose à boire ? (p. 33)</p> <p>– <b>Ah, merde</b> (34)</p> <p>Et bien, nous voici dans la <b>merde</b> jusq'au cou (55)</p> <p><b>Cet enfant de putain</b> est cinglé (67)</p> <p>... qu'il préférerait, sacré nom, être puceau qu'une de ces sacrées grandes gueules qu'ont plus de <b>couilles</b>... (88)</p> <p>... de se comporter comme <b>une vraie garce</b>... (109)</p>	<p>Sei lá. Não conheces nenhum sítio onde se possa beber um copo nesta cidade? (35)</p> <p>– <b>Uma grande merda...</b> (37)</p> <p>Estamos enterrados até ao pescoço nesta <b>porcaria</b> (62)</p> <p><b>O filho duma magana</b> é doido (76)</p> <p>... que mais valia ser virgem do que um raio desses tipos que não tinham <b>cabeça</b>... (100)</p> <p>... em vez de se comportar como <b>uma prostituta</b>... (123)</p>

Verifica-se, de facto, na versão portuguesa, uma certa suavização das expressões assinaladas, o que nos poderá levar a pensar que as recomendações do censor terão sido efetivamente acatadas. Já as frases indicadas para corte encontram-se em passagens que foram totalmente retiradas da edição portuguesa. Por exemplo: “Les hommes étaient bons; leurs voix étaient la voix de l’Eternel. Les institutions seules sont coupables. Démolissez les institutions pourris, et les hommes créeront la paix et la justice et l’abondance matérielle, a chacun selon ses besoins” (Dos Passos: 1957/70).

Ao confrontarmos, porém, as versões portuguesa e a francesa com a inglesa, verificamos que os excertos em questão também não se encontram nesta última. Constatando ainda que à frase assinalada na p. 35 da versão francesa, por exemplo, corresponde “Damned if I know. I don’t suppose you know any place you can get a drink in this man’s town?” na versão inglesa (sem a imprecisão assinalada para corte, portanto), ficamos na dúvida se a tradução portuguesa não terá sido feita diretamente a partir do inglês. Por outro lado, “nous voici dans la merde jusq’au cou” (p. 55 da versão francesa) parece mais próxima da tradução portuguesa “estamos enterrados até ao pescoço nesta porcaria” (p. 62) do que do inglês “we’re up shit creek” (p. 42). O título original indicado no volume português é *Adventures of a Young Man*. Fica, assim, a dúvida quanto ao texto que serviu de base à tradução portuguesa.

## Nota de conclusão

Dos três casos apresentados, podemos, pois, concluir que a eficácia da Censura ao livro foi variável. Autores proibidos pela Censura circularam, apesar disso, no país; outros autores proibidos não circularam de todo; cortes sugeridos pela Censura terão sido, ou não, observados pelos tradutores. Como temos vindo a afirmar, não havia obras nem autores proibidos *a priori*, sendo cada caso um caso.

## Bibliografia citada

### A

- Acciaiuoli, Margarida (2013), *António Ferro. A Vertigem da Palavra. Retórica. Política e Propaganda no Estado Novo*, Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Adelson, Leslie A. (2006), „Against Between – Ein Manifest gegen das Dazwischen“. In: *Literatur und Migration*, hg. Heinz Ludwig Arnold, München: Ed.Text + Kritik (Sonderband), 36-46.
- Agostinho Fernandes – *Um Industrial Inovador, um Coleccionador de Arte, um Homem de Cultura*. Fotobiografia de José da Cruz Santos, direção gráfica de Armando Alves, Lisboa: Portugália, s.d. (D.L. 2000, 2.ª ed., rev. e aumentada, 2008).
- Almeida, João Miguel (2008), *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa: Ed. Nelson de Matos.
- Almeida, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa: Colibri e Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.
- Álvarez, Román e Vidal, M. Carmen-África (Ed.) (1996), *Translation, Power, Subversion*, Clevedon, Philadelphia, Adelaide: Multilingual Matters.
- Alvim, Maria Luísa (1992), *Livros Portugueses Proibidos no Regime Fascista: Bibliografia*, Braga: s.n. ([http://eprints.rclis.org/9342/1/livros\\_proibidos.pdf](http://eprints.rclis.org/9342/1/livros_proibidos.pdf)) Último acesso a 8 de agosto de 2015.
- Andrade, José Luís (2007), “O massacre dos inocentes”, in: *alameda digital* II, n.º 10, novembro/dezembro 2007, 7 pp.
- Os Anos 40 na Arte Portuguesa* (1982), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Antes das Playstations. 200 Anos do Romance de Aventuras em Portugal* (2003), Lisboa: Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura.
- António, Lauro (1978/2001), *Cinema e Censura em Portugal 1926-1974*, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- António Ferro. 120 anos* (2016), coordenação e organização de Mafalda Ferro, Lisboa: Fundação António Quadros Edições/Texto Editores.
- Antunes, José Freire (1991), *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*, Lisboa: Difusão Cultural.
- Araújo, J. Moreira (2001), “Introdução”, in: *Biblioteca Cosmos. Um projecto cultural do Prof. Bento de Jesus Caraça*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5-39.
- Atholl, Duchess of (1938), *Searchlight on Spain*, Penguin Books: Harmondsworth, Middlesex England.
- Aurélio, Diogo Pires (2012), “Em filosofia não há progresso...”. *Expresso/Atual*, 3 de novembro de 2012, 36-38.
- Azevedo, Cândido de (1997), *Mutiladas e Proibidas. Para a história da Censura Literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, s.l.: Editorial Caminho.
- Azevedo, Cândido de (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Editorial Caminho.

Azevedo, Fernando de (1982), “Apresentação”, in: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 9-12.

Azevedo, Virgílio (2015), “O sonho da tradução perfeita”, *Expresso*, 1.º caderno, 10 de janeiro de 2015, 35.

**B**

Bachmann-Medick, Doris (1991), „Einleitung: Übersetzung als Repräsentation fremder Kulturen“. In: *Übersetzung als Repräsentation fremder Kulturen*, hg. Doris Bachmann-Medick, Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1-18.

Bachmann-Medick, Doris (2006), *Cultural Turns. Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*, Reinbek: Rowohlt Taschenbuch Verlag.

Baker, Mona (Ed.) (2001), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, London and New York: Routledge.

Baker, Mona and Saldanha, Gabriela (Ed.) (2009, 2nd ed.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, London and New York: Routledge.

Ballard, Michel (2013), *Histoire de la traduction. Repères historiques et culturelles*, Bruxelles: de boeck.

Barento, João (2002), *O Poço de Babel. Para uma Poética da Tradução Literária*, Lisboa: Relógio D'Água.

Barreto, António (Org.) (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Barreto, António (1996a), *Tempo de Mudança*, Lisboa: Relógio D'Água.

Barreto, Luís Filipe and Li Changsen (Eds.) (2013), *Para a História da Tradução em Macau*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.

Barros, Júlia Leitão de (1996), “Exposição do Mundo Português”, in: *Dicionário de História do Estado Novo I*. Dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Círculo de Leitores, 325-327.

Barros, Alexandra Assis Rosa Queiroz de (2003), *Tradução, Poder e Ideologia: Retórica Interpessoal no Diálogo Narrativo Dickensiano em Português (1950-1999)*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, texto policopiado.

Bassnett, Susan (2003), *Estudos de Tradução*. Trad. de Vivina de Campos Figueiredo, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bassnett, Susan (1993-4), “Taking the Cultural Turn in Translation Studies”, in: *Dedalus* n.º 3/4, 171-179.

Bassnett, Susan and Lefevere, André (1992), “General editors’ preface”, in: *Translation/ History/ Culture. A Sourcebook*. Ed. André Lefevere, London and New York: Routledge, xi-xii.

Bassnett, Susan and Lefevere, André (1998), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon, Philadelphia, Toronto, Sydney, Johannesburg: Multilingual Matters.

- Bassnett, Susan (1998), "When is a translation not a translation?", in: Susan Bassnett and André Lefevere, *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*, Clevedon, Philadelphia, Toronto, Sydney, Johannesburg: Multilingual Matters, 25-40.
- Baubeta, Patrícia Anne Odber de (2007), *The Anthology in Portugal. A new Approach to the History of Portuguese Literature in the Twentieth Century*, Oxford, Bern, Berlin, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Wien: Peter Lang.
- Beauvoir, Simone de (1970), "Prefácio", in: Steiner, Jean-François, *Treblinka. A Revolta dum Campo de Extermínio*, Lisboa: Bertrand, 8 pp. (não numeradas; a edição de 1989 já procede à numeração do Prefácio, figurando o passo citado na p.19s.).
- Beauvoir, Simone de (1978), *A Força das Coisas* (1.º vol.), trad. Amélia Petinga e Manuel Castro Caldas, Lisboa: Bertrand.
- Begonha, Manuel (2015), *5.ª Divisão-MFA: Revolução e Cultura*, Lisboa: Colibri.
- Benjamin, Walter (1991), "Die Aufgabe des Übersetzers" (1923), in: *Gesammelte Schriften*, Bd IV: *Kleine Prosa, Baudelaire-Übertragungen*, hg. Tillman Rexroth, Frankfurt am Main: suhrkamp taschenbuch wissenschaft, 9-21.
- Benjamin, Walter (1972), "Ich packe meine Bibliothek aus. Eine Rede über das Sammeln". In: *Gesammelte Schriften*, Bd IV-1, hg. Tillman Rexroth, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 388-396.
- Bernardo, Ana Maria (2001/2), "A mobilidade da tradução na Idade Média", in: *Runa* 29, 2001/2002, 17-31.
- Biblioteca Cosmos. Um Projecto Cultural do Prof. Bento de Jesus Caraça* (2001), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Billiani, Francesca (ed.) (2007), *Modes of Censorship and Translation. National Contexts and Diverse Media*, Manchester, UK & Kinderhook (NY), USA: St Jerome Publishing.
- Birk, Hanne and Birgit Neumann (2002), „Go-Between: Postkoloniale Erzähltheorie“. In: *Neue Ansätze in der Erzähltheorie*, hg. Ansgar Nünning und Vera Nünning, Trier: WVT, 115-152.
- Bouchardeau, Huguette (2007), *Simone de Beauvoir*, s.l. : Flammarion.
- Brito, J. M. Brandão de (1996), "Corporativismo", in: Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (Org.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I., Lisboa: Círculo de Leitores, 216-224.
- Busino, Giovanni (1998), "Propaganda", *Enciclopédia Einaudi*, vol. 38: *Sociedade-Civilização*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 314-335.

## C

- Cabrera, Ana (Coord.) (2013), *Censura Nunca Mais! A Censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, Lisboa: Aletheia Editores.
- Cabrera, Ana e Costa, Cristina Castilho (Coord.), Contreiras, Patrícia and Henriques, Cláudia (2014), *Atas do Congresso Internacional sobre Censura ao Teatro e ao Cinema*, Centro de Investigação Média e Jornalismo, <https://meocloud.pt/link/0a9c49a8-f938-4bac-9f99-c82789d0e086/eBookFinalCIMJ.pdf/> Último acesso em agosto de 2015.

- Calheiros, Pedro (Org.) (1995), *O Belo Ver de Hélène de Beauvoir. Pinturas e Desenhos. Portugal, 1940-1945*, Catálogo das Exposições, ed. Câmara Municipal de Aveiro e da Universidade de Aveiro. (Este catálogo tem uma Introdução de Pedro Calheiros e uma resenha biográfica detalhada da pintora.)
- Carvalho, Alberto Arons de (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, Coimbra: Minerva.
- Carvalho, Manuela e Di Pasquale, Daniela (Ed.) (2012), *Depois do Labirinto. Teatro e Tradução*, Lisboa: Vega.
- Carvalho, Rómulo de (1996, 2.ª ed.). *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- O Caso do Policial Português. Literatura Policial* (1998), Lisboa: Câmara Municipal.
- Castagna, Vanessa (2013), “Short stories from foreign literatures in Portugália’s series *Antologias Universais*”, in: Teresa Seruya, Lieven D’hulst, Alexandra Assis Rosa and Maria Lin Moniz (eds.) *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 137-152.
- Casanova, Pascale (2002), “Consécration et accumulation de capital littéraire”, in: *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 144, n.º 1/2002: 7-20.
- Castelo, Cláudia (1998), “O modo português de estar no mundo”, in: *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.
- Catroga, Fernando (1999), “A História Começou no Oriente”, in: *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Catálogo da Exposição, Porto: Edifício da Alfândega, 197-232.
- Chestermann, Andrew and Wagner, Emma (2002), *Can Theory Help Translators? A dialogue between the ivory tower and the wordface*, Manchester and Northampton: St. Jerome Publishing.
- Chestermann, Andrew (2000), “What constitutes ‘progress’ in Translation Studies?”, <http://www.helsinki.fi/~chesterm/2000cProgress.html>, 16pp., último acesso 21 de junho de 2018.
- Chestermann, Andrew (1998), “What constitutes ‘progress’ in Translation Studies?”, in: Birgitta Englund Dimitrova (ed.), *Översättning och tolkning. Rapport från ASLA:s höstsymposium*, Stockholm, 5-6 november 1998. Uppsala: ASLA, 33-49, acedido em 23.08.2015.
- Coelho, Karina (2005), “Família”, in: *Dicionário no Feminino*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves, Lisboa: Livros Horizonte, 335-337.
- Colette (1960), *Chéri*. Tradução de José Saramago, Lisboa: Estúdios Cor.
- Contos Chineses (Sing-Che, Reng Yenn, Tsinn-Ku, Tsri Koann e P’u Sung-Lin, Lu Hsun)* (s.d.). Seleção e tradução de Silvina de Troya Gomes, Lisboa: Gleba, (= Coleção “Contos e Novelas”, n.º 12).
- Contos Populares Chineses* (= 6 volumes) (1973-4), tradutores vários, Lisboa: Editorial Futura.
- Contos Populares Cineses* (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Séries) (2000). Trad. de Maria Serrão, Patrícia Joyce e Maria João Vasconcelos, Família 2000 (licença editorial da Editorial Futura).
- Contos Tradicionais Asiáticos* (s.d., 1945?). Seleção e tradução de Silvina de Troya Gomes. Prefácio de Celestino Gomes, Lisboa: Editorial Gleba (Coleção “Contos e Novelas”, n.º 22).
- Cortesão, Jaime (1965), *O Humanismo Universalista dos Portugueses* (c.1948), Lisboa: Portugália.

- Costa, Fernanda Gil (1995), "Salomão Gessner – Um Episódio Português. A propósito das Traduções dos Idílios de Gessner em Portugal", in *Dedalus* n.º 5/1995, 185-203.
- Cotrim, João Pedro Caeiro da Silva Bernardo (2010), *Tradutores e Propagandistas. Da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*. Dissertação de mestrado em Tradução, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cronin, Michael (2010), "The cracking looking glass of servants: translation and minority languages in a global age", in: *Critical Readings in Translation Studies*, ed. Mona Baker, London and New York: Routledge, 247-262.
- Cristóvão, Fernando (1983), *Cruzeiro do Sul, a Norte. Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cruz, Manuel Braga da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Presença.
- Cunha, Arlindo Ribeiro da (1941), *A Língua e a Literatura Portuguesa (de harmonia com os programas oficiais)*, Braga: Livraria Cruz.
- Cunha, Paulo (2013), "A Censura depois da censura: o caso dos filmes eróticos e pornográficos (1974-1976)", in: Ana Cabrera (Coord.), *Censura Nunca Mais! A Censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, Lisboa: Aletheia Editores.

## D

- Dias, Augusto (1939), *História da Literatura Portuguesa*, Porto: Editora Educação Nacional.
- Dias, António Jorge (s.d.), *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [D.L.1987].
- Delille, Karl H. et al. (1986), *Problemas da Tradução Literária*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Delille, Manuela (Coord.) (1991), *Do pobre B.B. em Portugal. Aspectos da receção de Bertolt Brecht antes e depois do 25 de Abril de 1974*, Aveiro: Ed. Estante.
- Delisle, Jean and Judith Woodsworth (Ed.) (1995), *Translators through History*. John Benjamins Publishing Company, UNESCO Publishing.
- Delisle, Jean and Judith Woodsworth (Ed. and direct.) (2012), *Translators through History*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (revised edition).
- D'hulst, Lieven (2010), "Translation History". *Handbook of Translation Studies*. John Benjamins Publishing Company, 1-10.
- Dias, António Jorge (s.d.), *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [Dep. Legal 1987].
- Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Publicações Europa-América, vol. III (1994), vol. IV (1997).
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Dicionário de Literatura* (1997, 4.ª ed.), dir. J. do Prado Coelho, Porto: Mário Figueirinhas Ed.
- Dicionário de Literatura Portuguesa* (1996), org. e dir. A. M. Machado, Lisboa: Editorial Presença.

*Dicionário do Romantismo Literário Português* (1997), coord. Helena C. Buescu, Lisboa: Ed. Caminho.

Dos Passos, John (1957), *Aventures d'un jeune homme*. Trad. Mathilde Camhi, Paris: Gallimard.

Dos Passos, John (1961). *Adventures of a Young Man*, Toronto: Popular Library Edition.

Dos Passos, John (1963). *Aventuras dum Jovem*. Trad. Antunes das Neves, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Duarte, João Ferreira (2000), "The Politics of Non-Translation: A Case Study in Anglo-Portuguese Relations", <http://id.erudit.org/iderudit/037395ar> (*TTR: traduction, terminologie, redaction*, vol. 13, n.º 1/2000, 95-112).

Duarte, João Ferreira (2005), "Para uma crítica da retórica da tradução em Homi Bhabha". In: A. G. Macedo e M. E. Keating (Org.), *Colóquio de Outono. Estudos de Tradução – Estudos Pós-coloniais*, Braga: Universidade do Minho, 89-100.

Duarte, João Ferreira (2005), "Do binarismo em tradução", in: *Relâmpago. Revista de Poesia*, n.º 17 (outubro), 21-46.

## **E**

Encarnação, Gilda Lopes (2009), "A mensageira", entrevista in: *Os Meus Livros* 7/n.º 78, agosto de 2009: 49-50.

"Epidemia de Traduções" (1943), in: *Livros de Portugal*, n.º 15/16.

"Estatuto de Traduções" (1943), in: *Livros de Portugal*, n.º 17/18.

Essman, Helga e Armin Paul Frank (1991), "Translation Anthologies: an Invitation to the Curious and a Case Study", in: *Target* 3:1, 65-96.

*Os Estudos Literários (Entre) Ciência e Hermenêutica* (1990), Atas do I Congresso da APLC – Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 2 vols., Lisboa: APLC.

## **F**

Faria, Isabel e Gonçalves, Ana (1992), *A Bibliografia*, Lisboa: Ed. Asa, Col. "Cadernos Pedagógicos".

Faria, Margarida Lima de e Campos, Ana Margarida (2007), "Contextos sociais de edição e de leitura da coleção *Livros RTP – Verbo*. Percursos de livros e de leitores, 1970-2005", in: *Estudos de Tradução em Portugal. Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo – II*, org. Teresa Seruya, Lisboa: Universidade Católica Editora, 9-30.

Fernandes, M. Correia (1986), *Literatura Portuguesa em Espanha. Ensaio de uma Bibliografia (1890-1985)*. Prefácio de José Adriano Carvalho, Porto: Liv. Telos Editora.

Ferreira, Joaquim (1939), *História da Literatura Portuguesa*, Porto: Domingos Barreira.

Ferro, António (1921), *Colette, Colette Willy, Colette*, Lisboa, Rio de Janeiro: H. Antunes-Editor.

Ferro, António (2007), *Entrevistas a Salazar*. Prefácio de Fernando Rosas, Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Ferroni, Giulio (1996), *Storia della letteratura italiana. Il Novecento*, Milano: Einaudi.

Figueiredo, Antonio de (2001), "Portugal", in: *Censorship. A World Encyclopedia*. Ed. Derek Jones, London: Fitzroy Dearborn, 1912-19.

Flor, João de Almeida (1996), "Da tradução literária à literatura traduzida", *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (Universidade de Lisboa, 11-15 abril de 1994), vol. II, org. Inês Duarte e Isabel Leiria, Lisboa: Colibri, 403-413.

Fortes, Agostinho José (1936). *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Livraria Popular.

França, José Augusto (1991), *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa: Bertrand Editora.

França, José Augusto (1982), "Os Anos Quarenta na Literatura", in: *Os Anos Quarenta na Arte Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian (5 vols.), vol. I, 151-163.

Franco, Graça (1993), *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Frank, Armin Paul (1990), "Forty Years of Studying the American-German Translation Transfer: A Retrospect and some Perspectives", in: *American Studies* 35 (1): 7-20.

Frawley, William (2000), "Prolegomenon to a theory of translation" (1984), in: *The Translation Studies Reader*, ed. Lawrence Venuti, London and New York: Routledge, 250-263.

## G

Garnier, Christine (1952, 5.<sup>a</sup> ed.), *Férias com Salazar*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Gentzler, Edwin (2001), *Contemporary Translation Theories*, Clevedon: Multilingual Matters.

Gomes, Celestino (s.d.), "Prefácio", in: *Contos Tradicionais Asiáticos*, seleção e tradução de Silvina de Troya Gomes, Lisboa: Gleba, VII-XXII (Coleção "Contos e Novelas", n.º 22).

Gomes, Joaquim Cardoso (2006), *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Gomes, Joaquim Cardoso (2013), *Os Censores do 25 de Abril: o Pessoal Político da Censura à Imprensa*, Centro de Investigação Media e Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Gómez Castro, Cristina (2008), "The Francoist Censorship Casts a Long Shadow: Translations from the Period of the Dictatorship on Sale Nowadays", in: Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (Org.), *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*, Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 184-195.

Gómez Castro, Cristina (2009), *Traducción y Censura de Textos Narrativos Inglés-Español en la España Franquista y de Transición: TRACEni (1970-1978)*, Tese de doutoramento, Universidade de León (Espanha).

Graça, Luís (1983), *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: os Viajantes e os Itinerários Terrestres (1560-1670)*, Lisboa: Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.

Graça Moura, Vasco (2002), "Eu não sou um tradutor profissional". Entrevista in: *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 2002.

Graça Moura, Vasco (2006), "Já traduzi tudo o que me interessava". Entrevista in: 6.<sup>a</sup>, 10 de fevereiro de 2006, 32-33.

Graham, Helen (2006), *Breve historia de la guerra civil*, Madrid: Editorial Espasa Calpe.

Guimarães, Fernando (1992), *Simbolismo, Modernismo, Vanguardas*, Porto: Lello & Irmão.

**H**

Hallewell, Laurence (1985), *O Livro no Brasil (Sua História)*, São Paulo: Ed. Univ. S. Paulo.

Henriques, Mendo Castro e Mello, Gonçalo de Sampaio e (eds.) (2007), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política*, Lisboa: Verbo.

Hermans, Theo (Org.) (1985), *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*, London: Croom Helm.

Hermans, Theo (1997), "Translation as institution", in: *Translation as Intercultural Communication*. Ed. Mary Snell-Hornby, Zuzana Jettmarová and Klaus Kaindl, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 3-20.

Hermans, Theo (1999), *Translation in Systems. Descriptive and System-oriented Approaches Explained*, Manchester: St. Jerome Publishing.

Hespanha, António Manuel (1999), "O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)", in: *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Catálogo da Exposição, Porto: Edifício da Alfândega, 15-37.

Holmes, James (2007), "The Name and Nature of Translation Studies" (1972). In: *The Translation Studies Reader* (2nd ed.). Ed. Lawrence Venuti, New York and London: Routledge, 180-192.

Hoof, Henri van (1991), *Histoire de la traduction en Occident*, Paris, Louvain-la-Neuve : Duculot.

Hormigón, Juan Antonio (dir.) (1996), *Autoras en la Historia del Teatro Español (1500-1994)*, Madrid: Publicaciones de la Asociación de Directores de Escena de España, 2 vols.

Houaiss (2003), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (18 vols.), Lisboa: Temas e Debates.

Hurcombe, Martin (2003), *The Spanish Civil War and France*, 1936-39.

[www.port.ac.uk/special/france1815to2003/chapter7/interviews/filetodownload,20685,en.pdf](http://www.port.ac.uk/special/france1815to2003/chapter7/interviews/filetodownload,20685,en.pdf). Último acesso em maio de 2018, páginas não numeradas.

**I**

Illies, Florian (2014), *1913. The Year Before the Storm*, trad. Shaun Whiteside and Jamie Lee Searle, London: The Clerkenwell Press.

**J**

Janeira, Armando Martins (1970?), *O Impacte Português sobre a Civilização Japonesa: Seguido de um epílogo sobre as relações entre Portugal e o Japão do século XVII aos nossos dias*, Lisboa: D. Quixote.

Janeira, Armando Martins (1993), "Introdução", in: Wenceslau de Moraes, *Antologia*. Seleção de textos e Introdução de Armando Martins Janeira. Prefácio de Daniel Pires, Lisboa: Veja, 19-93.

Jerónimo, Miguel Bandeira (Org.) (2012), *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX)*. *Poderes, Saberes e Instituições*, Lisboa: Edições 70.

Justo, José M. Miranda (2003), "Apresentação", in: Schleiermacher, *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir*, Apresentação, Tradução, Notas e Prefácio de José M. Miranda Justo, Porto: Elementos Sudoeste, 9-19.

Justo, José M. Miranda (2005), "Posfácio: Alguns apontamentos 'sobre a certeza' a propósito de *Os Sonetos a Orfeu* de R.M. Rilke", in: Rilke, Rainer Maria, *Os Sonetos a Orfeu*. Tradução e posfácio de José Miranda Justo, Lisboa: Relógio D'Água, 185-204.

## K

Kanekar, Prabhakar (1944), "Prefácio". In: *Os Melhores Contos Indianos*. Tradução direta da língua *marathi*, seleção, prefácio e notas de Prabhakar Kanekar, Lisboa: Portugália Editora [Nota: o prefácio está datado "Lisboa, Novembro de 1944", mas o livro em si não indica data].

Karimi, Kian-Harald (1991), *Auf der Suche nach dem verlorenen Theater. Das portugiesische Gegenwartsdrama unter der politischen Zensur (1960-1974)*, Frankfurt am Main, Bern, New York, Paris: Peter Lang.

Katan, David (2009), "Translation as Intercultural Communication", in: Jeremy Munday (ed.), *The Routledge Companion to Translation Studies*, London and New York, 74-92.

Kittel, Harald et al., (Org.) (2004), *Übersetzung. Translation. Traduction. Ein internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung. An international encyclopedia of translation studies. Encyclopédie internationale de la recherche sur la traduction*, Berlin, New York: Walter de Gruyter.

Kitzbichler, Josefina (2016), "From Jerome to Schleiermacher? Translation methods and the irrationality of languages". In *Rereading Schleiermacher: Translation, Cognition and Culture*. Ed. Teresa Seruya and José Justo. Springer-Verlag, Berlin/Heidelberg, 27-39.

Korpel, Luc (1993), "The Discourse on Translation in the Netherlands (1750-1800)", in: *La traduction dans le développement des littératures/Translation in the Development of Literatures*. Ed. José Lambert and André Lefevre, Bern, Berlin, Frankfurt am Main, New York, Paris, Wien : Peter Lang, Leuven University Press, 115-25.

## L

*La pensée de Salazar*, Éditions SPN: Lisbonne, s.d.

Lafarga, Francisco e Peguenaute, Luis (2004), *Historia de la Traducción en España*, Salamanca: Editorial Ambos Mundos.

Lamas, Maria (1948), *As Mulheres do meu País*, [s.l.: s.n.].

Lamas, Maria (2002), *As Mulheres do meu País*, Lisboa: Caminho.

Lambert, José e Lefevre, André (Ed.) (1993), *La traduction dans le développement des littératures/Translation in the Development of Literatures*, Bern, Berlin, Frankfurt am Main, New York, Paris, Wien : Peter Lang, Leuven University Press.

Laranjeira, Pires (1987), "Formação e desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa", in: *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* (Comunicações apresentadas durante o Colóquio sobre Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa, Centro de Arte Moderna, 1985), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ACARTE, 15-23.

Leal, João Freitas (1996), "Dias, António Jorge (1907-1973)", in: *Dicionário de História do Estado Novo*. Dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Círculo de Leitores, 265s.

Lefevre, André (ed.) (1992), *Translation/History/Culture. A Sourcebook*. London and New York: Routledge.

- Lefevere, André (ed.) (1992a), "General editor's preface", in: *Translation /History/ Culture. A Sourcebook*, London and New York: Routledge, xi-xii.
- Lefevere, André (1998), «Translation Practice(s) and the Circulation of Cultural Capital. Some Aeneids in English». In: Bassnett, Susan and Lefevere, André (1998), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon, Philadelphia, Toronto, Sydney, Johannesburg: Multilingual Matters, 41-56.
- Lemos, João de (1937), *Almas Negras (Contos da África Misteriosa)*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ler. *Livros e Leitores* (1999), Lisboa, Fundação Círculo de Leitores, n.º 44.
- Lisboa, Eugénio (Coord.) (1990), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Lisboa, Irene (1944), *Inquérito ao Livro em Portugal I – Editores e Livreiros*, Lisboa: Seara Nova.
- Livros de Portugal. Órgão Mensal de Informações Bibliográficas do Grémio Nacional dos Editores e Livreiro* (1940ss.). Dir. António Maria Pereira, Lisboa: Imp. Soc. Ind. de Tipografia.
- Livros Proibidos no Regime Fascista* (1981), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.
- Livros Proibidos no Estado Novo* (2005), Assembleia da República: Divisão de Edições.
- Loff, Manuel (2006), "A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa", *Ler História*, 51 (2006): 77-131.
- Lopes, Alexandra e Oliveira, Maria do Carmo (ed.) (2002), *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal – II*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Löser, Philipp (2001), "International Literary History: Cultures in Translation", in: Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (Org.), *Histórias Literárias Comparadas*, Lisboa: Edições Colibri/ CLCPB, Universidade Católica Portuguesa, 45-56.
- Lourenço, Eduardo (1994), "A ficção dos anos 40" (1982), in: *O Canto do Signo. Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa: Presença, 284-91.
- Lourenço, Eduardo (1994a), *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lourenço, Jorge Fazenda e Vieira, Inês Espada (2007), *Guerra Civil de Espanha: Cruzando Fronteiras 70 Anos Depois*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- M**
- Machado, Álvaro Manuel (1983), *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Martins, Isaltina das Dores Figueiredo (1986), *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, Coimbra: INIC/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Martins, Maria Teresa Esteves Payan (2005), *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Matos, Helena (2004), *Salazar*, vol. II: *A Propaganda*, Lisboa: Temas e Debates.

- Medeiros, Nuno (2010), *Edição e Editores. O Mundo do Livro em Portugal 1940-1970*, Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Medina, João (1977), *Salazar em França*, Lisboa: Ática.
- Medina, João (ed.) (1996), *História de Portugal*, vol. XIII, *O Estado Novo – II: Opressão e Resistência*, Madrid: s.n.
- Medina, João (1995), *História de Portugal* (15 vols.), Alfragide: Clube Internacional do Livro/Barcelona: Egedsa.
- Medina, João (1998), “Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana”, *Análise Social*, vol. XXXIII (145), 1998 (1.º), 147-163.
- Melo, Daniel (2004), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar. Uma Biografia Política*. Trad. Teresa Casal, Lisboa: D. Quixote.
- Mesquita, Pedro Teixeira (2002), “Memória da Edição: a ‘Biblioteca Cosmos’”, in: *Biblioteca. Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, n.º 9 e 10, jan. 2002, 105-117.
- Milton, John and Paul Bandia (2009), *Agents of Translation*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Milton, John and Paul Bandia (2009), “Introduction. Agents of translation and Translation Studies.”, in: *Agents of Translation*. Ed. John Milton and Paul Bandia, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-18.
- Molder, Maria Filomena (1984), “A Paixão de Coleccionar em Walter Benjamin”, in: *Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, n.º 4, jul.-set./1984, 59-68.
- Monteiro, Cecília Maria da Silva (2004), *Simone de Beauvoir e Portugal*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, 200pp.
- Moreau, Jean-Luc (2008), *Simone de Beauvoir. Le goût d'une vie*, Paris: Écriture.
- Mujeres de la II República* (2013) (= Historia de la Mujer, tomo I 1931-1939), ed. Ramón Guerra de la Vega, Ediciones Guerra de la Vega.
- Mullender, Garry (2014), *The Importance of Interpreting During the Portuguese Discoveries in Africa and Asia*, PhD diss., University of Lisbon.

## N

- Nogueira Pinto, Jaime (2007), “Prefácio à 2.ª Edição”, in: *Salazar. Pensamento e Doutrina Política*. Ed. Mendo Castro Henriques e Gonçalo de Sampaio e Mello, Lisboa: Verbo, I-XVII.
- Nord, Christiane (2005, 2nd ed.), *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*, Amsterdam, New York: Rodopi.
- Nóvoa, António (1990), “A ‘Educação Nacional’”, in: *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas, Lisboa: Editorial Presença, 456-519.

*Novos Contos Indianos* (1945) (apresentados por Prabhakar Kanekar) (= Antologias da Moderna Literatura Mundial, Conto I). Tradução original da língua *marathi*, seleção, prefácio e notas de Prabhakar Kanekar, Agência Cultural de Lisboa.

Nye, Joseph S. (2004) *Soft Power. The Means to Success in World Politics*, New York: Public Affairs.

**O**

Ó, Jorge Ramos do (1992), “Salazarismo e Cultura (1930-1960)”, in: Rosas, Fernando (Org.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa: Presença, 391-454.

Ó, Jorge Ramos do (1996), “Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)/Secretaria de Estado da Informação e Turismo(SEIT)”, in: *Dicionário de História do Estado Novo*, ed. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 893-96.

Ó. Jorge Ramos do (1996a), “Censura”, in: *Dicionário de História do Estado Novo*. Ed. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 139-141.

Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa: Editorial Estampa.

*Ocidente* (1938-1973). Dir. Manuel Múrias, Lisboa: Ocidente.

Ortega Sáez, Marta (2013), *Traducciones del franquismo en el mercado literario español contemporáneo. El caso de Jane Eyre de Juan G. de Luaces*. Tesis doctoral como requisito para la obtención del título de Doctora en Filología Inglesa, Universitat de Barcelona.

*O Estado Novo e as Mulheres. O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização* (s.d., 2001), coord. João Mário Mascarenhas, textos de Helena Neves e Maria Calado, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.

*Os Melhores Contos Indianos* (s.d.). Tradução direta da língua *marathi*, seleção, prefácio e notas de Prabhakar Kanekar, Lisboa: Portugália Editora [Nota: o prefácio está datado “Lisboa, Novembro de 1944”, mas o livro em si não indica data].

*Os Melhores Contos Japoneses* [s.d.]. Prefácio de Alice Sampaio (1967). Tradução de Anabela Monteiro, Carlos Alberto Nunes e Cidália de Brito, s.l.: Editora Arcádia (= Coleção “Antologia”, s/n).

Osório, João de Castro (1945), *Introdução à História da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Ultramar.

Osório, João de Castro (1947), *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*, Lisboa: S.N.I., Cultura Popular e Turismo.

**P**

Pais, Carlos Castilho (1997), *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa. Antologia (Séc. XV-XX)*, Lisboa: Universidade Aberta.

Pais, Carlos Castilho (2013), *António Feliciano de Castilho, tradutor do Fausto*. Repositório, Universidade Aberta, <http://hdl.handle.net/10400.2/2588>.

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2588> (último acesso 22 de agosto de 2015).

- Patterson, Michael (1981), *The Revolution in German Theatre 1900-1933*, Boston, London and Henley: Routledge and Kegan Paul.
- Paulo, Heloísa (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Cibra: Minerva.
- Paulo, João Carlos (1996), “Exposições Coloniais”, in: *Dicionário de História do Estado Novo I*. Dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Círculo de Leitores, 327-329.
- Paz, Nieva de la (1993), *Autoras dramáticas españolas entre 1918 y 1936*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Pelayo, Jorge (s.d.), *Bibliografia Portuguesa de Cinema. Uma Visão Cronológica*, Lisboa: Ed. Cinemateca Portuguesa.
- Pena Rodríguez, Alberto Pena (2007), *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- Pena Rodríguez, Alberto Pena (2009), *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda contra a Espanha Democrática*, Lisboa: Tinta da China.
- Pereira, Arnaldo (1967), “O Preço do Livro é Problema de Venda?” (*Jornal de Notícias*, 17/8/1967), *Livros de Portugal* 107/1967, 13-19.
- Pereira, Miguel Serras (1997), “A língua de ninguém. Sobre a arte da tradução” (1993), in: *Teoria Diacónica de Tradução Portuguesa – Antologia (Séc. XV a XX)*, Org. Carlos Castilho Pais, Lisboa: Universidade Aberta, 238-247.
- Pessanha, Camilo (1993), *China: Estudos e Traduções*. Prefácio de Daniel Pires, Lisboa: Veja (2.<sup>a</sup> ed.).
- Pessanha, Camilo (1992), *Camilo Pessanha: Prosador e Tradutor*. Organização, prefácio e notas de Daniel Pires, Macau: Instituto Português do Oriente.
- Pięta-Cândido, Hanna Marta (2013), *Entre Periferias. Contributo para a História Externa da Tradução da Literatura Polaca em Portugal (1855-2010)*. PhD diss., University of Lisbon.
- Pimentel, Irene Flunser (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene Flunser (2007), *A História da PIDE*, Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- Pimentel, Irene Flunser (2008), “Uma questão de memória”, in: *Expresso/Atual*, 7 de junho de 2008, pp. 28-30 [não resulta claro se o título é do próprio jornal, se do discurso da historiadora].
- Pimentel, Irene Flunser (2011), *A Cada Um o Seu Lugar. A Política Feminina no Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores (col. “Temas e Debates”).
- Pimentel, Irene Flunser (2018), *Inimigos de Salazar*, Lisboa: Clube do Autor.
- Pinharanda, João (2005), “A arte portuguesa no século xx”, in: António Costa Pinto (Org.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: D. Quixote, 260-272.
- Pinho, Jorge Almeida e (2006), *O Escritor Invisível. A tradução tal como é vista pelos tradutores portugueses*, Matosinhos: Quidnovi.

- Pinto, António Costa (1991), "The Literary Aspirations of Portuguese Fascism". In: *Fascism and European Literature. Faschismus und europäische Literatur*. Ed. Stein U. Larsen and B. Sandberg, Berne: Peter Lang, 238-53.
- Pinto, António Costa (1992), *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Pinto, António Costa (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Pinto, Marta Pacheco (2013), "Cancioneiro Chinez: The first Portuguese anthology of classical Chinese poetry", in: *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, ed. by Teresa Seruya, Lieven D'hulst, Alexandra Assis Rosa and Maria Lin Moniz. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 57-74.
- Pinto, Marta Pacheco (2013a), *Traduzir o Outro oriental: a configuração da figura feminina na literatura portuguesa finissecular (António Feijó e Wenceslau de Moraes)*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Pires, Daniel (1996), *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*. S.l. [Lisboa]: Grifo.
- Pitigrilli (1947), *Mamíferos de luxo*, Rio de Janeiro: Vecchi.
- Problemas da Tradução: escrever, traduzindo* (1983), Lisboa: GUELF.
- Pires de Lima, Isabel (1999), "O Orientalismo na Literatura Portuguesa (Séculos XIX e XX)". In: *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Catálogo da Exposição, Porto: Edifício da Alfândega, 145-160.
- Pomian, Krzysztof (1984), "Coleção", in: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: *Memória-História*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 51-86.
- Preston, Paul (2005), *A Guerra Civil de Espanha*. Tradução de António Belo, Lisboa: Edições 70.
- Preston, Paul (2002), *Doves of War: four women of Spain*, London: Harper Collins.
- Preston, Paul (2007), *Pombas de Guerra. Quatro Mulheres na Guerra Civil de Espanha*. Tradução de M. Santos Costa Benney, Porto: Campo das Letras.
- Pym, Anthony (1998), *Method in Translation History*. Manchester, UK: St. Jerome Publishing.
- Pym, Anthony (2010), *Exploring Translation Theories*, London and New York: Routledge.
- R**
- Ramos, João (2015), "Para acabar com a Torre de Babel". *Expresso-Economia*, 22 de agosto de 2015, p. 18.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1934), *Alguns Aspectos sobretudo Literários do Moderno Nacionalismo Alemão*, Lisboa: Academia das Ciências.
- Ramos, Rui (2007), "'O Império que Nunca Existiu'. A Cultura da Descolonização em Portugal c. 1960-c. 1980", in: *Revista de História das Ideias*, VI.28 (2007), 429-478.
- Ribeiro, António Pinto (2006), "Arte", in: *Fundação Calouste Gulbenkian – Cinquenta Anos 1956-2006*, 1.º vol., Lisboa: 239-408.

- Ribeiro, Nelson (2005), *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo 1933-1945*, Lisboa: Quimera Editores.
- Ribeiro, Nelson (2007), "A Rádio Portuguesa na Guerra Civil de Espanha", in: *Guerra Civil de Espanha: Cruzando Fronteiras 70 Anos Depois*. Org. Jorge Fazenda Lourenço e Inês Espada Vieira, Lisboa: Universidade Católica Editora, 169-195.
- Rilke, Rainer Maria (2005), *Os Sonetos a Orfeu*. Tradução e posfácio de José Miranda Justo. Lisboa: Relógio D'Água.
- Rilke, Rainer Maria (2017), *Elegias de Duíno e Sonetos a Orfeu*. Tradução de Vasco Graça Moura. Prefácio de João Barrento, Lisboa: Quetzal.
- Rocha, Ilídio (Coord.) (1998), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. iv, Org. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1985), *Victor Hugo em Portugal*. Biblioteca Nacional, Série Bibliográfica.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1992-1999), *A Tradução em Portugal* (5 vols.), Lisboa, INCM e ISLA.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1992), *A Tradução em Portugal*, vol. i:1495-1834, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1994), *A Tradução em Portugal*, vol. iv: 1871-1900, Lisboa: ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1999), *A Tradução em Portugal*, vol. v: 1901-1930, Lisboa: ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração.
- Rodrigues, Graça Almeida (1980), *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (Biblioteca Breve).
- Rosa, Alexandra Assis (2009), "'Politicamente só existe o que o público sabe que existe.' Um Olhar Português sobre a Censura: Levantamento Preliminar", in: *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, org. Teresa Seruya e Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Lisboa: Universidade Católica Editora, 115-136.
- Rosa, Alexandra Assis (2012), "A Long and Winding Road: Mapping Translated Literature in 20th Century Portugal", in: *New Directions in Translation Studies. Special Issue of Anglo-Saxónica*, Ed. Anthony Pym and A. Assis Rosa. 3.3. 205-227.
- Rosa, Alexandra A. e Pięta, Hanna e Maia, Rita Bueno (2017), "Theoretical, methodological and terminological issues regarding indirect translation: An overview", in: *Translation Studies* 10:2, 113-132.
- Rosa, J. A. Peniche (1968), "A Tradução Literária e os seus Problemas" (*Diário de Lisboa*, 29/2/1968), *Livros de Portugal* 113/1968, 17-19.
- Rosas, Fernando (Coord.) (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa: Editorial Presença.
- Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo* (= vol. 7 de *História de Portugal*, ed. José Mattoso), Lisboa: Editorial Estampa.

- Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (ed.) (1998), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Colóquio Internacional (1996), Lisboa: Colibri.
- Rosas, Fernando e Oliveira, Pedro Aires (2004), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Ed. Notícias.
- Rosas, Fernando (2007), “Um chefe, um regime, um povo”, prefácio in: *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, xxvii-xlviii.
- Royer, Louis-Charles (1931). *No País da Gente Nua*. Trad. A.B.R., Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- Rundle, Christopher e Sturge, Kate (2010), *Translation under Fascism*, Palgrave Macmillan.
- Rundle, Christopher (2010), *Publishing Translations in Fascist Italy*, Oxford: Peter Lang.

**S**

- Sabio Pinilla, José António e Fernández Sánchez, María Manuela (1998), *O Discurso sobre a Tradução em Portugal. O Proveito, o Ensino e a Crítica (c.1429-1818)*, Lisboa: Edições Colibri.
- Sabio Pinilla, José António (2009), “La Traducción en Portugal durante el Siglo XVIII”, in: *La Traducción en la época Ilustrada (Panorámicas de la Traducción en el Siglo XVIII)*, ed. José António Sabio Pinilla, Granada: Editorial Comares, 207-249.
- Sabio Pinilla, José António e Ordóñez López, Pilar (2012), *Las antologías sobre la traducción en el ámbito peninsular*, Bern e o.: Peter Lang.
- Said, Edward (2004), *Orientalismo*, trad. Pedro Serra, Lisboa: Livros Cotovia.
- Salazar, Oliveira (1935), *Discursos 1928-1935*, Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- Salazar, Oliveira (1937), *Discursos e Notas Políticas II 1935-1937*, Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- Salazar, Oliveira (1943), *Discursos e Notas Políticas III 1938-1943*, Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.
- Salazar, Oliveira (1967), *Discursos e Notas Políticas VI 1959-1966*, Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.
- Salazar, *Prime Minister of Portugal, says...*, SPN Books: Lisbon, s.d.
- Salazar, Oliveira (1939), *Doctrine and Action. Internal and Foreign Policy of the New Portugal 1928-1939*. Trad. Robert Edgar Broughton, London: Faber and Faber.
- Salvador, Ana Raquel Pereira (2013), *Spartacus em Portugal: Análise das traduções interlinguística e intersemiótica de 1961*, dissertação de mestrado em Tradução, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, Graça dos (2004), *O Espectáculo Desvirtuado: o Teatro Português sob o reinado de Salazar (1933-1968)*, Lisboa: Caminho.
- Saraiva, António José e Lopes, Óscar (s.d.), *História da Literatura Portuguesa*, Porto: Porto Editora
- Sardica, José Miguel (2007), “Salazar e a imprensa portuguesa na Guerra Civil de Espanha”, in: *Guerra Civil de Espanha: Cruzando Fronteiras 70 Anos Depois*, org. Jorge Fazenda Lourenço e Inês Espada Vieira, Lisboa: Universidade Católica Editora, 197-225.

- Sardica, José Miguel (2013), *Ibéria. A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX*, Lisboa: Alêtheia Editores.
- Schleiermacher, Friedrich (2003), *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir* (1813). Edição bilingue. Apresentação, Tradução, Notas e Prefácio de José M. Miranda Justo, Porto: Elementos Sudoeste.
- Seara Nova. *Revista quinzenal de doutrina e crítica*, Lisboa, 1921-...
- Sela-Sheffy, Rakefet (2005), "How to be a (recognized) translator. Rethinking habitus, norms, and the field of translation", in: *Target* 17, Issue 1, 2-22.
- Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (Org.) (2001), *Histórias Literárias Comparadas*, Lisboa: Edições Colibri/ CLCPB, Universidade Católica Portuguesa.
- Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (2001), "História Literária e Traduções no Estado Novo. Uma Introdução Possível", in *Actas do Congresso da APLC*, Évora, 9-12 maio de 2001, vol. II "Tradução, Tradições e Cânones", [www.eventos.uevora.pt/comparada](http://www.eventos.uevora.pt/comparada).
- Seruya, Teresa (Org.) (2001a), *Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, Teresa (Org.) (2005), *Estudos de Tradução em Portugal. Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo – I*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, Teresa (2005a), "Coleções e bibliotecas entre os anos 40 e os anos 70: apontamentos para uma história da coleção Livros RTP – VERBO". In: *Estudos de Tradução em Portugal. Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo – I*. Org. Teresa Seruya, Lisboa: Universidade Católica Editora, 31-52.
- Seruya, Teresa (2006), "Zur Koexistenz von nationaler Kultur und internationaler Literatur unter dem Estado Novo Salazars". In: *Übersetzen – Translating – Traduire: Towards a 'Social Turn'?*. Ed. Michaela Wolf, Berlin: LIT Verlag, 317-28.
- Seruya, Teresa (Org.) (2007), *Estudos de Tradução em Portugal. Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo – II*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, Teresa et al. (2007), "Notes for a cartography of literary translation history in Portugal". In: *Doubts and Directions in Translation Studies*. Selected contributions from the EST Congress, Lisbon 2004, ed. Yves Gambier, Miriam Shlesinger and Radegunde Stolze, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 59-71.
- Seruya, Teresa (2007), "Apontamentos para a história das relações editoriais entre Portugal e o Brasil nos anos 40 e 50 do século xx", in: *Estudos. Para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos*, Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas, 903-914.
- Seruya, Teresa (2008), "Spain 'Filtered' through Censorship in Portugal (1934-1940)", estudo apresentado na *I International Conference on Censorship and Translation: Text Reception in Southern Europe*, Universidad de León, 15-17 maio de 2008 (não publicado).
- Seruya, Teresa and Moniz, Maria Lin (Org.) (2008a), *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*, Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

- Seruya, Teresa and Moniz, Maria Lin (2008b), "Foreign Books in Portugal and the Discourse of Censorship in the 1950s". In: *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*. Ed. Teresa Seruya and Maria Lin Moniz, Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 3-20.
- Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin e Rosa, Alexandra Assis (2009), *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, Teresa (2009a), "Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo." *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Org. Teresa Seruya, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Lisboa: Universidade Católica Editora, 69-86.
- Seruya, Teresa (2009b), "Bertolt Brecht e a Censura do Estado Novo", in: *Jornadas sobre Bertolt Brecht (1898-1956)*, org. Gerald Bär, C. Rodrigues, E. da Silva, Lisboa: Universidade Aberta, 10pp. (DVD).
- Seruya, Teresa (2010), "Translation in Portugal during the *Estado Novo* Regime", in: *Translation Under Fascism*. Ed. Christopher Rundle and Kate Sturge, Palgrave Macmillan: 117-144.
- Seruya, Teresa (2010a), "O poder dissolvente da tradução: Simone de Beauvoir na Censura portuguesa", in: *Olhares sobre a Mulher e o Feminino*, org. Isabel Capeloa Gil e Manuel Cândido Pimentel, Lisboa: Nova Vega, 213-237.
- Seruya, Teresa and L. D'hulst, A. Assis Rosa and M. Lin Moniz (2013), *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Seruya, Teresa and L. D'hulst, A. Assis Rosa and M. Lin Moniz (2013a), "Introduction. Translation anthologies and collections. An overview and some prospects", in: *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-13.
- Seruya, Teresa (2013b), "Extra-European Literatures in Anthologies during the Estado Novo (1933-1974)", in: *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, ed. Teresa Seruya and L. D'hulst, A. Assis Rosa and M. Lin Moniz, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 171-185.
- Seruya, Teresa (2013c), "Anthologies and Translation", in: *Handbook of Translation Studies*, ed. Yves Gambier and Luc van Doorslaer, John Benjamins Publishing Company.
- Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (2013d), "A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo", estudo apresentado no Congresso Internacional "Censura ao Cinema e ao Teatro", 13-15 de novembro de 2013, Universidade Nova de Lisboa.
- Seruya, Teresa (2015), "The Project of a Critical Bibliography of Translated Literature and its Relevance for Translation Studies in Portugal" (2011), in: *How Peripheral is the Periphery? Translating Portugal Back and Forth. Essays in Honour of João Ferreira Duarte*, ed. Rita B. Maia, Marta P. Pinto e Sara R. Pinto, Cambridge Scholars Publishing, 21-30.
- Seruya, Teresa (2016), "Doing translation history and writing a history of translation: the main issues and some examples concerning Portuguese culture", in *Journal of World Languages*, 3:1 (East and West Encounters: Translation Across Time, ed. Alexandra Assis Rosa and Huang Guowen), 5-21.

- Seruya, Teresa (2017), "Salazar translated: on translation and power under the Estado Novo (1933-1950)", in: *The Age of Translation. Early 20th Century Concepts and Debates*, ed. Maria Lin Moniz and Alexandra Lopes, Frankfurt am Main: Peter Lang, 89-109.
- Seruya, Teresa (2018), "Spain 'filtered' through Censorship in Portugal (1934-1940)", in: revista *Comunicação e Cultura* n.º 20 (Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa) n.º sobre Tradução, org. Alexandra Lopes, 109-129 (no prelo).
- Shuttleworth, Mark and Cowie, Moira (1999), *Dictionary of Translation Studies*, Manchester, UK: St. Jerome Publishing.
- Silva, Armando Pereira da (1967), "O Aspecto Social da Leitura", *Livros de Portugal* 99/1967, 15-16 (original in: *Jornal do Fundão*, 9 de outubro de 1966).
- Silva, Antunes da (1967a), "A Crise do Livro", in: *Livros de Portugal* 106/1967, 16-18.
- Silva, Vítor Manuel Aguiar e (1990), *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Simões, João Gaspar (1937), "Livros da Semana", *Diário de Lisboa* 26/8/1937.
- Snell-Hornby, Mary (2006), *The Turns of Translation Studies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Soler, Dionisio (1999), *A Tradução de Literatura Espanhola em Portugal 1940-1990*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Lisboa.
- Soler, Dionisio (2002), "O olhar do vizinho: Peripécias do romance espanhol contemporâneo em Portugal", in: *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal*, org. Alexandra Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira, Lisboa: Universidade Católica Editora/CLCPB, 265-288.
- Spirk, Jaroslav (2014), *Censorship, Indirect Translations and Non-Translation. The (Fateful) Adventures of Czech Literature in 20th Century Portugal*, Cambridge Scholars Publishing.
- Steiner, George (1992), *No Castelo do Barba Azul. Algumas Notas para a Redefinição de Cultura [In Bluebeard's Castle. Some Notes Towards the Redefinition of Culture, 1971]*, Lisboa: Relógio D'Água, 37-64.
- Steiner, George (1992, 2nd ed.), *After Babel. Aspects of Language & Translation*, Oxford, New York: Oxford University Press.
- Steiner, George (2002), *Depois de Babel. Aspectos da Linguagem e Tradução*. Tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa: Relógio D'Água.
- T**
- Tabucchi, António (2006), "Este foi o livro que me custou mais escrever". Entrevista in: *Público/Mil Folhas*, 22 de abril de 2006: 4-7.
- Tamen, Pedro (2002), "O sagrado e o profano". Entrevista in: *LER* 55, verão 2002: 14-27.
- Tamen, Pedro (2003), "Procuro o que Proust escreveria naquela época, se escrevesse português". Entrevista in: *Público/Mil Folhas*, 21/06/2003: 5-9.
- Tamen, Pedro (2005), "Traduzindo o tempo perdido. Pedro Tamen em busca de Marcel Proust em português". Entrevista in: *Expresso/Atual*, 14/05/2005: 73.

- Tamen, Pedro (2010), "Artesanato verbal". Entrevista in: *Os Meus Livros* 7/86, maio de 2010: 25-27.
- Tcheng, Cheng (1942), *A minha mãe e eu...* Tradução de Antonino de Sousa. Prefácio de A. J. de S., Capa de Bernardo Marques. S.l. [Lisboa]: Edições Sírius (= Série 'Contos e Novelas', 005).
- Telo, António José (1990), *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal 1939-1945*, Lisboa: perspectivas & realidades.
- Tengarrinha, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva.
- Thomson-Wohlgemuth, Gaby (2007), "On the Other Side of the Wall", in: Billiani, Francesca (Org.), *Modes of Censorship and Translation. National Contexts and Diverse Media*, Manchester, UK & Kinderhook (NY), USA: St. Jerome Publishing, 93-11.
- Torgal, Luís Reis (1989), *História e Ideologia*, Coimbra: Minerva.
- Toury, Gideon (1995), *Descriptive Translation Studies and beyond*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (2.ª ed. rev. 2012).
- Toury, Gideon (2001), "A Tradução como Meio de Planificação e a Planificação da Tradução". In: *Histórias Literárias Comparadas. Colóquio Internacional, Universidade Católica Portuguesa, 11 e 12 de novembro de 1999*. Org. Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, Lisboa: Ed. Colibri e CLCPB, 17-32.
- Toury, Gideon (2003), "Culture Planning and Translation", in *Translation Translation*, ed. Susan Petrilli, Amsterdam: Rodopi, 399-412.
- Translation and Power* (2002), ed. Maria Tymoczko e Edwin Gentzler, Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, xi-xxviii ("Introduction").
- Travessa, Elisa Neves (2004), *Jaime Cortesão. Política, História e Cidadania (1884-1940)*, Lisboa: Asa.
- Trivedi, Harish (2005), "Translating Culture vs. Cultural Translation". In: <http://www.91stmeridian.org> (acedido pela última vez em novembro de 2009).
- Tunhas, Paulo e Abranches, A. (2012), *As Questões que se Repetem. Breve História da Filosofia*, Lisboa: D. Quixote.

**V**

- Vandaele, Jeroen (2007), „Take Three. The National-Catholic Versions of Billy Wilder's Broadway Adaptations.", in: Billiani, Francesca (Org.), *Modes of Censorship and Translation. National Contexts and Diverse Media*, Manchester, UK & Kinderhook (NY), USA: St. Jerome Publishing, 279-310.
- Van Hoof, Henri (1991), *Histoire de la traduction en Occident*, Paris: Duculot.
- Vandepitte, Sonia (2008), "Remapping Translation Studies: Towards a Translation Studies Ontology", in: <http://id.erudit.org/iderudit/019240ar> (*Meta* 53, n.º 3 /2008, 569-588).
- Venuti, Lawrence (Ed.) (2000), *The Translation Studies Reader*, London and New York: Routledge.
- Venuti, Lawrence (Ed.) (2007, 2nd ed.), *The Translation Studies Reader*, London and New York: Routledge.

Venuti, Lawrence (2008, 2nd ed.), *The Translator's Invisibility. A History of Translation*, London & New York: Routledge.

Verdelho, Telmo (2008), "Encontro do português com as línguas não europeias. Textos interlinguísticos". Texto 60 pp., in: Catálogo da exposição *Encontro do português com as línguas não europeias. Textos interlinguísticos*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Vicente, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal – Um olhar sobre as relações peninsulares no século xx*, Lisboa: Tribuna da História.

Vicente, Ana (2007), "O Amigo Lusitano", in: *Guerra Civil de Espanha: Cruzando Fronteiras 70 Anos Depois*, org. Jorge Fazenda Lourenço e Inês Espada Vieira, Lisboa: Universidade Católica Editora, 151-167.

## W

Werner, Camilla (2009), *Literary Translation Flow from Brazil to Abroad; Six Case Studies*. MA Thesis, Universiteit Leiden, 51pp.

Wolf, Michaela (2009), "Estaremos perante uma 'viragem sociológica' em Estudos de Tradução? Teoria e prática da tradução sob o escrutínio sociológico", in: *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, org. Teresa Seruya, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Lisboa: Universidade Católica Editora, 17-36.

Woodsworth, Judith (2001), "History of Translation", in: Baker, Mona (Ed.), *Encyclopedia of Translation Studies*, London and New York: Routledge, 100-105.

## Y

Yvancos, José Maria Pozuelo (2001), "O Cânone na Teoria Literária Contemporânea". Trad. de Helena Buescu. In: *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Org. Helena Buescu et al., Lisboa: D. Quixote, 411-457.

## Sitografia

<http://observador.pt/especiais/80-anos-depois-os-espanhois-nao-esquecem-a-guerra-civil/> (Último acesso 14/9/2017).

<http://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/os-bebes-roubados-do-franquismo=f60659> (Último acesso 14/9/2017).

<https://www.publico.pt/2011/02/23/mundo/noticia/o-drama-das-criancas-roubadas1481746> (Último acesso 14/9/2017).

<http://www.mcabiografias.com/app-bio/do/show?key=blasco-sofia> (Último acesso 3/9/2017).

[www.raysender.com/aarticle.html](http://www.raysender.com/aarticle.html). (Último acesso 14/9/2017).

# Outros contributos da autora para os Estudos de Tradução em Portugal

## 1. Refletindo sobre tradução

Seruya, Teresa (2003), “Sobre o tecido multidisciplinar dos Estudos de Tradução”, in: *Os Longos Caminhos do Ser*. Homenagem a Manuel Barbosa da Costa Freitas, Lisboa: Universidade Católica Editora, 599-612.

Seruya, Teresa (2009), “Sobre a posição do original em tradução”, in: *‘So long lives this, and this gives life to thee’*. Homenagem a Maria Helena de Paiva Correia, Lisboa: Departamento de Estudos Anglisticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 787-792.

Seruya, Teresa (2010), “Tradução e poder”, in: *Razão e Liberdade*. Homenagem a Manuel José do Carmo Ferreira, vol. 1, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 829-839.

## 2. Tradução e migração

Seruya, Teresa (2010), “Das besondere Gedächtnis der Enkel Chamissos”, in: *Rahmenwechsel Kulturwissenschaften*. Hg. Peter Hanenberg, Isabel Capeloa Gil, Filomena Viana Guarda, Fernando Clara. Würzburg: Königshausen und Neumann, 297-308.

Seruya, Teresa (2011), “No comboio como em casa? Reflexões sobre tradução e migração”, In: *Proximidade e Distância. Reflexões sobre a Língua e a Cultura*. Org. Mário Franco e Bernd Sieberg. Lisboa: Universidade Católica Editora, 141-156.

Seruya, Teresa (2013), “Translation and Contemporary Multicultural Literature in Germany”, in: *Far Away is Here. Lejos es aquí. Writing and Migrations*, ed. Luigi Giuliani, Leonarda Trapassi, Javier Martos, Berlin: Verlag Frank&Timme, 73-90.

Seruya, Teresa (2016), „Do People Only Create in Their Mother Tongue? Schleiermacher’s Argument Against the ‘Naturalizing’ Method of Translating, From Today’s Point of View”, in: Teresa Seruya and José Miranda Justo (Ed.), *Rereading Schleiermacher: Translation, Cognition and Culture*, Heidelberg: Springer-Verlag, 125-135.

## 3. Tradução cultural

Seruya, Teresa (2011), “Tradução – Uma Prática sem Fronteiras? Contributo para a Discussão da ‘tradução cultural’”, in: *Várias Viagens. Estudos Oferecidos a Alfred Opitz*. Organização de Fernando Clara, Manuela Ribeiro Sanches e Mário Matos, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 457-471.

Seruya, Teresa (2015), “To be or not to be...a translation...that is the question. Considerations on conceptual identity and transversality”, in: *A New Visibility: On Culture, Translation and Cognition*, org. Peter Hanenberg, Lisboa: Universidade Católica Editora, 76-84.

## 4. Estudos de caso

Seruya, Teresa (1997), „Gedanken und Fragen beim Übersetzen von Ernst von Salomon’s ‚Der Fragebogen‘“, in: *Konflikt, Grenze, Dialog. Kulturkontrastive und interdisziplinäre Textzugänge*.

- Festschrift für Horst Turk zum 60. Geburtstag, hg. J. Lehmann et al., Frankfurt am Main u.a.: Peter Lang, 227-237.
- Seruya, Teresa (2001), "Tradução e cânone: a propósito das traduções de Stefan Zweig em Portugal", in: *Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*, org. Teresa Seruya, Lisboa: Universidade Católica Editora, 211-228.
- Seruya, Teresa (2002), "Vida e morte de Stefan Zweig em Portugal", in: *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal*, org. Alexandra Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira, Lisboa: Universidade Católica Editora, 151-167.
- Seruya, Teresa (2007), "O *Werther* da coleção Livros RTP-Verbo", in: *Estudos de Tradução em Portugal. Coleção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo II*, org. Teresa Seruya, Lisboa: Universidade Católica Editora, 93-107.
- Seruya, Teresa (2011), "Tradução e edição: a propósito de recentes traduções de Kafka", in: *Kafka. Um livro sempre aberto*, org. Teresa Martins de Oliveira e Gonçalo Vilas-Boas, Porto, Deriva Editores, 11-26.
- Seruya, Teresa (2013), "António Quadros tradutor. Relatório preliminar e algumas perguntas", apresentação no Colóquio "António Quadros: Obra, Pensamento, Contextos. Nos 90 anos do seu nascimento e 20 da sua morte", Universidade Católica Portuguesa, 14 e 15 de maio de 2013. Gravação em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=KYMSooqcu9k>
- Seruya, Teresa (2013), "Translating Thomas Mann into Portuguese; a brief survey and some main problems", colóquio "Version, Subversion: translation, the canon and its discontents – an international conference on literary translation", Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 12-14 December 2013 (não publicado).
- Seruya, Teresa (2017), "Stefan Zweig em Portugal. História de um sucesso", in *Gaudium Sciendi*, n.º 12/2017.  
[http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_ctr.asp?sspapelID=3584&artigoID=4828&lang](http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_ctr.asp?sspapelID=3584&artigoID=4828&lang)
- Seruya, Teresa (2017), "Stefan Zweig in Portugal", in: *Zeigheft/17*, Salzburg: Stefan Zweig Zentrum, 15-25.

Bibliografia completa na página pessoal: [www.teresaseruya.com.pt](http://www.teresaseruya.com.pt)



Com esta coletânea de iniciação a uma história da tradução em Portugal pretende-se, por um lado, chamar a atenção para a inexistência dessa história, uma lacuna notória na nossa cultura, por outro, refletir sobre as suas condições de possibilidade.

O Estado Novo, regime ditatorial bem delimitado no tempo, e próximo de investigadores e leitores ainda hoje, revelou-se um laboratório adequado à definição e análise de *corpora* de traduções, de políticas editoriais, de públicos, bem como à experimentação de metodologias de investigação específicas do objetivo a atingir.

Os estudos incluem reflexões sobre historiografia da tradução, mostram a construção do projeto Intercultural *Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography*, tratam tópicos concretos como as coleções de literatura traduzida, o (des)interesse por literaturas extraeuropeias, a tradução depois da Revolução, a tradução dos Discursos de Salazar, tradução e Censura à Guerra Civil de Espanha, ou a autores como Brecht e Simone de Beauvoir.



**CATOLICA**  
CECC - CENTRO DE ESTUDOS  
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

LISBOA

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA